

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUANA SILVY DE LORENZI TEZZA MAGNIN

TRABALHO INTENSIFICADO, SUBJETIVIDADES CONTROLADAS E ALIENAÇÃO NAS
UNIVERSIDADES FEDERAIS: UMA CONTRIBUIÇÃO À ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE
AVALIAÇÃO CIENTÍFICA

CURITIBA

2020

LUANA SILVY DE LORENZI TEZZA MAGNIN

TRABALHO INTENSIFICADO, SUBJETIVIDADES CONTROLADAS E ALIENAÇÃO NAS
UNIVERSIDADES FEDERAIS: UMA CONTRIBUIÇÃO À ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE
AVALIAÇÃO CIENTÍFICA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração, área de Concentração Estratégia e Análise Organizacional, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, como parte das exigências para obtenção do título de Doutor.

Orientador: Prof. Dr. José Henrique de Faria

CURITIBA

2020

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
APLICADAS – SIBI/UFPR COM DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)
Bibliotecária: Mara Sueli Wellner – CRB 9/922

Magnin, Luana Silvy de Lorenzi Tezza

Trabalho intensificado, subjetividades controladas e alienação nas universidades federais: uma contribuição à análise das políticas de avaliação científica / Luana Silvy de Lorenzi Tezza Magnin. – 2020. 216 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Administração, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas.

Orientador: José Henrique de Faria

Defesa: Curitiba, 2020

1. Políticas de avaliação científica. 2. Universidades e faculdades públicas – Produção científica. 3. Subjetividade. I. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Administração. II. Faria, José Henrique de, 1950-. III. Título.

CDD 378.07



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO ADMINISTRAÇÃO -
40001016025P6

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ADMINISTRAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **LUANA SILVY DE LORENZI TEZZA MAGNIN** intitulada: **TRABALHO INTENSIFICADO, SUBJETIVIDADES CONTROLADAS E ALIENAÇÃO NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS: UMA CONTRIBUIÇÃO À ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO CIENTÍFICA**, sob orientação do Prof. Dr. JOSÉ HENRIQUE DE FARIA, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 29 de Abril de 2020.

Assinatura Eletrônica
29/04/2020 17:52:59.0
JOSÉ HENRIQUE DE FARIA
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
29/04/2020 17:55:41.0
GIOVANNA PEZARICO
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO
PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
29/04/2020 17:58:17.0
ALEXANDRA ARNOLD RODRIGUES
Avaliador Externo (FAE - CENTRO UNIVERSITÁRIO)

Assinatura Eletrônica
29/04/2020 18:01:47.0
MIRIAM APARECIDA GRACIANO DE SOUZA PAN
Avaliador Externo (PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PSICOLOGIA - UFPR)

Assinatura Eletrônica
29/04/2020 17:53:45.0
NORMA DA LUZ FERRARINI
Avaliador Externo (PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PSICOLOGIA - UFPR)

Para Jean-Michel, Julia Suzanne e Jonathan Luca

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Cristina e Vicente, pela vida, dedicação, incentivo e por tudo o que me proporcionam, desde a tenra infância. A Thiago, Louise e Nicholas, pelo intenso compartilhar, pela confiança, respeito e profunda amizade que temos. É imensa a alegria fazer parte dessa família tão encantadora. A Jean-Michel, Julia Suzanne e Jonathan Luca, por me ensinarem tanto sobre o amor;

Ao pesquisador brilhante com quem pude contar, que me orientou e incentivou com muita dedicação, generosidade e senso crítico, Prof. Dr. José Henrique de Faria. Suas aulas e orientações são absolutamente inspiradoras. Foi uma honra e uma imensa alegria ter sido sua orientanda. Continuarei aprendendo muito com você.

Às professoras que não pouparam esforços para contribuir com o amadurecimento do trabalho e que prontamente aceitaram o convite para participar da banca de defesa da tese, mesmo com todas as adversidades que o tempo presente nos impõe: Dr^a Alexandra Rodrigues, Dr^a Giovanna Pezarico, Dr^a Miriam Pan e Dr^a Norma Ferrarini. Admiro muito o trabalho, o conhecimento e a dedicação de vocês.

Aos pesquisadores participantes da pesquisa, pela confiança e interesse.

À Fiocruz e colegas de trabalho, pelo incentivo.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Administração, pelos valiosos ensinamentos; aos professores do Curso de Psicologia e todos aqueles com quem pude contar ao longo da minha jornada escolar e acadêmica, pelas bases do pensar crítico que me proporcionaram; aos professores, indistintamente, pelo precioso trabalho que exercem.

Aos amigos, em especial Alice, Alexander, Bruna, Daniel, Edna, Eduardo, Igor, Ingrid, Luciana e Márcia. Sou muito grata por tudo o que construímos juntos e por cada momento compartilhado ao longo de todos esses anos.

A Roland e Raphael, que estiveram lado a lado nessa desafiadora jornada doutoral, compartilhando muitas horas de estudos, debates e algumas inspiradoras *soirées* musicais na companhia do nosso estimado orientador – vocês são um presente especial que o doutorado me proporcionou.

RESUMO

A intensificação do trabalho do pesquisador e sua submissão a novas formas de avaliação científica caracterizam o atual cenário da pesquisa brasileira. Apesar das múltiplas críticas teóricas ao produtivismo, são poucas as pesquisas produzidas a partir do campo empírico, tomando os pesquisadores como sujeitos. Assim, a pesquisa objetivou analisar quais os efeitos de sentido, no campo da subjetividade dos avaliados, das políticas de avaliação científica adotadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), para além da aferição de resultados. Dialogou-se com os pesquisadores vinculados a programas de pós-graduação de universidades públicas que mais publicaram na área da Administração no período de 2015 a 2017. Para a seleção dos sujeitos da pesquisa, adotou-se a consulta aos Currículos *lattes* dos 219 pesquisadores vinculados às universidades públicas com programas de pós-graduação em Administração com notas 5, 6 ou 7 na avaliação quadrienal CAPES 2017: UNB, UFPR, UFRGS, USP, UFRJ, UFBA e UFLA. Foram selecionados 29 pesquisadores que atenderam aos critérios de produtividade, sendo que 13 deles efetivamente participaram da pesquisa. Para a análise, os posicionamentos foram lidos enquanto enunciados, conforme entendido pela Filosofia da Linguagem bakhtiniana. A Epistemologia Crítica do Concreto possibilitou a análise desses enunciados, por meio da análise de suas contradições. As entrevistas dialogadas abarcaram os seguintes temas, a partir do eixo central, qual seja, o posicionamento dos pesquisadores em relação à política de avaliação da CAPES: principais desafios encontrados, estratégias de produção, questionamentos sobre a carreira/aposentadoria/financiamento da pesquisa, principais aspectos que motivam e desmotivam o trabalho do pesquisador, autonomia e flexibilidade na universidade, processos de saúde e doença, entre outros. Os resultados sugerem que conhecer como os pesquisadores se posicionam em relação à avaliação, assim como os efeitos de sentido produzidos, é fundamental para problematizar o atual modelo de avaliação científica, que impacta diretamente tanto na saúde docente quanto na produção científica do país. Os resultados apontam que os docentes têm priorizado estratégias individuais de produção e por vezes não ponderam o sentido da pesquisa para além das métricas avaliativas. Ainda, foram problematizadas as relações produzidas a partir da política avaliativa entre o psiquismo, a imaginação e a realidade concreta, o que permitiu a proposição de um modelo comparativo entre o exercício da imaginação no psiquismo adulto e o que denominamos “realismo fatalista e conformista”. Nesse sentido, as incursões teórico-empíricas permitem afirmar que a forma como o sujeito se relaciona com a própria imaginação, condicionada pelas circunstâncias histórico-culturais, modifica a maneira como ele se relaciona com a realidade concreta, ampliando ou restringindo suas possibilidades de ação. Conclui-se, portanto, que o alcance da política de avaliação supera os referenciais ditos objetivos, como a aferição de resultados, produzindo também desejos de produção massificados e por vezes contraproducentes, assim como subjetividades que, mesmo produzindo muito, se questionam quanto à sua capacidade produtiva. Finalmente, aponta-se para a importância da restauração da dimensão política e social da pesquisa, de modo a modificar o atual cenário crítico da produção e avaliação científica nacional.

Palavras-Chave: Avaliação científica; Imaginação adulta; Produtivismo; Subjetividade.

ABSTRACT

The intensification of the researcher's work and his submission to new forms of scientific evaluation characterize the current scenario of Brazilian research. Despite the multiple theoretical criticisms of productivism, few researches are produced from the empirical field, taking researchers as subjects. Thus, the research aimed to analyze the senses produced, in the field of subjectivity of the evaluated, of the scientific evaluation policies adopted by the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES), in addition to the measurement of results. Dialogues were held with researchers linked to postgraduate programs at public universities that most published in the area of Administration in the period from 2015 to 2017. For the selection of the researchers, were consulted the *lattes* of the 219 linked researchers to public universities with postgraduate programs in Administration with grades 5, 6 or 7 in the CAPES 2017 four-year assessment: UNB, UFPR, UFRGS, USP, UFRJ, UFBA and UFLA. The 29 researchers who met the productivity criteria were selected, 13 of whom effectively participated in the research. For the analysis, the positions were read as statements, as understood by the Bakhtinian Philosophy of Language. The Critical Epistemology of Concrete enabled the analysis of these statements, through the analysis of their contradictions. The dialogued interviews covered the following themes, from the central axis, namely, the positioning of the researchers in relation to CAPES' evaluation policy: main challenges encountered, production strategies, questions about the career / retirement / research funding, main aspects that motivate and discourage the researcher's work, autonomy and flexibility at the university, health and disease processes, among others. The results suggest that knowing how researchers position themselves in relation to evaluation, as well as the meaning effects produced, is fundamental to problematize the current model of scientific evaluation, which directly impacts both researchers' health and the country's scientific production. The results show that researchers have prioritized individual production strategies and sometimes do not consider the meaning of the research beyond the evaluation metrics. Still, the relations produced from the evaluative policy between the psyche, the imagination and the concrete reality were problematized, which allowed the proposition of a comparative model between the exercise of the imagination in the adult psyche and what we call "fatalistic and conformist realism". In this sense, the theoretical-empirical incursions allow us to affirm that the way the subject relates to his own imagination, conditioned by historical-cultural circumstances, changes the way he relates to concrete reality, expanding or restricting his possibilities for action. It is concluded, therefore, that the scope of the evaluation policy exceeds the referred objectives, such as the measurement of results, also producing desires for mass production and sometimes counterproductive, as well as subjectivities that, even producing a lot, question themselves about their productive capacity. Finally, it points to the importance of restoring the political and social dimension of research, in order to modify the current critical scenario of national scientific production and evaluation.

Key words: Scientific evaluation; Adult imagination; Productivism; Subjectivity.

RESUMÉ

L'intensification du travail du chercheur et sa soumission à de nouvelles formes d'évaluation scientifique caractérisent le scénario actuel de la recherche brésilienne. Malgré de multiples critiques théoriques du productivisme, il y a peu de recherches produites dans le domaine empirique, prenant les chercheurs comme sujets. Ainsi, la recherche visait à analyser les effets de sens, dans le domaine de la subjectivité des évalués, des politiques d'évaluation scientifique adoptées par la Coordination pour l'amélioration du personnel de l'enseignement supérieur (CAPES), en plus de la mesure des résultats. Des dialogues ont eu lieu avec des chercheurs liés aux programmes de troisième cycle dans les universités publiques qui ont le plus publié dans le domaine de l'administration de 2015 à 2017. Pour la sélection des sujets de recherche, les *lattes* curricula de 219 chercheurs ont été consultés, liés aux universités publiques avec des programmes d'études supérieures en administration avec des grades 5, 6 ou 7 dans l'évaluation quadriennale CAPES 2017: UNB, UFPR, UFRGS, USP, UFRJ, UFBA et UFPA. Ont été sélectionnés 29 chercheurs qui répondaient aux critères de productivité, dont 13 ont effectivement participé à la recherche. Pour l'analyse, les positions ont été lues comme énoncées, comme le comprend la philosophie bakhtinienne du langage. L'épistémologie critique du concret a permis l'analyse de ces énoncés, à travers l'analyse de leurs contradictions. Les entretiens dialogués ont couvert les thèmes suivants, basés sur l'axe central, à savoir le positionnement des chercheurs par rapport à la politique d'évaluation de CAPES : principaux défis rencontrés, stratégies de production, questions sur le financement carrière / retraite / recherche, les principaux aspects qui motivent et démotivent le travail du chercheur, l'autonomie et la flexibilité à l'université, les processus de santé et de maladie, entre autres. Les résultats suggèrent que, de savoir comment les chercheurs se positionnent par rapport à l'évaluation, ainsi que les effets de sens produits, est fondamental pour problématiser le modèle actuel d'évaluation scientifique, qui impacte directement à la fois la santé de l'enseignement et la production scientifique du pays. Les résultats montrent que les enseignants ont priorisé les stratégies de production individuelles et parfois ne considèrent pas le sens de la recherche au-delà des paramètres d'évaluation. Pourtant, les relations produites à partir de la politique évaluative entre le psychisme, l'imagination et la réalité concrète ont été problématisées, ce qui a permis la proposition d'un modèle comparatif entre l'exercice de l'imagination dans le psychisme adulte et ce que nous appelons le «réalisme fataliste». En ce sens, les incursions théorico-empiriques permettent d'affirmer que la relation du sujet à sa propre imagination, conditionnée par les circonstances historiques et culturelles, modifie sa relation à la réalité concrète, élargissant ou restreignant ses possibilités d'action. On en conclut donc que la portée de la politique d'évaluation dépasse les objectifs visés, tels que la mesure des résultats, produisant également des envies de production de masse et parfois contre-productives, ainsi que des subjectivités qui, même en produisant beaucoup, s'interrogent sur leur capacité de production. Enfin, il souligne l'importance de restaurer la dimension politique et sociale de la recherche, afin de modifier le scénario critique actuel de production et d'évaluation scientifique nationale.

Mots clés: Évaluation scientifique; Imagination adulte; Productivisme; Subjectivité.

O ser da totalidade, o ser da alma humana, o qual se abre livremente ao nosso ato de conhecimento, não pode estar tolhido por esse ato em nenhum momento substancial. Bakhtin

Ensinar é um exercício de imortalidade. De alguma forma continuamos a viver naqueles cujos olhos aprenderam a ver o mundo pela magia da nossa palavra. O professor, assim, não morre jamais... Rubem Alves

A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria. Paulo Freire

Sumário

INTRODUÇÃO.....	13
1. PROBLEMA DE PESQUISA	19
1.1 OBJETIVOS	19
2. PERCURSO METODOLÓGICO	20
2.1 SELEÇÃO DAS VOZES DA PESQUISA	23
2.2 APRESENTAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA	27
2.3 A ANÁLISE DA POLÍTICA DE AVALIAÇÃO A PARTIR DOS ENUNCIADOS	29
2.4 CONCEITO DE SUBJETIVIDADE ADOTADO	39
2.5 CONTRIBUIÇÕES DE BAKHTIN PARA A CRIAÇÃO CIENTÍFICA	41
3. POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO CIENTÍFICA E PRODUTIVIDADE	45
3.1 A VOZ OFICIAL CONVOCA À BATALHA: A POLÍTICA DE AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO	51
3.2 BATALHA E PRODUÇÃO PARA QUE(M)?	54
3.3 RELAÇÕES ENTRE PRODUTIVIDADE E INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO	58
4. AO PALCO, AS VOZES!.....	62
4.1 SENTIDOS DE SURPRESA	64
4.1.1 ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO E ENFRENTAMENTO	70
4.2 SENTIDOS DIVERGENTES EM BATALHA	75
4.2.1 ESCREVER OU NÃO ESCREVER COM ALUNOS, EIS A QUESTÃO	75
4.2.2 AS NORMAS E AS INVERSÕES	78
4.2.3 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO: POSICIONAMENTOS MÚLTIPLOS	79
4.3 SENTIDOS DE INDE-CISÃO	85
4.3.1 APOSENTO OU PERMANEÇO?	85
4.3.2 POR QUE EU FINANCIO A MINHA PESQUISA? ASPECTOS VALORIZADOS NA CARREIRA	87
4.4 BATALHAS INTERNAS E O SENTIDO QUE IMPERA: SEGUIR AS NORMAS	92
4.4.1 A PUBLICAÇÃO INTERNACIONAL COMO META	92
4.4.2 SATISFAÇÃO: O QUE MOTIVA?	99
4.5 POSICIONAMENTOS DE RESISTÊNCIA EM BATALHA	104
5. EFEITOS DA POLÍTICA DE AVALIAÇÃO	114
5.1 ALIENAÇÃO DO PESQUISADOR	114
5.2 CARGA HORÁRIA DE TRABALHO E ASPECTOS INVISIBILIZADOS DA COLABORAÇÃO	119
5.3 SENTIDOS E ESTRATÉGIAS DE PUBLICAÇÃO COMO PRODUTOS DA PRÓPRIA POLÍTICA.....	127
5.4 IMAGENS DE SI E FASES DA CARREIRA: O QUE SE VÊ PELOS OLHOS DO OUTRO ..	134

5.5 PROCESSOS DE SAÚDE E DOENÇA.....	140
5.6 QUANDO A POLÍTICA SE TORNA JUSTIFICATIVA DO ATO QUE ELA MESMA PRESCREVE: A BUROCRACIA OBEDIENTE E A MERITOCRACIA EM QUESTÃO	147
5.7 A MARCA DA POLÍTICA NO DESEJO	157
6. ATUAÇÃO DA POLÍTICA DE AVALIAÇÃO SOBRE O PSIQUISMO E A IMAGINAÇÃO	162
6.1 CONTROLE DO TRABALHO NA SUA DIALÉTICA OBJETIVIDADE-SUBJETIVIDADE	162
6.2 CONTROLE DA SUBJETIVIDADE E ALIENAÇÃO: AO MESMO TEMPO MATERIAL E SIMBÓLICA, COGNITIVA E AFETIVA	172
6.3 PSIQUISMO E IMAGINAÇÃO: O ENFOQUE HISTÓRICO-CULTURAL	176
6.4 POLÍTICA DE AVALIAÇÃO COMO DISCIPLINAMENTO DA IMAGINAÇÃO?.....	182
7. IMAGINAÇÃO ADULTA: UMA PROPOSTA TEÓRICA.....	189
7.1 BAKHTIN, DIALOGISMO E IMAGINAÇÃO	189
7.2 A PARTIR DE POSICIONAMENTOS MÚLTIPLOS, UMA PROPOSTA.....	190
8. CONCLUSÕES.....	203
REFERÊNCIAS	209
APÊNDICE 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTAS.....	216

Todas as vivências fantásticas e irreais transcorrem, no fundo, numa base emocional absolutamente real (Vygotsky, 2001).

INTRODUÇÃO

Essa tese se inscreve e é escrita em um contexto muito específico, em que as universidades públicas sofrem expressivos cortes de verbas pelo governo federal e os pesquisadores e muitos pensadores são vistos como intimidações. A “utilidade” das ciências humanas e sociais é questionada, cursos nessas áreas sofrem ameaças de serem fechados e os enunciados mais aclamados defendem investimentos para a formação nas áreas exatas e de saúde, apenas.

O pensamento linear se sobressai e a forma como as verdades são construídas e ganham adesão parece não merecer reflexões aprofundadas. Mas, como é que são construídos os juízos de valores, os posicionamentos ideológicos, os sentidos que atribuímos ao mundo e a nós mesmos? Como se constroem as verdades, entendidas aqui como a versão dos fatos em que decidimos acreditar? E mais: como tecemos a história do mundo (para nós) e a nossa própria história, no mundo? Como significamos o nosso trabalho, o nosso labor, a nossa produção social? Todas essas perguntas sobre como significamos, interpretamos, percebemos e atribuímos valor às situações se referem a um vasto campo da psicologia que se denomina subjetividade.

Se por um lado as compreensões mais rasas da subjetividade entendem que ela se refere ao que é íntimo e particular do sujeito, e que portanto não pode ser objeto de debates, referindo-se a crenças e valores singulares, aqui nos propomos a ampliar essa compreensão e ocupar-nos daquilo que justamente é interditado pelo senso comum: tomar a própria construção dos modos de subjetivação como questão central. Ou será que somos tão singulares a ponto de não podermos estudar como significamos o nosso entorno, sobre como construímos a nossa versão dos fatos e os nossos posicionamentos ideológicos e, portanto, éticos?

Há várias formas de se entender a subjetividade e os modos de subjetivação e teremos adiante uma seção específica para debater sobre o conceito de subjetividade adotado neste trabalho. Mas, se o objeto do estudo fosse esse, tão amplo, desse trabalho não resultaria uma tese, mas um estudo que levaria décadas e permaneceria inconcluso. Para nós, aqui, interessa entender como são construídos os sentidos em relação a uma política específica, que é a política de avaliação científica. Assim como cada organização adota uma forma específica de avaliar

seus trabalhadores e seus resultados, essa política de avaliação é exercida e validada no seio das organizações de pesquisa.

Por ora, é importante frisar que as organizações se constituem um campo privilegiado para o estudo da subjetividade do trabalhador. Trata-se de um campo complexo, em que se mesclam vontades e necessidades objetivas e subjetivas, obrigando sujeitos de formações e visões de mundo diferenciadas a conviver. As organizações, num contexto de forte ideologia capitalista, são capazes de mobilizar o psiquismo humano, de controlar as subjetividades, de direcionar grande parte da energia humana e da força de trabalho para a consecução dos resultados organizacionais. No seio das organizações são vivenciadas frustrações, mobilizações, sentimentos de pertença, exclusão, vulnerabilidade, reconhecimento, poder, prazer e sofrimento.

Ao mesmo tempo em que as organizações se apresentam como racionais e objetivas, mobilizam invariavelmente a subjetividade de seus trabalhadores. Estudos teórico-empíricos prévios (FARIA, 2017) apontam para o refinamento das instâncias sutis de controle da subjetividade do trabalhador. A organização capitalista é o lugar privilegiado do controle psicossocial, e não discrimina os trabalhadores quanto à sua necessidade de aderência e defesa dos ideais da organização produtiva. Ou seja, ao mesmo tempo em que defende a racionalidade nos processos de trabalho, busca controlar a subjetividade de todos os seus empregados. Esse controle ocorre em diversas instâncias, conforme já apontado por Faria (2017).

Nas universidades públicas federais, o controle do processo do trabalho tem se intensificado nas últimas décadas, por meio dos processos de avaliação de produtividade com foco principalmente quantitativo, com destaque para o número de artigos publicados a cada ano, conferindo-se menor importância à qualidade das aulas ministradas, à organização de eventos, à qualidade das orientações e à infinidade de trabalhos administrativos e de gestão que o pesquisador brasileiro assume nas universidades.

Múltiplos fatores, que incluem também a busca por atender e superar os critérios de avaliação do trabalho estabelecidos pela Capes e demais agências reguladoras, tem levado pesquisadores a adotarem práticas que se apresentam como sintomas de uma “anomalia acadêmica”: produção de artigos em série, estabelecimento de parcerias infundáveis, autoria em conjunto com múltiplos pesquisadores, exigência de entrega de artigos em disciplinas de mestrado e doutorado como critério de avaliação nessas disciplinas, trabalho realizado a todo tempo e lugar: de noite, madrugada, aos finais de semana, no trabalho, em casa, no aeroporto (BERTONHA, 2009).

A intensificação do trabalho nas universidades públicas federais, por sua vez, tem gerado adoecimento (FREITAS, 2018) e precarização da subjetividade dos pesquisadores, ao mesmo tempo em que muitas vezes comprometem a qualidade das pesquisas apresentadas. A falta de tempo e a absoluta necessidade de “pontuar” na escala Capes por vezes compromete o aprofundamento das reflexões e dos *insights* que cada pesquisa poderia proporcionar, gerando o que denominamos produção do tipo “aborto induzido”: apresentam-se resultados antes que a pesquisa possa germinar e alcançar sua maturidade.

Como o encerramento da pesquisa é antecipado em nome do prazo, ou seja, a pesquisa é interrompida antes de sua efetiva finalização, não se pode descartar a condição de insatisfação do pesquisador, mesmo com ou justamente devido à publicação do trabalho nas circunstâncias dadas, ao mesmo tempo em que se sente pressionado por nova demanda de rápida publicação.

Curiosamente, essa produção em série está bastante relacionada ao momento atual, de forte estímulo ao consumo imediato, que abrange tanto o consumo de bens materiais como o das próprias relações pessoais, em que se usufrui e em seguida descarta, conforme apresenta Bauman (2001). Não se aprofundam os relacionamentos, não se aprofundam as reflexões, não se aprofundam as pesquisas. Conta o número, apenas, aquilo que é visível, quantificável, que pode ser exibido na valorizada “vitrine acadêmica”, o currículo Lattes/Orcid/Researchgate¹, entre outros.

Aos poucos, a interação com o campo nos mostrou que os pesquisadores comprometidos com a pesquisa no cenário atual brasileiro sentem-se em um verdadeiro “campo de batalha”. Nessa exigente batalha, é preciso lutar por tudo: desde o financiamento para a pesquisa, a bolsa de iniciação científica, o parecer favorável à publicação; pelos alunos interessados, pelo tempo para ler, reler e reescrever artigos; batalha-se para conseguir orientar discentes, elaborar projetos de pesquisa, atualizar os currículos, executar o financiamento eventualmente conquistado, realizar a prestação de contas, e assim por diante. Batalha-se até para se manter vinculado à pós-graduação.

Apesar das múltiplas críticas teóricas ao que se convencionou chamar produtivismo, verifica-se que são restritas as pesquisas que se aproximam do campo empírico, interagindo com os pesquisadores, com o objetivo de compreender como os mesmos vivenciam essas demandas de produtividade da Capes e demais agências de fomento, que são bastante recentes, ao se considerar a história da pós-graduação brasileira. Os poucos trabalhos que o fazem, por

¹ Tratam-se de plataformas em que se pode acessar o currículo do pesquisador e as suas publicações.

vezes não refletem sobre o caráter histórico da construção do significado da avaliação do pesquisador, tomando-a como naturalizada.

A escolha do recorte desta pesquisa em relação às universidades públicas se deu em função de serem aquelas que ainda oferecem as melhores condições de trabalho ao pesquisador. Sabe-se que nas universidades particulares, em geral, a precarização do trabalho é ainda maior: a hora-aula paga costuma ser inferior, nem sempre há um número suficiente de horas contratadas, não há qualquer tipo de estabilidade, há pouco incentivo ao desenvolvimento de pesquisas, entre outros. Ou seja, ainda que o cenário da universidade pública esteja bastante precarizado, é o que oferece as melhores (ou menos piores) condições para o desenvolvimento de pesquisas no Brasil, juntamente com alguns institutos públicos de pesquisa.

Atualmente, conforme pudemos constatar, ser um bom pesquisador, ou um pesquisador competente, significa pontuar bastante conforme os critérios definidos. É a oportunidade de refletir sobre *como os critérios de avaliação eleitos produzem uma subjetividade associada à competência ou à incompetência do pesquisador*. Ainda, busca-se *compreender como a forma de avaliação legitimada atua no controle da subjetividade, na organização do trabalho e nas práticas adotadas pelo pesquisador*. Esse controle é percebido ou é invisível aos olhos dos pesquisadores?

A própria *construção da necessidade de avaliação do pesquisador* é um enunciado que tem sido pouco questionado. Discute-se qual seria a melhor forma de avaliação, como considerar a produtividade, mas não é discutido o que, de fato, essa produtividade significa, e o porquê ela deve ser auferida.

Verifica-se que há diferenças na forma como os pesquisadores públicos vivenciam esse controle da subjetividade. O que faz com que alguns pesquisadores *vivenciem a exigência por publicação e produção em toda a sua intensidade*, fazendo de tudo para superar as metas de produção impostas pela Capes e pelo programa de pós-graduação a que está vinculado, ainda que para isso tenha sua saúde (física e/ou psíquica) comprometida em função do excesso de cobranças, stress, horas de trabalho, entre outros? *Ou seja, o que faz com que um grupo de pesquisadores sofra um maior controle da subjetividade e da afetividade, dado que as condições objetivas de avaliação são as mesmas?* São essas as questões norteadoras do trabalho.

Em busca de problematizar as questões apresentadas, abordaremos a relação entre a avaliação e o controle da subjetividade do pesquisador, em um contexto de forte alienação produtivista, também no campo acadêmico. A compreensão dessa questão poderá auxiliar a elaboração crítica e o exercício de práticas emancipatórias de resistência. A pesquisa justifica-

se justamente na necessidade de compreensão e superação do cenário crítico das condições de trabalho e saúde dos pesquisadores brasileiros.

As reflexões desse trabalho serão embasadas em estudos bibliográficos e teórico-filosóficos críticos, de base histórico-cultural, em sua relação com os fenômenos da realidade concreta, conforme a epistemologia crítica do concreto² (ECC), proposta por Faria (2017). Conforme aponta o autor, “é preciso compreender que a observação imediata de um fenômeno não permite, por si só, sua captura como fenômeno pensado em sua inteireza. A aparência do fenômeno indica apenas sua forma tal como parece ser e não como de fato é, ou seja, em sua pseudoconcreticidade” (FARIA, 2017, p.41).

Faria (2015, p.16) propõe três momentos da pesquisa em uma ECC para os estudos organizacionais, compreendendo-se que “a relação do sujeito pesquisador com o concreto não é direta, imediata, simples e definitiva”. Assim, “há um ir e vir necessário entre o sujeito e a realidade estudada para que ele possa apreendê-la em sua totalidade cognoscível e, portanto, em sua essência dinâmica e contraditória, e não apenas em sua aparência fenomênica”. São esses momentos: aproximação precária, aproximação deliberadamente construída e do conhecimento valorizado e apropriação do objeto pelo pensamento e do conhecimento científico (FARIA, 2015). Os procedimentos empíricos adotados na pesquisa serão apresentados no próximo capítulo: Percurso metodológico.

A Teoria Crítica é comprometida com a denúncia da repressão e do controle social com vistas a possibilitar a justiça, a liberdade e a democracia: “A Teoria Crítica oferece não apenas um modo de interpretação de como a produção humana relaciona-se com os desejos, conflitos e potenciais, mas também uma forma de desenvolver habilidades para pensar lógica e criativamente, afastando-se do pensamento canonizado” (FARIA, 2017, p.44).

Parte-se também da filosofia de linguagem de Mikhail Bakhtin³, e sua epistemologia crítica, refletindo-se sobre os posicionamentos dos sujeitos, os conflitos na “arena de vozes”, a necessidade de situar historicamente os fenômenos, sem perder a dimensão particular, singular e única de cada um dos sujeitos.

Nesse sentido, partindo-se da epistemologia crítica do concreto e da filosofia de linguagem de Mikhail Bakhtin, propõe-se um novo olhar para o fenômeno estudado e para a

² Para aprofundamento sobre essa perspectiva epistemológica, ver Faria (2017).

³ Há uma grande discussão acadêmica sobre a autoria dos textos do Círculo de Bakhtin, que se refere a um grupo de estudiosos russos do qual participavam, além do autor que lhe dá nome, colegas como Voloshinov e Medvédev. Os encontros aconteceram entre os anos de 1920 a 1970. Como se trata de uma questão ainda pouco esclarecida, não nos debruçaremos sobre os detalhes de autoria de cada um dos textos. Assim, neste trabalho faremos referência a Bakhtin, por ter sido considerado o líder do grupo, devendo-se ter ciência de que provavelmente ele não foi o único autor de alguns dos textos citados e/ou das ideias neles contidas.

forma de dialogar com o discurso do outro. Propõe-se e utiliza-se também um método que abarque, ao mesmo tempo, a dimensão objetiva e a dimensão subjetiva, a realidade concreta e a realidade psíquica, em suas múltiplas contradições dialéticas e em sua dialogia.

De acordo com Bakhtin, quando se analisa uma oração destacada do contexto, perdem-se as ressonâncias dialógicas sobre os enunciados que antecedem aos outros e os vestígios da alternância dos sujeitos do discurso são enfraquecidos. Para ele, esses fenômenos ligados ao todo do enunciado deixam de existir quando esse todo “desaparece do campo de visão do analisador” (BAKHTIN, 2016, p. 69). Assim, a análise será feita considerando-se o contexto e mantendo seus elementos (ainda que pouco evidentes, por vezes silenciados ou inaudíveis) no campo do analisador.

1. PROBLEMA DE PESQUISA

Diante de um cenário de forte intensificação e precarização do trabalho do pesquisador público brasileiro e fortalecimento dos mecanismos de avaliação e controle, formula-se a seguinte questão de pesquisa:

- Como a política de avaliação científica brasileira produz modos de subjetivação específicos? Em outras palavras: quais as repercussões (efeitos de sentido), no campo da subjetividade dos avaliados, da política de avaliação científica adotada pelos órgãos reguladores da Pós-Graduação stricto sensu no Brasil?

1.1 OBJETIVOS

Geral:

- Analisar quais os efeitos de sentido das políticas de avaliação científica adotadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), para além da aferição de resultados.

Específicos:

- Analisar por que a avaliação do pesquisador se torna objeto de interesse e estudo no Brasil e no mundo, a partir de determinado momento histórico;
- Refletir sobre a naturalização da avaliação do pesquisador e de sua ênfase na comunicação científica/publicações;
- Problematicar a visão do pesquisador sobre o seu fazer e a sua carreira, especialmente no que se refere aos conceitos de autonomia e flexibilidade;
- Compreender a relação do avaliado com a avaliação e com os demais aspectos de seu trabalho/carreira e suas tensões;
- Problematicar o lugar subjetivo imposto ao pesquisador avaliado e no que uma avaliação implica.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

É impossível observar pessoas através de uma ideologia. A sua ideologia observa por você (PHILIP ROTH).

Pesquisar é atividade cuja problemática emerge da vida e cujos resultados a esta retornam, porém não somente como explicações ou compreensões de uma dada realidade. Assim como ocorre com cada palavra que procede de um outro e a este se dirige, sendo dispositivo não somente de evocação de mundos, mas principalmente de sua produção, a pesquisa é dispositivo que nos permite não somente conhecer uma dada realidade, mas afirmá-la, negá-la, destruí-la, total ou parcialmente. Por sua vez, via diálogo com um outro com o qual pesquisamos, seja este presente ou ausente, interlocutor conhecido ou anônimo, conhecemos não somente o seu mundo, mas nosso próprio mundo, nossas (in)certezas, sendo esse encontro possibilidade de reinvenção de ambos. (ZANELLA, 2014, p.182).

Parte-se da epistemologia crítica do concreto (FARIA, 2017), no qual a política científica será lida enquanto enunciado, conforme entendido pela Filosofia de Linguagem do Círculo de Bakhtin. O enunciado, para Bakhtin (2011), está posto em resposta a enunciados anteriores e antecipa novos enunciados; está, portanto, situado historicamente, e representa o posicionamento/ a voz de um grupo social. Conforme abordado em trabalho anterior, “a teoria enunciativa do Círculo de Bakhtin possibilita a leitura de uma política como a manifestação de relações de poder, produtora de modos de subjetivação” (MAGNIN E PAN, 2015, p.155).

Para superar a autorregulação do saber científico, onde as leis do próprio discurso científico determinam seu desenvolvimento, métodos e procedimentos, é demandada uma vigilância epistemológica, e, por conseguinte, uma prática epistemológica que a corresponda (FARIA, 2015). Assim, “a epistemologia é, em essência, crítica, mas nem toda epistemologia é uma epistemologia crítica do concreto” (FARIA, 2015, p. 18). A partir da epistemologia proposta por Faria (2015), é possível compreender a construção do conhecimento a partir da primazia do real concreto, buscando desvelar as contradições, por meio de seu tensionamento e análise dialética.

A Filosofia de Linguagem de Bakhtin, assim como a Epistemologia Crítica do Concreto, parte do materialismo histórico e apresenta ferramentas de análise convergentes, tendo sido adotada para fundamentar a análise da contradição como elemento constituinte da realidade concreta. Dada a natureza fundamentalmente qualitativa do estudo e a detecção da falta de estudos qualitativos que pesquisem a forma como o pesquisador avalia a política, o posicionamento do pesquisador em relação à política científica foi analisado por meio da análise discursiva a partir das entrevistas conduzidas em profundidade e da leitura da própria política enquanto enunciado.

Esse tipo de análise condiz com a epistemologia adotada, que permite captar as sutilezas do fenômeno, ainda pouco estudado. Além disso, compreender o posicionamento do pesquisador em relação à política de avaliação envolve um processo intersubjetivo que não está dado à priori, de modo que novas relações intersubjetivas são construídas a cada novo diálogo que se estabelece. Aspectos subjetivos tendem a ser melhor estudados por meio da abordagem qualitativa, especialmente quando se trata de um estudo na área das ciências sociais, em que o próprio conceito de objetividade/subjetividade depende de uma convenção social, ou seja: são os próprios sujeitos (subjetividades) que, por meio do estabelecimento de regras, definem o que é objetivo e o que não é, em dado contexto, conforme será abordado nos capítulos finais desta tese.

Em relação à dimensão temporal, trata-se de um corte transversal, no qual os fenômenos são estudados em relação à sua construção histórica. Como instrumentos de coleta de dados, foram utilizados: consulta ao currículo *Lattes* dos pesquisadores, entrevistas dialogadas e questionários.

Dadas as características do fenômeno a ser estudado e a epistemologia crítica adotada na pesquisa, foram conduzidas entrevistas dialogadas em profundidade, mas também foi ofertada a opção de responder ao questionário (perguntas abertas), conforme detalhado no próximo item. O objetivo foi apresentar flexibilidade para que pudesse ser estabelecido um diálogo com os sujeitos de acordo com as suas condições e possibilidades. Vale ressaltar que para Bakhtin (2011) o enunciado⁴ não é separado em sua dimensão oral ou escrita, de forma que todas as enunciações foram recepcionadas enquanto texto, enquanto posicionamento discursivo. Diferentemente de outros teóricos da área, Bakhtin não separa drasticamente a cultura oral e a escrita, de modo que vincula toda comunicação ao ato ético, à responsabilidade e ao posicionamento ideológico, em intercâmbio contínuo com as demais vozes (BUBNOVA e TONELLI, 2011).

Compreender as múltiplas e recíprocas determinações permite uma compreensão mais realista dos fenômenos sociais, que se configuram a partir das próprias relações humanas estabelecidas e modificadas – e modificáveis - ao longo da história.

De fato, há uma antiga discussão entre psicologia e sociologia, com ênfase maior na autonomia do humano em fazer sua história ou com maior ênfase sobre as circunstâncias, o contexto histórico que possibilita que o humano faça a sua história (SAVIANI, 2003). Saviani

⁴ Enunciado, na comunicação discursiva, é a unidade mínima de sentido que pode ser respondido no processo da comunicação dialógica. O enunciado abarca não apenas o dito explicitamente, mas também a esfera do suposto, do não dito.

conclui que é necessário o estudo da dialética entre esses aparentes opostos, ou seja, como esses processos “reciprocamente se determinam”, enquanto processos dialéticos que se incluem, e não se excluem. De acordo com Marx (2013): “cabe considerar que os homens determinam as circunstâncias ao mesmo que são determinados por elas” (p.4).

O posicionamento epistemológico adotado será aprofundado no item 2.3, em que nos posicionamos em relação ao discurso do outro. Nele abordaremos especificamente como lemos, ou melhor, como dialogamos com as vozes da pesquisa - as outras vozes - sem deixar de considerar as relações materiais concretas.

E como considerar as relações materiais concretas sem assumir a posição do juiz que vai julgar o que é ou não hegemônico, a voz de quem apresenta maior ou menor consciência? Esse tipo de julgamento não está em nossa arena de atuação, não ressoa com a nossa proposta, já que consideramos que cada sujeito, a partir da relação com o mundo concreto e com outras subjetividades, produz a sua realidade subjetiva (que é sempre social) - e não a deixa de lado na sua relação com o concreto.

Ou seja, ainda que o concreto, a materialidade, exista fora do campo subjetivo (primazia da matéria), para uma consciência, para um sujeito, o concreto será acessado a partir da sua apropriação, o que ocorre por meio do concreto pensado. Isso significa dizer que cada sujeito fará a própria leitura do mundo, condicionada pelas condições materiais a que se está submetido. Essa concepção, de fato, produz um afastamento das ciências humanas e sociais das chamadas ciências duras, que estudam as relações materiais desconsiderando-se os posicionamentos sobre elas.

No entanto, mesmo nas ciências duras esse paradigma dominante está em cheque, visto que a física quântica já tem demonstrado que inclusive o comportamento da matéria, dos átomos (em sua maior parte vazio) modifica a sua trajetória diante de um observador. Bakhtin (2011), em Apontamentos de 1970-1971, demarca, a respeito da posição do experimentador e do observador na teoria quântica: “A presença dessa posição ativa muda a situação e, por conseguinte, todo o experimento. Já é de todo diferente o acontecimento que tem um observador, por mais distante, oculto e passivo que seja”. (BAKHTIN, 2011, p.371).

Se Durkheim (2007) precisou fazer um grande esforço para aproximar a sociologia das ciências duras, para que ela tivesse a sua validade reconhecida, os esforços que se seguiram

foram no sentido justamente oposto: buscar o reconhecimento das ciências humanas e sociais em sua especificidade, em sua divergência com os paradigmas até então dominantes⁵.

Assim, ainda que não haja subjetividade que não seja socialmente constituída, todo posicionamento é condicionado por essa subjetividade. Nesse sentido, o sujeito não pode furtar-se de se posicionar - ainda que esses posicionamentos nem sempre sejam conscientes. No que se refere ao campo da consciência, verifica-se que somos menos racionais do que supomos, já que existem aspectos não conscientes no campo de nossas subjetividades que influenciam de modo bastante significativo as escolhas que fazemos. Bakhtin apresenta de maneira bastante clara essa complexa relação entre os sentidos (subjetivos) e a materialidade:

O sentido não quer (e não pode) mudar os fenômenos físicos, materiais e outros, não pode agir como força material. Aliás ele nem precisa disso: ele mesmo é mais forte que qualquer força, muda o sentido total do acontecimento e da realidade sem lhes mudar uma vírgula na composição real (do ser); tudo continua como antes mas adquire um sentido inteiramente distinto (a transfiguração do ser centrada no sentido). Cada palavra do texto se transfigura em novo contexto (BAKHTIN, 2011, p.404).

Assim, como Bakhtin, sem abrir mão da primazia da matéria, entende-se que a produção dos modos de subjetivação é condicionada pela realidade concreta, mas não se prende a ela. Em outras palavras, não é necessário mudar a composição do real para que novos sentidos e interpretações sejam criados e defendidos.

Assim, ao mesmo tempo em que estudaremos a composição concreta do campo (as políticas de avaliação criadas e impostas aos pesquisadores, por exemplo), estudaremos os modos como essas políticas afetam os pesquisadores com os quais dialogamos, ou seja, qual o posicionamento deles sobre as citadas políticas de avaliação. Nesse sentido, compreenderemos tanto os posicionamentos quanto a política de avaliação como um todo que é inseparável, que se relaciona dialeticamente.

No item a seguir explanamos como foi realizada a seleção das vozes da pesquisa.

2.1 SELEÇÃO DAS VOZES DA PESQUISA

Para a seleção das vozes da pesquisa, adotou-se a consulta aos Currículos Lattes dos pesquisadores, entrevistas dialogadas e questionários como instrumentos de coleta de dados. Além disso, foi consultado o Relatório da Avaliação Quadrienal 2017 e o documento CAPES

⁵ Pode-se citar, por exemplo, Bourdieu, para quem o positivismo é característica das ciências exatas; Bachelard e o materialismo racional; Foucault e a arqueologia do saber; Lévi-Strauss e o modelo como simulacro do real; entre tantos outros.

da área “Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo”. Também foram coletados dados nos sítios dos programas de pós-graduação em Administração. Os sujeitos participantes da pesquisa foram selecionados com base nas seguintes etapas:

- i) Seleção dos programas de pós-graduação em Administração com mestrado E doutorado ofertados por universidades públicas brasileiras com notas 5, 6 ou 7 na avaliação quadrienal 2017. A escolha dos programas mais bem avaliados justifica-se pela compreensão de que “aquilo que é mais desenvolvido fornece as chaves analíticas para o que é menos desenvolvido” (Freitas, 2018, p.19), conforme aponta Marx (2007). Nesse sentido, pode-se considerar que os programas com notas 5, 6 e 7 encontram-se em um estágio mais próximo daquele preconizado pela política de avaliação, em que os mecanismos de controle da subjetividade se apresentam mais desenvolvidos. Dessa seleção resultaram sete programas, conforme quadro abaixo:

Quadro 1 - Relação das universidades contatadas e notas dos respectivos PPG

Universidade pública brasileira	Nota do Programa/ Avaliação Capes 2017
Universidade de Brasília	5
Universidade Federal da Bahia	5
Universidade Federal de Lavras	5
Universidade Federal do Paraná	5
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	5
Universidade Federal do Rio de Janeiro	6
Universidade Federal de São Paulo	7

Fonte: elaborado pela autora (2020).

- ii) Em cada um dos programas, foi consultado o currículo Lattes de todos os pesquisadores permanentes dos sete programas selecionados, em um total de 219 pesquisadores; colaboradores não foram considerados.
- iii) Foram selecionados os pesquisadores que atenderam aos seguintes critérios:
 - a) mínimo de 13 artigos publicados entre os anos de 2015 a 2017; b) mínimo de 6 artigos publicados em algum desses anos (2015, 2016 ou 2017). A escolha dos critérios baseou-se em um número que representasse publicação anual maior que 4 artigos e alguma concentração nessas publicações (pelo menos seis artigos em algum dos anos). Esse segundo critério foi estabelecido com vistas também a limitar o número de pesquisadores, já que muitos apresentavam cinco publicações em algum dos anos e quatro nos demais. Foram selecionados os 30 pesquisadores que atenderam aos critérios⁶.
- iv) Elaborou-se uma carta, com o objetivo de apresentar o trabalho e convidar cada um dos pesquisadores selecionados a participar na pesquisa. Carta-convite em anexo (Apêndice 1). O convite foi enviado a cada pesquisador individualmente, via e-mail institucional. Nos casos em que o e-mail institucional não estava disponível e/ou apresentava erro, foi localizado o e-mail pessoal em sites de busca na internet.
- v) Antes do envio da Carta-convite, foi novamente verificado o Currículo Lattes de cada um dos pesquisadores, e verificou-se que um dos pesquisadores selecionados não atendia a ambos os critérios, tendo sido excluído da pesquisa. Assim, foram enviados os convites a 29 pesquisadores, todos no mesmo dia (26 de março de 2018), sendo nove mulheres e vinte homens. O Quadro 2 abaixo apresenta o número de pesquisadores vinculados a cada programa no mês da seleção (março/2018) e o número de pesquisadores selecionados:

⁶ Nesse sentido, a seleção não distinguiu pesquisadores mais produtores (que mais publicam em termos absolutos) de pesquisadores mais produtivos (que mais pontuam segundo critérios de avaliação do Comitê de Área e do Conselho Técnico-Científico de Educação Superior (CTC-ES)).

Quadro 2 – Relação do número de pesquisadores selecionados por programa

Universidade pública brasileira	Número de pesquisadores permanentes	Pesquisadores selecionados
UNB	28	8
UFBA	22	3
UFLA	21	3
UFPR	21	2
UFRGS	57	5
UFRJ	24	3
USP	46	5

Fonte: elaborado pela autora (2020).

- vi) As entrevistas foram realizadas entre 26/03 e 06/04/18, totalizando sete entrevistas. O roteiro semiestruturado de entrevista encontra-se no Apêndice 1 (Roteiro de Entrevistas). Foram realizadas entrevistas presenciais, via Skype e via outros programas de teleconferência, conforme preferência do pesquisador entrevistado e também por telefone. Além disso, quatro pesquisadores responderam à pesquisa por escrito (questionário), sendo a última resposta recebida em 19/05; totalizando, até então, *onze participantes*.
- vii) Dois pesquisadores responderam que não podiam (devido a problemas familiares graves) ou não tinham interesse em participar da pesquisa. Ainda, outro pesquisador apresentou interesse em participar da pesquisa, mas estava com pouca disponibilidade no momento e solicitou contato futuro. Os demais não responderam o e-mail.
- viii) Todas as entrevistas realizadas foram gravadas, por programas de computador (entrevistas realizadas remotamente) ou softwares de celular (entrevistas presenciais), com a devida autorização dos sujeitos

entrevistados. As entrevistas, presenciais ou à distância, duraram entre 40min a 80min.

- ix) No mês de maio alguns pesquisadores que haviam se disposto a participar foram novamente contatados e foi possível realizar mais duas entrevistas à distância (pseudônimos: *Juliano, 55 anos* e *Alice, 59 anos*).

Ao total, participaram treze pesquisadores do estudo. Foram realizadas nove entrevistas e quatro pesquisadores optaram por responder via questionário (questões abertas, as mesmas que guiaram as entrevistas).

Não houve nenhum representante da UFBA, nem sequer nenhuma resposta ao convite enviado por e-mail. Da Universidade Federal de Lavras apenas um pesquisador respondeu, afirmando que agradecia o convite, mas estava “de ressaca” do assunto. Portanto, participaram da pesquisa pesquisadores vinculados aos programas de pós-graduação em Administração das seguintes universidades: UNB, UFPR, UFRGS, USP e UFRJ.

Partiu-se de um roteiro semiestruturado para a condução das entrevistas, permitindo a abordagem de temas correlatos e não diretamente relacionados, conforme a necessidade e a dinâmica que surgia na própria relação com os entrevistados. Partiu-se do entendimento que temas, falas e posicionamentos relevantes, porém não esperados, poderiam surgir ao longo das conversas, que tomaram mais a forma de diálogos, em que ambas as partes se pronunciavam, que de entrevistas formais, com perguntas e respostas encadeadas.

Ao longo da realização das entrevistas, outras perguntas consideradas mais pertinentes para o objeto de estudo foram incluídas, e perguntas que não se mostraram muito relevantes foram retiradas do roteiro.

2.2 APRESENTAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Dos vinte e nove pesquisadores selecionados e contatados por e-mail, apenas 9 eram mulheres. No entanto, as mulheres apresentaram taxa de resposta significativamente maior, sendo que das 9 selecionadas, 6 participaram do estudo (66%) enquanto que dos 20 homens apenas 7 se dispuseram a participar da pesquisa (35%), totalizando treze entrevistados.

Os participantes estão vinculados à UNB (5), UFPR (2) UFRGS (1), USP (3), UFRJ (2), sendo, portanto, 6 mulheres e 7 homens. Quanto ao perfil, dentre os entrevistados, 6 são bolsistas de produtividade (2 mulheres e 4 homens), sendo 2 nível 1 (1A e 1D) e 4 nível PQ2.

A média de idade dos entrevistados é de 51,5 anos, sendo todos casados, onze deles com filhos e apenas dois sem filhos. Seis dos entrevistados tinham, à época da entrevista, filhos maiores, com idades entre 25 e 43 anos. Já os outros cinco entrevistados tinham filhos com idades entre 01 e 21 anos.

Doze dos treze entrevistados estavam vinculados à universidade pública em regime de dedicação exclusiva, um apenas com contrato de trabalho de 20h semanais. O ano de ingresso nas universidades como servidor variou entre 1989 e 2009, e o ingresso nos programas de pós-graduação, entre 1994 e 2014.

Praticamente todos os entrevistados já possuem experiência de quase dez anos como professores universitários, sendo que os mais novos (na carreira) ingressaram em 2009, e apenas um em 2011. São, portanto, professores que possuem já alguma experiência e vivência no ambiente universitário.

Dos onze respondentes, os entrevistados 1 a 7 participaram de entrevistas conduzidas em abril/2018 por telefone ou Skype (E1 a E7), e quatro optaram por participar respondendo ao questionário com perguntas abertas, tendo em vista a facilidade de organizar as ideias ou por questões de falta de tempo/horário para agendar a entrevista (E8 a E11). No mês de maio foi possível realizar mais duas entrevistas à distância (E12 e E13).

Dados os elementos de disputa, precarização, escassez de recursos e alto nível de desempenho exigido dos pesquisadores, seguiremos com a metáfora da *batalha* por meio da atribuição de pseudônimos aos nossos entrevistados. Serão pseudônimos que denominaremos “nomes de guerra”. Por meio deles identificaremos cada um dos nossos “guerreiros”, protegendo a sua identidade e mantendo o sigilo imprescindível a toda pesquisa acadêmica.

No universo militar, de fato, utiliza-se uma terminologia própria que mobiliza recursos simbólicos para delimitar o espaço das batalhas do universo “mundano”. Assim, seguem os nomes de guerra atribuídos a cada um dos pesquisadores entrevistados. Ao lado do nome atribuído a cada guerreiro e guerreira, apresentaremos a data de ingresso dos mesmos no campo de batalha em estudo:

E1 – João Gustavo, 68 anos, ingressou na pós-graduação em 1995

E2 – Henrique, 39 anos, na pós-graduação desde 2010

E3 – Vinícius, 34 anos, na pós-graduação desde 2014

E4 – Mário Felipe, 59 anos, na pós-graduação desde 1999

E5 – Ana Carolina, 63 anos, na pós-graduação desde 2003

E6 – Clarice, 49 anos, na pós-graduação desde 2009

E7 – Mariana, 61 anos, na pós-graduação desde 2002

E8 – Rubens, 39 anos, na pós-graduação desde 2010

E9 – Gabriela, 44 anos, na pós-graduação desde 2013

E10 – Lucas, 61 anos, na pós-graduação desde 1999

E11 – Ísis, 40 anos, na pós-graduação desde 2014

E12 – Juliano, 55 anos, na pós-graduação desde 2011

E13 – Alice, 59 anos, na pós-graduação desde 1990

Rubens (39) e Lucas (61) não possuem filhos, enquanto os demais possuem pelo menos um filho(a). As áreas de atuação/pesquisa dos professores que participaram da pesquisa são bastante variadas, conforme segue:

- Estratégia e organizações
- Comportamento organizacional
- Finanças e métodos quantitativos
- Mercado de capitais e Finanças corporativas
- Empreendedorismo e Inovação
- Estratégia, análise e aprendizagem organizacional
- Economia das organizações
- Desempenho organizacional e mercadológico e marketing
- Políticas e práticas de gestão de pessoas e marketing
- Desenvolvimento, estratégias e inovações sustentáveis
- Logística e análise de decisões
- Estratégia, rede de negócios e clusters
- Cultura e consumo

2.3 A ANÁLISE DA POLÍTICA DE AVALIAÇÃO A PARTIR DOS ENUNCIADOS

As entrevistas gravadas foram transcritas, com vistas a facilitar a análise da política de avaliação a partir das vozes obtidas e do posicionamento de cada interlocutor. Tanto as vozes

obtidas por meio das entrevistas quanto aquelas obtidas por meio dos questionários foram analisadas enquanto enunciado, enquanto posicionamento discursivo.

Para Bakhtin (1992), todo enunciado nasce, vive e morre em condições históricas e concretas, em um determinado grupo social, na vida social de um determinado grupo. Assim, ele não representa um grupo; ele é a realidade de um grupo. O enunciado, para o autor, é entendido como ato, ato esse singular, irrepetível, *sui generis*. Se caracteriza por estar sempre posto em resposta a enunciados anteriores e em antecipação a enunciados futuros. É produtor de sentidos e sempre dialógico, pois implica em um posicionamento ético - de um sujeito singular e único, frente à sua realidade -, e estético, ativo, contextualizado e localizado historicamente.

Assim, ainda que um enunciado em dado momento seja trazido à arena de vozes por um sujeito particular, deve-se compreender o enunciado não como a expressão da singularidade daquele sujeito, mas como uma voz que representa os interesses de um grupo. Todo enunciado é posicionado ideologicamente e constitui-se, portanto, como prática de produção de sentidos, de subjetividades (BAKHTIN, 1992).

Considerando-se a epistemologia crítica do concreto, a fase de análise de dados não ocorreu em separado da fase de coleta de dados, sendo que a todo momento a pesquisadora esteve confrontando os resultados parciais à literatura, sendo um processo dialético de ida e vinda da realidade material para a teoria, e vice-versa. Na epistemologia proposta, a fase de análise inicia-se já no primeiro contato com a realidade estudada, por meio de sua constante submissão a relações de tensão e questionamento.

Segundo Karel Kosík (1976), a práxis utilitária colocaria o homem em condições de orientar-se no mundo, mas sem proporcionar a compreensão das coisas e da realidade. Cria-se uma sensação de intimidade, confiança e familiaridade com a realidade, e não questionados os fenômenos além de suas aparências (mantém-se no campo da pseudoconcreticidade). Fenômeno é confundido com a essência, como se fossem sinônimos e não houvesse nada além do que é mostrado. Para o autor, se fossem a mesma coisa, não haveria necessidade da ciência ou da filosofia. Nesse sentido, entende-se que há pouco questionamento no que se refere à lógica da produtividade no meio acadêmico, pois cria-se a sensação de familiaridade com as políticas de produção e avaliação do trabalho do pesquisador.

Na nossa concepção teórica, o pesquisador não busca atender a expectativas externas, mas é desafiado a compreender os elementos de sua pesquisa de forma inédita, diferenciada, imprevisível. Para tanto, é necessário suportar o estranhamento e o não-reconhecimento imediatos; estar diante do fenômeno sem o compreender. Esse pesquisar aproxima-se bastante

da ação do psicanalista, que, diante da demanda inicial do paciente, recua, aguarda, silencia, não apresenta respostas. O analista sabe que as grandes questões ainda estão por vir. Da mesma forma, o pesquisador não se agarra às primeiras impressões que o fenômeno lhe apresenta. As presencia, mas não como a verdade última, mas como uma primeira instância de verdade, como sua pseudoconcreticidade (KOSIK, 1976).

Assim, os resultados obtidos foram sistematicamente confrontados com a teoria existente, o que permitiu a elaboração teórica e o retorno ao real concreto sucessivamente, de modo que o fenômeno fosse compreendido para além da aproximação precária, mas em suas dimensões dialéticas e contraditórias.

Questões como a construção intersubjetiva de critérios de objetividade, a construção social da objetividade-subjetividade, as noções de verdade, competência, produtividade, avaliação, foram questionadas e tensionadas, com vistas a desnaturalizá-las e situá-las na história, com os significados que lhes são atribuídos na “arena de vozes”, nas disputas, nos jogos de interesses. Todo esse questionamento de pressupostos dados como “verdades” fizeram parte da análise dos resultados, já que entendemos cada enunciado como representante de uma voz, de um olhar, de uma visão possível de um fenômeno múltiplo e complexo, qual seja, a própria política de avaliação científica.

No sentido bakhtiniano, a voz representa os interesses específicos de um grupo, seja em uma política pública, em um pronunciamento ou em qualquer outro tipo de posicionamento. A voz de um grupo social “pode estar representada na arena de vozes ou silenciada por outra voz, que ascende como única, verdadeira, empoderada, monovalente, naturalizada em relação a outras” (MAGNIN E PAN, 2014, p.19).

A partir da filosofia de linguagem de Mikhail Bakhtin e da incorporação de elementos da Epistemologia Crítica do Concreto, as etapas de análise da política e dos enunciados incluíram, mas não se limitaram a:

- i) Fazer a leitura da “arena de vozes”;
- ii) Situar os discursos predominantes em cada esfera;
- iii) Identificar discursos minoritários;
- iv) Tensionar os discursos;
- v) Analisar dialeticamente elementos contraditórios;
- vi) Situar o fenômeno historicamente;
- vii) Localizar as representações que o fenômeno adquire ao longo da história;
- viii) Elaborar temas/categorias de análise

Como nosso objeto de estudo é a política de avaliação em sua relação com os aspectos objetivos e subjetivos do trabalho, que não se separam, mas compõem uma dialética, interessamos compreender:

- Como a política de avaliação se materializa no enunciado dos sujeitos?
- Como os sujeitos de apropriam dela?
- Como uma política se torna ela mesma uma norma a ser seguida e defendida por aqueles a ela sujeitos?
- Como uma política convoca a subjetividade dos sujeitos, configurando um determinado jeito de se posicionar frente a ela?

Essas perguntas foram elaboradas já enquanto fazíamos a análise dos resultados da pesquisa, pois essas indagações (e de novo, pedimos licença à lógica de exposição para apresentar a lógica de construção do trabalho) já são, em certa medida, resultados da pesquisa. Precisamos, então, apresentar o método que nos permitiu, a partir da análise do discurso dos sujeitos, a partir da leitura de seus posicionamentos frente à política, tanto formular esses questionamentos quanto indicar possíveis caminhos para responde-los.

Como resultado de uma construção própria, de uma proposta que inclui a visão da ideologia como um lugar que traz segurança ao sujeito do discurso e do qual o sujeito não se distingue (se percebe sempre dentro do referencial adotado, já que não há sujeito sem ideologia), contribui-se à análise das políticas de avaliação **nas organizações** incluindo-se as seguintes dimensões de análise, que denominamos “*Análise dos campos de segurança e fronteiras imaginativas*”:

- i) Trazer à arena de vozes as ideologias que sustentam os discursos, ou seja: encontrar lugares de segurança do sujeito que fala, isto é, aspectos que não são postos em questão – o que é tido pelos sujeitos como certo, verdadeiro, dado, natural;
- ii) Situar os lugares de contestação/ crítica/ problematização do sujeito que fala;
- iii) Analisar os espaços de dúvida/ surpresa/ não saber do sujeito que fala;
- iv) Identificar em que momentos a imaginação é apresentada, ou seja, em que campos o sujeito consegue vislumbrar possibilidades diferentes das conhecidas

Essas quatro dimensões de análise propostas e utilizadas neste trabalho são consideradas especialmente importantes e pertinentes ao posicionamento epistemológico ora adotado, pois

não acreditamos na prevalência de um sujeito predominantemente racional, que tem as ideias claras e prontas, mas em um sujeito que tende a defender ideias que lhe assegurem dada segurança subjetiva, em que ele possa se sentir bem, fazendo parte, “atendendo aos critérios”.

São esses aspectos importantes de serem abordados quando o objeto de estudo é a própria política de avaliação e não os resultados que ela auferir. Percebemos que diversos trabalhos de pesquisa na área de Administração partem não da problematização da política, da norma, mas do que ela estipula como normal, esperado, produtivo. Isso é problemático, pois da ciência não se espera apenas a ratificação do que é tido como aparente verdade, mas o seu próprio questionamento e problematização.

Por exemplo, diversos trabalhos que estudam a produtividade do pesquisador limitam-se ao estudo quantitativo a partir da contabilização do número de publicações expostos nos currículos lattes dos professores⁷. O que faz com que esses professores sejam os mais “produtivos”? O número de publicações, em si mesmo, ou a norma que estipula que o número de publicações é um/o critério válido para esse tipo de aferição?

Explicaremos abaixo em detalhes cada uma das quatro dimensões de análise do método proposto para a análise das políticas de *avaliação em sua relação com as dimensões objetiva e subjetiva*:

- i) Trazer à arena de vozes as ideologias que sustentam os discursos, ou seja: encontrar lugares de segurança do sujeito que fala, aspectos que não são postos em questão – o que é tido pelos sujeitos como certo, verdadeiro, dado, natural: entende-se que todo discurso é um posicionamento e é, portanto, ideológico, isto é: todo sujeito parte de um conjunto de crenças e verdades para posicionar-se. Essas verdades incluem vivências familiares, sociais, escolares, assim como significados atribuídos a acontecimentos. Incluem a leitura da realidade que o sujeito faz: as noções de verdade, justiça, o posicionamento político, moral e ético adotado, entre outros. Inclui verificar qual é a verdade a qual o sujeito busca se ajustar; em que noções de verdade o seu discurso se ampara; sobre que representação de realidade o sujeito age e trabalha.

⁷ Ver “A Política de Avaliação da Produtividade Acadêmica Brasileira sob a ótica dos Pesquisadores: uma Meta-síntese a partir da Filosofia de Linguagem de Mikhail Bakhtin” (Magnin, Faria, Takahashi, 2017) Enanpad. Neste trabalho verificamos que “ao não se problematizar o contexto e as vozes, corre-se o risco de se adotar posicionamentos funcionalistas, que legitimam enunciados já em evidência, naturalizando-se a realidade e comprometendo-se a concepção do sujeito como agente de transformação”.

- ii) Situar os lugares de contestação/ crítica/ problematização do sujeito que fala: identificar o que comove o sujeito, o que o incomoda, o que é por ele considerado desumano, cruel, desmotivador; o que vai contra as suas crenças e noções de verdade, justiça, moral e ética. O que o mobiliza, o que ele vê com desaprovação e discordância; que aspectos da política o sujeito problematiza, tece críticas.
- iii) Analisar os espaços de dúvida/ surpresa/ não saber do sujeito que fala⁸: Os lugares de dúvida são especialmente importantes, pois é quando o sujeito se coloca como estrangeiro de si mesmo, ou da realidade dada. Em outras palavras, é quando o sujeito é capaz de estranhar o fenômeno que até então era visto por ele mesmo como “natural”, “normal”. Essa dimensão torna-se fundamental na medida em que se percebe que o sujeito não coincide com a sua própria representação de si mesmo, ou seja, o sujeito sempre pode ser posto como objeto de sua própria investigação - no íntimo do sujeito, há “ares” de exterior.

Abaixo apresentamos alguns passos - entenda-se: caminhos possíveis, não lineares, aspectos esses complementares e relacionados uns com os outros - da leitura/análise dos sentidos produzidos por uma política e que podem auxiliar nessa esfera do “não saber”. Na medida em que esses foram os caminhos adotados nessa pesquisa, torna-se também uma proposta de aspectos a serem observados em trabalhos futuros que se proponham a estudar a política em sua relação com aspectos objetivos e subjetivos:

- a) identificar quando o sujeito se faz perguntas para as quais ele mesmo não tem respostas prontas; percepções de que para determinadas questões (ainda) não se tem resposta;
- b) identificar momentos em que o sujeito percebe que ele próprio não é tão lógico e racional quanto imaginava;
- c) analisar os momentos de surpresa, em que o sujeito se depara com que supostamente não sabia, ou com o saber que existe, mas não estava totalmente acessível à consciência;

⁸ Para Bakhtin (2016), “o estado do não ouvido e não compreendido (cf. T. Mann). ‘não sei’, ‘foi assim que aconteceu, aliás, o que é que eu tenho a ver com isso?’ - são relações importantes” (Bakhtin, 2016, p.89-90) a serem considerados em uma interpretação. A interpretação, ao contrário da explicação, sempre evoca um terceiro: “a interpretação nunca é uma tautologia ou uma dublagem, pois aí há sempre dois e um potencial terceiro” (p.89).

- d) observar quando o “não saber” vincula-se à noção de alteridade, de ser capaz de conceber um outro sujeito sobre quem pouco se sabe;
- e) capacidade de inclusive perceber esse outro em si mesmo (alteridade para si), ver-se como outro, ou como dirá Bakhtin, “ver-se com os olhos do outro”; momentos em que o sujeito estranha a sua própria conduta, estranha-se, estranhera-se de si mesmo;
- f) verificar o que o sujeito faz sem saber porque faz;
- g) identificar em que situações o saber é impotente para alterar o que se faz;
- h) analisar o que leva o sujeito a fazer o que faz, ainda que haja um saber/ um entendimento sobre, ou seja, quais os aspectos *afetivos/ de outra ordem que não a do saber* estão em jogo em determinada situação?

- iv) Identificar em que momentos a imaginação é apresentada, ou seja, em que campos o sujeito consegue vislumbrar possibilidades diferentes das conhecidas: O que mobiliza, incomoda, fere o sujeito, torna-se combustível para que ele possa vislumbrar outras possibilidades? *Ou o que incomoda é negado, naturalizado? Em que medida o incômodo é capaz de produzir um posicionamento que leve para além da realidade dada, que modifique a própria realidade?* Até que ponto os sujeitos da pesquisa apresentam/visualizam outras possibilidades de lidar com o fenômeno? Em que medida as tomam como possibilidades de mudança nas configurações da realidade e em que medida as tomam como “delírios”, “sonhos inatingíveis”? Mais: em que medida a abertura de “lugares de dúvida”, de alteridade, inclusive de alteridade para-si propicia o exercício da imaginação, a produção do psiquismo para além dos padrões dados, das normas e leis impostas, já dadas?

Alteridade para-si implicaria em “exercer a alteridade consigo mesmo”, descolar-se de si mesmo, se posicionar com estranheza diante do que é (e imediatamente já não é, foi) o próprio posicionamento, estrangeirar-se. Trata-se de tomar o conflito entre o mundo interno e o mundo externo como objeto de reflexão: em que medida o que eu defendo de fato representa o que eu penso? Em que medida o que eu faço coincide – ou se afasta - do que eu gostaria de fazer? Em que momentos a minha ação não é motivada pela lógica racional? Em que medida atuo no sentido contrário do que pareço defender?

Essa capacidade de, ao mesmo tempo:

i) descolar-se em alguns momentos das próprias verdades e crenças, para ver os conflitos que as nossas próprias verdades nos impõem;

ii) afastar-se das próprias representações imaginárias/ fantásticas para enxergar algo mais próximo do que a realidade de fato apresenta.

São esses, consideramos, aspectos imprescindíveis para o exercício da pesquisa acadêmica crítica, que não toma o aparente, naturalizado, tido como normal, como a própria realidade, ainda que ela possa ser a realidade psíquica para alguns sujeitos – e, portanto, a realidade defendida por eles.

Note-se que essas quatro dimensões de análise do método apresentadas acima devem ser simultaneamente utilizadas, com vistas a compreender aspectos contraditórios do fenômeno que não estão facilmente apreensíveis. Elas são importantes para:

- i) Em um primeiro momento, possibilitam analisar a relação que o sujeito que fala estabelece consigo mesmo: que aspectos o sujeito problematiza? Que tipo de problematização é realizada? (por exemplo, critica-se a demora das revistas brasileiras em emitirem a avaliação dos artigos);
- ii) Em um segundo momento, para o pesquisador questionar o que o sujeito problematiza (por exemplo, por que a gestão das revistas brasileiras são questionadas pelos pesquisadores?)
- iii) Em um terceiro momento, para o pesquisador se perguntar por que um dado aspecto é problematizado, e não outro (por exemplo, por que o pesquisador critica a gestão lenta das revistas brasileiras e não problematiza as suas próprias condições intensificadas de trabalho, que se constituem em um aspecto importante na demora da emissão dos pareceres?)
- iv) A seguir: o que permite que eu, pesquisador(a) proponha essa reflexão (que, no exemplo, relaciona a demora dos pareceres à própria intensificação de trabalho a que o trabalhador está submetido), questão essa que os meus entrevistados não se fazem, embora tragam todos os elementos necessários para o estabelecimento de tal relação?
- v) Que outros questionamentos eu poderia fazer/elaborar, que eu pesquisador(a) (ainda) não consigo fazer? Que campos de segurança (crenças/verdades para mim/ideologias) dificultam enxergar as contingências materiais da realidade?

Ou seja, na nossa concepção, a existência de uma realidade psíquica, que é a representação (conjunto de ideias) que cada sujeito faz da realidade (inclusive o pesquisador),

a partir de sentidos e significados comuns, sociais, e da própria relação com o mundo concreto, não destitui a prevalência, não entra em conflito com a primazia do material/concreto. No entanto, é evidente que todo pesquisador *imporá restrições e ao mesmo tempo apontará caminhos à sua pesquisa*, por seu próprio posicionamento, já que na concepção adotada nesta pesquisa, não há posicionamento que não seja ideológico, que seja isento, neutro.

Porém, ao se conceber que existe uma realidade psíquica, que para um sujeito dado, não se separa do mundo material (ou seja, o sujeito passa a enxergar o mundo a partir das suas lentes, das suas concepções de verdade, da sua ideologia), permite ampliar o objeto de estudo de um fenômeno social: não estudamos nem as representações imaginárias que se faz de um fenômeno social, nem o fenômeno em si mesmo (pois, se é social, ele não existe separado dos atos humanos que o produzem, que o aceitam, que o negam, que o alimentam, criticam ou descontrolam), mas como são estabelecidas as relações entre o fenômeno – no caso, a política de avaliação – e a forma como os sujeitos (no caso, os pesquisadores) o tomam, objetiva e subjetivamente.

Assim, tão importantes quanto os espaços de segurança e crítica/contestação, são os espaços de dúvida, em que o sujeito se permite não apresentar resposta pronta, em que ele é capaz de sustentar o próprio não saber, de se questionar - momentos em que o sujeito admite não saber, e se faz perguntas.

Ainda, a apresentação de espaços imaginários, os momentos que os sujeitos são capazes de vislumbrar possibilidades não apresentadas diretamente pela realidade, serão especialmente enfocados, visto que (e aqui, nos adiantamos e rompemos com o modelo padrão de exposição⁹, para abordar a próprio modo de investigação) como resultados, verificamos que o controle exercido por uma política de avaliação vai muito além do controle do trabalho em si mesmo, limitando inclusive o próprio exercício da imaginação, restringindo o psiquismo dos sujeitos.

Em um primeiro momento de análise, foram elaboradas categorias, por meio do objeto do discurso, sobre o que se fala. Por exemplo, na pesquisa dada, surgiram muitas falas referentes a que aspectos do trabalho motivam e o que aspectos do trabalho desmotivam o pesquisador.

A seguir, a segunda categorização envolveu a análise da relação do sujeito com a sua fala (não mais o que se fala, mas qual a relação que se ele próprio estabelece com o seu discurso, *como o sujeito se posiciona*):

⁹ “Sem dúvida, deve-se distinguir o modo de exposição segundo sua forma, do modo de investigação. A investigação tem de se apropriar da matéria em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o *movimento real*. Se isso é realizado com sucesso, e se a vida da matéria é agora refletida idealmente, o observador pode ter a impressão de se encontrar diante de uma construção a priori”. (Marx, 2013, p. 90, grifo nosso).

- O que se afirma?
- O que se nega?
- O que se questiona?
- Que dúvidas são trazidas ao campo?

Por exemplo, no que se refere ao posicionamento a respeito da ênfase da política de avaliação sobre a publicação de artigos: o que se afirma? O que se nega? O que se questiona? Que questões aparecem como “em aberto” para os sujeitos?

Alguns dos tópicos (sobre o que se fala) já estavam previstos e faziam inclusive parte do roteiro de entrevista, haja vista que existia um tema escolhido a ser investigado. No entanto, ao longo das entrevistas, verificamos que outros temas surgiram, temas esses não previstos de antemão. Por exemplo, não prevíamos abarcar discussões relacionadas à forma de significar o processo de saúde/doença, ou aspectos relacionados à aposentadoria, mas esses aspectos emergiram do campo.

Então, pode-se dizer que, como pesquisadores, demos certa tônica ao trabalho, escolhemos como trazer as vozes ao palco de investigação científica - mas sem deixar de estar atentos às mesmas, ao inesperado, ao imprevisto, ao que nos era contraintuitivo e inclusive ao que emergiu, sem que estivéssemos buscando.

Parte do que nos parecia relevante mostrou-se irrelevante, e aspectos impensados ocuparam as cenas. Enquanto pesquisadores, assumimos o orquestramento das vozes, dialogando com os sentidos produzidos a partir das conversas com os pesquisadores. Não se tratou de pesquisar os próprios pesquisadores, submetendo-os à condição de coisa muda, mas justamente o oposto: considerando-os como sujeitos de pesquisa, ao trazer suas vozes para a arena a partir dos materiais produzidos, fomos obrigados a refletir e posicionar-se ética e politicamente (AMORIM, 2002).

Ainda no que se refere à contribuição bakhtiniana para a análise do discurso, tomamos o texto enquanto voz, enquanto posicionamento de um grupo. A voz de um pesquisador não foi ouvida apenas como um posicionamento individual, mas como um posicionamento singular de um conjunto de vozes que ocupam a “arena de vozes”. Ou seja, não tomamos o discurso do sujeito enquanto um campo “intocado”, “inédito”, como o primeiro a pronunciar palavra. Ao contrário, tomamos a sua palavra e a posicionamos no contexto discursivo mais amplo: a quem o pesquisador se dirige quando afirma determinada coisa? De onde vem aquele discurso? Em resposta a que posicionamento ele se adianta e se coloca da forma apresentada?

No entanto, ressalva-se que não tomar o entrevistado enquanto o primeiro orador não significa destitui-lo de sua singularidade, de sua particularidade, de sua composição única enquanto sujeito que reúne determinada história, vivências, características e posicionamentos únicos. Ao contrário: quando afirmamos que importa identificar os campos de segurança subjetiva, é justamente porque uma determinada informação, “verdade” ou perspectiva pode ter um significado ou uma importância muito diferente, conforme cada configuração subjetiva do sujeito, que, embora socialmente constituída, é singularmente partilhada.

Então, nos interessa saber não quais as “verdades verdadeiras” – até porque para nós, no campo social, elas são uma abstração (no sentido de que as verdades se configuram como tal sustentadas em ideologias e nos posicionamentos que os sujeitos tomam em relação a elas, reificando, modificando ou as fortalecendo) –, mas como o sujeito se locomove e se situa no campo das verdades e das significações.

Os entrevistados, nessa pesquisa, são tomados como sujeitos de um discurso, ainda que sujeitos nem sempre conscientes do que os leva a fazer o que fazem, a defender o que defendem, e assim por diante. Nesse sentido, trouxemos ao texto trechos das falas desses sujeitos para que pudéssemos dialogar com os sentidos ali produzidos, apontando possíveis contradições, recorrências, ênfases, dúvidas, e refletir sobre posicionamentos adotados com maior ou menor frequência diante de determinadas questões. Destacamos, desde já, que partes do discurso dos entrevistados foram destacados (sublinhados), pois dialogavam diretamente com os aspectos que estavam sendo problematizados no texto.

Não buscamos com essa pesquisa fortalecer as certezas/ os posicionamentos que já temos, mas justamente o oposto: abrir e alargar o nosso próprio espaço de “não saber”, de alteridade, permitindo nos surpreender com o que não imaginávamos. Nesse sentido, e dado o caráter evidentemente qualitativo da pesquisa, foi dada prioridade à compreensão aprofundada dos fenômenos estudados e ao avanço teórico e metodológico.

2.4 CONCEITO DE SUBJETIVIDADE ADOTADO

Subjetividade é um conceito complexo dentro do campo da Psicologia, e possui diversas interpretações. Diante disso, cabe situar qual o conceito adotado nessa pesquisa. Nos mais diversos entendimentos possíveis no campo da Psicologia, em especial da filosofia da linguagem e da Psicologia Histórico-Cultural (PHC), campos sobre os quais nos apoiamos para o desenvolvimento deste trabalho, há uma compreensão comum, que é:

o entendimento da subjetividade como sendo, simultaneamente, produzida por e (re)produtora de relações históricas, sociais e simbólicas; ou seja, como produto de processos educativos (formativos) datados e situados em uma trama complexa, cujas especificidades configuram processos sociais contraditórios que, assim, determinam e/ou recompõem processos objetivos e subjetivos de assujeitamento-resistência ou, em outras palavras, de alienação-emancipação (PAN, ROSSLER, FERRARINI et. al., 2011, p.01)

Nesse sentido, a subjetividade é, ao mesmo tempo, produzida por e (re)produtora de relações históricas, sociais e simbólicas. Ressalta-se, assim, a dependência das subjetividades a uma época, social e histórica, situando o sujeito concreto, mas não de forma a determiná-lo.

Ao estudarmos a política de avaliação e a forma como ela atua no campo do psiquismo, será posta em evidência a forma como os sujeitos se posicionam em relação a ela: tanto no sentido de reproduzi-la, como de questioná-la e problematizá-la. Se a política produz efeitos no campo psíquico, se produz subjetividades prontas a acatá-la, ou subjetividades que a contestam, ou, o que é mais frequente, subjetividades que se posicionam criticamente ao mesmo tempo em que acatam as suas normas, esses são os múltiplos efeitos de uma política que, ao compor as relações sociais e concretas, produzem subjetividades.

Por maior que seja o entendimento e a contestação que se possa fazer sobre uma política e seus critérios de avaliação, ainda assim o sujeito concreto vivencia os seus efeitos e busca ser reconhecido, ao mesmo tempo em que é condicionado pelas relações sociais concretas. Ou seja, ainda que haja resistência, a política produz efeitos, já que a divisão entre cognição e afeto é apenas conceitual, não existindo no mundo vivido, no sujeito concreto, conforme veremos nos capítulos finais desta tese.

Assim, como já anunciado, compreendemos a política de avaliação como uma voz na arena de vozes, que enfrentará outras vozes: umas mais alinhadas ao que ela preconiza, outras menos; há vozes e posicionamentos majoritários, e vozes quase emudecidas.

Entendemos a linguagem não em seu caráter meramente representacional, como veículo para a transmissão de ideias (subjetivismo individualista), e nem a linguagem em sua dimensão estrutural, vista como estrutura sem sujeito (objetivismo abstrato). Adotamos a concepção de Bakhtin (1999) de linguagem.

Para Bakhtin: “a consciência só pode surgir e se afirmar como realidade mediante a encarnação material em signos. Imerso nas redes de significação de seu universo simbólico, o sujeito subjetiva-se, e, a partir deste universo, objetiva seu eu na palavra, diferenciando-se de outros” (PAN, ROSSLER, FERRARINI et. al., 2011). Nesse sentido,

A linguagem verbal não é vista como um sistema formal, mas como atividade, ou seja, como um conjunto de práticas socioculturais que se concretizam em diferentes gêneros do discurso, que por sua vez, concretizam diferentes vozes sociais (posições avaliativas) (PAN, ROSSLER, FERRARINI et. al., 2011, p.07).

O conceito de subjetividade, portanto, refere-se àquilo que é a condição dos sujeitos. Sendo o sujeito síntese de múltiplas determinações, objetivas e subjetivas, e permeado pela linguagem, com todos os seus aspectos simbólicos, não cabe contrapor a subjetividade à objetividade, como se fossem independentes.

Ressaltamos novamente que a compreensão da interdependência entre objetividade/subjetividade não destitui a primazia do real, que é ponto comum tanto para a ECC (Epistemologia Crítica do Concreto) quanto para a filosofia de linguagem de Bakhtin e a Psicologia Histórico-Cultural. Essa última será importante para o estudo do psiquismo humano, e de como ele é afetado pela política, o que será abordado nos capítulos finais da tese.

2.5 CONTRIBUIÇÕES DE BAKHTIN PARA A CRIAÇÃO CIENTÍFICA

Bakhtin foi um filósofo russo que, em conjunto com o grupo de pensadores da cultura e da linguagem que liderava, conhecido como Círculo de Bakhtin, desenvolveu trabalhos sobre temas bastante diversos, como a filosofia, a crítica literária, a estética e os gêneros discursivos. Sua extensa obra permaneceu pouco conhecida até a sua redescoberta por pesquisadores russos na década de 60, que encontraram em seus escritos uma nova forma de conceber a linguagem.

Cabe ressaltar que Bakhtin não escreveu especialmente para áreas específicas como a Psicologia e a Administração; nesse sentido, não há registro de texto algum voltado para o estudo das organizações ou das políticas de avaliação. No entanto, por meio do estudo literário, em especial da obra de Dostoiévski, Bakhtin criou importantes conceitos como polifonia, dialogia e gêneros discursivos, que, com a devida contextualização, podem ser transportados e contribuir para o estudo de outros campos. Na área da Psicologia, autoras como Amorim (2002; 2004), Jobim e Souza (2012), desenvolveram importantes trabalhos no sentido da apropriação de elementos da filosofia de linguagem de Bakhtin para a psicologia de base histórico-cultural.

“Metodologia das ciências humanas”, inicialmente publicado no final dos anos 30 como “Os fundamentos filosóficos das ciências humanas” e posteriormente reformulado e publicado como adendo no livro “Estética da criação verbal” (2011), é um texto fundamental para discutir a metodologia de pesquisa na concepção bakhtiniana. Nele, Bakhtin se debruça sobre como pesquisar o “ser expressivo e falante” (p.395), que para ele é o objeto das ciências humanas.

Nesses estudos, “se cruzam e se combinam duas consciências: a do eu e a do outro” (p.394). Nesse sentido, a outra consciência, o outro, o ser expressivo e falante, não pode ser “forçado e tolhido” pelo processo de conhecer ou pesquisar.

Um dos temas centrais na pesquisa que toma como base a filosofia de linguagem de Bakhtin é a postura ética em relação ao outro, ou seja, aos sujeitos da pesquisa. Como trazer ao texto o que foi vivenciado em uma entrevista dialogada, em uma roda de conversa, em um encontro de duas consciências situado historicamente, temporalmente, espacialmente? Ou seja, como situar o cronotopo, como inserir o contexto dialógico, sem forçar e tolher esse outro da pesquisa, transfigurando-o em objeto sem voz?

Um dos caminhos que apontamos é que o texto, ainda que científico, fruto de uma pesquisa, deve permanecer polifônico; o leitor deve ser capaz de ouvir outras vozes para além daquela do autor, aquele que escreve o trabalho acadêmico. Nesse sentido, a figura do autor deixa de ser a do relator-antropólogo, que descreve minuciosamente esse outro estrangeiro, com detalhes e fidelidade (pois essa imagem deixa de fazer sentido ao se constatar que o outro é um porvir, um ser também inacabado, em construção, cujo acabamento é sempre provisório), mas sim a do autor-criador, esse que, a partir do encontro de duas consciências, pode recriar a cena, o contexto, os diálogos, os posicionamentos, apoiando-se em uma dimensão *ética-estética e ideológico-valorativa* que é central para a pesquisa de base bakhtiniana.

A forma de produzir conhecimento, nessa perspectiva, opõe-se tanto ao positivismo, que incorpora a cultura e as criações humanas ao mundo natural, quanto ao subjetivismo, que valoriza o sujeito em detrimento da realidade objetiva. Nesse sentido, compreende-se a realidade histórica em sua constante transformação e repleta de contradições, de forma que a subjetividade não se torna autônoma em relação à sociedade e tampouco é submissa às suas estruturas. Também as reflexões em relação à ideologia perpassam por essa concepção dialética. Assim, o entendimento de ideologia do Círculo de Bakhtin vai além da compreensão como falsa consciência ou mascaramento da realidade.

Nessa concepção, todos os produtos da cultura imaterial são ideológicos, ou seja, possuem significado, constituem-se como signos, de modo que o universo da criação ideológica possui natureza semiótica, o que permite se falar em uma virada linguística (FARACO, 2017). Para Volochinov (2013), um dos principais pensadores do Círculo de Bakhtin, a ideologia pode ser entendida como os reflexos ou as interpretações da realidade social e natural realizadas pelo cérebro humano. Assim, abrange todas as manifestações humanas, como a filosofia, a arte, a política, a ética e inclusive a ciência.

Desse modo, ao pesquisador cabe assumir o seu posicionamento diante de seus outros, de seus sujeitos de pesquisa, e mantê-los como sujeitos, inclusive (ou especialmente) durante a fase da criação científica, amparados e conduzidos pela ética do pesquisar *com*, por um posicionamento aberto e que permita que outras vozes possam povoar o texto, sem torna-lo monológico ao se assumir uma única voz (a do autor) que quer se fazer a única no texto científico. Nesse sentido, a compreensão do pesquisador deve ser sempre ativa e dialógica.

Abaixo apontamos algumas perguntas que serviram de reflexão inicial para problematizar o campo:

- a) Quem são os outros/ os sujeitos de pesquisa?
- b) Qual o contexto histórico-social-espacial-temporal?
- c) O quanto suas vozes são ouvidas ou silenciadas nesse contexto?
- d) A quem eles respondem/ se antecipam?
- e) Quais os principais conflitos que se fazem ouvir na arena discursiva?
- f) Quais os pontos de referência adotados pelos sujeitos da pesquisa?

Neste trabalho, as vozes serão trazidas de modo a se estabelecer novos diálogos. Nesse sentido, cabe ressaltar a impossibilidade de restituição dos sentidos que se produzem no ato. O que fazemos, na pesquisa, é dialogar com essas vozes, recriá-las. Conforme apresentam Machado e Zanella (2019), “o lugar do/a pesquisador/a será, pois, sempre o de um sujeito inserido/a nas e constituído pelas tramas dialógicas que procura analisar, alguém posicionado, prenhe de valores e que responde a e por eles” (MACHADO e ZANELLA, 2019, p.12). Assim, não há espaço para a neutralidade do pesquisador e nem dos sujeitos participantes da trama discursiva.

Que enunciados são esses, que podem ser ouvidos na arena de vozes, que nos falam, mas não sem conflito? Para que(m) eles falam, de que(m) eles falam? Ao mesmo tempo em que há espaço para os múltiplos posicionamentos possíveis, há também na arena um controle das falas, dos ditos, das vozes, do que pode ser dito, e da forma como se pode dizer e ouvir/ ler o texto, em cada contexto. Há vozes bem pronunciadas e vozes emudecidas/ caladas.

Diante disso, o que se vai fazer ouvir nesse texto? Essa é uma construção própria, que só pode ser exercida por meio de uma profunda reflexão ética e estética do pesquisador, que, neste contexto, não pode pronunciar-se sob o aconchego da neutralidade que uma ciência positivista poderia propor. Em suma: se nem a nossa própria palavra é nossa, por excelência, o que dizer da palavra alheia? Como trabalhar com os enunciados estrangeiros, que nos convocam, incomodam, produzem adesão ou distanciamento, sem recorrer ao monologismo,

ao silenciamento/aniquilamento das vozes que desagradam? Como manter a arena de vozes aberta a acolher os múltiplos posicionamentos?

É justamente a partir do enfrentamento dos modos de subjetivação, espaços abertos e inconclusos, irregulares e em constante produção e (in)acabamento, por vezes contraditórios, socialmente construídos e ao mesmo tempo singulares, que traremos as vozes, enquanto posicionamentos discursivos, éticos e políticos, para dialogar e co-construir o texto, um texto plurilíngue e multivocal. Texto esse também lugar de pesquisa, descobertas e produção de conhecimentos, conforme bem aponta Amorim (2009).

3. POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO CIENTÍFICA E PRODUTIVIDADE

A universidade pública é a principal esfera de produção de pesquisas no Brasil. Trata-se de um país em que a participação de empresas no âmbito da pesquisa, desenvolvimento e inovação é mínimo. Segundo Durham (1998), “as universidades públicas constituem o principal suporte institucional para a pesquisa e para a formação de pesquisadores” (p.03). A autora, uma das principais articuladoras da política de ensino superior do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) e uma das fundadoras do Nupes (Núcleo de Pesquisas sobre Educação Superior), afirma que o número crescente de mestres e doutores nas universidades, a partir da reforma universitária de 1968, estava associado à maior qualidade do ensino. A qualidade que apresentava, associada às pesquisas produzidas, geravam alto prestígio e reconhecimento dessas universidades, pela opinião pública.

A partir de meados da década de 1980, esse prestígio diminuiu significativamente, o que Durham (1998) atribui a fatores associados ao ensino (acusações de que a universidade pública estaria formando alunos na maior parte de classe média/alta) e ao custo, que seria muito elevado. O valor da pesquisa como impulsionador do desenvolvimento do sistema de ciência e tecnologia não tem sido devidamente reconhecido, ao que a autora atribui à pouca preocupação da maior parte das universidades em alinhar pesquisa científica e desenvolvimento social e tecnológico.

Independentemente do prestígio ou não atribuído à universidade em cada momento histórico, verifica-se que a avaliação do cientista, até o início do sec. XX, era assunto de pouco interesse. A partir da segunda guerra é que o desempenho dos cientistas passou a ser objeto de discussão, haja vista a sua participação em projetos que poderiam desenvolver artefatos de guerra, possível diferencial nas intensas disputas armadas (PEDRINI, 2005). Ou seja, o que fazia um cientista passou a interessar determinados “grupos sociais” (classes, frações de classes, dirigentes governamentais, organizações, etc.) e, portanto, passa-se a ter interesse no controle de seu trabalho. Assim, fica claro que a avaliação do cientista, de sua reputação e do potencial de seus projetos de pesquisa está intimamente ligada ao que se espera da ciência em determinado contexto.

A avaliação científica nacional tem imposto aos pesquisadores fortes demandas por produtividade e competitividade, o que tem gerado com frequência intensos problemas de saúde, com ênfase para transtornos mentais, afastamentos, sentimento de improdutividade, entre outros. A avaliação do cientista atualmente possui implicações claras e bastante objetivas em sua carreira: o financiamento de suas pesquisas, o suporte financeiro, o seu emprego

(quando não estável), sendo inclusive a promoção dos cientistas baseada em algum tipo de avaliação (PEDRINI, 2005).

Nesse campo acadêmico, as exigências são muitas: o pesquisador deve, ao mesmo tempo, realizar suas próprias pesquisas, comunicá-las por meio da publicação de artigos, livros e capítulos de livros, organizar congressos e seminários, orientar alunos de iniciação científica, mestrado e doutorado, orientar monografias de conclusão de curso de graduação, orientar estágios, ministrar disciplinas, preparar aulas, e ainda ocupar-se de toda sorte de atividades ligadas à gestão da própria universidade (comissões de seleção de professores, alunos, coordenações acadêmicas, reuniões de colegiado, cargos administrativos, entre outros).

O cenário de pesquisa no Brasil alterou-se significativamente nos últimos anos. Dentre as principais mudanças, destaca-se:

- a) a redução do tempo para conclusão das dissertações e teses (dois e quatro anos, respectivamente). Uma das decorrências desse aligeiramento refletiu-se na qualidade das pesquisas realizadas nesse nível de ensino;*
- b) a submissão de todas as áreas do conhecimento, independentemente da proposta metodológica e epistemológica de cada uma delas e de todo o país, a um mesmo padrão de avaliação, apesar da heterogeneidade que caracteriza as diferentes regiões de um país com as dimensões continentais como o Brasil;*
- c) a transformação dos cursos em Programas, na busca de garantir uma maior organicidade entre o mestrado e o doutorado, bem como a melhoria da vinculação entre a graduação e a pós-graduação*
- d) a submissão do financiamento à avaliação (trienal¹⁰), com previsão de recompensas ou punições em termos do número de bolsas e do valor das taxas de auxílio, descaracterizando o próprio conceito de avaliação (SGUISSARDI, 2009);*
- e) a mudança nos objetivos da CAPES: da formação de professores para o ensino superior à formação de pesquisadores. As mudanças foram avaliadas como transformações que interferiram fortemente na dinâmica da PG, a ponto de poder-se afirmar que o Sistema CAPES de avaliação e fomento, provocou uma verdadeira mudança paradigmática, conforme Kuenzer e Moraes (2005) na PG brasileira (BIANCHETTI e VALLE, 2014, p.91-92).*

A adoção de critérios objetivos únicos para a avaliação da produção científica do país independentemente da área do conhecimento e da proposta metodológica e epistemológica trouxeram alguns resultados. As estatísticas apontam que na última década o número de

¹⁰ A última avaliação trienal foi realizada em 2013, sendo atualmente quadrienal.

publicações por pesquisador no país aumentou significativamente, passando de 0,56% a uma participação de 1,54% da base mundial. O número de publicações dobrou no período, e o Brasil é o 9º país que mais publica no ranking internacional (Goldani et al, 2010).

Ao mesmo tempo em que os resultados numéricos são incontestáveis, um preço muito alto está sendo pago pelo melhor desempenho no “ranking”. Produtivismo acadêmico, capitalismo acadêmico, artigos transformados em mercadorias, *salami publications*, são diferentes termos usados para denunciar essas práticas de produção em série estimuladas pelas políticas de avaliação científica, que exigem demais do pesquisador, ao mesmo tempo em que se produzem resultados controversos, ou seja: o aumento do número de publicações não reflete necessariamente maiores avanços científicos.

Tem-se verificado, inclusive, que a intensificação do trabalho do pesquisador e a maior pressão por publicação têm sido acompanhadas de publicações com maior número de autores: em muitos casos, especialmente na área médica, prevalecem artigos com mais de uma dezena de autores, já tendo sido publicados artigos com uma centena deles (DOMINGUES, 2013).

Segundo a autora, sobram estratégias para tentar coibir práticas de autoria indevida, contudo trata-se de uma prática alinhada com a lógica produtivista e com a “ética do capitalismo”, o que dificulta o cerceamento da mesma. Assim, criam-se diversas categorias de autores: utiliza-se os termos “autores honorários”, “autores cortesia” ou “autores convidados” para designar a inclusão de amigos e colegas de autores relacionados à política de troca de favores, prática essa que envolve algum tipo de reciprocidade.

Haveria, por outro lado, autorias em que prevalecem as relações de poder, como a “autoria pressionada”, em que “o responsável por um grupo impõe a inclusão de seu nome entre os autores”, e que teria sido naturalizada como uma prática departamental. Ainda, cita-se a autoria fantasma, em que ocorre o oposto: pesquisadores que participaram ativamente do estudo são excluídos da lista de autores (DOMINGUES, 2013).

Segundo Lawrence (2003), publicar em um *journal* bem qualificado significa “entrar para a elite científica”. Ao mesmo tempo, o pesquisador brasileiro enfrenta um ambiente extremamente competitivo, por vezes hostil, para obter recursos de pesquisa e precisa continuamente provar sua condição produtiva. Muitos pesquisadores são descredenciados de programas de pós-graduação, ao mesmo tempo em que são submetidos a novas formas de avaliação individual, pautada por número de publicações e fator de impacto. A reputação científica tem sido baseada em métricas científicas e assume-se que o impacto da revista garante a importância das descobertas. O financiamento de pesquisas é bastante restrito, sendo que a maior parte dos investimentos em pesquisa no país concentra-se nas universidades públicas, o

que incrementa a competitividade interna (MEIS ET AL., 2003; PEDRINI, 2005; GOLDANI et al., 2010).

Embora seja majoritário o entendimento de que as políticas de avaliação possuem um papel bastante relevante, os critérios de avaliação adotados têm provocado intensos debates acadêmicos, por divergência de posicionamentos ideológicos e concepções sobre qual é, afinal, o papel da universidade em um contexto neoliberal que tem gerado extrema exclusão de minorias.

Verificou-se que, embora haja inúmeros trabalhos críticos e de revisão teórica publicados sobre essa temática, são poucos os estudos que têm como objetivo *compreender como essa política de avaliação científica produz tanta adesão, ou seja, quais as suas estratégias de sedução*. Se já foi constatado que a ênfase sobre a comunicação da pesquisa por vezes ultrapassa a própria finalidade científica; que o produtivismo tem produzido o adoecimento de muitos pesquisadores; como é que essa política ainda é reificada pelos próprios docentes? *Como funciona e quais os apelos da “corrida acadêmica”, do “jogo pelo reconhecimento” que os pesquisadores brasileiros tem enfrentado? Quais são as possíveis formas de resistência a essas práticas?*

Verificamos que os pesquisadores brasileiros têm estudado o posicionamento de seus pares diante da política de avaliação da produtividade científica no país formulada pela CAPES e CNPQ de modo substancialmente quantitativo, por meio da mensuração de número de publicações, índices de avaliação dos programas, sendo muito restritos os trabalhos que dão voz ao pesquisador, para que ele se pronuncie sobre o seu fazer e a sua compreensão da política e de sua própria produtividade. Mais raros ainda são os trabalhos que buscam compreender os apelos objetivo-subjetivos da política de avaliação, ou seja, o que faz com que ela adquira tanta aderência, apesar de suas tantas incoerências e contradições?

A toda prática dita objetiva corresponde uma subjetividade. Se há uma avaliação supostamente neutra, há uma subjetividade sendo produzida, que irá significá-la como tal. Verifica-se que a política de avaliação considera a subjetividade dos pesquisadores na sua elaboração, pois é altamente sedutora. *De que maneiras ela seduz e convoca o pesquisador a “jogar o jogo”?*

De acordo com Pedrini (2005, p.3), “a avaliação de desempenho científico, no Brasil, foi e tem sido pouco estudada como problema de pesquisa”. Segundo o autor, muitos trabalhos constituem-se como ensaios e pontos de vista isolados de estudos empíricos. Ainda, a pesquisa reafirma o caráter histórico do fenômeno estudado, produzindo estranhamento para o fato de a produção científica de um país estar submetida a políticas fortemente utilitárias. As políticas

científicas não são neutras, sendo que incentivam e favorecem determinadas práticas de pesquisa.

O parecer CFE nº 977/65, emitido pelo Conselho Federal de Educação e redigido por Newton Sucupira, foi um importante marco regulador da pós-graduação sistemática no Brasil. Por meio dele, reconheceu-se que os cursos de pós-graduação ofertados no País eram muito restritos, e que seria necessária uma política de indução, para que os pesquisadores brasileiros não tivessem que, sistematicamente, realizar sua formação avançada no exterior, por falta de opção no País. A necessidade de regulamentação é justificada, no documento, por três motivos:

“1) formar professorado competente que possa atender à expansão quantitativa do nosso ensino superior garantindo, ao mesmo tempo, a elevação dos atuais níveis de qualidade; 2) estimular o desenvolvimento da pesquisa científica por meio da preparação adequada de pesquisadores; 3) assegurar o treinamento eficaz de técnicos e trabalhadores intelectuais do mais alto padrão para fazer face às necessidades do desenvolvimento nacional em todos os setores” (Parecer CFE nº 977/65).

Verifica-se que as políticas de expansão e regulamentação da pós-graduação brasileira justificaram-se justamente no reconhecimento da pesquisa como campo que possibilita o desenvolvimento nacional.

Atualmente, existe grande pluralidade de critérios e indicadores de avaliação, mensuração e qualificação de trabalhos e desempenho individual disponíveis na literatura. A necessidade de avaliação para os mais diversos tipos de trabalho, como já enunciado, é entendimento majoritário. Mas, quais os efeitos de determinada política avaliativa adotada? O processo avaliativo não afere apenas o resultado final de um trabalho de pesquisa, mas induz inclusive o tipo de pesquisa e publicação, a forma de escrita, o tempo de submissão, ou seja, induz práticas específicas. Portanto, cabe refletir que a prática avaliativa adotada não é mero instrumento de mensuração de resultados, mas torna-se balizadora do próprio processo de trabalho do pesquisador (HANAFI, 2015).

Conforme aponta Faria (2004), as práticas de avaliação de desempenho são formas de controle do trabalhador, do processo e resultados do trabalho. A mesma reflexão pode ser feita em relação ao pesquisador: na medida em que são estipulados critérios de avaliação, o pesquisador tende a dar ênfase para a execução das tarefas que serão efetivamente avaliadas (publicação), por vezes em detrimento de outros tipos de tarefas menos valorizadas no ambiente acadêmico, como o ensino e a extensão.

No mesmo sentido, segundo Machado e Pan (2012), quando as políticas públicas incidem sobre a educação, atuam também sobre os modos de subjetivação de uma sociedade, já que se configuram como orientadoras dos processos educacionais. Portanto, a política de avaliação dos docentes-pesquisadores não é neutra e arbitrária, comprometida apenas com objetivos definidos e explícitos, mas reflete e refrata o posicionamento ideológico de seus idealizadores, e é produtora de modos específicos e determinados de ser e existir enquanto pesquisador. Esses modos de subjetivação prescritos no texto de uma política pública atuam na forma como o trabalhador significa sua existência - como age, posiciona-se, manifesta-se e/ou se silencia -, dentro e fora das universidades.

Vejamos, no subitem a seguir, como se apresenta a voz oficial da política de avaliação científica nos programas de pós-graduação em Administração das universidades federais.

3.1 A VOZ OFICIAL CONVOCA À BATALHA: A POLÍTICA DE AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

A voz oficial da política de avaliação dos programas de pós-graduação em Administração foi lida a partir dos seguintes documentos emitidos pela Diretoria de Avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES):

3. Documento de Área: Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo – 2016/2017
 - ii) Relatório da Avaliação Quadrienal 2017: Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo
 - iii) Considerações Sobre Qualis Periódicos: Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo

O documento de área da CAPES aponta para o crescimento de mestrados e doutorados profissionais e para o aumento do número de doutores formados. Em 2015 se titularam na área três vezes mais doutores que há dez anos. Em relação à distribuição dos programas de pós-graduação, a região sudeste tem a maior oferta de programas (89), enquanto que a região norte possui apenas três. Somente cinco dos 62 cursos de doutorado tem nota 6 ou 7, estando todos na região sudeste.

O número de artigos de autores brasileiros na base scopus cresceu substancialmente ao longo dos ciclos de avaliação, fazendo com que o Brasil passasse da posição 30^a em 1998 para a 12^a em 2015, em número de publicações. Afirma-se no relatório que o aumento se deve à mudança dos critérios de valorização da produção científica:

Credita-se este resultado à mudança de critérios de valorização da produção científica da área a partir do Triênio 2007-2009 e que foi anunciada em 2005. Deixou-se de valorizar a produção em congressos para valorizar apenas artigos em periódicos, livros e capítulos de livros (CAPES, Documento de área, p.5).

Nota-se também que os critérios para a classificação das revistas pelo sistema Qualis, em cada extrato, tem se tornado mais exigentes, com o passar dos anos:

Outra evidência desta qualificação é a evolução dos índices bibliométricos usados para definir os limites mínimos dos estratos superiores do Qualis da área. Em 2016 o fator de impacto do JCR mínimo para a qualificação A1 foi de 1,5, enquanto em 2010 era de 0,5 (CAPES, Documento de área, p.5).

Os princípios gerais da avaliação dos PPG apontados no documento são: a avaliação por pares; transparência da informação, dos critérios e dos resultados; e a comensurabilidade entre as áreas de avaliação.

Ao se analisar as tabelas de pontuação dos programas de PPG, verifica-se que a “produção intelectual” corresponde a 35% da avaliação do programa. Ainda, observa-se que outros 35% correspondem a “corpo docente, teses e avaliações”, sendo que 50% disso refere-se à publicação dos alunos. Ou seja, mais de 50% do total da avaliação do programa concentra-se sobre a publicação de docentes e discentes¹¹.

O documento ressalta ainda a importância da inserção internacional de um PPG, considerada essa a sua “efetiva influência na comunidade da área de conhecimento atuando fora do Brasil”. Afirma-se ainda que a “a competência de seus atores é fundamental para construir e manter esta influência”. Destaca-se a ênfase sobre a competência dos atores - no caso, dos professores pesquisadores de um programa.

A internacionalização dos programas tem sido verificada por meio de indicadores, sendo que alguns deles “apontam apenas para a existência de infraestrutura para facilitar a mobilidade, tais como acordos entre instituições, disciplinas em outro idioma, escritórios de recepção de pesquisadores, cursos em parcerias, participação em redes internacionais da área de conhecimento, creditações internacionais, etc.”.

Verifica-se, assim, forte valorização de disciplinas ministradas em inglês, por exemplo, por professores brasileiros, para alunos brasileiros, com raras exceções, pois isso apontaria para a infraestrutura para facilitar a mobilidade¹².

No entanto, os redatores do relatório frisam que “a mobilidade na Área é quase um ato de bravura, em razão da escassez de recursos. Isso porque a pesquisa na Área não tem sido entendida como prioritária e, portanto, historicamente tem recebido poucos recursos, a despeito de seu tamanho”. Ou seja, verifica-se a pouca valorização da pesquisa da área e a escassez de recursos para a sua efetivação. No entanto, esse cenário não é exclusivo da área de Administração.

Nesse sentido, cabe destacar a grave crise nas políticas públicas para ciência, tecnologia e inovação no Brasil. Representantes do CNPQ, Capes e Finep discutiram em maio/2018, em

¹¹ Estes critérios foram (2018) e estão sendo ainda alterados (2019) e devem balizar as avaliações quadrienais do período (2017-2018-2019-2020)

¹² A internacionalização é considerada uma política para a PG independentemente das especificidades das áreas e dos Programas. Programas cujas linhas de pesquisa respondem por demandas locais e regionais, na área social, tecnológica e da saúde, por exemplo, são submetidos ao mesmo critério de internacionalização que Programas cujas linhas de pesquisa estão inseridas em projetos internacionais.

reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), as perspectivas para o futuro da ciência e tecnologia diante de progressivos cortes de financiamento para a área. Além da falta de recursos, a instabilidade e a falta de constância e de metas pré-definidas das políticas públicas para a ciência são fatores que prejudicam o avanço científico, que é que suma importância para o desenvolvimento sustentável do país (SBPC, 2018).

Ao contrário de países desenvolvidos (EUA, Alemanha, Canadá e França) que, diante de momentos de recessão, reforçaram o investimento em ciência e tecnologia, o Brasil tem efetuado cortes substantivos na área, “num processo que ameaça a continuidade da pesquisa e o conhecimento científico acumulado nas últimas décadas” (Carta aberta ao desmonte da ciência e tecnologia no Brasil da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fiocruz, 2017).

Pergunta-se se as políticas de avaliação científica, ao exigirem elevados e progressivos índices de publicação dos pesquisadores, em um momento de cortes sucessivos de financiamento, inclusive de verba para a manutenção das universidades, não estariam responsabilizando individualmente os pesquisadores e exigindo deles um esforço desumano que viesse a compensar a falta de estrutura e condições para o exercício da pesquisa no Brasil.

Nesse sentido, o exercício da pesquisa, no atual contexto, pode ser mesmo lido enquanto uma batalha em que pesquisadores são obrigados a atos de bravura, lutando sem cessar por recursos escassos e alguma valorização. Pesquisadores são transformados em soldados guerreiros, que precisam “dar o sangue”.

Embora o relatório da avaliação quadrienal 2017 abranja também outras subáreas, verifica-se que a maior concentração dos PPG avaliados pelo relatório é da área de Administração. O quadro de PPG se apresenta da seguinte forma: 129 PPG em Administração, 16 PPG em Administração Pública, 26 PPG em Ciências Contábeis e 11 PPG em Turismo.

O documento ressalta que a avaliação é comparativa, de modo que foram estabelecidos grupos de trabalho para avaliar os programas comparativamente. Ou seja, embora existam critérios e indicadores dados a priori, as notas são atribuídas em função da comparação com outros programas. Em que medida as discrepâncias regionais são (ou não) consideradas nessa comparação? Isso não é apresentado no documento.

Aponta-se para o aumento de publicações da área nas bases internacionais e para o aumento do número de citações. Conclui afirmando que “essa é uma evidência de que a nossa comunidade reagiu à ideia de que a produção em periódico é um indicador de qualidade de sua atuação, e que a produção em periódicos presentes nas bases internacionais, que calculam

índices de citação, é um indicador relevante de sua inserção internacional” (Relatório Quadrienal 2017, p.7).

Já do documento de área, trazemos o seguinte trecho: “A área tem procurado usar a classificação dos periódicos para apontar a qualidade da produção” (p.6). Observa-se no documento que o percentual de publicações da área em extratos superiores tem aumentado no decorrer dos anos.

Essa se mostra a principal voz a ressoar nos programas de pós-graduação: a de que a produção/publicação em periódicos bem classificados é indicador de qualidade da pesquisa/do pesquisador/ do programa. É a voz monológica, aquela que não se contesta, e que, ao contrário, configura-se no ideal que se busca atingir, a qualquer preço. Nesta voz, a inserção social e as repercussões da produção científica para a solução de problemas relativos às demandas da sociedade e ao desenvolvimento socioeconômico não têm som. Está lançada a convocação oficial à batalha, na qual se espera que vençam os melhores.

3.2 BATALHA E PRODUÇÃO PARA QUE(M)?

Diversos autores (Nunes e Nunes, 2013) defendem que o pesquisador está cada vez mais submetido às leis do mercado. Surgem termos como “produtivismo acadêmico”, o artigo como “mercadoria acadêmica”, que têm demonstrado facetas dessa aproximação. Segundo Nunes e Nunes (2013), o aumento da produtividade do trabalho é uma imposição feita às empresas privadas, mas também às instituições públicas.

Torna-se necessário ponderar seus efeitos: ao mesmo tempo em que o aumento de produtividade - que no ambiente acadêmico tem sido lido como aumento de publicações - pode trazer avanços científicos, e não se nega a contribuição resultante de esforços dos mais variados pesquisadores, há consequências negativas nos diversos níveis de análise: institucional, organizacional e individual.

Para Simões (2004), teorias ditas “universais” repercutem na definição das políticas educacionais brasileiras e com isso (...) “visa-se atender a normas ditadas por organismos internacionais, em detrimento das necessidades e dos desejos expressos por segmentos acadêmicos e sociais brasileiros” (SIMÕES, 2004, p. 125-126). Ora, quais são, afinal, essas necessidades e desejos? A autora busca refletir sobre “que ensino e que pesquisa acontecem (e especialmente deixam de acontecer) enquanto tentamos nos ‘ajustar’ ao modelo de avaliação vigente”.

Dal Rosso (2015) alerta que “a commodificação dos corpos e a mercantilização da vida estão dentro da esfera da valorização do capital, o que torna o serviço da pesquisa uma atividade altamente produtiva em termos capitalistas” (DAL ROSSO, 2015, p.42).

Nesse mesmo sentido, Tragtenberg (1990) já afirmava que, em nome do “atendimento à comunidade” e “serviço público”, a universidade tende cada vez mais à adaptação indiscriminada a quaisquer pesquisas a serviço dos interesses econômicos hegemônicos. Tragtenberg (1990) aborda criticamente a questão da responsabilidade social do intelectual acadêmico, que, enquanto foca cegamente no cumprimento de critérios de publicação e produção, muitas vezes deixa de enxergar-se enquanto importante fomentador da pesquisa que poderia, de fato, transformar a realidade social. Segundo o autor, “A delinquência acadêmica se caracteriza pela existência de estruturas de ensino onde os meios (técnicas) se tornam os fins, os *fins* formativos são esquecidos”.

Para Bertonha (2009, p.520), “a ‘ditadura numérica’ tende a inibir a produção de material para um público mais amplo, faz muita gente desvalorizar a atividade didática e gera a produção de muita coisa inútil”. Esses “produtos” devem oferecer uma “solução ‘just in time’ de problemas pontuais que afetam os potenciais consumidores” (p. 520), que podem ser os “estudantes-clientes”, no caso da docência.

Para Ibarra-Colado (2003), apud Bernardo (2014), “os pesquisadores perderam o controle do conteúdo e da organização do trabalho e, assim, perderam sua condição de artesãos do saber para conformarem-se paulatinamente em engrenagens de alguma das grandes maquinarias que integram as novas formas de produção do conhecimento” (p.1062).

Segundo Bernardo (2014), a política de produção afeta as atividades de pesquisa, sendo que “a pós-graduação e, conseqüentemente, a pesquisa, tornaram-se o principal foco de avaliação do trabalho docente na universidade brasileira, sendo esta fundamentada em dados quantitativos de produtividade, especialmente, no número de publicações, número de orientações e horas-aula e prazos de conclusão de mestrados e doutorados” (Bosi, 2009).

Nesse mesmo sentido, Castiel et al. (2007) apontam que:

A imagem predominante do autor de artigos científicos está deixando de ser a do ‘gênio romântico’, que dedica sua inteligência e capacidade de análise para propor formas de inquirir mistérios do mundo para benefício humano (...) Agora, grande parte dos autores inclui aqueles que atuam como “empregados” de empresas, funcionários que se dedicam a seguir a rotina de protocolos estabelecidos em propostas de investigação aceitas pelas agências financiadoras e consagradas pela comunidade científica (CASTIEL et al., 2007, p. 3046).

Ao assumir a postura de funcionários que precisam cumprir metas de produção, conforme apontam Castiel et al (2007), a academia estaria perdendo uma importante esfera que seria a do próprio questionamento, da problematização de pressupostos, ou seja, estaria abrindo mão justamente de seu caráter revolucionário, que permite questionar modelos dados, e especialmente o contexto e as leis sociais, que são produtos da construção humana e que podem ser modificados ao longo da história. Em seu lugar, a universidade estaria passando a ser mera prestadora de serviços (Chauí, 2003), parte da engrenagem do capital.

Burian Jr. (2009), apud Bernardo (2014), destaca as distorções desse modelo. A primeira seria que “não se publica para o artigo ser lido, publica-se para melhorar o currículo do autor” (p.17). A segunda seria o encorajamento de artigos superficiais, apressados e/ou repetições de textos com pequenas alterações. Outra distorção diz respeito à autoria múltipla, que passa a ser comum, mesmo que, muitas vezes, algum dos autores tenha uma parcela ínfima de participação na produção do trabalho.

Chauí (2003) questiona como foi possível passar da ideia da universidade como instituição social à sua definição como organização prestadora de serviços. A autora afirma ainda “a ciência deixou de ser teoria com aplicação prática e tornou-se um componente do próprio capital”. Segundo a autora, as novas formas de financiamento das pesquisas e a submissão delas às exigências do próprio capital tem transformado a universidade numa organização ou numa entidade operacional (Chauí, 2003, p.07).

Alcadipani (2011), ao referenciar Foucault e seus estudos sobre os sistemas de controle, aponta que “se o produtivismo está tão em voga é porque: ele atende a interesses; ele serve para alguém; ele tem ambiguidades que lhe permitem existir; ele oferece esperanças às pessoas” (ALCADIPANI, 2011, p.1176). De fato, a dominação meramente opressora, que não seduz nem conquista seu público-alvo, não é eficaz. É preciso que o sistema de controle seduza, produza subjetividades prontas a atender aos critérios dados.

É, de fato, o que tem ocorrido: assistimos na universidade pública a uma grande adesão ao discurso produtivista. Se existe um critério de produtividade bastante problemático, existe também um grande número de pesquisadores que busca atendê-lo, que não mede esforços para pontuar, destacar-se na lista dos que mais publicam, acreditando que esse critério asseguraria, de fato, maior competência e produtividade.

Alcadipani (2011, p.1176) afirma que o mecanismo de controle e avaliação produtivista está “totalmente desvirtuado e gerando excrescências”, e, não obstante, tem sido alimentado e reproduzido pelos próprios pesquisadores, em suas práticas cotidianas.

Alexandre Faria (2011) aponta que a gestão do conhecimento acadêmico nos países emergentes obteve destaque na agenda internacional estadunidense e europeia, especificamente no que se refere ao campo da Administração. Destaca que “a área de gestão tem importância crucial na gestão geopolítica contemporânea do conhecimento acadêmico”, especialmente após os eventos de 11 de setembro e com o avanço de economias emergentes, como a China. O autor afirma que a área de gestão era vista como uma área “inferior” do conhecimento, tipicamente estadunidense. Por muito tempo a Europa não investiu em cursos nessa área, deixando o destaque para os EUA. No entanto, a partir da década de 1990 mesmo universidades mais tradicionais da Inglaterra como Oxford e Cambridge abriram os seus cursos de gestão, com vistas a conter a neoamericanização na Europa. Já nos países de terceiro mundo, a colonização ideológica foi rápida, eficaz, e o *mainstream* não precisou enfrentar muita resistência:

A área de gestão ganhou importância adicional no contexto do *Big Science* por ser capaz de bloquear outros tipos de conhecimento que pudessem levar países do Terceiro Mundo a grandes revoluções que afetassem a ordem internacional imposta pelos EUA e aliados. Com a justificativa de deter o avanço do comunismo, políticas externas dos EUA, focadas na gestão do Terceiro Mundo no período da Guerra Fria (ver Cooke, 2004), promoveram então estratégias internacionais baseadas no uso de recursos de força e coerção, por um lado, e de recursos de sedução e atração, por outro. Essas estratégias ajudam a explicar a efetiva disseminação de conhecimento científico de gestão, nos âmbitos de educação e pesquisa, para países do Terceiro Mundo e também por que as áreas de política, em geral, e de política internacional, de forma mais específica, foram excluídas do campo de gestão nos EUA (Faria e Guedes, 2010). A disseminação de conhecimento e instituições de gestão foi particularmente importante não apenas para projetar o poder dos EUA e, assim, evitar o avanço do comunismo em países do Terceiro Mundo, mas também para evitar que o campo da gestão em países e regiões correspondentes fosse pensado, praticado, e mobilizado por acadêmicos e sociedades sob uma perspectiva política (FARIA, A. 2011, p.1167).

De fato, a produção crítica em gestão, voltada a atender aos interesses dos países do terceiro mundo e que busquem fortalecer a “descolonização” na área são incipientes. Faria (2011) destaca ainda que “o processo de colonização epistêmica nos EUA levou à marginalização ou subordinação da área de administração pública” (p.1167).

Assim, Faria (2011, p.1171) argumenta que os debates sobre o produtivismo acadêmico na área de gestão devem considerar “o longo processo de construção da governança da área, liderada por instituições euro-americanas”, possibilitando a construção de reflexões críticas e de posições a serem assumidas por pesquisadores e instituições no país e no exterior.

De fato, considerar a construção histórica das verdades da ciência de uma época, ou seja, considerar a ideologia presente nas pesquisas em gestão e no modo de o pesquisador se relacionar com o próprio trabalho de pesquisa é fundamental, sob o risco de se fazer análises rasas, naturalizadas, no estilo em série propagado pelo lema *publish or perish*.

3.3 RELAÇÕES ENTRE PRODUTIVIDADE E INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO

Observou-se que os mais diversos autores denunciavam a aproximação do trabalho do pesquisador com aquele do operário que trabalha de maneira alienada, incansável, a produzir mais-valia, servindo aos fins de reprodução do capital. Sem suficiente reflexão crítica, sem controle sobre o seu fazer, como uma engrenagem posta a cumprir metas previamente determinadas.

Em outras palavras: se as exigências são excessivas, exigindo jornadas longas e exaustivas, que geram frequentemente stress e sofrimento pela incapacidade em realizar com a qualidade desejada a multiplicidade de tarefas, por que, ainda assim, os pesquisadores “jogam o jogo” do produtivismo?

Estranha-se que o grupo de pesquisadores do país, que teria condições diferenciadas para exercer a reflexão crítica, de reconhecer a sua capacidade ativa na formulação de políticas públicas e de avaliação, esteja sucumbindo a condições de trabalho no qual o próprio pesquisador é transformado em máquina, deixando de lado a reflexão crítica que caracterizaria o seu próprio trabalho.

Assim como nas empresas capitalistas, o jogo que aqui se joga tem um projeto de poder: o mais produtivo não é o pesquisador que está submetido às condições precárias de trabalho, pois este de fato não é quem produz. O produtivista, assim como o capitalista, é aquele que explora a “mais valia” do trabalho da sua equipe – alunos, professores menos produtivos – aos quais ele apenas gerencia e cobra resultados, em nome da ciência, em nome do seu prestígio como cientista. Os “explorados” sonham em um dia explorar e, assim, sem reflexão, o ciclo se renova.

Ora, apesar das evidentes diferenças objetivas nas condições de trabalho do operário e do pesquisador, o que permite aproximá-los, no plano das subjetividades? Ambos parecem perecer e adoecer diante da impossibilidade de oferecer resistência ao que denominamos “fábulas organizacionais”. Observa-se um estado de grande obediência e adesão ao

cumprimento de metas e determinações que são bastante violentas, ameaçando a integridade físico-psíquica do trabalhador. Quais os mecanismos psicológicos subjacentes a ambas as situações?

Machado e Bianchetti (2011) apontam que “um caminho possível para revelar conexões despercebidas é rastrear, na história, de que maneiras a universidade veio a tornar-se alvo do interesse do capital (LANGER, 2008)”. Os autores apontam a necessidade de se compreender como os “órgãos governamentais (como a CAPES) se tornaram mediadores e porta-vozes desses interesses, traduzindo-os em demandas e transmitindo-as às universidades como exigências ou ingerência exógena, interpretadas (na universidade) como confisco da autonomia e da liberdade acadêmicas?” Em outras palavras, as exigências excessivas, a intensificação do trabalho, o fim da autonomia e o próprio produtivismo, seriam formas de nomear a gerência dos interesses do capital sobre a universidade.

Ora, se em nome do acúmulo do capital produz-se a fome, as guerras, as mortes, as injustiças e abruptas desigualdades sociais, as disputas perversas pelo emprego e renda, por que o campo da universidade seria preservado dessa arena? Não é à toa que cada vez mais se tem defendido (apenas) os investimentos em pesquisa nas áreas que podem gerar tecnologias imediatamente (uma espécie de pragmatismo utilitarista), ao mesmo tempo em que se demonizam as pesquisas nas áreas humanas e sociais - que propiciariam a necessária reflexão e questionamento sobre os rumos da universidade e da voracidade do capital.

Se, por um lado, há exigências formais e objetivas - a falta de publicações pode prejudicar a avaliação de um programa de pós-graduação e inclusive levar ao descredenciamento do pesquisador considerado “improdutivo” -, por outro, a seriedade com que as exigências têm sido encaradas, a ponto de gerar adoecimento em série, chamam atenção. *Haveria aí um fator psicológico atuando, ligado ao psiquismo ou especificamente ao exercício da imaginação (ou à falta dela?).*

A força, a dedicação infatigável com que o pesquisador lida com o seu fazer, a sua pesquisa, apesar da falta de apoio institucional, de limitadas condições de financiamento, apesar mesmo adoecimento físico e mental, causam estranhamento. Quando o trabalho compromete a saúde, a qualidade de vida, o bem-estar do sujeito, abre-se espaço para questionamento.

Esse questionamento, de fato, tem acontecido em diversas publicações da área¹³, com ênfase sobre uma crítica às políticas de avaliação e às condições de trabalho, revelando a sua

¹³ Machado e Bianchetti (2011) citam alguns dos principais trabalhos voltados ao problema na última década: Sguissardi e Silva Jr. (2009) investigaram as condições dos pesquisadores nas universidades federais e os efeitos do chamado “produtivismo acadêmico”; De Meis e outros (2003) abordaram os riscos à saúde da carreira do

gravidade e o interesse pelo tema. Sabe-se que as cobranças são excessivas e que as condições de trabalho são precárias.

Mas, por que, ainda assim, funcionam, ganham aderência? *Por que, apesar de colocar sua saúde à prova, um grupo de pesquisadores públicos continua a produzir e a se exigir para além da sua capacidade produtiva, e a defender interesses contrários aos seus próprios, inclusive em um campo de pesquisa que se caracteriza pela própria capacidade de problematização e questionamento?*

Machado e Bianchetti (2011) apontam que o trabalhador-pesquisador reclama por fazer mais do que quer ou pode. Ao mesmo tempo em que critica, acata as exigências impostas por organismos internacionais e nacionais que reduziram a universidade a “executora e refém, não autônoma” (p.244). O conhecimento passa a ser gerado em função dos interesses do capital, enquanto que os pesquisadores vivenciam a intensificação e alienação do seu trabalho.

Dal Rosso (2015) aborda a intensificação do trabalho contemporâneo, demonstrando que o trabalho mobiliza o indivíduo como um todo, utilizando-se de suas capacidades não apenas físicas, mas intelectuais e afetivas. Nesse sentido, todo trabalho desempenhado é realizado em determinada intensidade, envolvendo determinado investimento quantitativo ou qualitativo de energias.

No modo de organização produtiva atual, a análise da intensidade do trabalho volta-se para os resultados, sendo que em geral o aumento da intensidade do trabalho relaciona-se a maiores resultados. O aumento do grau de intensidade tem por objetivo elevar a produção quantitativa ou melhorar qualitativamente os resultados; no caso do pesquisador, cuja mobilização é principalmente intelectual, a intensificação do trabalho poderia levar a maior número de produções ou a um aumento na qualidade das pesquisas.

Dal Rosso (2015) aponta que a intensificação do trabalho constitui uma importante força de crescimento econômico, porém trata-se também de um problema social e moral, ao se constituir como mais uma forma de exploração do trabalhador.

No caso dos pesquisadores, quem determina essa intensidade? O próprio pesquisador? As agências reguladoras? As relações estabelecidas no seio de cada programa? Segundo o autor,

Esse trabalhar mais densamente, ou simplesmente trabalhar mais (...) supõe um esforço maior, um empenho mais firme, um engajamento superior, um gasto

pesquisador, explorando elementos antropológicos na análise da PG; a Revista do ANDES, Universidade e Sociedade (a. XVII, n. 41, jan./2008: www.andes.org.br), dedicou número especial à temática da “Produção versus Produtivismo e precarização do trabalho” e a da ADUSP (n. 45, out./2009: www.adusp.org.br), sessão inteira à questão; Duarte Jr. (2010), incluiu capítulo em sua obra, designando os textos resultantes de indução produtivista como “rotten papers” (papéis podres semelhantes aos causadores da recente crise financeira mundial).

maior de energias pessoais para dar conta do *plus*, em termos de carga adicional ou de tarefa mais complexa. Resultarão desse envolvimento superior do grupo com o trabalho um desgaste também maior, uma fadiga mais acentuada e correspondentes efeitos pessoais nos campos fisiológico, mental, emocional e relacional (DAL ROSSO, 2015, p. 23).

Apesar de mais trabalho, ou maior intensificação do trabalho, geralmente resultar em maiores ou melhores resultados, não deve se confundir produtividade com trabalho intensificado. Resultados que decorrem tão somente de avanços nos meios de produção utilizados são chamados de aumento de produtividade:

o termo produtividade em Marx é reservado para descrever o aumento da produção da mais-valia relativa mediante a melhoria ou a transformação radical das condições infra estruturais de produzir riqueza, aquilo que Marx chama de desenvolvimento das forças produtivas (DAL ROSSO, 2015, p.55).

Por vezes a reorganização do trabalho, ou sua racionalização, pode melhorar a produtividade sem gerar maior envolvimento ou desgaste do trabalhador. Nesse caso, haveria maior produtividade, mas não intensificação do trabalho. No entanto, em geral as mudanças organizacionais buscam contemplar ambos os aspectos: reorganização e a intensificação do trabalho (DAL ROSSO, 2015).

E o que tem acontecido nas universidades públicas brasileiras, especialmente no campo da administração?

4. AO PALCO, AS VOZES!

As vozes, para Bakhtin (2000), não se resumem à vocalização mesma, mas se trata antes de uma metáfora para referir-se à impossibilidade de um enunciado sem um sujeito falante. A voz é sempre a voz de um sujeito, é material e adereçada a outro(s), compondo o texto. Para o autor, o sentido se distribui entre diversas vozes, sendo que a voz tem uma importância excepcional na individualidade. Em cada palavra há vozes que habitam. A distinção entre palavra e voz é fundamental para a compreensão do conceito bakhtiniano de polifonia, que se refere à pluralidade de vozes que podem versar sobre um mesmo tema. Assim, são as vozes que tornam as palavras polifônicas.

Neste capítulo, com vistas ao estabelecimento de um diálogo com os enunciados dos sujeitos, e pensando em uma lógica de exposição que apresente os diversos aspectos destacados, estabelecemos subitens que versam sobre sentidos/ posicionamentos afins (posicionamentos de surpresa, posicionamentos divergentes, posicionamentos de inde-cisão, entre outros). Temos clareza, contudo, de que, em cada sujeito (e em cada enunciado), habitam vozes divergentes e contraditórias e de que não é preciso opor um sujeito a outro para encontrar contradições, já que as contradições nos habitam, enquanto sujeitos materiais, posicionados eticamente.

Em cada enunciado, falam muitas vozes. Não há enunciado neutro possível, já que toda unidade mínima de sentido responde a enunciados anteriores e antecipa respostas futuras. Cada enunciado dirige-se a um outro.

Assim, a partir de cada um dos enunciados (sempre posicionados), se estabelecerá o diálogo com as vozes neles presentes, as vozes que ressoam a partir de dado posicionamento. Isso é possível na medida em que se compreende que o cada sujeito se posiciona em uma arena de vozes já existente, e compõe o seu discurso a partir de um posicionamento singular nessa pluralidade de vozes.

Nesse sentido, nenhum enunciado é totalmente novo, inédito. A novidade, a criatividade, está, então, na composição dos sentidos, na forma de articular essa pluralidade de vozes. A novidade está na forma única como cada sujeito ocupa um lugar no mundo e a partir dele emite juízos de valor, se posiciona ideologicamente, eticamente.

Bakhtin nos alerta que com frequência a análise científica é reduzida “à revelação de um dado inteiro, já presente e pronto antes da obra (...). É como se o dado inteiro fosse recriado no interior daquilo que fora criado, se transformasse nele”, como se já houvesse uma visão de mundo fechada, o objeto pronto, o artista ou o cientista pronto. E aponta que “em realidade,

também se cria o objeto no processo de criação” (Bakhtin, 2016, p.96), assim como se cria o próprio artista ou cientista e a própria visão de mundo e os meios de expressão.

Para o autor, “a relação com os enunciados dos outros não pode ser separada da relação com o objeto (porque sobre ele discutem, sobre ele concordam, nele as pessoas se tocam) nem da relação com o próprio falante. Trata-se de uma tríade viva” (Bakhtin, 2016, p.99).

Ora, trabalhar com o discurso de outro não é possível sem a tomada de posição. A ideologia foi foco de estudo de Bakhtin e seu Círculo, para quem a língua é a “realidade material específica da criação ideológica” (VOLÓCHINOV, 1978, p. 25). Nesse sentido, a ideologia não provém da consciência individual. A consciência, para os autores, é ideológica e social, pois o pensamento é uma composição de múltiplas vozes. Ainda sobre a ideologia:

Um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo; mas, ao contrário destes, ele também reflete e refrata uma outra realidade, que lhe é exterior. Tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia (VOLÓCHINOV, 1978, p. 31, grifo nosso).

Por seu caráter dialético e dialógico, o signo é ideológico por excelência. Assim, a língua é entendida como a realidade material específica da criação ideológica, daquilo que é material mas remete a algo situado fora de si mesmo.

Desse modo, a partir do próximo item abordaremos os sentidos que os enunciados produzem, como eles ressoam, a partir da relação dialógica que com eles se estabelece. Nesse sentido, o nosso trabalho é no sentido de escutar as vozes presentes em cada enunciação, e posicionar-se frente a esses outros, construindo um texto aberto, plural, polifônico.

Ao mesmo tempo em que se considera o posicionamento de sujeitos concretos, situados material e historicamente, em um cronotopo (tempo e espaço) bem definidos, busca-se ouvir as várias vozes que falam em suas enunciações. Nesse sentido, um falará por muitos, o que permitirá a construção de reflexões em um nível genérico, podendo-se fazer ouvir o posicionamento de um *grupo de pesquisadores públicos* na área da Administração.

Nesse aspecto, estaremos atentos não à busca da intencionalidade pura do outro - o que seria impossível, já que os sentidos produzidos são sempre múltiplos - mas à forma como o que é lido ressoa em relação ao todo da arena e aos nossos próprios saberes/verdades.

4.1 SENTIDOS DE SURPRESA

Um dos sentidos de surpresa produzidos pelos sujeitos participantes da pesquisa foi diante da constatação de que eles estariam entre os pesquisadores com maior número de publicações de artigos, ou seja, estariam entre os mais produtivos, segundo os critérios atuais de avaliação científica.

Os posicionamentos variaram entre surpresa, desconhecimento e comparação com os pares, conforme apresenta-se abaixo, nas falas de João Gustavo e Mariana, pesquisadores já bastante experientes:

Foi? Bem, enfim, essas coisas acontecem (risos) (...). E eu estou nesses que está publicando muito, é? Deve ter alguma coisa errada aí (risos). As coisas acabam acontecendo mais como uma consequência aí (João Gustavo, 68 anos).

É, não sabia disso, para dizer a verdade, eu nem imaginava, então o pessoal está bem ruim hein? (Mariana, 61 anos).

Nota-se que a surpresa apareceu acompanhada também de risos, modéstia e até discordância quanto ao número significativo de publicações, como foi o caso de Rubens (39 anos), que afirma que não julga ter um número tão alto de publicações.

Verifica-se, a partir disso, que os sujeitos que mais publicam na área da Administração não se consideram superprodutivos. Se não consideram o número de publicações elevado é porque, muito provavelmente, possuem uma expectativa de publicar mais. De fato, muitos dos “mais produtivos” afirmaram não terem o tempo que gostariam de dispor para trabalhar no estudo, na revisão e publicação de artigos, conforme complementa o pesquisador Rubens, para quem o principal desafio é encontrar tempo para escrever todas as pesquisas feitas. O pesquisador afirma que *não dá para deixar nas mãos dos alunos a escrita dos artigos. Eu mesmo tenho que escrever e isso leva tempo. Mesmo artigos de coautoria, na prática, eu mesmo que escrevo* (Rubens, 39 anos).

No entanto, pesquisadores que estão entre os que mais publicam artigos na área da Administração defenderam que as publicações não seriam tão importantes, afirmando ter pouca ou nenhuma preocupação com o número delas, e criticando inclusive determinados aspectos do produtivismo.

Ou seja, ao serem questionados sobre o que os leva a ter altos índices de publicação, a maior parte afirmou esse ser um resultado, uma consequência do trabalho, ao mesmo tempo em

que negaram colocar a publicação como uma prioridade, inclusive questionando sua importância. O posicionamento ressoa e faz eco com a afirmação de Sun Tzu (2018) em seu conclamado livro “A Arte da Guerra”, para quem “o bom comandante é benevolente e despreocupado com a fama”.

Nesse sentido, os pesquisadores João Gustavo (pesquisador mais sênior entre os entrevistados) e Vinícius (o mais jovem), expõem seus pontos de vista, mostrando que a (aparente) pouca importância que se atribui à publicação não se trata de um posicionamento condicionado ao tempo de experiência na área acadêmica:

Agora já não é nem muito a minha [preocupação], assim, o que eu estou procurando mais não é a publicação. Eu estou trabalhando nos programas profissionais, que é uma coisa nova, e as publicações não são tão importantes (João Gustavo, 68 anos)

Se eu jurasse, eu te jurava, eu não estou nem aí para publicação! (Vinícius, 34 anos)

Embora tenham negado a ênfase dispensada à publicação, ao se abordar projetos futuros, objetivos e metas acadêmicas para os próximos cinco anos, aspectos relacionados à publicação foram prevalentes: publicar mais e/ou publicar de maneira mais qualificada, manter o trabalho de pesquisa e publicação estão entre os resultados que apareceram. Ou seja, os pesquisadores que mais publicam artigos em Administração, ainda que nem sempre afirmem ser a publicação uma prioridade, possuem como meta publicar mais e melhor, demonstrando certa insatisfação com seus próprios índices.

Inclusive, dentre os aspectos que mais desmotivam, o processo de submissão/aceite das revistas brasileiras despontou como o mais desmotivador. Seria porque esse processo implica diretamente nos resultados apresentados pelo pesquisador, na forma como ele é avaliado?

É curioso observar que, ao mesmo tempo em que afirmam não se importarem com a publicação de artigos/avaliação, sentem-se muito incomodados com a demora da avaliação dos artigos das revistas brasileiras, que é justamente um dos caminhos possíveis para a apresentação de resultados mensurados pela atual política de avaliação científica. Inclusive, diversos pesquisadores optaram por não submeter mais artigos para revistas nacionais, devido ao desgaste com o processo, apresentando artigos apenas para revistas internacionais; outros afirmaram ter diminuído a submissão para revistas nacionais e estar priorizando a publicação internacional, que é vista por eles como “mais qualificada”.

Outro aspecto que chama atenção é que, ao criticar o processo de avaliação de artigos das revistas nacionais, a demora no aceite, a demora na emissão de pareceres, a qualidade

(muitas vezes ruim) dos pareceres, a falta de atuação ativa dos editores, os prazos curtos estabelecidos para os autores revisarem seus artigos, os pesquisadores não parecem perceber que são eles próprios que compõem o grupo dos “avaliadores”.

Ora, toda publicação depende de inúmeros avaliadores de periódicos que disponibilizam tempo e conhecimento na área para avaliar os artigos submetidos, trabalho esse totalmente voluntário e não remunerado. Se cada pesquisador estiver obcecado pela escrita e publicação de seus próprios trabalhos, quem se disponibilizará a avaliá-los? O próprio sistema de publicação depende da solidariedade entre os pares, solidariedade essa que vem sendo corroída pela intensa disputa produtivista (PATRUS et al., 2013).

De fato, não há avaliador que não seja pesquisador. Em outras palavras, pode-se dizer que o pesquisador se incomoda muito com a precariedade do sistema de avaliação das revistas brasileiras, mas não com a precariedade da sua própria condição de trabalho. Se o pesquisador estrangeiro é capaz, na maior parte das vezes, de fazer uma ótima avaliação, completa, detalhada e pertinente, se essa avaliação é célere, se os prazos dados aos autores para revisão são maiores, compatíveis com a realidade e com as necessidades de alteração, não seria também porque esses revisores possuem melhores condições de trabalho? Porque estão menos sobrecarregados com aulas e tarefas administrativas, podendo dedicar maior tempo às atividades de pesquisa e avaliação?

Essa relação foi feita por três entrevistados apenas, sendo que os demais se restringiram a criticar o sistema das revistas brasileiras, sem relacionar essa realidade à sua própria condição de trabalho. Inclusive o número restrito de periódicos brasileiros poderia estar relacionado a essa intensificação do trabalho, conforme cogita a pesquisadora Alice, quem já conta com 28 anos de experiência na pós-graduação: *talvez exista uma relação entre o número de periódicos e o tanto de trabalho que quem trabalha numa pós-graduação que tem que fazer pesquisa, que tem que fazer trabalho administrativo, que tem que dar muita aula, que tem que orientar muitos alunos (...)* (Alice, 59 anos).

Ao mesmo tempo, os pesquisadores tomam a intensificação do trabalho de modo bastante naturalizado. “Faz parte do jogo”, “faz parte do trabalho do pesquisador” são expressões que apareceram com muita frequência. Os “soldados” parecem já estar habituados ao “campo de batalha”.

Nesse sentido, verificou-se também uma mudança na forma de se posicionar em relação às publicações conforme a faixa etária dos sujeitos. Sujeitos mais jovens e com menos tempo de pós-graduação, em geral, não demonstraram muita crítica aos critérios de avaliação, ao passo que pesquisadores mais antigos, que inclusive já poderiam estar aposentados, mas optaram por

permanecer vinculados aos programas de pós, veem com estranheza o trabalho totalmente centrado na publicação. É o caso de João Gustavo, pesquisador experiente:

É uma pressão idiota... é porque agora eu também já estou com quase 70, então eu defendo os mais velhos (risadas). Desde os 60 que eu podia estar aposentado, 8 anos já, e com o salário integral, aqui na USP é salário integral, e continuo aqui trabalhando, tentando desenvolver algumas coisas, tem muita coisa para fazer, sim, mas tem que tornar mais útil para a sociedade, o pessoal que paga os nossos salários, tem que ser mais útil para eles, mas o pessoal fica nesse produtivismo, mas é um produtivismo que não leva a nada. (João Gustavo, 68 anos).

Em relação à pressão por publicação, a pesquisadora Alice compara o trabalho do pesquisador ao do vendedor, quem precisa cumprir metas, mostrar resultados, aproximando o trabalho de pesquisa a um trabalho operacional: *Acho que o produtivismo estabelecer essas metas, é quase como uma meta de venda: ó, você tem que bater a meta até o fim do mês, tem que bater meta até o fim do ano, a gente está um pouco assim. Isso organizou algumas coisas e desorganizou outras (Alice, 59 anos).*

Possivelmente, por terem vivido um momento anterior da pós-graduação, na qual a ênfase não era dada sobre a publicação - alguns inclusive mencionaram que ninguém na época falava em publicação - conseguem ter um panorama histórico maior, conforme se percebe nos posicionamentos das professoras sênior Clarice, Mariana e Alice que trazemos abaixo, que chegam a ponderar os efeitos dessa ênfase em publicar:

(...) acho que chegou um momento em que essa pressão se perdeu, ela foi mais para a quantidade do que para a qualidade. Mas também se a gente olhar os momentos históricos, tudo acontece meio com efeito elástico né? Prende, prende, prende, quando você solta ele vai lá para o outro extremo até recuperar o equilíbrio. Então acho que a gente ainda vai aprender isso no Brasil (Clarice, 49 anos).

Eu não sinto, eu nunca senti. O pessoal mais jovem talvez... eu sou uma geração mais velha, a gente não tinha essa coisa de publicação. O meu mestrado, por exemplo, não publiquei.(...) O doutorado, aí sim, eu fiz um artigo e a gente tinha verba da (fundação de pesquisa estadual), aí a gente, fiz um livro com a verba. Mas era assim, fazia um livro. Publicar artigo internacional então, não passava na cabeça (Mariana, 61 anos).

ela gera efeitos perversos e efeitos positivos, antes a publicação ficava muito em cima de um professor só, até eu me acomodei com isso, publicava menos. A publicação dela, ou do outro colega, juntava tudo, contava para a instituição inteira. Hoje a avaliação é individual. Acho isso mais honesto. A pesquisa está nas costas de todos. Tem gente que se escondia. Eu diria que até eu mesma um pouco, não era cobrada e estava lá dando aula e ajudando de uma outra maneira (Alice, 59 anos).

A professora Alice mostra o quanto a avaliação individual gerou maior exposição dos pesquisadores, o que fez com que todos precisassem se mobilizar para as publicações. A avaliação individual de fato gera maior pressão e exposição dos professores e menor colaboração entre os pares. “Ajudar de outra maneira” já não é tolerado, todos precisam ter a publicação como o foco maior para se manterem na pós-graduação.

Nesse sentido, em comparação com o cenário anterior, alguns veem efeitos tanto positivos quanto perversos. A própria avaliação individual é percebida como uma forma mais “honesta” de se avaliar. Ou seja, a cobrança acabaria impulsionando todos a publicar os resultados de suas pesquisas. Todos na “linha de frente”, eis a nova forma de se avaliar. A publicação, de certo modo, traz um sentido de honra para o guerreiro, um ateste da sua competência: cumpriu com a sua função na batalha.

De todo modo, nota-se que os aspectos históricos são considerados por alguns poucos, principalmente pelos mais experientes. Pesquisadores jovens por vezes sequer imaginam uma academia que não esteja tão centrada em publicação. Percebe-se aqui como a contextualização histórica permite, ao mesmo tempo, tanto maior exercício da imaginação quanto verificar criticamente que outras formas de trabalho são possíveis, problematizando a realidade atual.

Professores mais novos, como Henrique (39 anos) evitam entrar na “onda do produtivismo”, não por ser necessariamente crítico a ele, mas por considerar ser um processo de trabalho pouco eficiente. Ou seja, critica-se o produtivismo com a própria lógica da avaliação/produção. A “concentração de esforços” é vista como mais “rentável” em termos de resultados que a submissão de artigos não suficientemente refinados. Assim, não entrar na onda produtivista torna-se mais uma *estratégia de batalha*:

Eu não entro muito nessa onda de produtivismo, que a gente é obrigado inclusive pela própria capes a ter pontuação no quadriênio e tal, eu evito publicar qualquer coisa. Isso é importante dizer porque às vezes eu prefiro perder mais tempo num artigo bom do que sair publicando sabe coisa desestruturada, sem referencial teórico, sem costura teórica, sem uma coleta mais sistematizada de dados e às vezes eu tenho colegas aqui meus que no afã de ter que produzir, de ter que produzir a qualquer custo, saem submetendo qualquer coisa e aí na minha visão gasta mais tempo do que se concentrasse mais esforços (Henrique, 39 anos).

Por outro lado, alguns pesquisadores defendem a necessidade de indicadores e da própria pressão por publicação, com vistas à divulgação do conhecimento e das pesquisas que são financiadas com recursos públicos. Convém observar em cada fala qual a concepção de ser

humano que a sustenta. Em alguns casos há uma certa concepção de que o ser humano seria “preguiçoso”, que não produziria se não fosse submetido a certo controle.

Será que a qualidade do trabalho depende tanto de avaliação externa? Se o trabalho pode ser um prazer, um campo de realização humana, por que a necessidade da avaliação é tão pouco questionada? Por que *tem que avaliar*? Quanto a isso não há quase questionamentos, apenas divergências quanto ao método.

Estaria havendo uma naturalização sobre o processo avaliativo? O pesquisador estaria sendo visto como um aluno, cujo “progresso” precisa estar sempre sendo aferido? De fato, especialmente no campo da Administração, a avaliação não é posta como uma questão, mas como um princípio, uma das “funções essenciais” do administrador (planejar, organizar, dirigir e controlar).

Assim, as professoras Clarice e Mariana, que consideram a mudança da ênfase na avaliação ao longo dos anos, ainda assim defendem a atual pressão por publicação:

Eu acho que tudo são fases na história. A gente tinha pouca publicação no Brasil, então precisou um pouco de pressão para que as pessoas parassem de produzir tanto conhecimento e não publicar. A gente tem que considerar que esse conhecimento tem também que ser publicado, você vai ficar 10 anos fazendo um projeto financiado e esse conhecimento não vai ser divulgado? (Clarice, 49 anos)

Antes a universidade era muito solta, se antes o cara quisesse receber o salário dele, dar a aulinha dele e ir para casa, não fazer mais nada, ninguém iria... hoje não, você tem os indicadores que tem que cumprir... são ruins? São. Nunca a gente tem a coisa ideal. Mas é melhor do que se não tivesse, então acho que essa pressão é importante (Mariana, 61 anos).

Percebe-se que essas pesquisadoras não deixam de fazer a crítica ao modelo, mostrando que ele tem falhas, mas ainda assim reconhecem a pressão por publicações como um avanço, como uma necessidade, como um compromisso do pesquisador diante da sociedade. Já outros se reconhecem como parte do polo oposto, daqueles que exercem a pressão, como Juliano: *Hoje felizmente sou eu que pressiono a coordenação. Eu diria que felizmente, do ponto de vista acadêmico, eu não tenho recebido muita pressão, a pressão é minha mesmo (...) felizmente meu desempenho tem sido bastante suficiente para não me pressionarem, digamos assim (Juliano, 55 anos).*

Com vistas a facilitar a visualização, ao longo da análise incluímos quadros-resumo que apresentam as principais contradições que emergiram ao longo da pesquisa. Assim, os quadros apresentam o que é enunciado, contrapondo cada item ao que é simultaneamente silenciado/ o que não é dito, mas que tem relação direta com o que é afirmado, compondo, portanto, uma

unidade dialética, conforme a Epistemologia Crítica do Concreto e a Filosofia de Linguagem de Bakhtin teorizam. Os quadros apresentam, portanto, os principais resultados ao mesmo tempo em que evidenciam o método de pesquisa adotado, em que estivemos atentos às contradições, ao que estava invisibilizado, ao que não é dito, mas que, ainda assim, é parte da realidade concreta em sua totalidade. O quadro a seguir apresenta um resumo dos achados até aqui:

Quadro 3 - Posicionamento dos pesquisadores em relação à política de avaliação científica da CAPES

O que é afirmado	O que é silenciado/ oculto
Não se preocupam com publicação, sendo mera consequência do trabalho	Publicação é a principal meta citada; adoção de várias estratégias para aumentar os índices de publicação
Publicação nacional apresenta problemas, é lenta, pareceres são superficiais	Condições intensificadas de trabalho são silenciadas. A relação entre as condições de trabalho e a situação das revistas nacionais é pouco problematizada
Não se sentem muito produtivos, apresentam surpresa ao serem informados sobre seus índices	São os que mais publicaram no período analisado; índices não parecem ser suficientes diante das próprias expectativas de publicação
Naturalização das condições de trabalho e expectativas de produção: "faz parte do jogo"	Subjetividades que se questionam e inclusive adoececem com vistas à satisfação da expectativa de produção
Avaliação individual é mais justa e honesta; depende das habilidades/ do trabalho de cada um	Menor colaboração efetiva entre os pares; endogenia, citação de determinados grupos/ parceiros; redução da mobilização coletiva enquanto classe.

Fonte: elaborado pela autora (2020).

Ao reconhecer essa necessidade por publicação como legítima, seja a pressão sentida como externa ou interna (apropriada pelo sujeito), os pesquisadores estabelecem determinadas estratégias para atendê-la. É o assunto que abordaremos no próximo item.

4.1.1 ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO E ENFRENTAMENTO

Em um campo de batalha em que se disputam os raros recursos, estratégias não faltam. Dentre os fatores que foram apontados como importantes para os altos índices de publicação (ainda que os pesquisadores não os reconheçam como bons o suficiente, já que gostariam de publicar mais), pode-se citar:

- i) **Participação ou liderança de grupos de pesquisa:** muitos pesquisadores apontaram a participação ativa em um grupo de pesquisa como um fator que ajuda na elaboração de ideias, reflexões, e que favoreceria as publicações. É o caso dos professores sênior João Gustavo e Mariana:

Bem, eu tenho um grupo de pesquisa, a gente publicava bastante, sabe? Mas ultimamente... bem, a gente não tem mais tido o grupo de pesquisa, eu acho que até deveria dar continuidade, mas a gente vai tocando outras coisas, nem sempre dá para fazer essa parte de publicação (João Gustavo, 68 anos).

Uma coisa que ajuda é ter um grupo de pesquisa, que faz pesquisa junto, então estou sempre ligada em algum grupo, em alguma pesquisa, Fapesp, ou outro, mas tem um pessoal que está pesquisando junto (...). Eu gosto de trabalhar em grupo, então... uma das coisas que leva assim a publicação, eu criei um grupo de pesquisa, e a gente faz seminários, convida gente, discute, eu gosto dessa coisa da discussão, teoria (...) eu gosto de trabalhar com interação (Mariana, 61 anos).

- ii) **Pressão exercida sobre os pós-graduandos:** por vezes a pressão sobre publicação que a avaliação exerce sobre os professores é distribuída para os alunos por meio das diretrizes e normas dos programas, que obrigam o mestrando ou doutorando a submeter ou publicar determinado número de artigos durante a formação, em conjunto com o orientador. Com frequência essas exigências são também tomadas como critérios para concessão ou renovação de bolsas de mestrado ou doutorado. Percebe-se aqui como uma política de avaliação é irradiada e reverberada, refratada, inclusive na regulamentação interna dos programas, conforme aponta Mariana:

Além disso eu acho que ter alunos de pós-graduação, hoje em dia os programas colocam regras e para você, para os alunos continuarem tendo bolsa e tal, eles têm que publicar com o orientador. Então no fundo se acaba atraindo, é um pouco um ciclo virtuoso, você acaba publicando e atraindo também alunos que tem esse interesse de publicar, de trilhar vida acadêmica, então para eles isso é importante e acaba gerando isso. Mas também é importante você ter uma pesquisa sólida, que te dá frutos em cima disso (Mariana, 61 anos).

- iii) **Perfil do pesquisador/guerreiro:** Pesquisadores também apontaram características individuais do pesquisador que favoreceriam manter altos índices

de publicação. Sem negar que o trabalho do pesquisador é bastante exigente, percebe-se que a ênfase no perfil do pesquisador, que deve estar disposto a abrir mão de seu tempo, a se dedicar de forma incansável à execução das múltiplas tarefas que a academia exige, reflete certo conformismo: já que o trabalho é assim mesmo, intensificado e desgastante, resta escolher o perfil de quem pode ser pesquisador, quem tem condições de suportar as infindáveis demandas, a pressão, as horas de dedicação, entre outros. As professoras Clarice e Alice descrevem esse perfil, que parece se aproximar ao do perseverante guerreiro:

(...)Hora-bunda na cadeira. Você ficar na frente de um computador refinando um texto também não é para qualquer um. Se a pessoa não tiver esse perfil. Exige demais, cansa demais, tem noites que eu vou dormir assim, já tive 2 burnouts (risadas). Realmente é um trabalho que suga muito. Além de ter as habilidades e competências necessárias para ser um pesquisador, você tem que ter concentração, foco, muito foco, muita perseverança. Se não tiver um perfil bem definido de pesquisador... (Clarice, 49 anos).

(...) se você não gostar de pesquisar, de escrever, se você acha isso chato (risadas), de ficar trabalhando um parágrafo para um artigo um tempão... não vem porque não é remuneração. É uma coisa de gostar de construir. Você tem que ter muita atração pela área que você está pesquisando, atração digo assim, curiosidade...Você tendo interesse por aquela área, por aquele assunto, é bem difícil, se não tiver é impossível (Alice, 59 anos).

- iv) **Alimentação da “linha de produção”, do pipeline:** Essa estratégia aparece de maneira mais clara para alguns pesquisadores do que para outros. Consiste em manter a linha de produção em andamento, que precisa ser sempre alimentada, de modo a apresentar artigos nos mais variados estágios de maturação: concepção, em elaboração, em fase de análise de dados, revisão, submissão, aceito para publicação, em fase de adequações finais, artigo publicado. A expressão *pipeline* é utilizada inclusive na área de vendas, no sentido de possibilitar a visão das oportunidades de venda em andamento, analisar as oportunidades de venda que estão demorando a se concretizar, o tempo médio dispensado em cada etapa do processo, a padronização de procedimentos, entre outros.
- Ou seja, nessa concepção, o artigo acadêmico torna-se, de fato, uma mercadoria, um ativo a ser gerenciado, administrado. Esse gerenciamento é inclusive parte das “dicas” que alguns pesquisadores experientes fornecem aos jovens

pesquisadores, no sentido de não parar de trabalhar em pesquisa, já que os resultados demoram a aparecer. Nesse sentido, os professores Vinícius e Mário Felipe apresentam as suas estratégias de alimentação do “pipeline”:

(...) demora para colher os frutos, então não desanimar, porque você começa a trabalhar hoje e vai colher o resultado disso daqui 2, 3 anos. Então você não pode parar de publicar. Trabalha esse ano, no outro também trabalha, porque só vai ver daqui 2, 3 anos. Então se você sempre, anualmente, não parar de publicar, daqui 2, 3 anos os resultados vem naturalmente, os artigos aceitos, publicados (Vinícius, 34 anos).

Trabalhar constantemente em pesquisa e em desenvolver rapidamente um pipeline. Para conseguir publicar 2, 3 papers por ano tem que estar trabalhando no mínimo em seis, todo ano, o tempo todo. O mais importante é quanto você tem no seu pipeline. Porque você não controla quando e se você vai ser publicado. Você tem algum controle sobre isso até submeter o paper para a revista. Como a revista pode demorar muito, você pode ser rejeitado em várias delas, você tem que ter meia dúzia de papers circulando, em vários estágios (Mário Felipe, 59 anos).

- v) **Parcerias nacionais e internacionais (alianças e conquistas):** As parcerias foram apresentadas como uma grande fonte de aprendizado para os pesquisadores brasileiros na área da Administração, e em especial as internacionais. Dentre as principais, pode-se apontar a compreensão sobre a formatação e a linguagem adotada nas revistas internacionais, a aprendizagem da escrita em um “outro padrão”, mais exigente. Nesse sentido, os pesquisadores brasileiros que procuram parcerias internacionais muitas vezes se posicionam como aprendizes para entrar no mercado da publicação internacional. Seria esse posicionamento uma herança brasileira da colonização? Por que os parceiros internacionais são tão valorizados?

A política de avaliação científica de fato atribui boa pontuação a publicações internacionais, o que certamente é favorecido por essas parcerias, que, no cenário investigado, podem ser lidas como “alianças de guerra”, que foram citadas por diversos pesquisadores como estratégias fecundas. Em geral os parceiros eleitos são aqueles que já se encontram em um estágio avançado de reconhecimento, que apresentam as competências consideradas essenciais para disputar a batalha dos *papers* no âmbito internacional, e esse posicionamento não parece se diferir entre os pesquisadores, com mais ou menos tempo de experiência acadêmica:

Eu tive poucos parceiros em que eu confiasse escreverem o artigo comigo ou até majoritariamente, em particular os americanos, que são muito bons e foram meus verdadeiros mestres no início da carreira (Mário Felipe, 59 anos).

(...) me dá muito prazer ter parcerias internacionais e aprender com pessoas inteligentes, também só procuro os bons né, levo mais não do que sim, mas alguns abrem a porta (Clarice, 49 anos).

Outro aspecto que merece destaque é a confiança maior que os pesquisadores em Administração brasileiros parecem depositar nos parceiros internacionais, que são vistos como “mestres”, por apresentarem um padrão considerado superior de escrita do texto acadêmico, mais exigente, conforme também aponta a pesquisadora Mariana (61 anos).

Nesse mesmo sentido, o pesquisador Juliano (55 anos) indica a importância de aprender com os parceiros estrangeiros e trazer para a pesquisa brasileira as melhores práticas, disseminando-as entre os alunos e os grupos de pesquisa. O estabelecimento de parcerias internacionais nem sempre é fácil, já que os pesquisadores de fora não querem *perder tempo com desqualificado*. Assim, o estabelecimento de uma parceria é vista como uma “conquista”, já que o pesquisador brasileiro se enxerga como menos capacitado, se colocando em uma posição de “aprendiz”. *Porque lá eles são muito, digamos, cautelosos, tem medo de entrar numa roubada*, nos alerta Juliano, ao falar da importância de se gerar o interesse do pesquisador estrangeiro em pesquisar junto. Assim, a aliança é vista mais no sentido de uma transferência de saberes (do estrangeiro para o brasileiro) que, de fato, como uma troca entre iguais.

Estabelecer parcerias com professores de outras instituições no Brasil e no exterior, que pesquisam temáticas similares, aumentando a rede de relacionamentos e consequentemente os projetos de pesquisa e as publicações, é apontado como outra estratégia adotada pelos pesquisadores, a exemplo de Gabriela, 44 anos. Em suma, nessa arena reinam, monológicos, os sentidos de que as parcerias/alianças internacionais favorecem a produção de resultados.

Assim, cabe problematizar por que o estrangeiro é tão valorizado e idealizado, enquanto o brasileiro se coloca em uma posição de aprendiz, inferior ao restante do mundo, com pouca autoestima, uma espécie de Narciso às avessas - gerando o tão comentado “complexo de vira-latas”, expressão essa cunhada pelo dramaturgo Nelson Rodrigues.

Verifica-se, deste modo, que a própria política de avaliação científica valoriza as publicações estrangeiras. Ora, por que as publicações internacionais são mais bem avaliadas e contabilizam mais pontos para os pesquisadores brasileiros?

O quadro a seguir resume as principais estratégias adotadas:

Quadro 4 – Principais estratégias adotadas pelos pesquisadores

O que é afirmado	O que é silenciado/ oculto
Liderança ou participação em grupos de pesquisa	Dificuldade em atingir os altos índices de publicação sem a realização de parcerias
Pressão sobre pós-graduandos/ exigência de publicação	Reprodução, via normatização dos programas, da política de produção da CAPES
Perfil do pesquisador guerreiro, capaz de suportar todas as exigências produtivas	Condições de trabalho e exigências produtivas intensificadas
Alimentação da linha de produção / pipeline	Naturalização da avaliação com foco em publicação
Parcerias nacionais e internacionais, sendo as internacionais as mais desejadas e valorizadas	Colonialismo/ desvalorização do conhecimento nacional

Fonte: elaborado pela autora (2020).

4.2 SENTIDOS DIVERGENTES EM BATALHA

4.2.1 ESCREVER OU NÃO ESCREVER COM ALUNOS, EIS A QUESTÃO

Um aspecto que gerou posicionamentos bastante diversos diz respeito à publicação de trabalhos oriundos de disciplinas, em coautoria com alunos. Enquanto alguns pesquisadores apontaram esse como um elemento que incrementa o número de publicações, apesar do grande trabalho de revisão demandado, outros criticaram essa prática de exigir artigos e a sua publicação como trabalho final de disciplina.

Os que a adotam, a situam como um trabalho pedagógico de orientação ao aluno sobre como escrever e formatar um texto para submissão/publicação, e como uma oportunidade conferida ao aluno motivado, que quer ou precisa ter publicações para ingressar em um programa de pós-graduação. Em sua maioria, são professoras mulheres que se dispõem a escrever com seus alunos, como é o caso de Ana Carolina, Mariana e Alice.

Dentre os argumentos, defendem que a publicação de um artigo em coautoria com o aluno é muito importante para a vida acadêmica desse último, que dependeria de publicações

para ingressar inclusive em um programa de mestrado ou doutorado. Assim, a possível publicação seria um incentivo para o aluno escrever um trabalho “razoável”, passível de publicação. Os professores que adotam essa prática afirmam a necessidade de muitas vezes reescrever todo o trabalho, e reforçam a dedicação necessária para um trabalho de aluno se torne um bom artigo. Ainda, o caráter pedagógico de se escrever com o aluno é lembrado:

Eu vejo o artigo na disciplina como uma contribuição para o aluno aprender a saber o raciocínio científico, a colocar no papel. Então esse trabalho dos artigos que muitas vezes sou criticada, o trabalho do professor não é formar ou deixou de ser? Eu não faço pesquisa para mim, para que? Eu faço pesquisa como uma forma de contribuir, de formar pessoas. Porque a função do professor passa a ser esquecida, acho que trabalho com coautoria tem até mais valor que um trabalho sozinho (Ana Carolina, 63 anos).

Eu também nunca fiquei me preocupando, contando publicação. E talvez também tenha uma quantidade grande porque tem professor que fala assim ah se não for, C não publico. As vezes tem um aluno de mestrado, fez um trabalhinho, quer por meu nome, você vai falar não, não vou por que... sabe? Para ele vai ser importante ter uma publicação. (...) tenho uma grande quantidade de publicação, mas se for olhar eu acho que tem muita coisa que está tipo B2, B1 (Mariana, 61 anos).

(...)já estou em outra fase da vida, eles é que precisam muito (...) Não tenho uma ambição pessoal, é uma coisa de compartilhar com meus orientandos, porque se eles não publicarem, eles não vão participar bem de um processo bem de seleção, de concurso (Alice, 59 anos).

Já os professores que não adotam esse tipo de prática, afirmam surpresa ao receber trabalhos finais em formato de artigo, sem sequer haver solicitado, como Lucas:

Apesar de eu ter dado, no passado, muitas aulas, nunca solicitei para que o trabalho final das minhas disciplinas fosse um artigo. Eu solicito um trabalho final teórico ou prático que reflita o conteúdo da disciplina, mas, não para publicar. Mas, eu acabo recebendo a maioria dos trabalhos finais na forma de artigos, provavelmente pela cultura instalado de exigência de publicações, para nossos mestrandos e doutorandos (Lucas, 61 anos).

Outros professores chegam a criticar essa atitude, enfatizando que os alunos devem resolver problemas práticos da sociedade, não publicar artigos, especialmente nos programas profissionais (não acadêmicos), conforme afirma João Gustavo:

(...) querem que o aluno faça artigo, pelo amor de deus, esse não é o caminho, mas é o que acaba acontecendo (...) tem que colocar os alunos para resolver problemas importantes... isso em todas as áreas. (...) infelizmente a academia está muito distante da prática. Os programas profissionais vêm nessa direção, mas a gente ainda está meio carente, falta meios de a gente poder estar

divulgando as pesquisas que a gente desenvolve, práticas (João Gustavo, 68 anos).

Tanto professores que escrevem em coautoria com alunos como trabalho final de disciplinas quanto os que não o fazem, afirmam que escrever com alunos em geral acaba exigindo mais do professor, que muitas vezes prefere reescrever todo o texto, inclusive nos casos em que o trabalho é fruto de orientação de dissertações e teses. Mário Felipe e Clarice ilustram bem essa compreensão:

Outra coisa é a delegação do trabalho. Eu não delego escrever um artigo para quase ninguém, muito menos para aluno, seja de doutorado ou mestrado. Até hoje eu só vi um aluno de doutorado que realmente escrevia muito bem, um espanto. Os demais estavam aprendendo a escrever um trabalho científico. Não falo apenas de ortografia e gramática, falo de saber escrever um trabalho científico, que é uma coisa de artesanato. Eu escrevo tudo, mesmo que seja baseado em trabalho de aluno, eu reescrevo de cima abaixo várias vezes (Mário Felipe, 59 anos).

Eu passo quatro anos fazendo uma pesquisa com um aluno, a parte mais sofrida do processo é dar sentido e ordem ao texto que o aluno produz, porque pela falta de experiência vem tudo muito desestruturado, sabe? Eu prefiro escrever um texto eu mesma do que corrigir de um aluno... (Clarice, 49 anos).

Questiona-se se ensinar e desenvolver pesquisadores, inclusive no que se refere ao domínio do gênero científico, não faz parte justamente da formação dos pós-graduandos, e, portanto, da tarefa dos professores pesquisadores. No entanto, diante das inúmeras demandas acadêmicas e da falta de tempo dos professores diante dos processos de intensificação do trabalho, escrever sozinho acaba sendo a opção de alguns pesquisadores.

Outro aspecto mencionado é que o aluno, após concluir sua trajetória de mestrado ou doutorado, muitas vezes tem outras prioridades que não a publicação, de modo que os professores, que são de fato avaliados por suas publicações, tomam a iniciativa de (re)escrever os artigos, sejam eles fruto de disciplinas ou orientações:

Quando o aluno é de mestrado, reescrevo tudo... o paper quem faz sou eu. O aluno de mestrado arrumou emprego, casou, não posso mais contar com eles para muita coisa. Não é que eles se neguem, o cara está em outro planeta. Pego os dados e aí vou trabalhar no paper da dissertação do aluno. Mas o aluno também é autor porque é o trabalho do aluno, mesmo que eu tenha feito muita análise adicional, então ele fica como 1º autor. Agora quando tem mais autores, aí são normalmente as minhas redes de pesquisa (...) Para trabalhar sozinho, eu acho menos divertido (Mário Felipe, 59 anos).

Por que eu publico tanto? Porque eu sou uma professora que consegue da disciplina fazer os alunos escreverem artigos, eu corrijo, depois eu recorrijo, (...) eu estava ontem à noite revisando artigo pra mandar pra revista, eu assumo muito isso sabe. Porque os alunos eles vão para a vida deles, eles têm

outros interesses, e eles abandonam o trabalho, então é dentro do meu esforço, das minhas disciplinas (Ana Carolina, 63 anos).

A compreensão de que, em muitos casos, não se pode esperar a iniciativa do aluno para a escrita de um artigo faz com que os professores Mário Felipe e Ana Carolina tomem a iniciativa de reescrever os trabalhos (em coautoria), com fins de publicação. Nesse sentido, percebem que o aluno, após concluir sua trajetória de mestrado ou doutorado, muitas vezes tem outras prioridades em relação à publicação dos artigos.

4.2.2 AS NORMAS E AS INVERSÕES

Diversos pesquisadores apontaram um olhar crítico para a publicação posta como um fim em si mesmo, que entendem ser uma inversão de prioridades, já que a publicação deveria ser consequência de uma boa pesquisa, e não posta como a prioridade do pesquisador, um fim em si mesmo. Será que a forma como as políticas de avaliação científica atuais estão configuradas não favorecerá esse tipo de inversão?

Clarice (49 anos) afirma que quando se faz um bom trabalho de orientação com cada aluno, a boa publicação é consequência. No entanto, confessa que atualmente perde muito tempo arrumando artigo dos alunos.

Os pesquisadores afirmaram que, quando se faz uma boa pesquisa e se obtém bons resultados, a publicação é o caminho natural: “depois você não vai querer guardar para você”, afirma João Gustavo (68 anos), quem defende que a publicação é uma forma de poder transmitir bons resultados. “Hoje o pessoal inverte as coisas”, alerta o professor.

Em relação à inversão de prioridades, percebe-se que os programas de pós-graduação acabam se estruturando, gerando normas e políticas internas alinhadas às políticas de avaliação científica, com vistas a melhorar a avaliação do programa, conferida pela Capes. Dentre essas normatizações, pode-se citar a exigência de que discentes publiquem em conjunto com seus orientadores como condição para a conclusão dos cursos e uma política forte de avaliação interna do corpo docente, que por vezes impõe o descredenciamento de professores que não publicam.

Ao seja, ao invés de os programas se mobilizarem no sentido de questionar se os critérios de avaliação são adequados e incentivam as melhores práticas, a melhor atuação da universidade, tendo em vista o seu propósito maior, assim como a valorização dos profissionais,

dos alunos, dos processos de ensino e aprendizagem, das pesquisas, os programas se tornam reprodutores dos critérios impostos externamente, fortalecendo e ampliando a pressão sobre o pesquisador.

A esse tipo de prática alguns (poucos) pesquisadores são bastante críticos. Talvez outros não sejam por não enxergar relação direta entre as políticas de avaliação dos programas e as normatizações internas:

(...) a nota Capes é uma consequência. A gente tem que procurar fazer uma coisa que atenda à sociedade. Aqui, você não imagina a pressão que nós tivemos durante alguns anos, e eu briguei aqui porque o pessoal queria tirar os professores mais velhos que não estão publicando da orientação, um absurdo, é muito melhor o professor que já tem mais experiência. Ah, mas ele não está publicando. Ele está em outra, mas ele sabe, ele já orientou 20, 30 pessoas, deixa ele orientar. Eu nunca deixei, e mesmo assim a gente subiu, foi para 6, 7, pegamos as melhores notas. Porque o programa que fica brigando para conseguir só nota ele não consegue a excelência que ele precisa, entende? (João Gustavo, 68 anos).

O professor João Gustavo, por exemplo, separa bem a avaliação Capes da excelência de um programa, ou seja, para ele atender aos critérios da Capes não garante a excelência de um programa. Entende que, pelo contrário, ao buscar atender a todo custo, ao buscar a melhor avaliação do programa, sem questionamentos, pode favorecer a adoção de práticas completamente desprovidas de sentido, como o descredenciamento de professores bastante experientes e que tem muito a contribuir na formação de alunos.

No entanto, o mais curioso é que os pesquisadores afirmam que a nota do programa não é tão decisiva no que se refere a propiciar melhores condições de trabalho. A professora Alice (59 anos) afirma que “A nota do programa, a nota boa não te traz tanta coisa boa, mas a nota ruim pode te trazer problema”. Dentre os problemas, elenca a dificuldade em solicitar e obter financiamentos de pesquisa, bolsas de iniciação científica, entre outros. Nota-se que, com boa avaliação, os programas já apresentam dificuldades em obter recursos para o financiamento das pesquisas, e que, ao apresentar notas inferiores na escala de avaliação Capes, os programas enfrentam dificuldades ainda maiores na competição pelos escassos recursos.

4.2.3 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO: POSICIONAMENTOS MÚLTIPLOS

Outro aspecto que trouxe uma grande diversidade de posicionamentos na arena de vozes diz respeito aos critérios de avaliação. No entanto, mesmo alguns dos sujeitos que consideram a ênfase sobre a publicação de artigos um bom parâmetro, não deixam de tecer críticas às

práticas perniciosas que o modelo favorece, ao *incentivar uma linha de produção, um produtivismo acerebral, como dividir um artigo em três só para ter produção*, como alerta o pesquisador Henrique, 39 anos.

No geral, os pesquisadores que mais publicaram artigos nos últimos anos na área de Administração não consideram a avaliação perfeita, mas suficientemente válida para o que se propõe. Notou-se que nenhum dos pesquisadores afirmou ser a publicação um critério inválido para a aferição de resultados. As críticas recaem principalmente sobre a sua ênfase, que tende a ser muito grande.

Nesse sentido, acreditam que poder-se-ia dar maior ênfase a atividades de iniciação científica e produção técnica, para além da produção de artigos: mesas redondas, cursos de curta duração e outras atividades que privilegiassem a extensão universitária. Dessa forma, a produção não ficaria restrita a leitores de artigo da área, mas abarcaria um público maior.

Em geral, os pesquisadores consideram que avaliar é importante, sendo um critério essencial para balizar a qualidade dos trabalhos desenvolvidos. A pesquisadora Ana Carolina (63 anos) afirma não existir forma de avaliar ideal, e justifica que a verificação das publicações talvez seja o critério mais fácil de se aferir a qualidade dos cursos, embora acredite que outros aspectos também deveriam ser considerados (como a qualidade das aulas, das dissertações e teses produzidas, entre outros).

Nesse mesmo sentido, Juliano (55 anos) afirma que a forma de avaliação atual “tem os seus problemas, mas eu não teria uma sugestão melhor”.

Ao apontar a avaliação da publicação como uma “maneira mais fácil”, percebe-se certo conformismo de alguns pesquisadores, que ao mesmo tempo que não concordam totalmente com a forma de avaliação, não enxergam outras possibilidades factíveis e, portanto, seguem as regras impostas.

Ainda que alguns reconheçam a exigência imposta pelas políticas de avaliação, encaram essa exigência como um incentivo. Outros sequer sentem a necessidade de pontuação como uma pressão e/ou acreditam não ser difícil pontuar conforme os critérios definidos.

A publicação, especialmente para os professores mais jovens, é vista como natural, como fazendo parte do trabalho do pesquisador. Isso é pouco questionado entre os entrevistados. Ao contrário, acreditam e defendem a importância de publicar.

Rubens (39 anos) afirma que “atualmente a regra está bem exigente, mas é necessária uma certa exigência para incentivo das conquistas acadêmicas”. Juliano (55 anos) recorre ao cenário de países desenvolvidos para justificar a avaliação da Capes:

“Eu vejo que isso é o que acontece no mundo inteiro. É assim, pelo menos nos países desenvolvidos, é assim que funciona. (...). Eu já vi professor lá da Inglaterra que publicou comigo, ela perdeu o emprego. Ela não conseguiu manter o nível de exigência (Juliano, 55 anos).

Assim, a forma de avaliação do pesquisador em países desenvolvidos aparece como padrão de referência, que serve também a justificar a forma de avaliação do pesquisador brasileiro. Nesse sentido, as condições de trabalho do pesquisador brasileiro, que, além de ter uma intensa carga horária em sala de aula, é também gestor, angariador de recursos, administrador da universidade, orientador, entre tantos outros papéis, não é problematizada. Em alguns momentos iguala-se o pesquisador brasileiro ao estrangeiro, como se suas condições de trabalho fossem as mesmas.

Clarice (49 anos), ao mesmo tempo que reconhece ser “um exagero de pressão por produtivismo”, afirma que “em três ou quatro anos fazer 200 pontos não é nem um pouco difícil”. Ela afirma a importância de se pegar o *timing* das publicações e não deixar tudo para o final do triênio ou quadriênio de avaliação.

Para além das exigências da publicação, outro aspecto do produtivismo que incomoda alguns professores é o prazo de orientação de mestrado ou doutorado, sendo que ao final de dois ou quatro anos por vezes o professor não considera o trabalho do aluno maduro, e vê-se obrigado a assumir parte da pesquisa do aluno para que ele possa concluir o trabalho no prazo.

Novamente, isso mostra uma esfera da avaliação que é invisível: já que a reprovação pontua negativamente na avaliação do programa, o professor é pressionado a fazer o trabalho sair a todo custo, já que a avaliação do trabalho do aluno não é desvinculada do trabalho do orientador. Ou seja, na avaliação de uma dissertação, ou tese, também está em jogo a avaliação do orientador, de sua competência, de sua capacidade de orientação:

Para mim muito mais cruel do que publicar, que para mim é natural assim, é você fazer um aluno concluir uma tese em 4 anos quando o aluno não tem condição (...) visitei uma universidade em Montreal (...) enquanto o professor não dizer que pode ir para a banca porque não está pronto, não vai, nem que leve sete anos. Eu queria ter a liberdade de dizer para o aluno: não está pronto, e não ter que sentar com ele e terminar a tese. Isso para mim é mais cruel do que qualquer pressão de publicação, de 200 pontos (Clarice, 49 anos).

Nesse caso, a pesquisadora Clarice toma o cenário internacional como referência, mas para apresentar um cenário mais favorável à pesquisa, para vislumbrar uma prática passível de

ser adotada¹⁴ no Brasil: a maior flexibilidade de tempo para a defesa do trabalho. No caso, recorre-se ao exemplo da Canadá não para justificar práticas de um trabalho intensificado, mas para mostrar que é possível combater essa intensificação com algumas medidas simples. No entanto, nota-se que a Capes e as normas de regulação dos programas de pós-graduação brasileiros, nos últimos anos, tem sido bastante exigentes quanto aos prazos para qualificação e defesa das dissertações e teses, o que tem gerado maior desgaste para os orientadores.

Nos deparamos também com pesquisadores que se posicionam contrários às métricas utilizadas nas políticas de avaliação científica, e que consideram que a aferição do número de publicações não é um bom critério. É o caso do pesquisador mais jovem entrevistado, Vinícius (34 anos), para quem a citação seria a melhor métrica de produção. Para ele, “o quanto você é citado reflete o quão importante foi a sua contribuição para a ciência”.

Dentre as principais críticas encontradas, estão a adoção da classificação Qualis como um critério da Capes. Dentre as sugestões, inclui-se: adotar fator de impacto e substituir Qualis por número de citações, conforme aponta Henrique, inconformado com a graduação da pontuação conforme o Qualis atribuído à revista:

Outros parâmetros também deveriam ser considerados pela Capes, não só produção de artigo, pontuação esdrúxula, A1 120, A2 100, só no Brasil tem isso. Todo mundo adotaria fator de impacto já, no Brasil é Qualis da Capes... (Henrique, 39 anos)

Também houve a sugestão de se considerar outros fatores na avaliação, como o impacto social. O pesquisador reflete sobre que práticas a política de avaliação incentiva ou desestimula, da forma como está estruturada. Ou seja, um trabalho mais atuante junto à comunidade, trabalhos de extensão, são pouco considerados na avaliação:

Fazer, sei lá, um mapeamento de competências em escola pública para desenvolver um programa de capacitação para professor, levantar indicador de produtividade num hospital público, para melhorar a gestão, para melhorar a governança de hospital público, e essa avaliação da capes não pega, não pega esse tipo de produção técnica. A avaliação do mestrado profissional pega, mas a pontuação é baixíssima. Quase que incentiva a gente a não fazer (Henrique, 39 anos).

¹⁴ Nos capítulos finais serão abordadas as relações possíveis entre a imaginação, a capacidade crítica e a possibilidade de se vislumbrar outros cenários possíveis, que atuariam no sentido oposto ao do conformismo.

A relevância de que o trabalho do pesquisador gere impacto sobre as atividades da sociedade é defendida pela maioria dos entrevistados. No entanto, notam que essas práticas são desestimuladas, ao serem muito pouco pontuadas pela avaliação da Capes.

Assim, ainda que reflitam sobre o quanto os artigos ficam restritos a um público muito específico, os pesquisadores tendem a continuar concentrando seus esforços na divulgação científica de sua produção na forma mais tradicional, qual seja, a publicação de artigos em revistas da área, e seguem fomentando pouco outras atividades, como as de extensão.

Já outros pesquisadores questionam o que seria impacto social, ao demonstrar ter consciência de que o seu trabalho favorece agentes sociais que são concentradores de riqueza, e, portanto, fomentadores de desigualdades sociais. É o caso do pesquisador Mário Felipe:

Acho relevante que o paper tenha um impacto sobre as atividades da sociedade em geral, econômicas e outras, acho importante, é relevante. Agora, impacto sobre a pobreza, impacto sobre as desigualdades no Brasil, eu fico mais reticente, porque eu não sei se eu posso, (...) pode ser que coisas que eu escreva seja o contrário disso né, quando eu estou escrevendo para investimentos eu posso estar falando para um tipo de agente dentro da nossa sociedade que é concentrador de riqueza. Eu não sei, para mim isso fica em aberto (Mário Felipe, 59 anos).

Para Mário Felipe, existe um impacto gerado sobre as atividades da sociedade a partir da própria publicação do *paper*, ainda que seja esse um impacto que favoreça a concentração de renda. Trabalhos de extensão não são abordados pelo pesquisador, quem tem priorizado a oferta de consultorias diretamente para as empresas.

Alguns pesquisadores sequer entram no mérito de avaliar a política de avaliação, concentrando seus esforços na execução de um trabalho de qualidade, como é o caso de Lucas (61 anos): “simplesmente, sigo as regras estabelecidas, independentemente de concordar ou não com essa linha produtivista”. O pesquisador afirma priorizar a realização de um trabalho de qualidade e de transformação no que se refere aos *alunos*, e que a produção seria uma consequência dessa priorização.

Optar por simplesmente seguir as regras estabelecidas, seria uma forma de naturalização da avaliação? Em que medida se retirar da discussão é também um posicionamento? Seguir as regras tem sido o posicionamento de diversos dos pesquisadores mais produtivos em Administração, mas será mesmo esse o caminho para a transformação do cenário crítico de pesquisa no Brasil? Conforme já apontamos, as condições intensificadas do trabalho do pesquisador público brasileiro são raramente problematizadas.

Houve também posicionamento de pesquisadores, especialmente os mais jovens, que se sentem excluídos do grupo que formula as regras, que define “o que é bom”, que avalia os trabalhos e as pesquisas, considerando ser esse um fator que dificultaria o número de publicações e o próprio avanço da ciência:

Eu acho a academia muito... é um grupo, eu não estou nesse grupo, se eu tivesse nesse grupo eu acho que eu teria publicado muito mais. Mas existe um grupo de professores mais antigos que tem 20, quase 30 anos de carreira, e esses professores formam o quadro de revisores, de editores de boa parte dessas revistas. Então o Qualis é formado pelo que esses professores, tem um grupo também lá no CNPQ, lá na Capes, que eles consideram importantes. Então se você começa a mirar um Qualis que já tem um viés de seleção, porque quem define o que é bom são esses professores que estão lá, você não consegue avançar tanto com a ciência (Vinícius, 34 anos).

Dentre as críticas ao método de avaliação, foi apontada também a falta de clareza quanto aos critérios utilizados em cada ciclo, o que geraria maior tensão sobre os pesquisadores. Por exemplo, no último ciclo (Avaliação 2017, referente ao período de 2013-2016) percebeu-se maior preocupação da Capes em avaliar a qualidade das revistas em que os artigos foram publicados que propriamente o número de publicações - mas isso não havia ficado claro no início do ciclo avaliativo, segundo alguns dos sujeitos entrevistados. Possivelmente essa tenha sido uma resposta da Capes às próprias críticas sobre os efeitos perversos que o excessivo foco quantitativo tende a gerar, efeitos esses que se passou a denominar “produtivismo”:

O problema para mim é que a Capes não tem transparência sobre os critérios que ela vai usar naquele período, então isso gera uma competição, minha impressão tá, entre as instituições, que não é saudável, porque gera uma fofoca, um medo, porque não é que você começa o quadriênio e você sabe olha a capes esse período ela vai querer a qualidade, você tem que publicar pelo menos um A2, um A1. Não, tem mais ou menos uma ideia e quando está terminando o quadriênio ela vem e diz o que ela quer. Então acho que tem um jogo que não é transparente e que não é bom, não é bom pelo q ele provoca nas pessoas (...) então eu não acho saudável o que eu vejo (Alice, 59 anos).

4.3 SENTIDOS DE INDE-CISÃO

4.3.1 APOSENTO OU PERMANEÇO?

Um aspecto que a princípio não era foco do trabalho, mas emergiu do campo, ao qual estivemos atentos, é a relação do pesquisador com a aposentadoria. Notou-se que muitos pesquisadores que possuem tempo para se aposentar não o fazem, ou, quando se aposentam, continuam credenciados aos programas enquanto pesquisadores colaboradores. Outros, ainda, aposentam-se pelas federais e continuam trabalhando em universidades particulares.

Essa constatação trouxe várias indagações sobre o que motiva os professores a continuar trabalhando, visto que o aspecto financeiro não parece ser tão relevante para os que já se aposentaram com salário integral (embora, com as recentes e sucessivas reformas da previdência, essa tende a ser uma questão relevante para os pesquisadores ainda na ativa).

Apareceram aspectos relacionados à liberdade, ao sentimento de ser útil, produtivo, a “continuar jogando o jogo”. Alguns não veem sentido em se aposentar, sentem-se entusiasmados com seu trabalho, gostam muito do seu fazer. Ainda, atrelam o trabalho à dignidade humana, a algo bom, que faz bem.

A liberdade também é apontada por João Gustavo, 68 anos, como um aspecto que o faz manter-se trabalhando. Liberdade para fazer as coisas que quer, para se relacionar com diversos programas de pós da instituição, especifica. Ainda, afirma que “apesar da minha idade, sinto que estou sendo útil”.

No entanto, é de se questionar em que medida a liberdade mencionada por alguns pesquisadores é de fato exercida, em que medida continuar “jogando o jogo” é de fato uma escolha, ou se trata de um alinhamento, ainda que pouco consciente, entre as demandas objetivas e subjetivas.

Ainda em relação à aposentadoria, a professora Ana Carolina afirma: “com 63 anos eu tenho até mais entusiasmo”. Ela assegura que no exterior as pessoas trabalham até os 70 muito tranquilas e diz que só se deve parar de trabalhar quando não se está em condições de fazê-lo, de refletir. Questiona, ainda, a mentalidade brasileira de querer se aposentar cedo: “as pessoas desesperadas, querem parar de trabalhar, para quê? Trabalhar é uma coisa muito boa para todo mundo”, completa.

Por sua vez, a professora Clarice, 49 anos, reflete sobre o quanto a sua decisão em se aposentar ou não considerará os padrões em vigor da Capes: “se os padrões da Capes forem absurdos para mim, eu vou estudar de outra forma, eu vou ser pesquisadora independente, eu

vou para outro país, sabe? Afirma que temos que “aprender a não aceitar as coisas e ser mais crítico em relação ao que é imposto”. No entanto, pondera que já percebeu um direcionamento da Capes (por meio de representante da área) no sentido de valorizar a qualidade em relação à quantidade, o que ela percebe como acertado. Nota-se que a aposentadoria total não é cogitada pela pesquisadora, que apenas pondera se continuará a exercer a pesquisa no Brasil ou no exterior. E reflete sobre colegas seus, já aposentados, que continuam na ativa:

Os professores daqui que se aposentaram ou estão na (universidade particular x) ou na (universidade particular y¹⁵) né, tudo na ativa. E eu vejo na (universidade particular) que tem uma lógica bem perversa, eles se submetem a isso para poder continuar trabalhando como pesquisador, e não é por necessidade financeira não, porque eles se aposentaram muito bem pela federal (Clarice, 49 anos).

De fato, a dimensão financeira, ainda que importante, não é apontada como essencial na escolha de se continuar trabalhando. Como se evidencia pelas falas abaixo, alguns pesquisadores assumem nem saber bem ao certo o que os faz permanecer - o que nos faz questionar se não haveria fatores não conscientes em jogo, quando se “escolhe” permanecer trabalhando na universidade. Outros, diante dos nossos questionamentos, citam casos, trazem ao texto falas de outros professores, que associariam o trabalho à vida, e o “parar de trabalhar” à morte!

Nesse sentido, questionamos: que parte do sujeito morre, quando sua vida depende tanto do seu fazer, e um fazer controlado, avaliado, disciplinado, pouco crítico? Isso se evidencia pelas falas abaixo, em que alguns pesquisadores assumem nem saber bem ao certo o porquê de se manterem vinculados à universidade:

Essa é uma pergunta curiosa, o que me motiva para continuar fazendo isso né, continuar tendo um monte de papers no pipeline, é engraçado isso, eu não sei responder direito não (risadas). Acho que tem uma coisa do tipo, é meio que um jogo, é como se eu tivesse jogando um jogo (Mário Felipe, 59 anos).

Já a professora Mariana, de 61 anos, afirma que “teoricamente” já poderia se aposentar. Mas ela diz que a questão é complexa, pois a faculdade perdeu muita gente com a mudança na regra de aposentadoria e que isso estaria desestimulando muito os professores da universidade pública, pois ela remuneraria menos em relação às universidades privadas, no que se refere aos

¹⁵ Nomes das universidades particulares citadas pela pesquisadora foram propositalmente omitidas na transcrição do texto.

programas de pós-graduação. Reflete que a aposentadoria do pesquisador costumava ser “relativamente boa, dava a aposentadoria média brasileira” e que isso acabava sendo um chamariz, gerando atratividade, mas que as mudanças nas regras têm desestimulado os professores vinculados às universidades públicas.

Professora Mariana considera “triste” parar tudo aos sessenta anos: “hoje em dia é muito cedo”. E conta sobre uma colega professora de oitenta anos que continua a lecionar, trazendo a sua voz para a arena: “a noite encontro com ela... à noite! Você está aí? Estou, se eu paro, eu morro!”.

No subitem a seguir apresentamos os principais aspectos valorizados na carreira de pesquisador.

4.3.2 POR QUE EU FINANCIO A MINHA PESQUISA? ASPECTOS VALORIZADOS NA CARREIRA

No que se refere às motivações dos pesquisadores e ao que eles valorizam na carreira, pode-se citar: a convivência com pessoas que também gostam de pesquisar, a construção de uma rede de contatos estrangeira e o reconhecimento, em suas diversas dimensões: reconhecimento internacional, reconhecimento enquanto alguém que é referência em determinado assunto, reconhecimento dos pares.

Ainda, as oportunidades de aprendizado e pesquisa foram citadas como aspectos valorizados na carreira, assim como a possibilidade de oportunizar crescimento e aprendizagem para outras pessoas e contribuir com a sociedade.

Para Clarice, 49 anos, “desbravar o mundo, conviver com pessoas inteligentes, que desafiam o que eu penso, me tencionam, é muito prazeroso”. Conviver com pessoas também curiosas, que gostam de pesquisar, é um aspecto que conta bastante, embora confesse que nunca tinha pensado nesse item (a possibilidade de se conviver com pessoas que se admira) como um ponto que motiva. Além disso, como outros pesquisadores, ressaltou a satisfação gerada em se estar contribuindo para a sociedade por meio da pesquisa.

Para Mariana (61 anos), é o reconhecimento como pesquisador o maior fator de motivação, especialmente o reconhecimento internacional. Ressalta ainda que esse aspecto inclusive motivaria mais que o salário. Rubens (39 anos) também considera o reconhecimento dos pares como o principal fator de motivação, mas aponta sua insatisfação com a pouca valorização das pesquisas desenvolvidas com financiamento próprio:

Reconhecimento dos pares talvez seja o principal, mas seria bem-vindo se as universidades brasileiras (principalmente as públicas) valorizassem as pesquisas com financiamento próprio. Professores de PPG não ganham para fazerem pesquisa, o que é uma lógica perversa que atua contra o incentivo de se fazer pesquisa (Rubens, 39 anos).

A professora Gabriela (44 anos) cita dar a oportunidade de crescimento e aprendizagem a muitas pessoas, independente de classe social, condição financeira, cor, gênero como um fator importante. E complementa:

Como não podemos esperar grandes recompensas financeiras, a recompensa de um pesquisador está ligada ao aumento de oportunidades de aprender, pesquisar, compartilhar conhecimento e inspirar novos pesquisadores. Bolsas de fomento à pesquisa e à produtividade são importantes neste sentido (Gabriela, 44 anos).

Para Lucas (61 anos), materialmente, a motivação estaria ligada à obtenção de recursos para o desenvolvimento dos projetos de pesquisa, mas pondera que “talvez, o lado imaterial seja o mais importante”. Esse aspecto incluiria “conhecer o mundo e construir relacionamentos com professores e pesquisadores do Brasil e do mundo”.

Nos posicionamentos trazidos, percebe-se a constatação e certa de resignação de que não se pode esperar muitas recompensas financeiras na área, sendo que alguns apresentam a importância de se haver melhores condições ou incentivos financeiros destinados ao desenvolvimento das pesquisas. A falta desses incentivos levaria o pesquisador a autofinanciar suas pesquisas, autofinanciamento esse que, na fala de um dos entrevistados (Rubens), deveria ser mais valorizada – curioso que a fala não problematiza o autofinanciamento, mas apenas a falta do reconhecimento dessa prática.

No entanto, verifica-se que os próprios pesquisadores, em outros momentos, se questionam sobre as práticas que adotam, em relação ao financiamento de suas pesquisas e viagens a congressos, e inclusive sobre “produzir tanto”.

O autofinanciamento é visto como “normal”, “comum”, mas os próprios pesquisadores não têm clareza sobre o que os faz investir parte do próprio salário para financiar suas pesquisas, para a tradução de artigos, entre outras despesas diretamente relacionadas à pesquisa. Nesse sentido, Clarice reflete:

Fico pensando o que leva os professores a produzirem tanto... deve ter uma questão pessoal, porque quem está na pública... a gente não tem dinheiro para ir num evento. O que leva o professor a pagar? Ontem eu paguei R\$6.300 em

uma passagem para ir em dois congressos na Europa, do meu bolso. O que leva um professor que ganha 6, 7 mil de férias e gastar 6300 em uma passagem para ficar lá 6 dias discutindo, 7 dias? (Clarice, 49 anos).

A pesquisadora Mariana também pondera sobre essa prática do autofinanciamento, afirmando ser ela bastante comum:

(...) vira e mexe a gente põe dinheiro do bolso para fazer coisas (...) é normal isso lá na faculdade. Não sou eu, não estou falando que sou eu que faço, todo mundo faz isso. Acho que é porque a gente gosta do que faz, né? Porque a gente gosta e sabe que existe índices né... (...) tudo tem essa lógica, é sempre um investimento que você faz, eu nunca acho que vai ser um problema. Por exemplo, eu trouxe uma professora de fora, paguei para ela hotel. É que a gente tem uma verba extra para a publicação, poderia estar eu viajando em vez de chamar essa professora, mas assim, eu falo, dinheiro não é problema, você investe em coisas boas, te dá fruto no futuro. Então que acho que é um pouco como você encara as coisas (Mariana, 61 anos)

Ao mesmo tempo em que alguns pesquisadores consideram a prática normal, no sentido de que ela tem sido amplamente praticada nas universidades, os pesquisadores mostram, ainda que indiretamente, que o autofinanciamento é um investimento no sentido de atender os índices (ainda que atender aos índices não seja visto como um problema, ele é sentido como uma necessidade).

Ou seja, uma política de avaliação com forte ênfase sobre a publicação, alcança, como um de seus resultados concretos, o investimento financeiro do pesquisador de seu próprio salário no financiamento de seu trabalho, tal é o apelo da política. E mais: fomenta uma subjetividade olha para o fenômeno e o naturaliza, considera “normal”, questionando apenas em raros momentos o que o faz investir dessa maneira naquilo que seria as próprias condições básicas de trabalho (hotéis e passagens para pesquisadores que participam de seminários e bancas, tradução de artigos, viagens para participação em congressos, entre outros).

Raramente são problematizadas as dificuldades de financiamento que os pesquisadores enfrentam para obter condições que possibilitem a própria pesquisa, como faz a professora Clarice, ao vislumbrar a possibilidade da criação de um “fundo de pesquisa” que atendesse às necessidades dos projetos:

(...) vivemos no sistema capitalista, eu preciso de dinheiro (...) para traduzir. Para ir no congresso, porque eu vou comer em euro. Pagar hotel em euro. Senão em libra. Isso realmente precisava ter na universidade pública, nem que fosse assim, um fundo de pesquisa, você publicou tanto, 15mil vai ser depositado na sua conta, você só pode gastar com ciência e mediante

comprovante. Não tem problema, está ótimo, não precisa tirar do bolso para trabalhar (Clarice, 49 anos).

Ou seja, na maior parte dos casos, além de não se mobilizar contra o exercício de um trabalho sem que sejam fornecidas sequer as condições materiais básicas, o pesquisador ainda se dispõe a investir ele mesmo na melhoria dessas condições, por “gostar do trabalho”. Seria mesmo motivado apenas pelo prazer? Ou será que a política produz/afeta a subjetividade do trabalhador, a forma como ele se avalia, a visão de sua própria competência, quando exige uma pontuação específica que deve ser auferida como condição do reconhecimento da sua própria competência?

A forte ênfase e valorização da pesquisa são muito claras na fala dos pesquisadores, como na de Mário Felipe: “A parte de pesquisa é a parte mais importante para minha carreira. Isso também eu aprendi com meus colegas americanos. Eles diziam não importa quantos alunos aguardem você na sala de aula, nada disso é importante para você ser promovido” (Mário Felipe, 59 anos). Ou seja, o pesquisador sabe que não será avaliado com base na qualidade de suas aulas, de suas orientações, mas com base no número e na qualidade dos artigos publicados, e, portanto, muitas vezes opta por “jogar o jogo”.

Além disso, observa-se que o pesquisador que atende às exigências de publicação tem consciência do papel de “vendedor” que passa a assumir, disponibilizando a sua produção, o artigo, como mercadoria para ser vendida ao editor/revisor. Nesses momentos, o pesquisador tem clareza de seu posicionamento enquanto trabalhador operário, empregado, que trabalharia para outros; no caso, os avaliadores surgem como figuras que precisam ser convencidas:

eu percebi com os colegas americanos que a pesquisa era uma parte absolutamente fundamental da carreira. Então eu falei tudo bem, eu gosto de fazer as estatísticas e tal, eu comecei a gostar de escrever o paper, que também é um jogo né. Escrever um paper na verdade você está escrevendo um troço para vender para o editor né, para o avaliador na verdade, ele tem que gostar para aceitar o paper. Então na verdade eu trabalho para os avaliadores de periódicos e para os editores (Mário Felipe, 59 anos).

Assim, o pesquisador não vê problema em assumir que trabalha para os editores e avaliadores, pois precisaria “vender” a ideia do artigo para eles. E a autonomia do pesquisador? O pesquisador realmente passou a ser um empregado que precisa provar a sua “empregabilidade”, a sua capacidade de produção, atingir as “metas de venda”?

Ainda no que se refere ao financiamento, verifica-se que alguns pesquisadores possuem suas pesquisas financiadas por empresas, como é o caso da professora Alice:

(...) tenho uma cátedra, uma doação de recursos (...). A (empresa multinacional) faz uma doação, ela não controla o que eu produzo, eu sou totalmente autônoma, embora eu tenha criado uma linha de pesquisa que tentei contemplar uma informação interessante para eles, mas que também foi interessante para o meu grupo (Alice, 59 anos).

É evidente que, conforme mencionado, o financiamento privado impõe algumas condições, pois a lógica do lucro e do retorno do investimento tende a se sobrepor sobre outros interesses. Ou seja, quando o recurso não é público, a própria autonomia, inclusive da escolha do que pesquisar, fica fragilizada.

O assunto motiva diversos posicionamentos entre os pesquisadores, conforme nos é relatado pela própria pesquisadora Alice: “Quase cheguei a ser estigmatizada porque recebo recurso de uma multinacional (...) um colega acha que não, que a gente tem que lutar mais para um recurso público. Eu acho uma coisa não depende da outra”. Na concepção de Alice, ao receber o recurso privado ela não compete pelo recurso público, deixando “espaço para outros” (Alice, 59 anos).

Verifica-se que, no âmbito do programa ao qual a pesquisadora Alice está vinculada, os recursos advindos da esfera privada são os que muitas vezes permitem os pesquisadores a financiar uma série de atividades de pesquisa, necessárias ao atendimento das exigências de avaliação, como participação de professores e alunos em congressos (nacionais e internacionais), tradução e revisão de artigos, transcrição de entrevistas, entre outros.

Se, por um lado, questiona-se o pouco investimento das empresas na produção de conhecimento, que é fundamental para o desenvolvimento de um país, por outro verifica-se que a sua inserção da empresa privada em uma universidade pública pode acarretar alguns conflitos de interesses, como o próprio direcionamento da pesquisa de um pesquisador, que passa a ter a sua autonomia fragilizada.

Ao mesmo tempo, dada a escassez de recursos públicos, o financiamento privado facilita, em muito, a consecução de objetivos mensurados pela avaliação, como o desenvolvimento de pesquisas suficientemente aprofundadas que darão origem a bons artigos. Mas, a que(m) interessará essa produção? Os interesses de dada empresa coincidirão com as necessidades de uma sociedade, que, afinal, financia a universidade pública?

4.4 BATALHAS INTERNAS E O SENTIDO QUE IMPERA: SEGUIR AS NORMAS

4.4.1 A PUBLICAÇÃO INTERNACIONAL COMO META

É curioso observar que “seguir as regras” aparece como um discurso dominante não apenas no que se refere ao trabalho do pesquisador, da ênfase em se publicar, como também na fala dos pesquisadores que são também editores de revistas científicas brasileiras na área da Administração.

Por exemplo, a internacionalização da revista é citada como o único caminho possível para a revista brasileira não morrer, apontando-se a falta de alternativas. Ora, será que de fato não há alternativas? O que faz com que os pesquisadores assumam uma postura tão pronta a aceitar as regras postas, acatando as normas em plena obediência, não como professores, pesquisadores ousados e críticos, mas como bons alunos bastante obedientes? Em que medida aceitar e seguir as regras atende também uma demanda subjetiva do sujeito que as acata com tanta prontidão?

Porque a pressão está assim, nesse sentido, e a gente acaba agora se preocupando mais em traduzir... por exemplo, eu tenho uma deficiência, meu inglês é ruim. Hoje todo mundo tem que publicar inglês. Sou editora chefe de uma revista que eu passei agora tudo para o inglês. Porque, eu não sei, mas vi que o mercado era esse, senão a revista brasileira vai morrer. Então a gente tem que seguir o ritmo das tendências né, hoje você tem que focar em publicação de alto nível, eu nunca tive essa pressão no passado e hoje acabou sendo uma coisa meio natural (Mariana, 61 anos).

Seguir o ritmo das tendências passa a ser norma inclusive para o sujeito pesquisador, cujo trabalho consiste na própria problematização e questionamento do que aparentemente se mostra como verdade. Esse aspecto de crítica da realidade, de imaginar e vislumbrar uma outra realidade possível, de conceber que a realidade é também uma construção social e histórica, parece estar enfraquecido - ao tempo em que se fortalecem os olhares naturalizados para a realidade dada e a disposição a acatar as normas e as tendências, ainda que elas não façam tanto sentido.

A pesquisadora entrevistada assume a dificuldade que tem para escrever em uma língua hegemônica que não é a sua, o inglês. Ora, quantos são os pesquisadores afetados por essa dificuldade? Em que medida a fluência escrita do inglês é tomada como uma necessidade absoluta, sem questionamentos? Será que, de fato, a internacionalização das revistas brasileiras vai atingir os públicos de interesse?

Se os pesquisadores credenciados aos melhores programas de pós-graduação em administração têm limitações para a compreensão e redação nesse idioma, o que dizer do público brasileiro em geral? Será que esse tipo de publicação internacional chegará a dialogar com micro/médio empreendedores brasileiros, por exemplo? Será que esse tipo de publicação terá um impacto na forma como a nossa sociedade está organizada? Para quem os pesquisadores brasileiros hoje estão sendo estimulados a falar? Por quem o pesquisador brasileiro quer ser lido, afinal?

Nenhum desses questionamentos se faz presente quando se toma a avaliação e os seus critérios como absolutos. Se a publicação internacional pontua mais, vamos publicar lá fora. Se a revista brasileira é lenta em suas avaliações – e não se questiona os motivos que levam a isso, nem sequer a própria configuração e condições de trabalho do pesquisador - vamos publicar nas revistas internacionais.

Os editores das revistas brasileiras reconhecem que a submissão às revistas nacionais já tem sido realizada como segunda opção, para quando o pesquisador, na fala de um entrevistado, “leva bomba” na submissão à revista estrangeira:

Tem algumas coisas assim, por exemplo, o que determina uma revista ser A2, ou... cada vez mais a gente tem que se pautar pelos indicadores internacionais, e também valorizar mais as nossas revistas. Eu como editora da (revista brasileira), eu vejo que é o seguinte, você manda para fora para uma revista A1, não tem nenhuma revista A1 brasileira, aí o que acontece, o cara leva bomba lá, aí ele manda para mim, senão ele publica lá fora. Então o que acontece, a gente acaba ficando com o resto (Mariana, 61 anos).

Nesse sentido, a pesquisadora reconhece que as revistas nacionais acabam ficando como uma segunda opção para publicação, em um cenário em que, novamente, dá-se preferência ao que é estrangeiro, às revistas “melhor avaliadas”. Assim, o caminho encontrado pelos editores é a internacionalização das revistas brasileiras: “a gente tem que seguir o ritmo das tendências”.

Percebe-se ainda que o próprio questionamento de “quem vai ler” torna-se justificativa para a publicação internacional, conforme trecho transcrito abaixo. Sabe-se que a possibilidade de citações no exterior amplia-se com uma publicação em inglês, mas para que mesmo querem os pesquisadores brasileiros ser tão citados por pesquisadores estrangeiros? Seria porque a citação acaba sendo também um dos critérios de avaliação? Esse público – pesquisadores estrangeiros - é de fato prioritário em relação aos empreendedores ou gestores de empresas no Brasil, para os pesquisadores em Administração?

Porque se você publica em português, quem que vai ler? Só Portugal e a gente, Angola... agora, se a gente publica em inglês um artigo bom, a gente pode ser citado lá fora, pode ser citado pelo mundo todo. E é isso que faz o índice de citação, então a gente tem que fazer isso, não tem escapatória, a gente tem que dançar conforme as regras do jogo, criticar, tentar melhorar, mas a gente tem que ir na tendência né (Mariana, 61 anos).

Não se nega que a ciência avança enquanto uma comunidade, que cada grupo de pesquisadores precisa mostrar os resultados de seus trabalhos - mas não estaria aí também havendo uma inversão de papéis, de foco, quando ser citado no exterior torna-se prioritário em relação a ser capaz de dialogar com a sociedade e propor alternativas para problemas sociais concretos?

Não estaria a ênfase na melhoria do currículo individual, na “vitrine acadêmica”, nos *índices de citação* individual, sendo sobreposta à atuação sobre o enfrentamento dos problemas concretos? A preocupação com os índices é legítima para o editor de uma revista brasileira, já que esse é critério para a avaliação da qualidade da revista. Da mesma forma, a preocupação do pesquisador em publicar em boas revistas é legítima, já que ele será avaliado por essas publicações.

Mas, em que medida o atendimento às normas, aos critérios da “boa avaliação”, não inverte o papel de questionamento da realidade, típico de uma universidade? Em que medida a aceitação das normas não tem impedido os sujeitos de questionarem – e modificar – o próprio sistema? Em que medida as normas não se tornam elas mesmas justificativas para que os seus critérios sejam obedecidos? Verificamos que essas justificativas, esses argumentos, são apresentados inclusive pelos próprios sujeitos sobre os quais a norma atua.

Ou seja, um programa de avaliação está longe de ser isento, neutro e objetivo. Ele atua sobre o psiquismo do sujeito avaliado, produzindo a sua subjetividade, delimitando as formas de o próprio sujeito olhar para o seu fazer e para si mesmo. Ainda que o avaliado seja capaz de se afastar da situação de avaliação e de manter um olhar crítico (em alguns casos), a avaliação ainda assim não deixará de atuar sobre ele, sua subjetividade não deixará de estar sendo controlada pela norma vigente.

As normas, esse disciplinamento que a avaliação impõe aos pesquisadores é anticientífico, no sentido de que estamos diante de algo que possui o caráter inverso a um procedimento científico. Por exemplo, durante a realização de um experimento e justamente com isso testemunhando do chamado “controle experimental”, quando notamos que o instrumento de medida gera uma alteração no comportamento do dado, que a medição altera o

objeto medido, somos obrigados a corrigir o “erro” gerado pelo processo de medição ele mesmo. Mas, aqui, o caso é inverso, pois com o desenvolvimento de um procedimento de avaliação busca-se justamente provocar a alteração do comportamento do objeto medido. Em outras palavras, o processo instrumental aparentemente objetivo de avaliação já é concebido com o intuito de gerar a aquilo mesmo que pretendia aparentemente descrever.

Isso indica o quanto este procedimento de avaliação funciona em uma dimensão menos objetiva que normativa, incluindo em seu modelo mesmo a subjetividade dos avaliados: tal constatação indica a dimensão propriamente política de todos os processos de “gestão”, e isso na medida em que eles não são propriamente ‘descritivos’ – eles não descrevem uma realidade – mas ‘normativos’ – eles constituem a realidade que parecem pretender simplesmente descrever. O procedimento de avaliação possui um estatuto efetivamente “performativo”: ele cria a realidade a descrevendo e, portanto, menos do que um ‘instrumento’ ele possui a índole de uma ‘instituição’: institui uma norma, uma política, uma forma de se olhar para a realidade; institui um modelo a ser seguido e a ser almejado, e, inclusive, institui uma subjetividade pronta a defender o modelo normativo que a produz.

Essa compreensão, ainda que inesperada e contra intuitiva, não explica tudo – o que faz, então, que os próprios cientistas, os sujeitos supostamente mais preparados para lidar com a contradição, com a lógica, com a cientificidade, sejam presas tão fáceis de um dispositivo que é, ele mesmo, nada científico, que claramente provoca o que pretende medir?

Ou, dito de outra forma: o que faz com que os pesquisadores assumam o discurso da norma de maneira tão dócil? São eles tão inconscientes do “jogo”? Ou há nesses sujeitos aspectos (não conscientes, pouco conscientes ou até conscientes) que se realizam, que se satisfazem, ao se adotar práticas que mantém e fortalecem o sistema que inclusive os sobrecarrega?

Para Bakhtin (2006), “A criação poderosa e profunda em muitos aspectos é inconsciente e polissêmica. Na compreensão ela é completada pela consciência e descobre-se a diversidade dos seus sentidos. Assim, a compreensão completa o texto: ela é ativa e criadora. A compreensão criadora continua a criação, multiplica a riqueza artística da humanidade”. (Bakhtin, 2006, p. 377-378).

Para o autor, “toda compreensão é prenhe de resposta” (p.25); “toda compreensão plena real é ativamente responsiva e não é senão uma fase inicial preparatória da resposta (seja qual for a forma em que ela se dê)”. Assim, a criação é também fruto da compreensão ativa: “No ato da compreensão desenvolve-se uma luta cujo resultado é a mudança mútua e o enriquecimento” (Bakhtin, 2006, p. 378).

Nesse sentido, os pressupostos sobre discurso, enunciado, compreensão e criação de Bakhtin (2006) auxiliam no entendimento de que estamos em constante acabamento, e que os sentidos que atribuímos às situações não são fechados, únicos e acabados, mas, ao contrário, estão em constante processo de criação e elaboração. Assim, a contradição passa a não ser um aspecto de surpresa, mas parte da própria condição humana. Ainda assim (ou por isso mesmo), são aspectos a serem identificados e apontados em um trabalho com enfoque crítico, inclusive para auxiliar na quebra da lógica linear.

Assim, notou-se que uma situação de sobrecarga no trabalho nem sempre é suficiente para mobilizar os trabalhadores-pesquisadores para a mudança da situação. Por vezes, é também na sobrecarga que existe satisfação. Compreende-se, portanto, que as situações de prazer e desprazer, amor e ódio no trabalho não são excludentes, mas acontecem ao mesmo tempo. Isso pode explicar, em parte, por que é tão comum ouvirmos de pesquisadores críticas ao sistema de avaliação, ao mesmo tempo em que observamos a sua total adesão e empenho na pontuação de acordo com os critérios dessa política de avaliação científica.

De fato, o conflito é apontado também pela Psicanálise como constitutivo do ser humano. Toda a teoria da psicanálise trata justamente desses conflitos: “conflito entre o desejo e a defesa, conflito entre os diferentes sistemas ou instâncias, conflitos entre as pulsões, e por fim o conflito edipiano, onde não apenas se defrontam desejos contrários, mas onde estes enfrentam a interdição” (Laplanche e Pontalis, 1986, p. 131)”. Essa clivagem psíquica seria, portanto, uma das noções mais importantes da teoria psicanalítica: “*a tragédia do sujeito dividido, dilacerado entre vetores opostos que o atravessam*”.

Para Bakhtin, toda verbalização é fruto de uma interação social, seja ela fruto do consciente ou inconsciente. Para o autor, essa distinção entre consciência ou não é pouco relevante. De toda forma, Bakhtin aceitaria a “premissa freudiana sobre a fragilidade da consciência como referência segura do homem sobre si mesmo”. De acordo com Lima e Perini (2009), “nenhuma verbalização pode ser analisada como um produto de um único indivíduo, toda verbalização é fruto de uma interação social e, é nessa perspectiva que deve ser avaliada” (Lima e Perini, 2009, p.97).

Embora, evidentemente, haja múltiplas diferenças epistemológicas entre a filosofia linguística de Bakhtin e a teoria psicanalítica freudiana, ambas compreendem o ser humano como inacabado, em construção/criação, sempre a construir novos sentidos para ler/compreender/responder (a)os signos que o atravessam.

Para Lima e Perini (2009), “Freud e Bakhtin teorizam pontos semelhantes no que se refere à constituição do sujeito. A divergência ocorre em relação aos objetivos e método adotados por esses estudiosos” (Lima e Perini, 2009, p. 99).

Para os autores, a censura é um dos pontos em que as teorias de Bakhtin e Freud se aproximam. Para ambos, a censura teria suas origens na cultura e em suas instituições, leis, códigos e costumes, sendo incorporadas pelo sujeito enquanto signos linguísticos, tratando-se, portanto, de um mecanismo ideológico. Segundo eles:

Os conflitos psíquicos abordados pela psicanálise para explicar a luta entre o consciente e o inconsciente não são psíquicos, mas ideológicos. O mito, a brincadeira, o chiste e todos os componentes das formações patológicas refletem a luta ideológica. O conteúdo psíquico é condicionado pela época e por uma classe e os conflitos com que opera o freudismo são característicos da atualidade burguesa, seja, em indivíduos alheios a essa burguesia, os conflitos serão outros (Lima e Perini, 2009, p.96).

Para Bakhtin, é impossível chegar às raízes de uma enunciação, considerando-se um único indivíduo. Seria necessário considerar nessa análise que “a palavra expressa sempre as relações estabelecidas entre os indivíduos e o grupo social a que pertencem”. Nesse sentido, “todo o conteúdo da consciência e do psiquismo se revela no exterior, nas verbalizações e é determinado pelos fatores socioeconômicos, ainda que tratem de experiências íntimas da vida do indivíduo” (Lima e Perini, 2009, p.97). Não à toa, em ambas as teorias a dimensão ética é fundamental.

Retomamos abaixo a reflexão de um dos entrevistados, bastante emblemática, sobre as restrições que a pós-graduação impõe e o posicionamento sobre manter-se nesse sistema, aceitando a estrutura dada, e a possibilidade de estar fora dele, em um contexto de aposentadoria. Colocar-se fora do sistema e produzir conforme as próprias leis também não é visto como um espaço totalmente confortável de atuação. Ou seja, ao mesmo tempo em que o pesquisador quer ter maior autonomia para organizar as suas prioridades, examina as perdas que estar “fora do sistema” trariam:

Nunca pensei (em sair da pós), sempre trabalhei pra entrar na pós porque o mundo da pesquisa é um mundo que me fascina. É aquilo que me dá tesão, paixão de fazer todo dia. Mas já pensei várias vezes se quero continuar depois de me aposentar. E as razões que me levam a pensar nisso não são o tipo de trabalho. Vem das questões de pressão. Porque para continuar na pós eu tenho que aceitar essa estrutura de defender no prazo, essa estrutura de ser perseguida porque produzo, todos esses problemas que a gente comentou hoje

fazem parte do jogo. Se eu quiser continuar na pós eu tenho que continuar dizendo sim pra isso, né? Pro trabalho administrativo... então isso, me pergunto, sabe, que tipo de vínculo com a pesquisa eu quero ter após a aposentadoria. Ter mais tempo para ler...Mas, também, por outro lado, você ficar só lendo e estudando e não ter pares, discutir, interagir, em pesquisa também é desmotivador né (Clarice, 49 anos).

Ou seja, não se coloca em questão parar de pesquisar, mas as próprias condições em que o trabalho de pesquisa é realizado, a pressão à qual o pesquisador é submetido. E, ao se colocar a questão das condições de trabalho, os posicionamentos possíveis que o pesquisador traz para sua fala são dois: permanecer na pós, aceitando a estrutura, “continuar dizendo sim”, ou sair desse sistema, se colocar fora dele.

Por que estar no sistema e modificá-lo, atuar ativamente na sua transformação, de modo que ele atenda melhor aos interesses da pesquisa, de modo que as condições de trabalho sejam melhores, não é sequer cogitado? Será que os pesquisadores já não enxergam a universidade como um espaço de construção coletiva, enquanto instância política de reflexão, crítica, problematização e mudança? O que faz com que a universidade esteja perdendo essa característica de questionamento e posicionamento político, em seu sentido amplo?

Aqui também a nossa metáfora da batalha ressoa com a leitura que fazemos dos enunciados: em uma batalha, não há espaço para questionamento, filosofia e problematizações: ou se apresenta à luta, nos moldes em que ela está desenhada, ou se retira do campo de batalha – não há meio termo.

Essa compreensão dos pesquisadores em administração também pode ter uma relação com a área de estudos (Administração), em que ainda predomina um modelo de ciência mais próximo do positivismo, no qual há uma lei que rege as coisas como elas são, e do funcionalismo, no qual o sentido de um fato só aparece quando se examinam suas relações funcionais com o conjunto de outros fatos. Essa noção de ciência é oposta à Epistemologia Crítica do Concreto, adotada neste trabalho, a partir da qual se pode questionar o que se apresenta como verdade: a aparência imediata da coisa não é a coisa, é um pseudoconcreto.

De acordo com Tragtenberg (2006), “o processo de ideologização da Teoria Administrativa está em sua postura como ontologia, despida de historicidade (TRAGTENBERG, 2006, p. 259). Assim, separa-se a Teoria da Administração da Sociologia e da Filosofia, assim como se separa planejamento de execução e trabalho manual de trabalho intelectual. Essa separação é reforçada e multiplicada por meio do ensino fragmentado da Administração nas escolas técnicas e universidades.

Nesse sentido, Tragtenberg (2006) defende que “a autonomização da Teoria Administrativa é ideológica, na medida em que ela é desvinculada do processo em que as partes não se reconhecem pertencer à totalidade” (TRAGTENBERG, 2006, p. 260). Assim, esses parâmetros ideológicos de avaliação e diferenciação dos tipos de trabalho já está inculcado nos próprios administradores, para quem passa a ser natural o processo avaliativo.

Chama atenção ainda a compreensão de que se é perseguido por estar produzindo - a produção entendida como o atendimento às métricas de avaliação. E essa crítica viria justamente daqueles que não produzem, que não atendem às normas da política. A partir disso o pesquisador desenvolve uma argumentação de que a motivação para o trabalho tem que ser interna, pois a estrutura do programa não forneceria incentivos ao trabalho de pesquisa:

Agora outra coisa que afeta demais também é a estrutura do programa. Isso motiva ou desmotiva o pesquisador. Nas universidades públicas também é muito diferente das particulares. Aqui você nunca vai ouvir um parabéns, um obrigada... então a realização tem que vir de você, porque se você for uma pessoa que dependa de uma motivação externa, você não vai ter aqui nem financeira, nem pessoal e profissional. Porque quanto mais você publicar, ou melhor você publicar, mesmo que seja pouco, sentimentos negativos serão despertados nas pessoas. Poucas vão te elogiar, ou talvez nenhuma (Clarice, 49 anos).

A falta de elogios, de reconhecimento dos pares, é apontada como um fator que desmotiva o pesquisador. Assim, atribui-se muita ênfase ao perfil do pesquisador, que deveria ser uma pessoa capaz de se motivar por si mesma, sem depender tanto das condições externas.

4.4.2 SATISFAÇÃO: O QUE MOTIVA?

Dentre os fatores que mais motivam os pesquisadores, pode-se citar o sentido de estar contribuindo para alguma coisa, para a modificação do mundo, da sociedade, em um sentido positivo, de melhoria, ou seja, um certo sentido de produção. No entanto, esse sentido de produção, nesse momento, parece se descolar do que é externamente visto como produtivo, ou seja, daquilo que é avaliado pela política.

Trata-se de *ver sentido no trabalho*, no que se faz, e não mais (apenas) fazer o que muitas vezes é desprovido de sentido, com vistas a pontuar - o que, então, seria um bom exemplo do trabalho alienado. Ou seja, trata-se de um sentido que não necessariamente se submete ao que a norma determina como produtivo, ao que a norma tende a valorizar.

Esse sentido de produção que tem um sentido próprio para o pesquisador aparece de várias maneiras: crença no valor do conhecimento, descobrir algo novo nas pesquisas (se deparar, então, com o que não se sabia), produzir contribuições práticas nos mais diversos campos, contribuir para a transformação da realidade dos estudantes.

Ainda, alunos motivados e que percebem problemas na realidade, que querem ser agentes de transformação, são apontados como “motivadores”, ao passo que alunos que tomam a formação na pós-graduação de maneira mais instrumental (como um instrumento mesmo para o alcance de objetivos que não se relacionam com o conhecimento e o exercício da reflexão) seriam desmotivadores:

Gosto de orientar alunos motivados e qualificados. Não é orientando que chega e quer fazer mestrado porque ele vai ganhar adicional de titularidade no trabalho dele. O que mais motiva é (...) o aluno que chega comprometido com o que quer, até com maturidade, com experiência para entender o que quer (Henrique, 39 anos)

É bom também trabalhar com gente jovem, motivada, isso também é bem bacana (Vinícius, 34 anos).

(...) aluno meu acha emprego por causa do paper que ele fez por causa da tese, interessou para uma empresa. Isso para mim é assim: solta foguete! É muito melhor do que qualquer porcaria de pontinho na capes (Mário Felipe, 59 anos).

Muitos dos meus coautores, lá no nordeste, muitos eram pessoas muito humildes, que fizeram concurso, já são professores. Não é uma coisa fantástica? Acho que esse é o prazer de um professor, você fazer um trabalho dedicado, se empenhar no que você faz, e dar resultado pras pessoas, muitos já são professores, muitos, gente humilde. Já são professores de federal, já estão no doutorado, é uma coisa magnífica (Ana Carolina, 63 anos).

Talvez uma coisa em comum entre os professores é essa crença, sabe, no valor do conhecimento, no valor da educação, no valor da ciência. Eu acredito que eu estou contribuindo para alguma coisa com o meu trabalho, sabe? (...) o que mais me gratifica é terminar uma aula e o aluno falar assim, como a tua aula de hoje foi importante para mim. A tua aula quebrou algumas convicções minhas (Clarice, 49 anos).

A atividade de descobrir algo nas pesquisas é o que mais me motiva e faz querer fazer mais. O que mais frustra é não ter sempre alunos motivados para a pesquisa (Rubens, 39 anos).

O que mais motiva é que a minha área do conhecimento é uma área que se junta um lado humano, então você fazer pesquisa numa área que você publica, é reconhecido, e ainda assim te agrega pessoalmente, te faz refletir, aprender mais sobre o ser humano, me motiva muito sabe. E um conhecimento que não é usado só para a produção, é um conhecimento que eu uso pessoalmente. Eu acho isso fantástico (Alice, 59 anos).

Existe uma satisfação do pesquisador na própria relação com o conhecimento, com as descobertas, a compreensão, o aprendizado, que vai além da satisfação em publicar e ser reconhecido.

O jovem professor Vinícius apresenta outro aspecto que motiva o trabalho acadêmico: são as histórias emblemáticas e inspiradoras que existem na ciência, ao se estudar a história dos pesquisadores. Segundo ele, verifica-se que nem sempre o pesquisador que vem a se destacar é bem avaliado, ao longo de sua formação. Isso acabaria motivando jovens pesquisadores, que por vezes tem dificuldade em ter seus trabalhos reconhecidos, a persistirem na carreira:

Tem muita história bacana na ciência né, uma que eu gosto, que tem muito a ver com o que eu faço, é um pesquisador chamado Markowitz, ele ganhou prêmio Nobel em economia há um tempo atrás. E na defesa de doutorado dele, na banca, acho que eram umas 4 pessoas mais o orientador, metade da banca achou que ele tinha que reprovar (...) o orientador, como voto de minerva, decidiu pela aprovação. Então tem gente né, como ele, que teve o trabalho criticado, quase não conseguiu o doutorado dele e tempos depois ganhou o prêmio Nobel. Histórias como essa na ciência tem várias, eu acho que as pessoas falam, criticam o trabalho, mas sem tanto conhecimento, isso não deveria desanimar né, deveria segurar, esperar, que os resultados vêm (Vinícius, 34 anos).

Nesse sentido, a identificação com esses personagens da história da ciência (no que se refere à formação, área de estudo, entre outros), faz com que o pesquisador não desista de pesquisar e publicar seus achados, mesmo diante de condições adversas. Vinícius se identifica com a história de Markowitz: “a história dele é muito parecida comigo”. E afirma há muitas histórias como essa na ciência, em que artigos e trabalhos foram rejeitados, pesquisadores foram humilhados, “e lá na frente o trabalho deles se revelou extremamente fundamental e relevante para a ciência”.

De certa maneira, o pesquisador utiliza essas histórias como inspiração para não desanimar diante de condições adversas de trabalho, ao perceber que seu trabalho não é reconhecido como ele gostaria. O pesquisador afirma trabalhar em uma área muito específica, uma área que sobre a qual muitos colegas não possuem conhecimento suficiente para avaliar.

Percebe-se, assim, como a perspectiva histórica a respeito de um fenômeno tende a ampliar a visão do sujeito, permitindo o afastamento do imediato, o que facilita conceber outras possibilidades e formas de reconhecimento não tão imediatas.

Percebe-se ainda a satisfação do professor em ser referência para os alunos, em possibilitar (ou facilitar) que eles conquistem seus objetivos profissionais, e inclusive em aconselhar, estar na posição de “ser ouvido”. Ouvido inclusive no sentido de o aluno estar

aberto para *quebrar algumas de suas próprias convicções/verdades/ideologias*. Ou seja, o pesquisador sente que está modificando algo, seja na realidade concreta direta ou na forma de o estudante lidar ou enxergar essa realidade.

Nesse sentido, a formação do orientando desponta como um aspecto muito valorizado por alguns pesquisadores, por vezes mais do que o resultado (produto) final de uma dissertação ou tese. Ou seja, se por um lado o aluno maduro (“com experiência e maturidade para entender o que quer”¹⁶) é um fator que motiva o pesquisador, também o pesquisador se vê implicado na formação, no desenvolvimento desse aluno. Espera-se que, como ele, pesquisador, o aluno seja também uma espécie de guerreiro, que seja suficientemente maduro e resiliente, capaz de sobreviver ao campo de batalhas:

Eu acredito na formação do orientando. A pesquisa por si só ela é interessante do ponto de vista dos resultados, principalmente tese, em tese de doutorado, quando você tem alguma inovação e quando o resultado dá certo, isso gera uma satisfação né. Mas eu na minha fase atual eu fico mais preocupado com a maturação, com o desenvolvimento da maturidade do pesquisador que propriamente dito com o produto que ele apresenta, percebe? (Henrique, 39 anos).

(recompensas) Financeiras a gente não tem. Tem, não financeiras. A maior dela acho que é a contribuição que você dá na formação do aluno e no conhecimento que você estuda. Você perceber que aquilo que você produziu avançou no conhecimento de fato. Essa é a principal... por isso que eu te digo, eu não fico contando os pontos na capes, sabe? (Clarice, 49 anos).

O avanço no conhecimento, como já apontamos, é um forte fator de motivação do pesquisador, o sentido da descoberta. Esse sentido pode se realizar tanto diretamente, ao conduzir uma pesquisa própria, quanto ao orientar um aluno na pesquisa dele, participar da formação desse aluno, quem virá a ser também pesquisador e formador de outros estudantes, que por sua vez conduzirão novas linhas de pesquisa ao longo de suas carreiras.

Nesse campo, percebe-se divergências de posicionamentos. Enquanto alguns preferem dedicar-se mais intensamente na condução de pesquisas próprias, outros professores valorizam e desfrutam mais das orientações, das parcerias, do trabalho conjunto.

Para os pesquisadores, constatar, e, mais além, sentir-se parte do movimento de apropriação do conhecimento pelo aluno, é, em geral, muito gratificante. Diversas foram as narrativas sobre alunos que chegaram “crus”, sem um histórico forte de apropriação do

¹⁶ Aqui cabe uma nota sobre o grau de idealização presente quando o professor indica gostar de alunos com “experiência e maturidade para se entender o que quer”. Talvez esse seja o desafio humano ao longo de sua jornada de vida, para a qual também a formação em pesquisa tenha a contribuir.

conhecimento, e que foram sensivelmente modificados pelos processos de aprendizagem e pesquisa, apropriando-se das teorias e do fazer do pesquisador.

Na área da Administração, diversos pesquisadores apontam que por vezes as questões investigadas academicamente estão muito distantes ou não tem grande importância para o “mundo real”.

Nesse sentido, as consultorias¹⁷ aparecem como aspectos que ligam o “mundo encantado da academia” ao “mundo real”, e que, dessa forma, trazem certa satisfação aos pesquisadores, sendo inclusive fonte de “reconhecimento material”, ou seja, é uma esfera em que o pesquisador se sente devidamente retribuído, inclusive financeiramente, pelo seu trabalho:

As consultorias também aparecem de vez em quando como resultado daquilo que a gente está desenvolvendo, e aí tem uma recompensa material de ser reconhecido, das empresas chamarem a gente para trabalhar (Vinicius, 34 anos).

Finalmente, consultoria é muito mais importante para a pesquisa do que aula, pois é nela que aprendemos as coisas da vida real dos fenômenos que pretendemos estudar e nos força ter humildade para sabermos que as coisas que estudamos são muito mais complicadas do que nos artigos que lemos (...) na consultoria eu aprendo. A consultoria é uma escola, eu aprendo as coisas do mundo real, e não fico no mundo imaginário, encantado da academia (Mário Felipe, 59 anos).

Outro aspecto que chama atenção, no campo das consultorias, é o reconhecimento, pelos pesquisadores, de que “o mundo da vida” não cabe no “mundo acadêmico”, o que é evidenciado quando se diz que “as coisas que estudamos são muito mais complicadas do que nos artigos que lemos”¹⁸.

As consultorias aparecem também como um aspecto do reconhecimento, de o pesquisador sentir que a sua pesquisa/ produção teve um impacto e interesse prático do mundo que está fora da academia, ou seja, que o seu conhecimento não é endógeno, orientado apenas para os próprios acadêmicos:

Pode ser muito bom financeiramente, mas também pelo reconhecimento, você diz, alguém leu alguma coisa do que escrevi (risos). Porque, como eu te disse, a gente escreve para os avaliadores e para os editores, que são os que vão aprovar ou não, isso 1ª coisa, mas também gostaria que alguém lesse (risos).

¹⁷ As consultorias nas universidades públicas, que normalmente exigem dedicação exclusiva, são um tema polêmico. Embora haja restrições para a sua prática, percebe-se que ela é muito comum, nas mais diversas áreas. O tema ensejaria uma série de discussões e problematizações que fogem do nosso foco de investigação.

¹⁸ A esse respeito, Bakhtin (2011) desenvolve uma discussão relevante em “A Estética da Criação Verbal”, sobre o mundo da vida e o mundo da teoria/pesquisa.

Então quando você percebe que alguém leu, é muito bom (risos) (Mário Felipe, 59 anos).

Ou seja, a constatação de que o trabalho produzido (no caso, o artigo) interessa também a outros públicos, que não só o acadêmico, é também motivo de satisfação para o trabalhador.

4.5 POSICIONAMENTOS DE RESISTÊNCIA EM BATALHA

*“A gente quer ter voz ativa, no nosso destino mandar, mas eis que chega a roda viva e carrega o destino pra lá...”
Chico Buarque*

Verificamos que alguns aspectos são citados com muita frequência como aspectos que desmotivam o pesquisador, sobre os quais muitas vezes eles não têm controle. Traremos neste capítulo alguns dos principais temas que têm incomodado os pesquisadores no seu fazer cotidiano. Esses envolvem:

i) Atritos e problemas “políticos”:

Embora os pesquisadores se refiram a determinadas situações de atrito de relacionamento como “políticos”, entende-se que não se trata efetivamente de uma questão política, mas de uma espécie de “concorrência” entre os pares, o que seria fruto de uma dimensão mesma da própria alienação. Ou seja, referem-se ao oposto de uma arte ou ciência de governar os assuntos de interesse dos cidadãos, ou de um grupo, com vistas a alcançar determinados objetivos, o que caracteriza a política.

Percebe-se que toda a organização dos programas de pós-graduação acaba servindo para atender a objetivos externos, não problematizados pelo próprio corpo docente.

Trata-se de concorrências internas (Sennett, 1999), de disputas, que não estão a favor do fortalecimento de um grupo e seus interesses, mas como instrumento mesmo de seu enfraquecimento, da perda da clareza e problematização de quais são, afinal, os seus interesses. “Puxar o tapete”, “pessoas ciumentas, que criam problema” foram apontadas como práticas de colegas que desgastam os próprios pesquisadores:

Tem brigas políticas né, (...) essas coisas menores aí que muitas vezes frustra, porque tem pessoas que são ciumentas, que atrapalham, que criam problema para você, fica aquela chantagem interna (João Gustavo, 68 anos).

Me frustra comentários maldosos sobre pesquisa, sobre produção de alguns professores. Acho que na academia existe muita inveja, existe muito forte isso de puxar o tapete, sabe? (Clarice, 49 anos).

(...) fora o ambiente acadêmico que às vezes você encontra colegas que não levam muito a sério, questão política que acaba atrapalhando o trabalho da gente, mas acho que toda empresa, o ambiente de trabalho tem sempre essa... talvez na universidade pública isso seja mais forte (...) (Ana Carolina, 63 anos).

De fato, as disputas internas têm incomodado bastante os pesquisadores, havendo pouca mobilização coletiva, o que de fato seria o exercício da política.

O posicionamento abaixo transcrito é muito interessante no sentido das perguntas que lança. O sujeito se pergunta por que justamente aqueles que não aderem à política de “produzir”, publicar, são os que tecem críticas ou comentários que desqualificariam o trabalho de quem atende à norma, ou seja, produz conforme as suas exigências. Pode-se ponderar que aqueles sujeitos que não se submetem à ordem “publique-se” veem com estranheza o sujeito que concentra todos os seus esforços no sentido da publicação.

Por outro lado, aquele que se esforça, se dedica, deixa de ter lazer, vida privada, para dispensar a sua energia ao trabalho, ou seja, que coloca a sua vida a serviço do trabalho e do reconhecimento, sente-se muito frustrado por ser criticado por seus pares justamente por fazer de tudo, até a exaustão, para cumprir as demandas postas:

Eu, por exemplo, sou muito vítima de comentários maldosos de professores de que eu viajo muito (...) quando eu estou no congresso, estou no congresso. Consigo vaga de doutorado sanduíche para os meus alunos, conheço os professores da minha área, me relaciono com eles por e-mail, os artigos publicados em congressos são revertidos em publicações. Muito fácil criticar quem viaja. Mas faça, por que você não faz? É engraçado isso também (...), por que as críticas vêm do extremo oposto da situação de produzir? Grande parte das críticas vem de quem não produz. Eu não sei se essa frustração é descontada em quem tem um comportamento de quem você gostaria de ter e não consegue ter (Clarice, 49 anos)

Essa coisa política, de endogenia, de só o meu grupo pesquisa e não existe outro grupo, eu só vou citar os meus pares, não vou citar os outros, isso aí me incomoda sobremaneira. Na verdade, incomodava, porque eu simplesmente parei de submeter aqui no Brasil e aí a coisa começou a andar lá fora né. Essa coisa de endogenia, um só cita o outro porque é amigo, nossa, eu vejo isso direto (risos) (Henrique, 39 anos).

O pesquisador parece estar afastado da dimensão de fato política da universidade. O que ele chama de aspectos políticos? Por que os incômodos individuais e as disputas internas são

lembradas, enquanto aspectos relacionados à mobilização coletiva, por exemplo, não o são? Os professores parecem já não se enxergarem tanto como pares, parceiros de cooperação e pesquisa, vendo uns aos outros muitas vezes como concorrentes.

ii) Gestão das revistas brasileiras

Conforme já antecipamos, diversos são os aspectos que incomodam o pesquisador, quando se trata da submissão de um artigo a uma revista brasileira. Pode-se citar o prazo longo para a avaliação e o prazo exímio para que o autor revise o seu trabalho. Ainda, dados são considerados desatualizados muito rápido, o que é visto como uma contradição para uma revista que demora por vezes mais de um ano para avaliar um artigo.

A produção, assim, acaba tendo um “prazo de validade” muito curto, tornando-se uma produção líquida, que perde seu valor numa velocidade muito mais rápida que o tempo necessário para a sua produção. Verifica-se ainda “ênfase excessiva na forma” e pareceres rasos, que pouco contribuem para a melhoria do trabalho.

Ou seja, os pesquisadores dos programas de Administração verificam que há claramente um problema de **gestão** das revistas brasileiras, conforme se pode observar na fala dos pesquisadores:

Problemas políticos... citar só o próprio grupo. Demora no aceite. Levar muito tempo e receber parecer de uma linha, que não contribui nada para o trabalho. Tanto é que tomei uma decisão, com meu grupo de pesquisa, não mando mais artigo para revista nacional (Henrique, 39 anos).

Acho as revistas brasileiras muito chatas. Você manda uma coisa, ele quer o dado de 2018, se você tem o dado de 2015 ele já não gosta. (...) Acho que as revistas brasileiras, com exceções é lógico, tem muitas deficiências operacionais, muita ênfase da forma sobre o conteúdo (...) o grande defeito é que ficam com o teu paper por um ano e meio, não dizem nada, e depois pedem pra revisar em 15 dias. Eu acho isso um absurdo! Uma revista estrangeira, eles te dão pelo menos 90 dias (Mário Felipe, 59 anos).

Tem duas coisas que me incomodam nas revistas brasileiras. O tempo que leva para publicar e eu acho que elas consideram os dados ultrapassados muito rápido. Nos journals sai uma edição de 2018, tem dados de 4 anos atrás... os pesquisadores ficam muito tempo trabalhando nas análises, nas pesquisas de longo prazo... se você mandar no Brasil um artigo que os dados foram coletados 5 anos atrás ele já vai ser rejeitado por estar defasado. As vezes o artigo ficou desatualizado e nem é culpa tua. Duas submissões mataram o prazo (Clarice, 49 anos).

Citaria como principal a falta de celeridade dos periódicos, especialmente os nacionais, os quais, muitas vezes, levam mais de 1 ano para dar um primeiro feedback aos autores, o que pode tornar o referencial teórico desatualizado.

Mais triste ainda é quando o próprio desk review da revista demorar meses para rejeitar o artigo... não é de se admirar que não temos nenhum periódico nacional classificado com A1 pelo Qualis/Capes (Gabriela, 44 anos).

A demora na emissão dos pareceres, ao mesmo tempo em que se exige dados muito recentes e atribui-se pouco tempo ao autor para realizar suas adequações, são de fato aspectos que desgastam muito os pesquisadores, sendo esse um incômodo extremamente comum, trazido por todos os pesquisadores entrevistados. Fica muito claro que, além de o sistema funcionar mal, é um aspecto que gera grande insatisfação para o pesquisador. No entanto, os próprios pesquisadores não estão dispostos a assumir a editoria das revistas, atividade que retiraria ainda mais tempo da pesquisa.

Além disso, são poucos os pesquisadores que relacionam o tempo de avaliação com a própria condição de trabalho do avaliador, que também é professor, como ele próprio:

Vamos priorizar mais a qualidade né. Mas aí você olha para a condição de trabalho do professor pesquisador, qual é o tempo que ele tem para avaliar artigo também? (...) Há de se considerar que o professor não atrasa a avaliação por pura má-fé. É por falta de tempo (Clarice, 49 anos).

De fato, se nas revistas mais bem qualificadas do exterior a avaliação é célere, mais bem fundamentada, se as são revisões mais completas, se os “autores são melhor tratados”, como apontam os entrevistados, é também porque os professores/pesquisadores/revisores também o são, na forma como o seu trabalho está organizado, nas condições que dispõem para exercê-lo. As condições de trabalho do professor, o número de demandas, as múltiplas tarefas que ele exerce no âmbito da universidade, as comissões de que participa, entre outros, são pouco problematizadas.

Não submeter mais artigos para as revistas brasileiras acaba sendo a “solução” apontada por muitos dos pesquisadores – uma saída que se apresenta ao problema apenas no plano individual, e que não produz mudanças no plano coletivo, na realidade das revistas brasileiras e das condições de trabalho. Pouco se reflete sobre alternativas no plano das instituições, no plano organizacional.

No entanto, a dificuldade de ser editor de uma revista brasileira pouco especializada é reconhecida por alguns:

Eu fui editor de uma revista de finanças e eu não entendia de boa parte do que era apresentado lá, sendo que eu sou professor de finanças. (...) eu tinha que ter editores associados que entendiam de outras áreas que eu não entendia, você imagina o coitado que é editor de uma revista de

Administração, que é um troço assim que vale qualquer coisa. Então eu acho que as revistas brasileiras têm uma série de dificuldades, embora, lógico, os editores diversos que passaram por elas, muitos têm muitos méritos, de terem promovido, melhorado suas revistas, as tornado mais profissionais (Mário Felipe, 59 anos).

A questão que nos interpela é por que a demora na avaliação do artigo é lembrada, e a dimensão da intensificação do trabalho do pesquisador é praticamente esquecida, sendo que os dois aspectos fazem parte do dia-a-dia do trabalhador? As condições de trabalho são naturalizadas, enquanto que o processo de submissão às revistas nacionais é sentido como um constante incômodo.

iii) Alunos desmotivados e orientados a “diplomas”

Outro aspecto que incomoda e desmotiva os pesquisadores são os alunos desmotivados, orientados apenas à obtenção do diploma, não realmente interessados no desenvolvimento, no conhecimento, na aprendizagem:

O que desmotiva é que tem que dar aula, as disciplinas obrigatórias, e o nome já diz né, é obrigatório, e os alunos tem que fazer por obrigação né, mas não querem estar lá (Vinícius, 34 anos).

A frustração do professor é ver que os alunos às vezes não querem de fato aprender, eles estão buscando um diploma, essa é uma frustração, de ver que o aluno não está de fato ali para aprender, para desenvolver habilidades... (Ana Carolina, 63 anos).

Curioso observar que, embora esse seja um aspecto que incomode, muitos dos pesquisadores estão também muito orientados a “diplomas”, ao reconhecimento acadêmico na forma que a política propõe. Ora, por que é tão importante publicar em um periódico de alto impacto? Esse também não seria um “diploma”, um “prêmio”, a ser alegremente ostentado na “vitrine acadêmica” do pesquisador? Uma forma de reconhecimento?

Que outros aspectos essa publicação considerada de “alto impacto” traz? Por que essa parece ter se tornado a grande meta dos pesquisadores que mais publicam em Administração, para além dos critérios gerais de avaliação?

iv) Tarefas administrativas vistas como empecilho

As tarefas administrativas e de gestão de projetos/recursos e gestão da própria universidade aparecem como tarefas chatas, desinteressantes, que não agregam. As reuniões dedicadas a essa finalidade são aludidas como “ralo” e “absorvedor de tempo”.

E isso é compreensível: na medida em que o pesquisador é avaliado com base apenas na sua produção individual (ou do grupo de pesquisa), todo e qualquer envolvimento político, com a gestão, com as políticas da própria universidade passam a ser qualificados como perda do foco principal, que consiste justamente em fomentar a própria “linha de produção de artigos”. Ou seja, outro efeito que a política produz, ao não considerar o envolvimento político dos pesquisadores, em seu sentido amplo, na avaliação, é o próprio afastamento do pesquisador da dimensão coletiva e política da universidade.

Se a dimensão política é lembrada para fazer referência a picuinhas, intrigas e disputas internas, a verdadeira dimensão política da universidade, enquanto dimensão coletiva, esfera política de decisão, parece esquecida, conforme aponta Sawaia (2009).

Abaixo alguns trechos que ilustram o desinteresse atribuído às tarefas administrativas, frente às necessidades de pesquisa:

Eu tenho muita coisa represada que me falta tempo para melhorar, eu tenho muito artigo bom que poderia ser submetido, publicado, mas eu realmente não tenho tempo, a coisa anda muito complicada. E por carga de rotina administrativa, muita burocracia, muito parecer que eu preciso dar aqui, dentro da própria universidade sabe, fora parecer de revista, eu dou muito parecer para revista internacional, e aí o parecer precisa ser muito melhor elaborado do que as revistas brasileiras (...). Eu hoje só submeto para revista internacional (Henrique, 39 anos).

E a parte burocrática. Às vezes acho que muito disso poderia ser delegado para secretaria ou para outras esferas. (...) A parte burocrática tenho tentado fugir um pouco, mas não tem como (Vinícius, 34 anos).

Hoje em dia me afastei completamente de coisas administrativas, porque é um ralo, é um absorvedor de tempo com bobagem, a não ser que você queira, realmente seguir a carreira administrativa. Já fiz isso, nunca mais! (...) eu falo para as pessoas assim, a minha religião só permite quatro reuniões por ano. Então eu já esgotei (...). Acho que você tem que começar a dizer não para certas coisas. (Mário Felipe, 59 anos).

Acho cruel a gente ter que fazer tanta atividade administrativa. Esse eu acho um lado perverso que atrapalha a pesquisa. Acho cruel ter que orientar tantos alunos (Clarice, 49 anos).

Compreende-se que, estando praticamente suprimida a dimensão política da universidade, restam apenas as tarefas administrativas¹⁹, que, embora necessárias ao funcionamento da universidade e das próprias pesquisas, de fato não agregam valor, no sentido de promover práticas que façam mais sentido, que valorizem o trabalho do pesquisador, que facilitem o desenvolvimento de suas pesquisas, entre outros.

Assim, as tarefas administrativas acabam funcionando muitas vezes como empecilhos, que tornam a pesquisa mais lenta. Mas também é preciso considerar que parte dessa chamada burocracia é também gerada pelas normas internas dos programas, ou seja, pelos próprios pesquisadores, na regulação de suas atividades. O fato é que tarefas administrativas fazem parte da gestão de qualquer instituição, mas se tornam um problema quando sobrecarregam o pesquisador que já vive condições intensificadas de trabalho – mas, de novo, por que se fala das tarefas administrativas, e não da própria condição intensificada de trabalho?

v) **Financiamento e execução do financiamento;**

A dificuldade em se obter financiamento para as pesquisas e a dificuldade para executar e manejar a verba obtida também apareceram como pontos que dificultam o fazer do pesquisador. A forte concorrência que os pesquisadores precisam enfrentar para conseguir verba das agências de fomento também é um dos pontos mencionados:

O que mais desmotiva é o suporte, tanto do programa quanto das estruturas institucionais de pesquisa no Brasil. Eu queria ter um sistema CAPES/CNPQ que falasse olha, esse pesquisador, esse, esse, trabalham bastante, todos vão ganhar bolsa produtividade, não tenho que escolher um a cada 100. Sabe, esse é o justo (Clarice, 49 anos).

(...) É, a gente tem, nunca a vida é uma maravilha perfeita, as vezes falta verba... eu acho que tem uma burocracia enorme, a gente tem muita burocracia, (...) muita reunião, muita coisa que acaba no fundo atrapalhando um pouco o que poderia ser melhor. Dificuldade de manejo de verba, as vezes você tem a verba, mas não pode utilizar para determinada coisa ali (...). Por outro lado, a gente vê esse grau de corrupção aí, se você não tiver regras bem claras para a utilização da verba, também pode as pessoas usarem mal. Então é complicado (Mariana, 61 anos).

É aquilo que a gente já está sofrendo né, a crise, a escassez de recursos, material, eu voltei do pós-doutorado no início do ano, trabalhei um ano na universidade (exterior), eu não precisava fazer nada burocrático, tudo se

¹⁹ As tarefas administrativas não podem ser confundidas com a dimensão da atuação política, já que a maioria delas não está vinculada à mobilização política. No entanto, na medida em que se suprime a dimensão política da universidade, as tarefas administrativas ficam ainda mais desprovidas de sentido para o trabalhador.

resolvia, meu computador estava faltando uma peça, a secretária falou, vai ali na loja, compra, traz a nota fiscal. Aqui qualquer universidade federal se você quiser fazer uma compra vai levar 6 meses. E eu trabalho com tecnologia (...) CNPQ precisava 30mil, aprovou 19 e me deu 9mil. Gosto muito de dar aula aqui, mas depois da experiência que tive lá vi que poderia produzir mais fazer mais se eu tivesse um apoio maior. Menos aulas também, aqui eu tenho que dar 2 disciplinas, lá eu daria 1 a outra eu poderia escolher (Vinícius, 34 anos).

Nota-se também que pesquisadores que tiveram a experiência de trabalhar fora do território nacional, em países com melhores condições de trabalho, são muito mais críticos ao funcionamento do sistema de execução dos recursos destinados à pesquisa.

Outro ponto que chama atenção é o quanto o perfil do pesquisador foi mencionado para dar conta das condições (precárias) de trabalho. Seria necessário um perfil²⁰ muito específico para que o pesquisador não se desmotive frente ao cenário de pesquisa brasileiro. Inclusive esse perfil de pessoas comprometidas, doadoras, que acreditam na educação, é apontado como um dos motivos pelos quais o sistema educacional brasileiro não estaria falido:

O professor, se a gente for olhar historicamente, ele teve sempre associado a vocação e doação. Todo mundo que escolhe ser professor tem isso muito forte no seu eu, né. E eu acho que só por causa disso que a educação no nosso país sobrevive, à revelia de todos os fatores contra. Se a gente fosse olhar qualquer teoria de motivação e analisar nossos professores, eles tinham que ser todos desmotivados. Todos teriam que ter abandonado a carreira. Inclusive na educação básica pública. (Clarice, 49 anos)

Aí vem aquilo que eu falei que acho que a educação no Brasil pega vantagem, pega carona, sabe que no Brasil as pessoas que trabalham na educação são muito comprometidas e leva no oba-oba, sabe que o sistema não desmonta porque as pessoas que trabalham na educação tem esse perfil. Acreditam naquilo, por vontade própria. (Clarice, 49 anos).

vi) Desvalorização do professor

A desvalorização do trabalho do professor é vista como um fator de frustração, e é algo que preocupa muito os pesquisadores.

Para além dos problemas materiais diretos que o professor enfrenta, como consequência da desvalorização social (salários estagnados, condições de trabalho precárias, falta de recursos de pesquisa, entre outros), ainda há aspectos que interferem no que diz respeito aos alunos que os pesquisadores estão formando.

²⁰ Aqui utilizamos o termo “perfil” para descrever um conjunto de características que pode ser lido a partir dos enunciados da pesquisa. Não se trata de características natas ou imprescindíveis à atuação na área, mas de um conjunto de habilidades valorizadas pelo grupo de pesquisadores para o desenvolvimento de suas atribuições.

Muitos refletem sobre que oportunidades esses alunos terão na carreira, haja vista o aumento do número de doutores formados a cada ano, conforme também aponta o relatório de área da Capes de 2017:

O que me frustra mais é como que a gente está formando esse professor, esse pesquisador. Primeiro porque a gente está formando mais doutores, eu não sei como é que vai ser a vida deles, que oportunidades eles vão ter de carreira. Porque a gente está em um país em que a educação, a pesquisa, principalmente até a pesquisa em Administração, não é valorizada socialmente, não é socialmente, pelas instituições em geral. Tem outras áreas que são mais valorizadas. E isso me frustra um pouco ver que a gente está numa atividade não é culturalmente valorizada no país (Alice, 59 anos).

Assim, apresentaram-se neste capítulo as vozes que se fizeram ouvir em relação aos vários aspectos que foram apontados pelos pesquisadores como desmotivadores do exercício de seu trabalho: atritos e problemas “políticos”; gestão das revistas brasileiras; alunos desmotivados e orientados a “diplomas”; tarefas administrativas vistas como empecilho; dificuldade na obtenção de financiamento e na execução do mesmo e a desvalorização do professor. Ao mesmo tempo, foi possível analisar esses aspectos para além de sua aparência fenomênica e trazer à discussão aspectos invisibilizados/silenciados, relacionados àqueles que foram diretamente evocados pelos pesquisadores, conforme quadro a seguir:

Quadro 5 – Principais desafios enfrentados

O que é afirmado	O que é silenciado/ oculto
Atritos e problemas "políticos" (relacionamento e competição com os pares)	Afastamento da dimensão política da universidade
Alunos desmotivados e orientados a diplomas	Pesquisadores desvalorizados e também orientados à pontuação conforme as métricas avaliativas da CAPES
Tarefas administrativas vistas como empecilho	Foco excessivo na pontuação avaliativa; perda da dimensão política; naturalização das condições intensificadas de trabalho; exigências de produção superindividualizadas; produção de subjetividades que se questionam quanto ao uso do tempo/ maximização de resultados
Dificuldade em obter financiamento e em executá-lo	Desvalorização do trabalho do pesquisador; investimentos restritos; exigências produtivas superintensificadas para concorrer às restritas bolsas de produtividade e financiamento
Má gestão das revistas brasileiras e supervalorização da publicação internacional	Condições naturalizadas; colonialismo; afastamento da responsabilidade sobre o cenário nacional; posicionamento escapista e "soluções" individuais ("só vou publicar lá fora") para um problema que exige mobilização coletiva. Alienação.

Fonte: elaborado pela autora (2020).

São essas dimensões relacionadas ao que incomoda, ou seja, campos/aspectos nos quais o pesquisador se sente desconfortável, e que, no entanto, exigem posicionamento. Os posicionamentos (sempre presentes) variam entre: i) negar/sutilizar o desconforto e a precarização do trabalho e ao mesmo tempo legitimar o status quo e ii) assumir/legitimar o desconforto e exercer uma análise crítica do contexto e das condições concretas.

5. EFEITOS DA POLÍTICA DE AVALIAÇÃO

5.1 ALIENAÇÃO DO PESQUISADOR

No capítulo anterior foi possível problematizar as vozes dos pesquisadores, refletir sobre os seus posicionamentos, compreender o que os motiva, o que os desmotiva, e conhecer um pouco da leitura que fazem de seu próprio campo de trabalho.

Até o capítulo quatro, discutimos os fenômenos da intensificação do trabalho. Mas, qual a relação entre a intensificação do trabalho e os processos de alienação? O que mais se percebeu, a partir dos posicionamentos dos sujeitos da pesquisa trazidos no último capítulo? O que as vozes ouvidas nos dizem, sobre o trabalho do pesquisador, e a forma como ele o enxerga e significa? É o que discutiremos a seguir.

Dal Rosso (2015) alerta que o trabalho imaterial, como é o caso do trabalho do pesquisador, cuja atividade exige fortemente o componente intelectual/afetivo, é muito afetado pelas práticas intensificadoras, gerando efeitos nocivos sobre o trabalhador e sua saúde. O autor ressalta que o trabalho ocupa a pessoa fazendo uso de toda sua subjetividade: inteligência, capacidade de criação, análise, lógica, afetividade, experiências prévias, habilidades aprendidas, entre outros.

Com a utilização de computadores, celulares e outros tantos meios de conectividade, o tempo de trabalho invade tempos de não trabalho, tornando-se pouco nítidas essas divisões (FARIA e RAMOS, 2014). Com o aumento do número de pessoas que trabalham com atividades imateriais, aumentam também os problemas pessoais e de saúde decorrentes da intensificação desse tipo de trabalho (PALANGANA, 2002).

Da mesma forma, o componente emocional tem sido muito solicitado, levando a desgastes emocionais do trabalhador nas mais diversas áreas. Assim, o desgaste emocional e intelectual precisa ser considerado nas pesquisas sobre o tema do trabalho. Dal Rosso alerta que: “Considerado sob a óptica da jornada, o trabalho flexível, seja em função da intensidade, seja em função dos horários, cria sérios problemas para as pessoas encarregadas das tarefas familiares (...). (DAL ROSSO, 2015, p.41).

Autores como Faria (2015) e Lazzarato (1992) avaliam que ingressamos numa fase de capitalismo cognitivo em que o capital controla a subjetividade do trabalhador. Qual o arsenal desenvolvido para esse controle? Como o pesquisador vivencia o seu fazer? A que atribui o seu desgaste? Ele de fato enxerga a intensificação do trabalho ou julga-se insuficientemente “produtivo”, exigindo-se um desempenho cada vez maior?

Oliveira e Fernandes (2016) ressaltam que essa lógica produtivista não se limita ao universo dos pesquisadores, mas propaga-se aos alunos de graduação e pós-graduação, exigindo-lhes uma adequação a essa nova cultura institucional, que exige da universidade pública uma lógica mercantilista e produtivista. E mais: uma lógica em que artigos se tornam produtos para serem exibidos em destaque nas prateleiras individuais de produção, o currículo Lattes, ao mesmo tempo em que os processos de ensino e aprendizagem são secundarizados e a universidade perde-se quanto aos seus propósitos formativos.

Ao longo da pesquisa realizada, observou-se que a alienação do trabalho do pesquisador pode ser claramente percebida a partir de pelo menos cinco aspectos, que puderam ser lidos a partir das falas dos entrevistados:

- I. **Perda da dimensão coletiva da universidade como instância política de reflexão e decisão:** observa-se a dimensão do isolamento no trabalho do pesquisador, em que se perde a dimensão coletiva de mobilização (FREITAS, 2018), priorizando-se o desenvolvimento de pesquisas individuais ou de pequenos grupos. Reuniões organizacionais aparecem como “perda de tempo” na fala de diversos pesquisadores, que julgam a dedicação individual à pesquisa como incomparavelmente mais produtiva; a gestão da universidade, em seus diversos âmbitos, assim como as funções administrativas são desvalorizadas, ainda que fundamentais para que o funcionamento da instituição “universidade”.

- II. **Corrida cega para um fim que não é problematizado:** outro aspecto da alienação do trabalhador/pesquisador diz respeito à corrida pela avaliação dos programas de pós-graduação, as quais não possuem um objetivo claro; busca-se sempre aumentar a nota de avaliação, e pouco se discute sobre as implicações, ou as motivações, ou o preço que se paga para tal “corrida”; nela, colegas pesquisadores de um mesmo programa de pós-graduação são vistos como “concorrentes” e pontuações oriundas de publicações são contabilizadas a título de comparação de desempenho. Para que, e a que custo, aumentar a nota do programa? Essas são questões silenciadas frente ao imperativo “como publicar mais, mais rápido, e melhor?”. A esse respeito, um dos professores comenta sobre a falta de reflexão sobre o que tem ocorrido na academia:

E a gente vai absorvendo tudo isso que o sistema impôs meio que sem refletir, né? Talvez até pelo turbilhão de coisas para fazer, a gente não parou muito

para refletir. E aí o professor muito apaixonado por natureza, por vocação ou o que quer que seja, ele acaba absorvendo e tocando o barco né (Clarice, 49 anos).

- III. **Invisibilidade da intensificação do trabalho e negação de sua relação com os processos de saúde/doença:** Problemas de saúde decorrentes da intensificação do trabalho, ainda que muito comuns, são tratados de maneira individual, sendo que frequentemente os próprios pesquisadores não os julgam como decorrentes do trabalho, atribuindo-se antes ao próprio estilo de vida, à falta de prática de exercícios físicos, entre outros. Ou seja, a intensificação do trabalho do pesquisador não parece estar sendo vista, ainda que se sintam seus efeitos (cansaço extremo, fadiga, stress, ansiedade, depressão...) (PINA E STOTZ, 2014).
- IV. **Invisibilidade da política normativa que produz o que ela quer medir (caráter anticientífico)** – Esse aspecto foi apresentado anteriormente e será desenvolvido neste capítulo, em subitem específico.
- V. **Normas internas da universidade reproduzem e fortalecem a política** – Esse item também será aprofundado neste capítulo.

Verificou-se, assim, que os pesquisadores têm vivenciado os processos de trabalho de maneira fortemente individualizada. Constatou-se, também, que alguns aspectos da organização do trabalho docente são vistos, enquanto outros permanecem ocultos ao pesquisador. Por exemplo, é comum o pesquisador apresentar a autonomia como um aspecto positivo de seu trabalho, que lhe permite organizar seu dia da maneira que mais convier. A autonomia e a flexibilidade, portanto, são aspectos vistos e valorizados:

A gente tem flexibilidade. Eu posso escolher até trabalhar fim de semana, mas duas manhãs por semana eu vou fazer yoga... esse gerenciamento do tempo, em que horário você quer dar aula, em que horário você não quer dar aula, ele é bom, ele sempre me serviu (Alice, 59 anos).

No entanto, a autonomia é apenas superficial, já que o pesquisador está submetido a uma série de demandas dos mais variados tipos, em que as quarenta horas de dedicação exclusiva raramente são suficientes. Muitos pesquisadores afirmam trabalhar aos sábados e domingos e inclusive em feriados, quando há necessidade, especialmente para a elaboração de pareceres em

artigos, leitura e correção de dissertações e teses, seja de orientandos ou visando se preparar para atender a convites para participação de bancas de avaliação, elaboração de projetos e avaliação pedagógica.

Da mesma forma, a flexibilidade está a serviço da organização dos dias de trabalho da maneira mais produtiva possível, sendo para que se trabalhe também em dias não úteis; para que aos fins de semana pesquisadores participantes de uma mesma comissão ou grupo de pesquisa possam comunicar-se, seja via e-mail, telefone, videoconferência, grupos de *whatsapp*, entre tantos outros meios de comunicação disponíveis, trocando artigos, observações, ideias, para que a produção não pare.

Ou seja, ainda que a *autonomia* e a *flexibilidade* estejam de fato presentes na carreira do docente pesquisador, os mesmos costumam enxergar apenas o aspecto considerado agradável, não problematizando o fenômeno em sua totalidade, em todas as suas implicações.

Da mesma forma, quando os pesquisadores alegam “perda de tempo” na dedicação à resolução de problemas administrativos e de gestão da universidade, seja por meio de reuniões departamentais, colegiados do programa ou por meio de comissões criadas conforme a necessidade, não percebem que essas são demandas que não podem ser suprimidas, ainda que concorram com a “produção”, essa reduzida à sua dimensão de comunicação de pesquisa. Ou seja, ao invés de considerá-las tão importantes quanto a escrita de artigos, e então questionar a alta exigência por publicações, faz-se o contrário: critica-se e nega-se a relevância da esfera coletiva de decisão da universidade²¹, evitando-se esse trabalho considerado pouco útil e supervalorizando-se a produção individual.

Mas, por que isso acontece com tanta frequência? Porque é justamente com base na produção de artigos que o pesquisador é avaliado e julgado como “competente” ou “incompetente”. Ou seja, o pesquisador busca dedicar-se ao máximo à execução das tarefas pelas quais ele é de fato avaliado e julgado pelas agências de fomento, e inclusive por seus pares.

Assim, fica claro o quanto uma determinada forma de avaliação imposta altera toda a maneira de organização e de vivência do trabalho, ainda que se trate de um trabalho intelectual, que envolve criação, criatividade, romper com o imediato, problematizar teorias, ou seja,

²¹ Ainda, há que se considerar que o exercício político na esfera coletiva da universidade é considerado por muitos como bastante desgastante. De fato, quando há muitas vozes a versar sobre um mesmo tema, cada um com suas convicções ideológicas, exige-se uma abertura ao diálogo e à escuta que é um exercício para o qual o sistema educacional tradicional não tem preparado os sujeitos. Paulo Freire é um dos estudiosos que denuncia essa educação opressora/bancária, que conduz seus processos por meio do que chama de “interdição do corpo” e da sexualidade, ao invés de ser problematizadora e conscientizadora: a educação “é puro treino, é pura transferência de conteúdo, é quase adestramento, é puro exercício de adaptação ao mundo” (Freire, 2000, p. 101).

mesmo o trabalho imaterial e intelectual (ou justamente esse), é fortemente afetado pela forma como é avaliado, pela vivência objetiva e subjetiva do julgamento externo. Uma avaliação centrada em quantidade induz comunicações científicas múltiplas, mas não necessariamente suficientemente aprofundadas. Da mesma forma, induz a uma concorrência irracional entre os pares, que não se veem como colegas que fazem parte de um grupo com interesses comuns, a serem trabalhados e fortalecidos, mas como concorrentes, que devem ser ultrapassados, comparados, criticados e superados (SENNETT, 1999).

Trata-se de uma lógica perversa, que dos pesquisadores irradia-se para os pesquisadores em formação. Essa lógica pode ser sentida em um mesmo programa, dividido em linhas de pesquisa, em que mestrandos e doutorandos também começam a se enxergar como entes de grupos concorrentes, e não mais como colegas para o desenvolvimento de um processo conjunto de aprendizagem.

Com isso, fragiliza-se a universidade como instância de mobilização, reflexão crítica e problematização, aproximando-a da lógica de produção capitalista, em que os laços comuns se esfacelam, com a universidade transformando estranhos trabalhando lado a lado, cada um na direção que mais lhe favoreça.

A forte individualização das vivências e da produção acadêmica, ainda, gera forte responsabilização individual pelos resultados; ou seja, se algo der errado, se o artigo não for aceito, se a pontuação não for suficiente, se as horas de dedicação (ainda que muitas) forem insuficientes para o conjunto de demandas acadêmicas, a culpa é sentida como um fracasso individual, como a própria incompetência. É preciso investigar se esse sentimento de “fracasso” e “incompetência” tem de fato relação com as doenças psicossomáticas vivenciadas pelos pesquisadores, também de forma isolada.

Em outras palavras, a autonomia é fortemente controlada, ainda que invisível aos olhos do pesquisador. A autonomia é no sentido da organização dos próprios processos de trabalho, mas não há autonomia para a escolha dos resultados esperados, para a elaboração de uma forma de avaliação que reflita de fato o compromisso da universidade pública, que valorize o ensino, a formação do aluno, o envolvimento da comunidade, a qualidade das aulas, a profundidade dos questionamentos e problematizações.

Assim, fica claro o quanto a autonomia pode ser mais uma representação agradável e superficial à qual o pesquisador se agarra para enfrentar as múltiplas cobranças que de fato uma experiência de “governar-se pelos próprios meios”, ou, na definição de Kant (1966): “capacidade da vontade humana de se autodeterminar segundo uma legislação moral por ela

mesma estabelecida, livre de qualquer fator estranho ou exógeno com uma influência subjugante, tal como uma paixão ou uma inclinação afetiva incoercível”.

Os fatores exógenos e influências subjugantes e coercitivas estão bastante presentes na universidade pública, e especialmente na pós-graduação, sendo a *avaliação* a mais representativa delas, o que torna, portanto, problemático considerar a autonomia docente como de fato uma das características do trabalho do pesquisador, sendo essa mais uma dimensão por vezes ficcional, que permeia o imaginário do pesquisador, do que um fato concreto em sua plenitude.

A Constituição Federal de 1988 garante, em seu Art. 207, que “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. A autonomia das universidades não corresponde exatamente à autonomia dos docentes quando estes são avaliados por critérios externos: os pesquisadores não necessariamente pesquisam e publicam “o que” e “onde” consideram relevantes suas investigações, mas o que e onde estas se refletem em pontuação segundo parâmetros definidos de forma heterônoma.

5.2 CARGA HORÁRIA DE TRABALHO E ASPECTOS INVISIBILIZADOS DA COLABORAÇÃO

No que se refere ao número de horas de dedicação ao trabalho, observou-se que a grande maioria dos pesquisadores supera as 40 horas semanais contratadas. Para eles, também a extensão do trabalho para fins de semana e feriados é considerada “normal”, como fazendo parte da carreira do pesquisador. Muitos não souberam precisar o número exato de horas dedicadas ao trabalho, mas tem clareza de que vai além da jornada contratada²².

Algumas ilustrações que mostram o quanto o trabalho exercido pelo pesquisador é desprovido de limite de carga horária, e o quanto isso é visto com naturalidade, e não como exceção:

Olha, varia bastante. Eu geralmente estou aqui, venho mais tarde um pouco e fico até de noite. Hoje mesmo dou aula até 23h. Quando tem que ler uma tese, a gente faz, fica fim de semana lendo, isso é normal, a gente já está acostumado, faz isso aí. Eu não saberia dizer quantas horas eu trabalho. (E1)

²² Chama a atenção que certas autoridades governamentais argumentem que professores recebem salários para trabalhar por 40 horas semanais e ministrem apenas 8 horas-aula por semana. Há, aqui, um desconhecimento do trabalho docente, não apenas com relação à carga horária mínima (12 horas semanais) e não máxima, mas principalmente no que diz respeito às demais atividades.

A assiduidade com que se trabalha aos fins de semana parece naturalizar o exercício do trabalho para além das horas contratadas. Em certa medida, os pesquisadores parecem se conformar com a carga de trabalho, que exige com muita frequência mais horas de dedicação. O pesquisador Vinícius, por exemplo, costuma agendar reuniões com os alunos aos sábados:

Trabalho a semana inteira das 8h às 18h direto. E fim de semana me reúno com os alunos de 15 em 15 dias, aos sábados, para discutir os projetos. Dou aula e fico pesquisando (Vinícius, 34 anos).

Ah, já trabalhei muito fim de semana, não vou dizer que hoje não trabalho, trabalho (...) hoje consigo me organizar melhor, isso é uma coisa que vem com a senioridade, mas continuo trabalhando fim de semana sim, mas não fico o dia inteiro... procuro não ter emergências. Às vezes você não consegue, vem aquele editor que estava com o seu paper há um ano e meio e diz que você tem que fazer a revisão em quinze dias. (...) dá um certo desgaste, ficar com uma coisa te estressando, com prazo as vezes fora da realidade (Mário Felipe, 59 anos).

Conforme se verifica, os curtos prazos exigidos para a revisão de artigos são apontados também como um fator de desgaste, e que muitas vezes forçam o pesquisador a trabalhar em fins de semana e feriados.

Clarice inclusive questiona sobre o que faz com que ela mesma tenha passado anos sem desfrutar de atividades de lazer, sequer aos fins de semana. Fala sobre seu impulso de fazer, “querer concluir”, e verifica que os afazeres acadêmicos não têm fim, já que sempre surgem novas demandas:

Olha, esse fim de semana... não tem um final de semana que eu não trabalhei, assim, se não inteiro, pelo menos um dia, sabe? Isso é uma coisa que eu não quero mais fazer, mas eu ainda não consigo. Consigo ter lazer no fim de semana. Na época em que eu tinha um monte de orientando eu nem lazer tinha, por alguns anos eu não tive lazer nem final de semana, mas essa coisa de você querer concluir, de você querer fazer, de onde que vem, né? (Clarice, 49 anos).

Da mesma forma, a pesquisadora Mariana explica que se ela quer “cumprir direito” as atividades assumidas, precisa se dedicar mais horas ao trabalho. Justifica seu empenho por meio do que denomina “reciprocidade”, o que faz com que ela arrume tempo para ler, por exemplo, um artigo, ou as dissertações ou teses referentes às bancas para as quais ela é convidada a participar como avaliadora, mesmo que isso implique em “acabar com o fim de semana”:

Você acaba se envolvendo em uma série de atividades e ou você faz ou você não faz, ou cumpre direito ou não cumpre, e só nessas 2 semanas vou ter umas 5, 6 bancas. Porque afinal eu também chamo professor, eu não vou dizer não vou fazer parte da sua banca porque eu não tenho tempo. É uma coisa de reciprocidade. (...) você vai se envolvendo e aí você chega no final de semana,

a banca é na segunda feira, você não terminou de ler, você vai ter que ler. Então você acaba... é difícil falar não, esse é um problema, é difícil falar não (...). Tem momentos em que você está tomado de coisas para fazer, o cara ainda, você pode ler esse artigo, você pode dar esse parecer para mim? Puxa, mais um treco, vai acabar com o meu fim de semana. Mas sei lá, faz parte, é uma comunidade né (Mariana, 61 anos)

Juliano também afirma que seu turno de trabalho é muito estendido, mesmo em dias de semana, chegando a durar 12 horas diárias:

A realidade minha é a seguinte, meu expediente começa 8h30 da manhã, mais ou menos, a não ser que eu tenha aula um pouco mais cedo. Hoje 6h da manhã eu estava na academia fazendo exercício, mas meu expediente começa 8h30 e a verdade é que ele se entende em 3 turnos. Difícilmente eu saio antes das 22h. Isso dia em que eu não dou aula a noite, que aí eu saio as 23h. Essa é a minha rotina. Fim de semana eu procuro dentro do possível reservar para a família, mas quando tem alguns incêndios também tenho que trabalhar no fim de semana (Juliano, 55 anos).

Hoje inclui bastante. Até trabalho mais fim de semana, fim de semana não tem aluno me ligando, aula para dar, então eu tenho um foco maior. Mas quando eu tinha filhos pequenos, eu falava não, fim de semana eu sou mãe né, à noite e fim de semana (Alice, 59 anos).

A forma como o trabalho do pesquisador invade os fins de semana é muito clara, na fala dos nossos entrevistados, que costumam trabalhar para além das 40 horas estabelecidas no contrato de trabalho do servidor.

Será que isso torna-se regra, quando o pesquisador possui como meta ter altos índices de publicação? Em outras palavras, será que é possível ser um pesquisador de destaque na área sem que se trabalhe muito além das horas contratadas? Os resultados apontam que os pesquisadores com quem dialogamos não medem esforços para cumprir suas tarefas, mesmo que isso (quase sempre) implique em trabalhar em dias não úteis e em horários muito estendidos.

Diversos são os pesquisadores que trabalham nos turnos da manhã, tarde e noite, sem interrupções. Isso é visto como normal por muitos deles:

Eu não tenho horário para trabalhar, exceto nas madrugadas. Isso inclui fins de semana, como estou fazendo nesse momento. Isso depende mais do volume de atividades que tens nos diferentes momentos, pois, as atividades são múltiplas. Na realidade, eu nem penso em quantas horas são trabalhadas, mas certamente são bem mais do que as 44 horas semanais convencionadas como normal (Lucas, 61 anos).

Percebe-se ainda que, quando se tem filhos pequenos, as mulheres, principalmente, procuram controlar um pouco mais a extensão da jornada, tendo em vista a necessidade de equilibrar demandas entre trabalho e família. Pesquisadores homens chegam a afirmar que não adiantaria reduzir os horários de trabalho, pois a esposa trabalha também bastante e os filhos ficam na creche. Ou seja, nem todos os pesquisadores homens cogitam a possibilidade de ficar meio período sozinhos com os filhos, embora essa tenha sido a escolha de um dos entrevistados. Uma vez que os filhos já estão maiores, os pesquisadores tendem a se dedicar ainda mais horas ao trabalho, para além da jornada contratada.

Outro aspecto importante de se destacar é como a reciprocidade, inclusive a noção da academia como uma comunidade colaborativa, acaba servindo de justificativa para a exploração em conjunto - ainda que não se trate de uma exigência proposital, mas de práticas pouco refletidas. Ou seja, se estamos todos sobrecarregados, o que podemos fazer para aliviar a nossa carga, e, aí sim, desenvolver um trabalho de qualidade, com foco e aprofundamento?

Esse não é o tipo de questão que o pesquisador altamente produtivo parece se colocar, com algumas exceções, como é o caso da professora Alice:

(...) quem trabalha numa pós-graduação que tem que fazer pesquisa, que tem que fazer trabalho administrativo, que tem que dar muita aula, que tem que orientar muitos alunos né, às vezes a gente tem um estoque de orientação muito grande, eu já cheguei a ter 6, 7 alunos de doutorado, e é uma loucura isso né, eu não quero mais, porque foi uma tentativa de ajudar a instituição, ajudar a pesquisa, mas não dá, é muito.. sobrecarrega, é muito tema, e aí você não faz o trabalho como você quer. Mas eu sei que tinha colegas meus que tem mais do que isso, junta mais um monte de mestrado (...) (Alice, 59 anos).

No caso, a pesquisadora se depara que o excesso de “colaboração”, no que se refere ao número de orientandos, acaba interferindo na qualidade do trabalho apresentado. Mas o pensamento que predomina é justamente o inverso: já que eu vou precisar do meu colega, que também está sobrecarregado, vou também eu aceitar um convite que vai me exigir mais, para além do trabalho regular já intensificado.

Ou seja, a face da intensificação do trabalho visível passa a ser argumento para o pesquisador aceitar se sobrecarregar ainda mais. As condições perniciosas do trabalho não são questionadas em si mesmas; ao contrário, elas se tornam combustível de resignação; ela faz o trabalhador aceitar uma sobrecarga ainda maior, pois, afinal, eu também vou precisar que os meus colegas aceitem os meus convites (para participar de bancas, avaliar trabalhos, artigos, entre outros). Esse pode inclusive ter sido um ponto de reflexão dos pesquisadores, sobre

participar ou não das entrevistas dialogadas propostas por este trabalho de pesquisa, que não deixaram de ser mais uma atribuição não prevista ao trabalho dos professores.

Em relação ao trabalho colaborativo, especialmente no que se refere ao grupo de pesquisa que lideram, pesquisadores cobram-se ainda mais:

E eu tenho uma preocupação maior ainda, porque como eu sou o líder do grupo de pesquisa, se eu falho eu prejudico todo mundo, né? (Juliano, 55 anos)

Ou seja, o pesquisador já não trabalha apenas no sentido de garantir a sua própria produção, mas no sentido de sustentar todo um grupo de pesquisa que, claro, trabalha em colaboração e também gera resultados mensuráveis (artigos) para o pesquisador-chefe. Percebe-se a um tipo de colaboração interna nos grupos de pesquisa que gera forte auto responsabilização dos líderes, mas o sentido de colaboração não se estende para o todo da universidade. Ou seja, interesses comuns, de toda a universidade, são pouco discutidos, e instala-se a disputa entre os grupos para conseguir captar as escassas verbas das agências fomentadoras de pesquisa.

Ainda, a dependência da colaboração do colega (seja interna ao grupo de pesquisa ou para a avaliação de um trabalho) torna-se um ciclo que se retroalimenta - não no sentido da autonomia do trabalhador, do questionamento das condições de trabalho – mas no sentido da própria naturalização e aceitação dessas condições.

Por não ser clara até onde vai a extensão do trabalho do pesquisador, a todo tempo novas tarefas são incorporadas, para além da rotina fixa de aulas e cursos que o professor assume. Essa flexibilidade é apontada por um dos entrevistados como necessária:

Eu prefiro é ter uma espécie de meta flexível, que se adapte à vida na forma que ela vem, e com dedicação frequente e não espasmódica ao trabalho de pesquisa (Mário Felipe, 59 anos).

Observa-se a uma certa prontidão do pesquisador em aceitar “trabalhos voluntários”, justamente pela falta de clareza dos seus limites de atuação, de seus horários e local de trabalho – todo horário e local são espaços de produção -, o que se acentua pela visão colaborativa, que acaba servindo a interesses contrários aos dos próprios pesquisadores. Ou seja, trata-se de uma colaboração que serve por vezes a interesses externos aos de aprofundamento e refinamento das pesquisas e reflexões, que exigem tempo de maturação, dedicação e, portanto, menor número de tarefas assumidas. Isso é problematizado por um dos sujeitos, que reflete sobre o caráter

voluntário do trabalho de editor e revisor, em um contexto de demandas intensificadas de trabalho:

A gente tem uma parceria (revista científica) que passa de colega para colega como o editor, e é um trabalho voluntário, como é que você fica com tanto trabalho se ao mesmo tempo você é cobrado para publicar né (Alice, 59 anos).

Pesquisadores também afirmaram deixar de desfrutar das férias por conta de necessidade de ler e corrigir trabalhos dos orientandos, como teses e dissertações, em função da dificuldade de os alunos cumprirem os prazos estabelecidos pela Capes e pelos programas. Por vezes consideram que a tese não está suficientemente madura, mas o aluno precisa defender, especialmente porque o atraso em uma defesa levaria à menor pontuação do programa. Ainda, contaria negativamente para o orientador, que tende a ser responsabilizado pelos seus colegas por esse “gol contra”, para continuarmos com a terminologia do “jogo”, trazida pelos entrevistados.

Os pesquisadores afirmaram ter modificado, ao longo dos anos, inclusive o tempo dedicado ao almoço, com vistas ao incremento da produtividade. O tempo de deslocamento do trabalho até a residência foi também apontado como um tempo que poderia ser reduzido, se o pesquisador levasse a sua marmita para o local de trabalho:

Teve uma coisa que mudou (...) eu comecei a almoçar aqui. No início da carreira eu trabalhava de 8 até 11h30, saía para almoçar, voltava às 14h e demora um pouco para retomar o ritmo, mesmo que você volte às 14h. E eu descobri que a minha produção é melhor se eu almoço por aqui, aí eu vou, esquento o almoço e já volto para minha sala e já começo a trabalhar de novo (Vinícius, 34 anos).

Outro aspecto levantado nesse sentido de aumento da produção é a escolha de local mais tranquilo, sem interrupções, para o desenvolvimento do trabalho:

Outra coisa importante para mim é trabalhar em casa, não na universidade. Praticamente não uso o escritório da universidade. No "home office" eu me isolo (Mário Felipe, 59 anos).

Poucos são os pesquisadores que definem claramente os limites de sua jornada, com vistas a reservar tempo para estar com filhos, e ainda assim a jornada passa das oito horas diárias. A flexibilidade é apontada como uma característica positiva do trabalho do pesquisador, no entanto, conforme verificado, a maioria dos professores, em função da própria falta de clareza sobre os limites de horário e local de trabalho (ou seja, justamente pela flexibilidade), acaba estendendo a jornada para muito além das oito horas diárias:

(...) 14-22h, 22:30, varia conforme o dia. De manhã fico com minhas filhas. Flexibilidade. Fim de semana de jeito nenhum! (Henrique, 39 anos).

No que se refere à priorização do trabalho em relação à família e às atividades de lazer, embora a maioria dos entrevistados afirme que não prioriza o trabalho (por exemplo: *Não, eu separo muito bem uma coisa da outra. Precisa de uma boa base familiar, não vive só de trabalho - Henrique, 39 anos*), os resultados mostram que em geral há sim certa priorização do trabalho, pelo próprio tempo de dedicação às atividades laborais.

Muitos pesquisadores inclusive veem o próprio trabalho como lazer, não havendo uma diferenciação tão clara, como é o caso de Vinícius e Lucas, para quem é possível “viajar para lazer e continuar trabalhando”:

Acho que não né, essa é uma carreira muito boa né, para mim isso não é trabalho, eu faço o que eu gosto, pra mim isso é lazer. Agora realmente, durante a semana a gente acaba se dedicando muito. Por isso que eu falei no fim de semana com os alunos é de 15 em 15 dias porque eu quero me dedicar o resto para minha família, mas a minha esposa trabalha, a minha filha fica na creche, então mesmo que eu não tivesse aqui, era complicado ficar com eles né (...) Isso pra mim é prazer, ler, estudar, eu acho que eu nasci pra ser estudante profissional, então isso pra mim não é trabalho (Vinícius, 34 anos).

Poderia dizer que sim, apesar de isso ser facilitado, pois, minha esposa (não temos filhos, também é acadêmica. Portanto, podemos por exemplo, viajar para lazer e continuar trabalhando pois ela exerce a mesma atividade (Lucas, 61 anos).

Já as pesquisadoras Ana Carolina e Mariana assumem, ainda que com lamentação, a priorização do trabalho em relação à família e às atividades de lazer. Possuem consciência do sacrifício que fazem e no quanto isso interfere na dinâmica familiar e na sua própria imagem enquanto mãe (que se afasta do que se pressuporiam como uma maternidade mais próxima do ideal).

Verificamos que o equilíbrio entre trabalho e vida familiar/ de lazer parece ser mais difícil para as mulheres, possivelmente devido ao desequilíbrio na distribuição das tarefas de casa com os cônjuges, em que as mulheres assumem mais responsabilidades, inclusive em relação ao trabalho considerado invisível (aquele que envolve todo o planejamento da dinâmica familiar)²³. Para além do fator social, interfere nesse desequilíbrio o fator biológico, ao menos

²³ "Pesquisa recentemente realizada (Neto et al., 2010) mostrou como os obstáculos para o equilíbrio família-trabalho e as altas exigências da carreira são impactantes para as executivas brasileiras: preconceitos arraigados; pressão do relógio biológico; sobrecarga com os cuidados com os filhos, jornada de trabalho muito extensa; dificuldades com o parceiro amoroso. Para os autores, em países de tradição cultural machista como o Brasil, o avanço da participação da mulher no mercado de trabalho não resultou

nos primeiros anos de vida dos filhos, já que gestar e amamentar o bebê são demandas exclusivamente femininas, que geram uma série de alterações hormonais e inclusive cerebrais²⁴.

Eu me sacrifico. Pra mim esse equilíbrio é difícil. Não estou dizendo que... é difícil para uma mãe dizer que (...) minha filha. Não, a minha produção foi mais quando minhas filhas estavam... a produção surgiu tem uns 10 anos no Brasil, essa cobrança por publicação, uns 10-15 anos. Quando minhas filhas eram pequenas não tinha essa cobrança. Eu entrei no programa nos anos 90 (...) (Ana Carolina, 63 anos).

Ah, com certeza! (risadas) Todo mundo reclama! Trabalho de professor é meio ingrato ne, você leva para casa um monte de coisa para fazer no fim de semana... eu pego minha lista aqui, não tem fim. Eu estou tentando dar uma parada fim de semana, mas eu sempre trabalhei. Era uma coisa que meus filhos falavam assim, quer perguntar alguma coisa para a mãe, vai quando ela tá no computador, porque ela fala 'tá bom' (risadas). Vai pedir agora que ela está concentrada" (risadas). Então tem uma coisa assim, é difícil, é coisa ruim isso, seria bom saber separar, mas ela entremeia nossa vida, é complicado, né. Mas por outro lado a minha família entende (Mariana, 61 anos).

Haja vista a clara invasão do trabalho nos períodos da noite e fins de semana, evidencia-se que o trabalho do pesquisador acaba sendo priorizado frente a outras esferas, como a família e o lazer, ainda que o pesquisador por vezes (mas nem sempre) tente estabelecer horários para apenas estar com a família e se desligar um pouco das exigências da carreira.

Um exemplo seria o caso que trazemos abaixo, da pesquisadora Alice, que embora afirme não priorizar o trabalho - ainda que trabalhe com frequência aos fins de semana -, depara-se com o quanto isso é feito pelos colegas:

Não, nunca priorizei o trabalho (...). Só que eu vejo colegas que não (Alice, 59 anos).

Já tendo sido bem explorados os aspectos referentes à carga horária de trabalho do pesquisador, no próximo item analisaremos os sentidos e estratégias de publicação adotados pelos mesmos.

em significativa divisão de responsabilidades em relação às crianças. Segundo Martins, Eddleston e Veiga (2002) e Neto et al. (2010), as mulheres enfrentam mais estresse no desempenho de seu papel familiar do que os homens" (Goulart Junior et al., 2013).

²⁴ Ver, por exemplo, MACIEL, Léa Maria Zanini; MAGALHAES, Patrícia K. R.. Tireóide e gravidez. **Arq Bras Endocrinol Metab**, São Paulo, v. 52, n. 7, p. 1084-1095, Oct. 2008.

5.3 SENTIDOS E ESTRATÉGIAS DE PUBLICAÇÃO COMO PRODUTOS DA PRÓPRIA POLÍTICA

Quais seriam os campos em que o pesquisador se sente seguro? Quais as esferas sobre as quais surgem mais afirmações e certezas? Em que campos o pesquisador mostra-se mais ou menos confiante? O que ele toma como verdade, e não questiona? Essas são perguntas que utilizamos como parte do método de análise, e algumas das respostas traremos neste item.

Verificamos que *as estratégias de publicação* estão na arena de “domínio” do pesquisador produtivo, ainda que nem sempre lógico ou racional. Dito de outra maneira, embora existam estratégias lógicas claras e bem objetivas para a conquista da pontuação exigida pela política de avaliação, há aspectos pouco esclarecidos no que se refere à tamanha adesão a esse “fervor” por publicar. Ou seja, o pesquisador conhece as práticas que adota para publicar, só não sabe bem ao certo por que as adota, por que se submete tanto a esse estilo de avaliação.

Verificamos que o pesquisador estabelece uma relação afetiva/emocional com a publicação. Ver o trabalho publicado é algo que gera prazer para o pesquisador (ainda que ele nem sempre assuma; às vezes inclusive se envergonha, ao deparar-se com isso), ainda que um prazer furtivo, efêmero, pois logo ele se vê na obrigação de escrever e submeter novos artigos.

Ou seja, já que a política pontua a publicação, quando isso acontece, o pesquisador desfruta da sensação de estar sendo produtivo, bem-sucedido. Mas, observe-se que esse sentido de “produtivo” não é o mesmo que abordamos no capítulo anterior, em que trouxemos aspectos que motivam o pesquisador, uma noção de produção para a qual ele vê sentido.

Da mesma forma, quando o trabalho é rejeitado, gera certa frustração, levando um tempo para o pesquisador “fazer o luto” e voltar a trabalhar no artigo:

O que motiva é ver os resultados né, os artigos saindo, os projetos acontecendo, isso eu acho que é legal. Toda vez que tem um artigo aceito, isso é muito bacana (Vinícius, 34 anos).

Quando o artigo é aceito a equipe comemora né. Porque demora, um ou dois anos (...). Mas quando ele está publicado, quando ele está disponível, as pessoas citam o trabalho, você começa a ver a divulgação disso, é muito bacana. Mas quando é rejeitado você fica sem saco para refazer ou para mandar para outro lugar... (Vinícius, 34 anos)

Eu gosto, eu adoro trabalhar, eu sou uma workaholic, (...) eu gosto também de dar aula. Mas quando eu vejo um artigo publicado me dá muito prazer, sabe, e de certa forma eu tenho também a coisa de estar contribuindo (Mário Felipe, 59 anos).

Verificou-se que os pesquisadores estabelecem uma certa estratégia de trabalho e produção com vistas a atender aos critérios de avaliação. Como sabem que não há controle sobre o aceite ou não do artigo submetido, procuram trabalhar com um número de “produtos” sempre superior ao número necessário, já contando com possíveis rejeições, ou “perdas de produção na esteira produtiva”. Ou seja, estabelece-se uma relação com a pesquisa e sua publicação que se aproxima muito da própria linha de produção taylorista, em que o pesquisador se torna o seu próprio gestor, no sentido da organização do seu trabalho, para que possa prestar contas ao programa, a “chefia imediata”:

No grupo do laboratório, tenho 8 artigos submetidos. Rejeitados tem 3, 2 aceitos e ainda não foram publicados. No meu laboratório, em produção a gente tem 10. Claro que eu não estou atuando ativamente nos 10. Cada projeto tem eu, uns 2, 3 alunos e eu não faço a parte grossa né, vou tutorando o que eu acho mais complicado (Vinicius, 34 anos).

No meu caso a única coisa que me nortava de fato era tentar publicar pelo menos três artigos de boa qualidade por ano, e para isso você precisa ter pelo menos seis "no forno". Então você tem que se organizar para ter isso, procurando parceiros, focando em poucos temas, etc. Nada de atirar para tudo que é lado. No dia de hoje eu tenho quatro artigos aceitos e uns sete em vários estágios de análise em periódicos ou ainda em preparação. Essa aritmética funciona para mim (Mário Felipe, 59 anos).

Trabalhar constantemente em pesquisa e em desenvolver rapidamente um pipeline. Para conseguir publicar 2, 3 papers por ano tem que estar trabalhando no mínimo em seis, todo ano, o tempo todo. O mais importante é quanto você tem no seu pipeline. Porque você não controla quando e se você vai ser publicado. Você tem algum controle sobre isso até submeter o paper para a revista. Como a revista pode demorar muito, você pode ser rejeitado em várias delas, você tem que ter meia dúzia de papers circulando, em vários estágios. Alguns submetidos, alguns você está trabalhando (Mário Felipe, 59 anos).

Questionamos se, na opinião dos pesquisadores, publicação confere status. Embora alguns tenham negado, outros concordam plenamente. Mais curioso ainda é a constatação de que a política científica tende a produzir inclusive um “senso estético”, do que é bonito, do que é valorizado pelo pesquisador, ainda que se negue o status que as publicações evocariam.

Outro aspecto que chama atenção é certa dificuldade para assumir o prazer que a publicação e o reconhecimento dos pares provocam, como se a apreciação infringisse em algum tipo de erro moral:

Eu não sinto não. É claro que ajuda o programa a aumentar a nota. Mas não vejo ninguém me tratando diferente por causa das minhas publicações e nem eu trato nenhum pesquisador diferente por causa disso. É algo mais pessoal

mesmo, é bonito olhar o lattes e ver um monte de artigo publicado, eu acho isso legal, eu acho isso bacana (Vinicius, 34 anos).

Lógico, evidente. O status no meio acadêmico não é porque você dá aula bem. Pode ser em certas escolas de educação executiva, etc, mas o status no meio acadêmico é por publicação (...) É, é um jogo. De você conseguir ser aceito e etc. (Mário Felipe, 59 anos).

É gostoso as pessoas falarem nossa como você publica né, não vou mentir, faz parte da natureza humana, você gosta de receber elogios de qualquer forma, mas não é o principal ponto. Eu pelo menos nunca fiquei contando pontos de colega de departamento para ver se eu tenho mais ou menos (Clarice, 49 anos).

Considero sim que as publicações conferem status. Pode ser que, a minha despreocupação com isso, possa ser creditada ao fato que sempre tive publicações em níveis bons, mas, para mim é bem concreta que estamos sendo avaliados por isso. Penso que o nível de profundidade procurado, continuamente, confere essa possibilidade de uma despreocupação, mas, com resultados concretos (Lucas, 61 anos).

Não é o que eu busco, mas eu costumo dizer para as minhas colegas o seguinte, se a gente publicar direitinho ninguém vai encher o saco da gente, sabe (risos)? Mais por aí do que o status, entendeu? Nunca foi o meu objetivo, aliás, eu vejo a publicação, quando eu consigo, é muito na realização pessoal. Mas é claro que conta muito na minha instituição. E lá é isso, você está publicando direitinho, você passa para uma categoria que se te chamar para uma coisa chata você fala não vou querer não. Dá mais status talvez nesse sentido, você adquire uma categoria de maior respeito, porque a instituição depende muito hoje da publicação dos docentes, dos docentes permanentes (Alice, 59 anos).

O status aparece como vinculado ao respeito e ao reconhecimento dos pares. Nesse sentido, o pesquisador que publica bastante acaba sendo menos cobrado para participar de tarefas administrativas, de comissões, entre outros, enquanto que os que publicam menos são mais cobrados a contribuírem em outras instâncias, prática essa que tende a dificultar ainda mais que eles possam pesquisar e publicar.

Os pesquisadores que publicam bastante, conforme os critérios estabelecidos, ponderam também sobre a situação dos colegas que tem maior dificuldade para ter seus trabalhos aceitos, mas sem deixar de responsabilizá-los por não estarem cumprindo a parte que (na sua concepção) lhes caberia, para o aumento da nota do programa:

É isso horrível nesse sentido, porque se eu falo ah que bom, ninguém vai encher meu saco. O meu colega que não está conseguindo publicar, por que motivo for, pessoal, sem nenhum julgamento, esse fica numa situação muito ruim na instituição, porque não só ele fica frustrado como também ele está comprometendo o resultado da instituição (Alice, 59 anos).

Curiosa a vinculação que um dos pesquisadores estabelece entre o status da publicação e o sentido de aceitação, de ser aceito no meio acadêmico. Para além do aspecto do reconhecimento subjetivo, há um aspecto material claro de que toda publicação implica em um aceite do corpo editorial e dos avaliadores da revista, ou seja, a publicação acaba também assumindo um caráter de balizador do valor e qualidade da pesquisa desenvolvida. Na linguagem do pesquisador, a publicação sinalizaria que alguém “comprou” a ideia, o artigo/produto.

Observamos também que não adianta apenas ser “alguém” quem aceita a publicação. Precisa ser um sujeito qualificado, uma revista de renome, com boa avaliação, bons índices, etc. A mesma lógica imposta ao pesquisador (você precisa ser qualificado, mostrar a sua competência), é aplicada pelo pesquisador na seleção das revistas para as quais ele submeterá seus artigos (precisa ser uma revista bem qualificada, que ateste competência), pois faz parte do processo avaliativo. Ou seja, a noção de reconhecimento envolve a busca por ser reconhecido por alguém que se situe entre os “qualificados”.

Outros ponderam a publicação em seus efeitos para além da avaliação, ou seja, nos impactos que a pesquisa gera ao ser divulgada:

você não está pensando se isso vai pontuar, se isso... e a questão de publicar em boas revistas é que o seu trabalho seja mais útil porque mais gente lê, né? (Clarice, 49 anos).

(...) você tem que estar mostrando o seu trabalho né, porque se você ficar fechado dentro da sua salinha publicando um negócio, a teoria que resolve o problema do mundo e não conta para ninguém, não adiantou nada né? (Mariana, 61 anos).

Uma questão que nos colocamos é se a ênfase da política de avaliação sobre a publicação de artigos levaria os pesquisadores a priorizar essa esfera de comunicação científica em relação às outras atividades do pesquisador.

Nesse sentido, surgiram diversas falas e considerações referentes ao “perfil” do pesquisador, em um discurso bastante democrático de que cada um deve ser respeitado pelas suas preferências, de que ninguém deve ser obrigado a pesquisar e publicar se não é esse o “perfil”. Nota-se certa naturalização, como se uns fossem feitos para a pesquisa, e outros para “dar aula”. Outras vezes, essas falas vêm da constatação de que no exterior existe essa diferenciação, entre professor “aulista” (ou *professor de tablado*) e professor pesquisador. Isso permitiria uma maior dedicação do pesquisador à pesquisa de fato, e possibilitaria menor envolvimento com outras atividades:

O que a gente vê dos pesquisadores lá fora, de outras universidades, é que eles têm uma escolha, eu vou ser pesquisador, então eu vou dar pouca aula, ou eu vou ser professor de sala de aula, aí o pesquisador dá pouca aula e não faz trabalho administrativo. E aqui a gente faz os três né. A gente é pesquisador, a gente tem que cumprir uma carga às vezes grande de sala de aula e a gente tem que fazer trabalho administrativo, porque...faz parte, desse rodízio né (Alice, 59 anos).

Nota-se que, embora o pesquisador visualize claramente outras formas de organização do trabalho, que poderiam não o sobrecarregar tanto, ele não chega, muitas vezes, a questionar a sua condição de trabalho. “Faz parte” torna-se o signo de certo conformismo diante do trabalho intensificado.

No que se refere ao status conferido pela publicação, há o reconhecimento de que a publicação é o aspecto que mais traz status para o professor, ainda que se pondere que o valor atribuído a esse status varia de sujeito para sujeito.

Muitos dos que afirmaram não ligar para status, não ter esse tipo de “ vaidade”, não publicavam (ou não tanto) nos anos de 1980 e 1990, décadas em que essa não era uma exigência. Ou seja, ainda que alguns pesquisadores não valorizem tanto o aspecto do reconhecimento (ou pelo menos afirmem não valorizar), verifica-se que uma maior cobrança institucional por publicação modifica a relação do pesquisador com o seu trabalho, e essa modificação já é um resultado da própria política de avaliação. Por vezes o professor é levado a publicar inclusive pela cobrança de publicação que é estendida também ao pós-graduando.

Abaixo transcrevemos uma fala que defende o respeito aos diferentes posicionamentos dos sujeitos, ao perguntarmos se a política modifica a ênfase que o pesquisador coloca sobre a publicação:

Não, eu acho que não, as pessoas vão ser motivadas para tentar fazer o que elas gostam e fazem bem. Acho que uma pessoa que não gosta de fazer pesquisa por alguma razão, ela vai ser forçada a fazer, mas dificilmente vai ser uma pessoa destacada nessa questão. E pode ser que essa mesma pessoa fique muito feliz e tenha uma contribuição muito importante dando aula na escola ou administrando, então todo mundo tem o seu valor. Embora na academia existe um pouco essa história de os seus papers dão mais prestígio do que as suas aulas, mas essa coisa do prestígio também não é tão assim importante para todo mundo. Tem gente que, ah, não estou nem aí para isso, quero é dar aula, me sentir bem com os alunos, é isso que é importante e me faz feliz na carreira. Vai em frente, essa coisa do prestígio é bom pra quem gosta. Para quem não dá importância, não é bom (risos) (Mário Felipe, 59 anos).

O respeito ao perfil e foco do professor/ pesquisador aparece como também uma estratégia encarar a forte ênfase sobre a publicação, como uma forma de *explicar as diferenças em como os pesquisadores lidam com a pressão sobre a publicação*:

No Brasil querem que o professor faça tudo, que ele dê aula, ele faça pesquisa, ele administrando... não é bem assim, você até pode fazer um pouco de tudo, mas dosado em função dos interesses. Se você é uma pessoa com perfil de pesquisa você vai colocar mais tempo em pesquisa, menos em aula. Se você tem o perfil de sala de aula, vai menos tempo de pesquisa. Se você tem um perfil mais administrativo... agora, não pode exigir de todo mundo o mesmo número de cargas (Mário Felipe, 59 anos).

Eu diria só fique se você tem paixão pelo que você faz. Você não vai sobreviver nessa carreira, nessa profissão se você não acredita na ciência, no conhecimento, na educação científica, na relevância disso para a gente pensar uma sociedade mais cidadã, mais participativa, mais inclusiva. Se você não tiver essa idealização, desista antes de começar, porque não é o sistema que vai te motivar a ficar. Sabe aquela coisa tropa de elite? Não vai ser o sistema. O sistema vai te pressionar a ir para o outro lado (Clarice, 49 anos).

Às vezes a gente é ingênuo de pensar que todo professor que está na universidade é um professor com dom para a pesquisa. Com perfil para a pesquisa. Quanto mais eu trabalho nessa área mais eu vejo assim, a minoria. A minoria tem perfil para pesquisador. Você tem que ter um tipo de pessoa que a realidade da curiosidade, de investigar, sabe? Te instiga. Se você não se sentir curiosa (...) se não tiver esse perfil de cientista, aí contribui de outras formas (Clarice, 49 anos).

O pesquisador, nesse sentido, além de todas as competências de pesquisa, análise e reflexão, precisaria apresentar uma capacidade afetiva/subjetiva de suportar condições nefastas de trabalho. É curioso como as próprias condições precárias de trabalho tornam-se argumento para se exigir mais do professor: ele precisa suportar cargas, carregar uma forte idealização sobre uma sociedade mais participativa e inclusiva, fazer por paixão, ter “dom”... ou seja, há uma descrença nas possibilidades de mudança das condições de trabalho, tanto é que a saída possível limita-se à melhor definição do perfil do profissional que encara as condições dadas e tem capacidade de permanecer motivado, se motivar, ainda que diante de todas as precariedades do sistema, da falta de reconhecimento, de verbas para a pesquisa, de incentivos, entre outros.

A multiplicidade de papéis exigida dos pesquisadores é um dos aspectos problematizados pelos entrevistados: “No Brasil, você é docente, você é pesquisador, e você também é administrador”:

Bom, outra coisa que acho que deve contar, que é uma coisa que a gente subestima na academia, é que as pessoas têm competências e vocações diferentes. Tem gente que adora estar em sala de aula, se pudesse fazer só isso faria só isso, ficaria 4h/dia em sala. Tem gente que adora fazer pesquisa, e isso é muito bem reconhecido na Europa e Estados Unidos porque tem a carreira do pesquisador na universidade, e no Brasil não tem. Então você é docente, você é pesquisador, e você é também administrador (Clarice, 49 anos).

Percebe-se que o pesquisador é tratado de forma muito diferente conforme a demanda dele exigida. Para conseguir verbas, financiamentos, ele é adulto, autossuficiente. O papel de *vendedor de ideias, angariador de recursos*, ele está preparado para exercer. Da mesma forma, para tudo o que implica a administração das rotinas universitárias (não a sua dimensão política), o grupo de pesquisadores precisa dar conta, ser autossuficiente.

Quando não for autônomo o suficiente, suficientemente capaz de captar recursos, a regra é que ele deve se encaixar em um grupo de pesquisa mais antigo:

E até conseguir, como é que eu faço? Tem alguns suportes aqui na escola, se você não tem condições de liderar um grupo de pesquisa, faz favor, se encaixe num grupo de pesquisa que está mais avançado na carreira para ter condições, junto com aquele grupo, de publicar e de alcançar esses parâmetros (Juliano, 55 anos).

“Se encaixar” tem sido a principal norma que os pesquisadores públicos vêm seguido, ao mesmo tempo em que a universidade perde a sua dimensão política de decisão, tornando-se uma mera instância administrativa, operacional (CHAUÍ, 2003).

No entanto, no que se refere à condução de um bom trabalho, o pesquisador não é suficientemente adulto. No momento de *estabelecer quais são os critérios* de uma boa atuação, de uma boa pesquisa, esses critérios são postos de fora, são normativos - ainda que sejam elaborados por um grupo de pesquisadores vinculados à Capes/CNPQ – mas eles são representativos do quadro dos profissionais da área?

Nesse campo político, de decisão, de análise crítica do que deve ser valorizado como resultado de uma atuação em pesquisa, o pesquisador é infantilizado, subjugado, perde a voz. Dele, espera-se *obediência*. Mas, se para tantas outras atividades o pesquisador é tido como autônomo, por que ele não questiona as normas de avaliação? Por que ele aparece tão resignado?

A política de avaliação, assim, adquire um status efetivamente performativo (Zizek, 1991), pois cria a realidade enquanto a descreve/avalia. Portanto, menos do que um

‘instrumento de medição’, a política de avaliação possui a índole de uma ‘instituição’, instauradora de posicionamentos e práticas.

5.4 IMAGENS DE SI E FASES DA CARREIRA: O QUE SE VÊ PELOS OLHOS DO OUTRO

As imagens de si mesmo e as fases da carreira são dois aspectos do trabalho do pesquisador que inicialmente não estavam previstos de serem abordados na pesquisa, porém emergiram do campo como resultados bastante interessantes.

A definição de um suposto perfil para ser professor surgiu nas falas dos pesquisadores como uma saída para o enfrentamento da precarização do trabalho do professor. O pesquisador, conforme enunciado, precisaria ser exigente, perfeccionista, ter muita disciplina, foco, vocação, entre outras características. Seria esse um processo de idealização para o enfrentamento daquilo que, em verdade, é bastante desgastante?

E eu sou chato... o texto é ruim, não consigo ler nenhum texto meu que eu goste totalmente, eu leio texto meu que publiquei anteriormente e falo como é que eu escrevi isso desse jeito... o que eu estava na cabeça, eu nunca estou satisfeito. Isso ajuda... também não me deixa dominar pelo perfeccionismo, senão não consegue fazer nada porque não consegue ficar satisfeito (Mário Felipe, 59 anos).

Características pessoais de perfeccionismo né, por exemplo, esse é um defeito meu, eu acho que sou muito perfeccionista. Então acho que tem aluno que atende às minhas expectativas na tese e tem orientando que não atende. Eu fico lá com ele até sair algo muito bom, sabe? (Clarice, 49 anos)

A exigência é inclusive situada em relação ao tempo por um dos professores que afirma ter fama de “professor exigente”, dizendo que ele passou a ser visto como exigente em relação às expectativas das novas gerações de alunos:

Eu não me considero tão exigente... o professor tem um aspecto positivo e o outro que é um pouco ingrato né. Os alunos não envelhecem nunca, sempre entrando, naquela faixa etária. O professor que envelhece. Essa é a parte ruim. Mas a parte boa é que você vai ver as mudanças sociais, de comportamento, você vai procurando acompanhar. Então talvez alguns parâmetros que eu tenho hoje são considerados exigentes que não eram antes (Juliano, 55 anos).

Observa-se que Juliano passa a se descrever como exigente a partir dos comentários que ele ouve dos alunos; no entanto, situa esse olhar como sendo oriundo de um grupo específico no tempo/espaço (cronotopo), qual seja, as novas gerações de alunos.

A análise do perfil é inclusive estendida para os alunos, futuros candidatos a professores/pesquisadores. Haja vista as dificuldades do trabalho do professor/pesquisador, à pouca valorização, cria-se um discurso de que as pessoas que atuam no ambiente acadêmico deveriam ser “vocacionadas”:

E tem alunos que não tem perfil acadêmico, fica melhor num cargo gerencial. O que a pessoa não pode fazer é se enganar no que gosta. Tem gente que a gente diz nasceu para a vida acadêmica, tem perfil, gosta de pesquisa, de lecionar. E tem outras que vão fazer o melhor trabalho numa habilidade gerencial. Acho isso ótimo, quando as pessoas conseguem enxergar isso e escolher. O que é ruim é peessoas que estão no ambiente acadêmico, mas que não são vocacionadas (...) a carreira acadêmica é uma carreira dura, pouco valorizada, e você tem que gostar né (Ana Carolina, 63 anos).

Esses enunciados partem do pressuposto de que haveria pessoas aptas e inaptas para o exercício das atividades do campo acadêmico, distinguindo os que nascem para determinado labor. Curiosamente, o fato de ser uma carreira “dura, pouco valorizada” torna-se justificativa para se exigir ainda mais do sujeito que se candidata à carreira acadêmica.

No que se refere à avaliação dos programas de pós-graduação, os pesquisadores percebem que boa parte de seu trabalho acaba não sendo avaliado pelas métricas da política de avaliação. No entanto, constata também a dificuldade em se avaliar determinados aspectos por uma lógica quantitativa, já que o trabalho muitas vezes é difícil de ser mensurado.

Como mensurar, por exemplo, o desenvolvimento de um aluno que foi bem orientado? A restrição do trabalho ao que pode ser pontuado, ao que pode ser visto e exibido na “vitrine acadêmica” traz alguns aspectos negativos, entre eles a falta da reflexão do pesquisador sobre o sentido da sua atuação:

O que eu vejo, e aí vai uma crítica por esse status quo, as pessoas vão fazendo tudo como era, a copiar, fazer como as ciências duras, muita conta, muita estatística, e acaba distanciando de coisas que podem ser úteis. E essa luta por pontuação eu acho uma coisa complicada (E1).

É complexo avaliar uma pós, não é simples. Vejo com muita tristeza um orientador que não orienta, que não corrige, que não lê. É nessa correção do artigo que o aluno faz que o aluno aprende. Vejo como um trabalho muito pouco valorizado, essa coisa do orientador que corrige, orienta, reescreve... isso também tinha que ser avaliado, mas é difícil colocar uma métrica, a métrica da avaliação (Ana Carolina, 63 anos).

Talvez, um desafio relevante seja o de desenvolver um trabalho de nível aprofundado, numa lógica não positivista e quantitativa/paramétrica, pois requer muito trabalho e envolvimento acadêmico, pois, no final, isso será avaliado por uma lógica produtivista, na forma de publicações, com maior facilidade para publicações quantitativas/paramétricas (Lucas, 61 anos).

Sobre a corrida para o aumento da nota que os programas de pós-graduação enfrentam, alguns pesquisadores tecem críticas, ao afirmar que aspectos considerados importantes para a sociedade deveriam preponderar sobre o que será avaliado. No entanto, esse tipo de reflexão é minoritária entre os pesquisadores entrevistados, que tendem a priorizar o que será avaliado, sem necessariamente tecer reflexões sobre o próprio sentido do que se faz. A esse respeito, um dos pesquisadores teceu fortes críticas:

As pessoas ficam olhando a nota como se fosse a coisa principal: ah, tenho que publicar na revista, a nota do programa tem que ser... peraí, você tem que fazer uma coisa de excelência, o que vamos fazer que vai ser importante pra sociedade, vamos atrás disso. O resto, a nota, etc, se forem corretos, derem uma nota certa, se não derem, é outros 500, tem que fazer a coisa certa. Essa inversão, precisa acabar com essa coisa. Mesmo o próprio reitor falou, se a gente ganhar nota 7, não vai ter um monte de bolsa não, o recurso é muito pequeno, não é isso que vai fazer diferença na nossa pesquisa (João Gustavo, 69 anos).

É que eles põem a nota como o objetivo, é como o aluno, você imagina você chegar para o aluno e falar aluno você precisa tirar dez aqui, e aí o aluno tem que fazer qualquer coisa pra tirar nota 10, decora... não. Aluno, você precisa aprender. Precisa poder replicar, aprender com isso aqui a resolver um problema, mas não. As pessoas colocam o número, esse objetivo lá na frente. Está errado (João Gustavo, 69 anos).

A responsabilidade na formação de um doutor é outro aspecto ponderado, no que se refere à avaliação do programa. Como a eventual necessidade de estender o prazo de defesa do aluno prejudica a avaliação, o professor se sente pressionado a autorizar a defesa no prazo previsto, mesmo que o trabalho não esteja maduro. Ao mesmo tempo, sendo o título de doutor o maior título ofertado pela universidade, avalia-se que o pós-graduando precisa fazer jus para recebê-lo, inclusive considerando-se que o percurso do doutorado vai além da escrita de uma tese:

(...) Isso pra mim é um absurdo, é desumano e cruel de novo, é uma violência ao professor. Porque eu estou dando o título de doutor, professor, pesquisador, doutor independente e autônomo, e eu tenho que terminar a tese com ele, isso é cada vez mais frequente. Eu gostaria de poder dizer assim, não

está bom. Vá repensar teus dados. Leia mais. Mas não. O programa me diz que nós não podemos ter desistente. Se tiver nós vamos perder ponto, se tiver muito desistente nós vamos perder bolsa, aí nossa nota vai cair, eu acho esse aspecto mais perverso dessa questão do produtivismo (Clarice, 49 anos).

Ainda no que se refere à avaliação CAPES, pondera-se seus efeitos, em seus aspectos positivos e negativos. Os pesquisadores que estão há mais tempo na academia percebem claramente o quanto as exigências por publicação foram aumentadas, anualmente:

Quanto à avaliação, (...) a avaliação da Capes mudou muito. A gente foi sentindo isso progressivamente, a cada ano o sarrafo estava subindo e a gente tinha que publicar mais ne. E isso tem dois lados: para alguns, isso é um incentivo de ir mais fundo, de fazer uma pesquisa melhor, de mais qualidade, e para outros é uma estratégia às vezes só de quantidade, que não é o meu caso. Mas (...) na última avaliação, havia uma sinalização da capes de que a gente deveria ter mais cuidado com a qualidade do que publicava do que com a quantidade. Então o pesquisador foi avaliado pela qualidade dos periódicos que ele conseguiu publicar. Eu acho isso bom (Alice, 59 anos).

Ou seja, ao mesmo tempo em que as maiores exigências podem provocar práticas “produtivistas”, como a publicação de uma única pesquisa em vários artigos pouco aprofundados, poderiam também motivar o pesquisador a fortalecer a qualidade de sua pesquisa, especialmente quando a avaliação considera a classificação do veículo de publicação. No entanto, os resultados da pesquisa mostram que a dedicação de mais tempo à pesquisa é o desejo de muitos trabalhadores – o que aumentaria a qualidade dos resultados –, mas as condições intensificadas de trabalho dificultam essa dedicação.

Dentre as estratégias adotadas para maximizar a “produção”, aparece o que um dos entrevistados chamou de “escolha das partidas”. Isso envolveria negar determinados convites de colaboração e pesquisa, e focar a produção em uma área bem específica, sobre a qual se tem domínio da literatura:

Agora, tem que dizer não. Às vezes aparece gente, vamos fazer isso e aquilo, eu falo cara não vou fazer porque eu não quero ficar atirando para tudo quanto é lado, tem que ter foco. Eu não posso ser goleiro, volante, meio-de-campo e atacante, então tem que escolher uma posição e ficar ali, senão eu não consigo fazer bem, eu não conheço a literatura e tal, então eu tenho que escolher o meu nível de competências e ficar dentro dele (Mário Felipe, 59 anos).

Já outros professores se mostram mais abertos aos temas de interesse dos alunos, e percebem essa mudança em relação a colegas mais novos, que seriam mais “estratégicos” na

escolha das pesquisas que serão conduzidas, o que seria uma mudança produzida pela própria pressão por publicação:

elas já entraram na universidade com essa pressão né, então elas já tem uma forma de olhar a pesquisa delas, como elas vão orientar os temas, mais estratégica que eu, eu sou de uma geração que eu vou aceitando temas que eu estou curiosa mas eu sou menos estratégica (Alice, 59 anos).

Nesse sentido, notou-se uma sensível modificação da relação do pesquisador com o seu trabalho ao longo da fase de vida e da fase em que se encontra na carreira.

No início da carreira, especialmente para os que ingressaram mais tarde, a ênfase é muito grande sobre a produção, “fazer nome”, ser reconhecido, e há uma disposição maior em aceitar as normas, as regras de avaliação, as “regras do jogo”. Inclusive, esses tendem a estar mais sobrecarregados, pois participam de mais tarefas administrativas, e, por vezes, até ministram um número maior de aulas: “a gente joga para eles”, confessa um dos pesquisadores sênior. Nessa fase, o pesquisador tem maior dificuldade em não participar de e/ou recusar determinadas atividades.

Ainda, por vezes é a fase em que se está começando uma família, com filhos pequenos, que demandam bastante dedicação, então as demandas familiares e acadêmicas se somam:

E você não pode dizer muito não né, tem que aceitar participar... dez mil reuniões improdutivas com mais 25 pessoas, aquilo é tempo perdido colossal, mas você tem que ir. Início de carreira você não pode ficar recusando muita coisa. É um equilíbrio delicado. Além disso, quem está começando, olhando pro lado pessoal, muitas vezes está começando uma família, um casamento, um relacionamento, não tem tanto dinheiro como uma pessoa mais velha, tem que sair correndo atrás de grana, mas por outro lado você é mais jovem, tem mais energia (risos). Então tem que buscar esse equilíbrio (Mário Felipe, 59 anos).

Esse excesso de demandas, que é ainda mais intensificado no início da carreira, é apontado como um aspecto que dificultaria ao pesquisador iniciante a se estabelecer como pesquisador:

O professor mais jovem, é muito fácil o cara que gostaria de ser pesquisador se perder em um monte de coisas e não conseguir manter a atividade desse pipeline e etc., não é brincadeira, é difícil, para quem está com trinta e poucos anos, filho pequeno, casamento... apartamento, carro para pagar, não é moleza (Mário Felipe, 59 anos).

E tem muita diferença, isso eu falo por mim, entre você no início da carreira e você mais experiente (...). No começo eu não ligava para a família. Porque

eu estava tão insegura de dar conta de tudo, você não precisa de um ano de experiência de uma disciplina de doutorado para se sentir segura como na graduação (...) tudo o que vinha de demanda para mim no começo da minha carreira de professor pesquisador, eu não contestava. E eu ia assumindo. Então eu tinha insegurança sobre o que fazer, como fazer, sabe? Era tudo muito... angustiante. Hoje, conforme a demanda, eu paro para pensar se eu quero ou não (Clarice, 49 anos).

Em uma fase mais madura da carreira o pesquisador começa a questionar o que tem produzido, a forma de trabalho, o stress, a pressão, a refletir sobre o que realmente vale a pena, que tipo de demanda quer assumir. É uma fase em que o pesquisador percebe que precisa fazer escolhas, se posicionar (por exemplo: não participo mais reuniões de tal tipo, não escrevo artigo sozinho, não é o que eu gosto, etc.).

Inclusive, esse tipo de escolha parece ser mais respeitado pelos colegas, quando feita por pesquisadores mais experientes. Assim, o pesquisador por vezes opta por se dedicar ao que traz maior satisfação, dentro das possibilidades:

Hoje eu já não tenho tanta energia assim, é igual o Romário em fim de carreira, fica parado perto da área, só entro na boa, não é isso? Se a bola vier no meu pé, mas se tiver que dividir, deixa o garoto de 18 anos dividir a bola. São as fases da vida (Mário Felipe, 59 anos).

A reflexão do pesquisador sênior sobre a sua própria carreira nos mostra que inclusive as prioridades mudam, com o passar do tempo:

(...) quando era mais jovem me matava de trabalhar. E a família saía perdendo, embora eu sempre trabalhei muito em casa, para conseguir me isolar, mas é isso, eu estava em casa, mas com a porta fechada. Mas hoje em dia não, é mais equilibrado. Hoje a prioridade não é o trabalho (Mário Felipe, 59 anos).

Outro aspecto que sofre mudanças com o tempo é a forma de trabalho e a própria relação com a publicação, que tende a se modificar em uma fase mais madura, especialmente para os pesquisadores que não sentiam tanta pressão por publicação internacional no início de suas carreiras:

Quando eu orientei 9, 10, 11, quando eles terminaram as dissertações e teses, rendeu muita pesquisa. E aí teve um boom de publicação. Hoje eu já estou em uma outra fase. Eu estou mirando mais em aprender a fazer artigos melhores. Uns top papers como eles chamam. Então assim eu pego aquele texto, releio o parágrafo umas três vezes, quero aprender a fazer artigos melhores e em menor quantidade. Mas agora nessa fase que eu estou podendo aprender a fazer isso, com menos orientandos (Clarice, 49 anos).

Pesquisadores refletem sobre alguns dos efeitos da política ao se colocar muita ênfase no número de publicações, e as mudanças que ocorreram ao longo do tempo de trabalho. Se por um lado o aumento do número de publicações tem seus aspectos positivos, como a maior divulgação e visibilidade das pesquisas, por outro os trabalhos eram publicados sem a devida maturação:

Acabava saindo muito trabalho. Se por um lado teve uma satisfação de ter muito trabalho publicado, muita gente vendo o que você produz, você dando uma contribuição muito forte para o conhecimento, por outro lado me trouxe uma frustração, porque os artigos não estavam publicados quando eu considero maduros e prontos para publicar. Tinha de fato alguma originalidade, tinha de fato alguma contribuição, eu tentava fazer o meu melhor no pouco tempo que eu tinha... mas assim, quando eu pego os artigos pra ler, não está maduro ainda. Sabe quando você tinha que colher em 25 dias e colheu em 15? Dá para comer, mas não está ainda no ponto certo (Clarice, 49 anos).

Ainda enfocando a relação temporal, pesquisadores apontam que a carreira acadêmica é uma das poucas que valorizam a experiência:

Uma pessoa da minha idade, fui executivo muitos anos, tive cargos elevados em empresas, depois vim dar aula, faz 30 anos que estou na USP. Mas digo que se eu tivesse hoje com a minha idade numa empresa era uma pessoa de 2º grau, que não produz mais, que não tem pique para fazer as coisas, etc. (E1).

De fato, a maturidade intelectual é um distintivo no exercício da pesquisa acadêmica. Com o tempo, pesquisadores afirmam sentirem-se mais seguros na condução de suas pesquisas e na orientação de alunos, tarefas essas ainda mais desafiadoras para os jovens pesquisadores.

5.5 PROCESSOS DE SAÚDE E DOENÇA

Os processos de saúde e doença no trabalho e a forma como eles são encarados pelos professores pesquisadores são mais um aspecto que não estava previsto de ser abordado mas que demandou atenção, pois surgiram com certa frequência e ênfase ao longo das entrevistas.

Embora reiterados os casos de adoecimento, com frequência os pesquisadores posicionaram-se de forma a negar a relação das situações de adoecimento com o trabalho, atribuindo-se maior ênfase sobre a forma como o próprio pesquisador lida com as demandas que se apresentam.

Assim, em muitos casos atribuiu-se as situações de adoecimento a fatores internos, como personalidade e estilo de vida, o que gera um forte sentido de auto responsabilização para os sujeitos:

(...) trabalhava dia e noite, fui coordenadora do programa, dava duas disciplinas, e publicava... só trabalhava né, filhas criadas... então estraguei um pouco a saúde, acredito que exagerei um pouco, nessa época, estraguei a coluna. Estou fazendo a 2ª operação. Acho que não é só trabalho, é estilo de vida (...) é minha personalidade, eu levo muito a sério as coisas, me preocupo com as coisas, as pessoas que ficam muito preocupadas com as coisas elas ficam doentes (Mário Felipe, 59 anos)

Essa coisa de tensão ou não ela sempre existe, vai depender um pouco do seu estado de espírito né. Se você sabe lidar com isso ou não. Importante saber lidar. Às vezes a gente perde essa capacidade e dá insônia. Em geral eu costumo dormir bem, mas... tem dias de insônia sim, com certeza, que tem prazo, tem coisa, tem professor de fora, eu fico nervosa, se vai dar tudo certo (Mariana, 61 anos).

Já outros professores, conforme o estágio em que se encontram da carreira, ao refletir sobre as experiências passadas, ponderam os efeitos do excesso de trabalho sobre a saúde:

Hoje eu tenho convicção que o excesso faz mal. Mas eu estou falando isso depois de quantas orientações? Mais de trinta. Hoje eu tenho convicção e sei que eu quero ter no máximo três orientandos, quero produzir com mais calma e quero ter mais tempo para ler (...). E eu quero separar a minha vida profissional e o lazer, sabe? Eu estou em progresso. Cinquenta por cento do final de semana já está garantido (risos). Mas essa análise ela vem com o tempo também, com a experiência. E o que eu passei eu reconheço nos meus colegas mais novos do programa (Clarice, 49 anos).

Um bom equilíbrio de atividades, ao meu ver, faz toda a diferença, pois nossa carreira já é bem estressante, por conta das múltiplas demandas e dos trabalhos voluntários - revisões, coordenações de linha nos PPGs, atividades administrativas da universidade, dentre outras - e pouco reconhecida, infelizmente (Gabriela, 44 anos).

Alguns relatam o aprendizado necessário no sentido de não tentar assumir todas as tarefas que surgem, ou seja, selecionar o que é possível fazer em cada contexto. Para esses pesquisadores isso foi possível a partir da constatação de que as demandas de trabalho não se esgotam, e de que quanto mais se colabora, mais trabalho é delegado:

Aprendi a dizer muito “não” quando decidi ter qualidade de vida e prioridades bem definidas. As demandas são infinitas. Costumo brincar que somos punidos por nossa competência. Resolvemos as coisas rapidamente,

então nos dão mais carga de trabalho... e os desocupados continuam desocupados (Gabriela, 44 anos).

Você é punido por ser rápido, por ser eficiente. Fiz rápido o parecer de um artigo da Enanpad²⁵, já veio outro. Não perguntaram se eu queria mais trabalho. E tem gente que procrastina, faz isso de propósito até. A coisa vai acontecendo, vai fluindo, mas o foco não pode ser a publicação (Henrique, 39 anos).

Apesar de em nenhum momento das entrevistas termos perguntado diretamente sobre situações de saúde/doença, o tema emergiu de diversas formas, por sua forte relação com a pressão por publicação - e possivelmente pela frequência com que essas situações surgem na academia:

Eu tive uma colega aqui no tempo em que fui coordenador, eu ia na casa dela, ela não saía da cama, depressão profunda, achava que era incapaz de publicar, que ninguém gostava dela, eu dizia não é assim... agora ela voltou, está de novo mal, mas eu não sou mais coordenador, não posso mais fazer nada. Minha esposa é psicóloga, vive essa mesma pressão, ela fala, eu gostaria de ser como você, ela não consegue. O coordenador atual manda as planilhas com a lista nominal dos pesquisadores e das pontuações no quadriênio, eu não estou nem aí, nem ligo. Tem professor que responde o e-mail, fica bravo... (Henrique, 39 anos).

Situações como essa, de exposição e comparação nominal entre a produção dos pesquisadores, não são incomuns. Professores de outro programa relatam o que se denomina “sistema de produção docente”, onde se registra e compara a produção de cada professor. É evidente que práticas como essa reforçam sentimentos de improdutividade e frustração daqueles professores que não estão entre os que mais publicam, fortalecendo a competitividade já bastante expressiva na academia.

Outros relatam a figura de um “diretor de pesquisa” que acompanha a publicação dos pesquisadores, de modo a não deixar que situações de menor produção afetem o desempenho do programa.

Nesse sentido, verificou-se que a saída para o enfrentamento dos inúmeros casos de depressão que são fruto mesmo das condições intensificadas de trabalho e de práticas perversas de avaliação, é o próprio afastamento/exclusão dos indivíduos considerados incapacitados. Não se reflete sobre o adoecimento do próprio sistema de gestão e organização do trabalho, mas

²⁵ Encontro nacional de pós-graduação e pesquisa em Administração (Enanpad).

aponta-se individualmente para os indivíduos supostamente responsáveis pela diminuição da nota do programa:

Tem um diretor de pesquisa que vai acompanhando o pipeline, o que a gente tem para publicar, o quanto a gente publicou, às vezes ele conversa pessoalmente, e às vezes a gente faz uma reunião que coloca isso, quem está publicando, quem que tem estoque para publicação, quem está com algum problema e gostaria de sair do quadro permanente um tempo, por exemplo uma pessoa que tem uma depressão, como é que você vai falar que ela tem que publicar? Então a gente conversa sobre isso (...) (Alice, 59 anos).

Nesse sentido, quem está enfrentando problemas e não consegue apresentar os resultados esperados é com frequência convidado a se retirar do programa – e isso é relatado como uma forma de “compreensão” da difícil fase do colega.

A subjetividade produtivista de fato se torna hegemônica no sistema em que o capital prevalece - e não apenas no cenário da universidade pública brasileira. Esse grupo dos que mais produzem é frequentemente convidado a participar das instâncias organizacionais que definem as políticas e os critérios avaliativos - e corresponde exatamente ao perfil bem-visto pela ótica do capital: pessoas consideradas produtivas, pouco resistentes às normas, e, portanto, vistas como competentes.

Ou seja, a aliança de sentido que se estabelece entre a produção e a competência promove a reificação desse sentido, que passa a ser sistematizado por meio de políticas e práticas objetivas. Além disso, muitas das normas estabelecidas internamente aos programas de pós-graduação reforçam e legitimam os próprios critérios de avaliação, que muitas vezes vão contra os interesses dos pesquisadores. São critérios eminentemente quantitativos que muitas vezes dificultam a reflexão aprofundada e a consequente publicação de pesquisas que de fato agreguem à produção do conhecimento.

Os critérios, ainda que supostamente objetivos, são propostos por subjetividades. Inclusive, é intersubjetivamente que se define o que se considera objetivo e razoável em determinado momento histórico. No entanto, ao mesmo tempo, a política de avaliação científica produz modos de subjetivação específicos, que buscam enquadrar-se às normas, que buscam ser reconhecidos em sua competência. Ainda que se possa ser crítico ao modo como a avaliação se estabelece, o pesquisador é avaliado pelos critérios eleitos – o que produz consequências objetivas (ser descredenciado da pós-graduação, por exemplo) e subjetivas (frustração, sentimento de incompetência).

Seria a subjetividade associada à incompetência do trabalhador que sinaliza a abertura ao adoecimento? Esse é um aspecto a ser considerado, mas certamente há outros aspectos que

também entram em jogo, em cada história de adoecimento. Mesmo que haja um mesmo sintoma em evidência, por exemplo, a depressão, o que dispõe o sujeito ao adoecimento (inclusive ao ser lido enquanto resistência) pode ser muito diferente de pesquisador para pesquisador. Em comum, pode-se dizer que há um certo mal-estar, alguma impossibilidade de o sujeito se realizar por meio do trabalho que exerce.

Observamos, por meio da análise bibliográfica (SGUISSARDI e SILVA, 2009), que a depressão é um dos sintomas mais comuns entre os docentes, como também para além do campo da universidade. A depressão já foi nominada “o mal do século”, e certamente tem relação com os laços sociais, a forma como eles se estabelecem e se desfazem, muito rapidamente, em um sistema regido pelo capital.

Quando o saber inconsciente não se coloca na relação do homem com o trabalho - que é uma relação que tem sido extremamente submetida à ordem do capital, exigindo resultados, metas exigentes, produtividade – ele se faz presente por meio do sintoma²⁶. Ou seja, para além das situações objetivas, de intensificação do trabalho, deve-se considerar a forma como o sujeito se satisfaz (ou não) na sua própria relação com o trabalho. Em outras palavras, ainda que as condições de trabalho estejam cada vez mais intensificadas, não são todos os docentes que adoecem. Há aspectos particulares a serem considerados, porém com o extremo cuidado de não se cair em um posicionamento individualista – o qual está atualmente em vigor na universidade pública, em que se excluem os sujeitos “doentes” da pós-graduação, com a justificativa de que eles, por não estarem produzindo tanto, contariam negativamente para a avaliação do programa realizada pela Capes.

Ora, se a organização e a relação com o trabalho são vivenciadas de forma estranhada por muitos docentes, *por que não se torna força mobilizadora de questionamentos e mudanças na realidade concreta?*

Percebe-se que a racionalidade (o entendimento, a crítica, o saber consciente), em muitos casos não é suficiente para um posicionamento radical do sujeito em relação à política, pois o sujeito concreto não consegue se colocar totalmente fora de seu contexto, de sua época, e das “verdades” que nele predominam, pois existe um outro campo – o dos afetos, o da libido, da necessidade de pertencimento e reconhecimento, e o do saber não consciente -, que precisam ser também considerados.

²⁶ Trazemos a voz da Psicanálise, aqui, para dialogar com ela. É uma voz minoritária, no sentido de que não está a serviço de um produtivismo utilitário, de que não se submete à lógica da máxima produtividade e eficiência. Possui um entendimento muito específico sobre o adoecer, que pode ser também considerada nos estudos organizacionais.

Por isso enfatizamos que os aspectos simbólicos devem ser levados em conta em uma análise como a que propomos, pois a lógica racional - amplamente defendida e muito utilizada nos estudos organizacionais - revela-se insuficiente para explicar a complexidade dos fenômenos envolvidos.

Dentre as múltiplas leituras possíveis do simbólico, faremos uma incursão pela Psicologia Histórico-Cultural e pela filosofia de linguagem de Mikhail Bakhtin. Para compreender os processos de saúde e doença, traremos também alguns elementos da Psicanálise, não para que uma leitura silencie a outra, mas para que várias interpretações possíveis (minoritárias) se façam ouvidas na nossa arena de vozes.

Percebe-se que a política de avaliação, da forma como está delineada, engaja também muitos docentes em seu trabalho de produção, havendo, portanto, para eles, grande realização libidinal, para usar a terminologia psicanalítica. Muitos são os docentes reconhecidos, que conseguem publicar conforme as normas, e que se satisfazem com esse “jogo”. Na pesquisa de campo, observamos que diversos pesquisadores se referiram ao produtivismo como um “jogo”, um jogo prazeroso. Esse seria um aspecto que dificultaria a mobilização coletiva e as mudanças na realidade concreta.

Outro aspecto é que, embora muitos docentes se incomodem com a política, a estranhem, não necessariamente são críticos a ela. Por vezes o estranhamento é auto referenciado, individualizado, tornando-se auto cobrança: por que eu não consigo publicar? Por que eu não aguento? Por que eu adoço? Por que eu não dou conta? Por que sou incompetente para isso?

Outro fator, ainda, é que os pesquisadores, por meio das normas internas aos programas de pós-graduação, tendem a reforçar as cobranças da política de avaliação: estipulam critérios rígidos de credenciamento e descredenciamento, exigem produção mínima, atrelam a produção dos docentes à possibilidade de orientação de alunos, exigem dos alunos a publicação de artigos como condição para a formação, entre outras práticas normativas adotadas. Isso será aprofundado no próximo capítulo.

Ou seja, a universidade acaba perdendo a sua dimensão política, tornando-se mera instância administrativa, de regulação. Essa é certamente uma responsabilidade dos docentes, pois ao colocarem a nota do programa - a avaliação Capes - como meta principal, ela se torna justificativa para ações inescrupulosas e competitivas que são reproduzidas e reforçadas entre os próprios docentes. Isso significa que, além de não haver mobilização coletiva, as normas e práticas internas dos programas reproduzem o clima de concorrência e competição estipulado

pela política. O objetivo do programa acaba sendo estabelecido por uma política que é externa ao próprio corpo docente.

Bernardo (2014) utiliza o conceito de precariedade subjetiva proposto por Linhart (2009) para caracterizar a vivência do pesquisador, em que as identificações coletivas são fragilizadas e, em lugar delas, são adotadas estratégias individuais de enfrentamento das exigências postas. Precariedade subjetiva é conceituada como o sentimento de isolamento e abandono, perda de autoestima e autoconfiança, sensação de nunca estar à altura do que se espera no trabalho, de não dominar o labor, de estar sempre precisando desenvolver esforços para se adaptar ao que se espera e cumprir com os objetivos fixados, para não se colocar em uma posição de risco físico ou moral (LINHART, 2009). Esse cenário tem levado muitos pesquisadores ao desgaste mental, afetando assim sua saúde e bem-estar, assim como a qualidade do trabalho desenvolvido.

Finalmente, é possível que, apesar de muitos docentes estarem sofrendo, ao mesmo tempo haja grande adesão à política de avaliação, pois acaba sendo uma instância que também, ao mesmo tempo, confere possibilidades de realização libidinal, por meio do reconhecimento, legitimidade, sensação de produtividade, entre outros.

Em relação às questões narcísicas e de grupo propostas por Freud, a lei/ política de avaliação pode ser lida como a substituição do chefe - ocupando o lugar da morte do chefe -, em torno do qual os “iguais” se organizam, buscando o reconhecimento e o amor daquele líder, agora simbolizado pela lei. Ou seja, posicionar-se contra uma lei, ou uma norma, é posicionar-se contra um sistema organizado, que já estabeleceu o lugar de cada um, e o que deles se espera. É supostamente mais fácil (embora muito mais doloroso e desgastante) seguir (o que se supõe ser) a lei do pai, tentar adequar-se a ela, que, de fato, encarar o próprio desejo.

Assim, o próprio adoecimento pode ser lido como uma forma de resistência. No entanto, é uma resistência que faz referência ao saber inconsciente do sujeito, não atingindo o campo da mobilização coletiva. O adoecimento tem sido tratado, ainda, infelizmente, como um problema individual relacionado ao corpo (visão médica tradicional), ou como resultado das condições de trabalho (pelo campo da saúde do trabalho). Mas o que, nessa relação com o trabalho, adoce? O que impede a mobilização coletiva, o que impede a compreensão da falta de ou da impossibilidade de realização libidinal, e a mudança, no sentido do desejo? Pela via do sintoma consegue-se compreensão para aspectos e posicionamentos individuais dos sujeitos, em relação às suas verdades (que, certamente, guardam alguma relação com as verdades de uma época).

Seria o estudo do adoecimento-sintoma-saber inconsciente uma saída para a falta de mobilização coletiva, para a perda da dimensão política da universidade? Como o sujeito se relaciona com a política e, de forma concreta, a reproduz, no seu cotidiano, nas organizações?

5.6 QUANDO A POLÍTICA SE TORNA JUSTIFICATIVA DO ATO QUE ELA MESMA PRESCREVE: A BUROCRACIA OBEDIENTE E A MERITOCRACIA EM QUESTÃO

Dentre todas as implicações e alcances, objetivos e subjetivos, da política de avaliação científica que vimos até aqui, a que mais causa impacto e estranheza é a constatação de que a política de avaliação científica se torna justificativa do ato que ela mesma prescreve.

Por exemplo, ao questionar por que a ênfase tão acentuada na publicação internacional, os pesquisadores apontam que precisa publicar nessas revistas porque eles são avaliados por isso. Eles precisam de boas publicações (especialmente publicações internacionais) para conseguir tudo o que depende dessa avaliação: recursos para projetos de pesquisa, bolsas de produtividade, credenciamento em programas, possibilidade de orientar alunos de pós-graduação, entre outros.

Isso é evidenciado na fala que transcrevemos abaixo, de um pesquisador com um número significativo de publicações internacionais em revistas A1 e A2:

Eu tive muito mais projetos rejeitados que aceitos. O avaliador julgou a minha produção insuficiente. Posso até questionar, mas, o que acontece? Os recursos de pesquisa estão minguados e os recursos só é para quem estar muito bem. Então tem que lutar para subir (...). Isso é básico em qualquer projeto competitivo de projetos, tanto agências de fomento nacionais quanto internacionais. Primeira coisa que o “cabra” olha é publicação do candidato. Se você quer ser alguém, quer ser alguma coisa, tem que lutar (Juliano, 55 anos).

Ou seja, para “ser alguém” na academia, para conseguir recursos para fazer a pesquisa para a qual o trabalhador é inclusive contratado, ele precisa provar sua capacidade, participar de uma competição, uma disputa por recursos, e os critérios dessas disputas são, na maioria das vezes, os próprios critérios de avaliação do pesquisador da Capes. Ou seja, os editais de financiamento acabam se configurando como estratégias que fortalecem a adesão do pesquisador ao *modus operanti*, tendo em vista as consequências objetivas que provocam.

No entanto, algumas das restrições que o pesquisador precisa enfrentar não são determinações diretas da política de avaliação científica. O número de alunos que tem direito a

orientar (ou não), a possibilidade de credenciamento a determinado programa, a possibilidade de manter-se vinculado ao programa são normas estabelecidas internamente, entre os pesquisadores.

Ou seja, são normas que os próprios pesquisadores estabelecem para eles mesmos, tendo em vista o objetivo maior do programa em alcançar uma melhor avaliação da CAPES – objetivo esse que é posto acima de qualquer outro, profundamente naturalizado e raramente questionado. Assim, a política se torna a própria justificativa das ações que ela mesma prescreve e avalia. O pesquisador se abstém de avaliar se a ênfase, por exemplo, na publicação internacional de fato tem sentido em si mesma - ele avalia a sua importância a partir das suas consequências. Da mesma forma, qual o sentido em cada pesquisador atender à pontuação mínima exigida de publicações? A importância disso é avaliada pelas suas consequências: aumentar a nota do programa.

Nesse sentido, reflete-se sobre os poucos periódicos brasileiros que possuem boa avaliação na área de Administração, o que faz com que os pesquisadores procurem as revistas internacionais, com vistas a atender as exigências da avaliação Capes:

No Brasil tem pouquíssimos periódicos e principalmente poucos periódicos de marketing. (...) um é B2, o outro ainda é B3 ou B4... enfim, são periódicos que estão tentando fazer um bom trabalho ne, mas demora para eles irem subindo de pontuação. Então se a Capes está cobrando para a gente a publicação em extrato superior né, a gente está tentando ir para fora, publicar lá fora. E a barreira é a língua (Alice, 59 anos).

Ou seja, para atender aos critérios de avaliação, o pesquisador acaba se sentido obrigado a publicar em revistas internacionais, porque em geral elas são melhor avaliadas - na área de Administração, no ano de 2018, por exemplo, não há nenhuma revista brasileira avaliada como A1. Assim, a publicação internacional acaba exigindo uma dedicação ainda maior na escrita dos artigos (ou recursos suficientes para sua tradução e/ou revisão), haja vista a necessidade de se escrever em um idioma estrangeiro.

A ênfase por publicação (especialmente internacional) inclusive chegou a modificar normas internas de alguns programas no que se refere à forma de os doutorandos apresentarem seu trabalho de pesquisa:

E a gente está até mudando agora, a tese de doutorado está sendo feita em artigos (...) ainda era uma escolha, você quer fazer tradicional, quer artigo, mas agora não é mais. Por que? Porque chegava no final do doutorado, com uma tese enorme, o aluno super cansado, e ele não fazia artigo. Não era bom

para ele, não era bom para a gente. (...) Está sendo bom, os artigos estão sendo submetidos (Alice, 59 anos).

Portanto, o sentido do que é bom para o aluno ou para o orientador passa a ser o sentido daquilo que gera pontuação, daquilo que é quantitativamente avaliado pela Capes.

A existência de poucos periódicos nacionais bem avaliados é creditada à falta de recursos para o seu financiamento, e ao caráter voluntário do trabalho de pesquisadores que são já muito exigidos:

Eu participo pouco de periódicos, (...) é um trabalho muito voluntário, então dentro de uma universidade pública, você ter recurso, que apoie, um periódico, porque ele tem que ser apoiado (Alice, 59 anos).

Cria-se um ciclo vicioso que prejudica ainda mais a avaliação dos periódicos brasileiros: os periódicos nacionais em geral não são bem avaliados, então dá-se preferência à publicação internacional (quando há condições para isso); como grande parte dos melhores artigos são publicados no exterior, as revistas nacionais medianas recebem menos submissões, possibilitando um menor leque de escolha entre artigos, e isso dificulta a ascensão na escala de avaliação.

Já as revistas brasileiras que são bem avaliadas tornam-se opção tanto dos autores que tiveram seus artigos rejeitados nas revistas internacionais mais bem avaliadas, como também dos pesquisadores que optam por publicar nacionalmente, o que gera uma concentração muito grande de submissões, aumentando o trabalho dos editores:

A minha impressão, como revisora, é que as pessoas mandam qualquer trabalho para qualquer periódico, entendeu? Então você recebe um trabalho de má qualidade para aquele periódico que é de boa qualidade, mas o que a pessoa perde? Ela manda. Como eu sou editora científica de uma revista, algo recente, estou percebendo isso. Aí é um trabalho para mim, de chegar e dizer porque aquele trabalho não poderia ter sido enviado ali né. Isso me toma tempo... (Alice, 59 anos).

Por vezes a consequência da publicação, em termos de avaliação, é mais valorizada que o sentido do ato em si: *para que publicar* as pesquisas? Para difundir o conhecimento, para que o trabalho seja lido, apropriado por um determinado público? Se for esse o objetivo principal, então qual o público que se quer atingir? Tendo em vista o público haveria, finalmente, a escolha da “revista”, ou do veículo de comunicação. Não é sobre isso que uma agência de comunicação reflete ao estabelecer o plano de mídia para determinado cliente?

Mas, para o pesquisador, a revista internacional aparece como o destino evidente, almejado acima de quaisquer reflexões. Afinal, ele será avaliado por isso. A publicação não irá

para uma revista internacional de destaque apenas se o trabalho não for bom o suficiente. E, nesse sentido, *o valor do trabalho passa a estar atrelado às métricas/características/avaliação da revista em que será publicado.*

Isso é reforçado por meio da própria normatização interna dos programas, que criam rankings de pontuação entre os pesquisadores e reforçam, inclusive financeiramente, aqueles *mais bem-sucedidos no projeto de obediência às normas*. Aqueles que não as cumprem são penalizados, por meio de políticas dos próprios programas, que não vêm problema em descredenciar eventuais professores, para que o programa alcance maior avaliação da Capes:

A gente estava propondo o descredenciamento e estava difícil de convencer as pessoas que tinha que ser assim. Então o 4 (nota capes) foi até positivo nesse sentido né, porque a gente conseguiu fazer o que precisava fazer, e agora todo mundo já absorveu um pouco isso, a cada ano a gente olha a produção de cada um, se vai continuar credenciado, se não vai, o colega pode escolher se ele quer continuar ou não, porque ele pode ter um problema pessoal (...) ok, então sai (Alice, 59 anos).

De fato, o descredenciamento de professores por não terem atingido os critérios estabelecidos é visto por muitos como normal, natural. No caso relatado acima, o programa em questão estava já com nota 5 e teve sua nota reduzida para 4. Ao invés de o evento ter levado os pesquisadores a problematizar os critérios da própria avaliação – já que poderia ter sido uma oportunidade de discussão mais ampla dos sentidos avaliação, do que ela provoca – a nota tornou-se um estímulo no sentido de excluir aqueles que não estavam se adequando às exigências em dado período avaliativo. Estar passando por um problema pessoal, nesse contexto, não gera maior solidariedade entre os pares, já que a “compreensão” se limita ao ato de sugerir o descredenciamento do colega.

A menor solidariedade entre os pares é inclusive ponderada, mas em contextos diferentes. Cita-se, por exemplo, a menor disposição para se contribuir com o trabalho de colegas em congressos, que seria o lugar propício para esse tipo de atividade colaborativa:

Voltei do congresso e lembro que havia uma participação das pessoas maior, para discutir... acho que hoje existe uma coisa de competição que ah, nem vou me expor, nem vou dar ideia para o outro... o produtivismo gera menos fraternidade na classe dos professores, entendeu? Mas a gente não entendeu bem isso porque é recente (Alice, 59 anos).

Dentre os efeitos dessa menor solidariedade, vivenciada inclusive nos congressos, estaria a menor colaboração para a realização e publicação de pesquisas, no âmbito nacional:

Como é que você vai gerar mais colaboração? Por exemplo eu acho que Brasil é grande e as pessoas poderiam se ajudar mais no sentido de publicar

no exterior, de ter uma coautoria com um colega, por exemplo, de Pernambuco, e a gente está ficando travado nisso porque cada um quer fazer o que a gente está chamando de produtivismo, então acho que isso impede trocas melhores até entre os brasileiros para publicar internacionalmente (Alice, 59 anos).

De fato, o foco maior dos pesquisadores brasileiros que mais publicam em Administração tem sido o estabelecimento de parcerias com pesquisadores internacionais, sendo que as colaborações nacionais acabam ficando em segundo plano.

Outro aspecto que suscitou crítica é o fato de que a pontuação advinda da publicação de um artigo escrito por mais de um pesquisador vinculado ao mesmo programa é dividida entre eles, ou seja, pontua menos. Esse é um aspecto sobre o qual alguns pesquisadores discordam (e lamentam, pois acreditam que em conjunto poderiam desenvolver melhores trabalhos), ao mesmo tempo em que entendem que a menor pontuação se deve a uma desconfiança de práticas desonestas entre colegas, em que um coloca o nome do outro nos artigos: “você chegava no congresso e tinha artigo com oito nomes” (Alice, 59 anos). No entanto, com isso os pesquisadores afirmam priorizar a publicação com os orientandos, muitas vezes não procurando estabelecer contato com outros programas nacionais para estabelecer colaborações.

No que se refere à avaliação, toda a formação que o professor obteve, as suas pesquisas anteriores, os alunos orientados, os frutos de pesquisa prévia, a experiência docente, a seleção realizada para que o pesquisador ingressasse como servidor na universidade pública, a seleção realizada junto ao programa de pós para seu credenciamento, nenhuma dessas esferas de avaliação, nenhum dos resultados obtidos serve para atestar a competência do pesquisador, que tem prazo de validade sempre contado:

Esse jogo é assim que funciona nos países desenvolvidos. (Fala nossa: Tem que sempre estar provando a sua competência?) Isso mesmo. Pelo menos a competência mínima dentro dos parâmetros definidos. Senão você vai cair fora do sistema, digamos assim. Aqui também é assim (Juliano, 55 anos).

Outro professor, também usando a metáfora do jogo, coloca a ênfase sobre o resultado, pois, afinal, é sobre ele que será avaliada a “partida”. Nesse sentido, percebe-se uma menor preocupação com o sentido do que se está produzindo, ao mesmo tempo em que se reflete que uma ênfase muito grande sobre a qualidade pode prejudicar o resultado. Esse seria um dos aspectos perversos da própria avaliação:

O ótimo é inimigo do bom, e você tem que buscar o resultado né. Aquele negócio futebolístico, estamos aqui para buscar o resultado: gol feio, gol

bonito, vale o gol, não é isso? Então esse é o objetivo, eu olho como se eu tivesse jogando um jogo, e também gosto (...) (Mário Felipe, 59 anos).

Estar continuamente provando a competência dentro dos parâmetros mínimos exigidos é visto por muitos professores como “mérito”. Nesse sentido, ser reforçado por ser bem-sucedido no projeto de obediência às normas (aos critérios de avaliação, no caso) é chamado pelos pesquisadores de “meritocracia”, sistema meritocrático. Alguns inclusive lamentam não haver tantas formas de reconhecimento do mérito:

esse ambiente não valoriza o mérito, o professor que não faz nada, que não se dedica, não se envolve com pós, ganha o mesmo do que se envolve com um trabalho muito mais desafiador. Isso é ruim, você não valoriza quem se dedica mais. Fora do Brasil não tem isso, quem se dedica mais ganha mais (Ana Carolina, 63 anos).

Nesse sentido, o que significa *se dedicar mais*? Seguir o que preconiza a política sem muito questionamento? Continuar permitindo que o trabalho invada os tempos de lazer, os fins de semana, as noites, as madrugadas?

Ao mesmo tempo, pesquisadores credenciados a programas que remuneram seus professores em função das publicações e dos projetos captados (para além do próprio recurso captado por meio da agência de fomento) são reconhecidos como “meritocráticos”:

O sistema aqui ele é meritocrático, ou seja, a gente recebe por um artigo de alto impacto publicado, recebe em função da produção que teve, em função de projeto de pesquisa (...) (Juliano, 55 anos).

Os depoimentos permitem sugerir que a meritocracia se torna mais um parâmetro de avaliação individual. Tem mérito aquele que cumpre fielmente as normas estabelecidas. Nessa concepção, pouco são consideradas as condições que cada pesquisador ou programa de pós-graduação possui para atingir os objetivos postos.

Isso é inclusive questionado por um dos pesquisadores, que chegou a trabalhar, ao longo da carreira, em diversos programas, não apenas no eixo sul/sudeste, e constatou as diferenças regionais. O pesquisador verifica que a métrica de avaliação não mede o esforço, apenas os resultados padronizados, desconsiderando-se que a condição de trabalho de cada professor e aluno é diferente:

A métrica da produção é uma métrica digamos, fácil, mas também não mede o esforço do professor. Porque se você está numa instituição excelente que forma alunos de doutorado, ou se você está numa instituição pequena, com gente que não tem essa formação, importa o que dali você consegue fazer, ali aquele artigo B2 tem um valor imenso (...). Um aluno que vem de uma escola

pública, do nordeste, que mal consegue escrever, consegue publicar um B2, tem muito mérito nisso, não tem? (Ana Carolina, 63 anos).

Nesse mesmo sentido, reflete-se sobre as condições de trabalho ofertadas ao pesquisador para que ele alcance o desempenho esperado:

Eu acho que os critérios podem ser bons dentro de um contexto. O sistema estabeleceu aqueles critérios de avaliação de desempenho. Existe uma política associada que dá suporte ao professor alcançar esse desempenho? Se você tem uma política, aí eu acho que faz sentido você ter os critérios de avaliação de desempenho. Mas eles precisam considerar quais as condições que o professor tem para alcançar aquele desempenho, não dá para ser uma coisa desconectada. Você estabelecer critérios de desempenho onde, naquele ambiente, o professor não tem a menor condição de alcançar, aí aquele critério não faz sentido (Juliano, 55 anos).

De fato, ter um número maior de orientandos de doutorado, por exemplo, foi apontado como um dos fatores que auxiliam a impulsionar o número de publicações, já que as pesquisas que eles tendem a conduzir são mais “densas” e “robustas”.

Como é que eu tenho conseguido publicar? Primeiro que aumentei meu número de alunos do doutorado, até pela minha senioridade, estou orientando hoje mais doutorado que mestrado, e o aluno de doutorado ajuda hoje a alavancar pesquisa, porque ele faz uma pesquisa mais densa, mais robusta, e é mais treinado a publicar (Alice, 59 anos).

Nesse sentido, verifica-se que o professor que estaria vinculado a um programa que oferece apenas mestrado, por exemplo, não teria esse tipo de facilidade. Da mesma maneira, programas situados em regiões mais afastadas, menos desenvolvidas, teriam menor capacidade de atrair orientandos já com uma boa experiência acadêmica, o que tende a interferir diretamente na capacidade de produção do pesquisador.

Essa disparidade regional entre os programas de pós-graduação é apontada por Bianchetti (2011) como um fator que é desconsiderado nas avaliações. A avaliação da Capes, nesse sentido, compara e avalia os programas como se eles fossem homogêneos, desconsiderando características de programas mais novos ou situados fora do eixo sul/sudeste.

Freitas (2018) elabora algumas das implicações da política de avaliação para a saúde dos trabalhadores, especialmente para aqueles vinculados a programas de universidades localizadas fora do eixo central brasileiro:

Isto implica que se as pressões por produtividade na pós-graduação em geral já são elevadas, e se elas intensificam à medida que sobem as notas, a disputa, por exemplo, por uma nota 6 entre um programa consolidado de uma região central e um periférico de uma região afastada tende a pôr ainda mais pressão no segundo – para que possa fazer frente ao primeiro. Desta monta, compreende-se que é nestes programas que se poderá encontrar, pelo nível de pressão por produtividade a que estão submetidos para cumprir os requisitos avaliativos, um elevado grau de intensificação do trabalho que poderá trazer profundos impactos à saúde destes docentes – isto tende a se agravar pois há também a pressão para elevar a nota do programa e/ou evitar que ela seja rebaixada (FREITAS, 2018, p. 19).

No que se refere à “meritocracia”, ou seja, ao reforço de condutas e práticas que se adequam às determinações instauradas pela política, verifica-se que em vez de os programas se organizarem para pensar no sentido das regras, da política de avaliação, eles se tornam uma engrenagem a reforçar as próprias políticas que os regulam, que os constrengem.

Na medida em que os pesquisadores não medem esforços na dedicação ao trabalho orientado ao aumento das notas dos programas, e inclusive geram normas internas de reforço, que vinculam as possibilidades atuação deles mesmos aos critérios de publicação impostos pela política de avaliação, reforçam e produzem um sentido de legitimidade para a própria política.

A esse respeito, Zizek (1991) possui uma passagem em que, possivelmente inspirada pela Dialética do Senhor e do escravo de Hegel, ilustra muito bem esse argumento de que a atuação do pesquisador reforça e legitima a política:

Posição do Senhor clássico, que legitima seu poder por referência a uma autoridade extra-social, pode ser subvertida pela argumentação boetiano-pascaliano-marxista de que ele só é Senhor porque nos comportamos perante ele como diante de um Senhor. Mas o Chefe totalitário sabe desarticular esse argumento: para legitimar seu poder, ele próprio recorre exatamente a essa argumentação pascaliano-marxista. Não diz ao povo: "vocês devem me seguir porque sou Chefe", mas sim: "Mo sou nada, extraio todo o meu poder de vocês, do povo, de minha base, sou apenas a encarnação, o executor, a expressão de sua vontade" (Zizek, 1991, p.108).

Nesse sentido, o pesquisador realmente passa a acreditar que a política de avaliação é a expressão da sua vontade, pois assume essa como a sua vontade na medida em que gera normas internas de reforço às práticas de obediência aos critérios estabelecidos pela política. Ou seja, o pesquisador passa a ser agente de controle de sua própria obediência às normas.

Ou seja, o pesquisador, especialmente aquele considerado produtivo, não se sente controlado por uma norma externa, tornando-se ele próprio aquele que se exige a performar segundo os critérios que passa a legitimar, acreditando ser a política a expressão de sua própria vontade. Aí deparamo-nos com a dimensão performativa (conforme Zizek, 1991) do discurso, em sua atuação concreta.

Nesse sentido, a política de avaliação atuaria como um dispositivo, para utilizarmos do conceito de Foucault, para quem:

o dispositivo discursivo é um amálgama que mistura, o enunciável e o visível; palavras e as coisas; discursos e arquiteturas; programas e arquiteturas; formação discursiva e formação não-discursiva. Dispositivos são, para ele, máquinas concretas que com as relações que estabelecem e misturam, geram sentidos na sociedade (DELEUZE, 1987, apud KLEIN, 2007, p. 216).

Agora, o que faz com que os sujeitos, mesmo por vezes sabendo que a política pode ser prejudicial para o avanço dos próprios projetos de pesquisa e sobretudo para sua saúde, continuem a seguir as normas prescritas? Quais fatores estariam em jogo? Haveria aí aspectos materiais, fatores emocionais, convenções sociais a serem enfrentados?

Mannoni (1973) nos alerta que o saber nem sempre é suficiente para a mudança de uma postura, de uma prática. Nesse sentido, muitas vezes não é no campo da lógica que se atua para que se mude um ato, uma forma de agir. Muitos pesquisadores afirmam discordância com o sistema, com as normas e regras de avaliação, mas mesmo assim as cumprem, sem necessariamente buscar modificá-las.

Um dos entrevistados aponta, por exemplo, que as aulas de MBA são aquelas de que ele menos desfruta. Pelo aspecto rápido dos módulos, não tem tempo de criar vínculo com os alunos, de propor reflexões mais aprofundadas. Ou seja, ele verifica que esse tipo de aula pouco agrega à sua pesquisa ou ao desenvolvimento da capacidade crítica ou à formação do aluno, que seriam características importantes do seu fazer. No entanto, ele diz ser necessário fazer, haja vista os aspectos financeiros envolvidos.

Talvez esse seja um dos aspectos mais difíceis a serem enfrentados, aspecto esse dificilmente questionado em uma organização social capitalista. Quem questiona que o acúmulo de capital seja sinônimo de sucesso, de pessoa bem-sucedida? Por mais crítico que seja o sujeito, ele se sente confortável em atender aos padrões convencionados de sucesso. Os sujeitos não conseguem abstrair-se totalmente das convenções e verdades de seu tempo histórico e organização social.

Da mesma maneira, por mais que alguns pesquisadores sejam capazes de manter certa crítica à política de avaliação científica e aos seus vieses, o prazer em atendê-los é inegável. No entanto, os resultados dessa pesquisa nos levam a refletir sobre se há diferença, e se há, qual seria, entre:

- i. o prazer em atender uma métrica externa, uma meta imposta por outro e que passa a ser absorvida e desejada pelo próprio sujeito. Ex: a publicação internacional, A1...;

- ii. o prazer em realizar algo que é desejado pelo próprio sujeito, no qual ele vê sentido e de fato acredita. No caso: a formação do aluno, o prazer da descoberta de algo nas pesquisas...

Ainda que não exista “desejo originário”, e que nossos próprios desejos sejam sempre uma composição entre o que se espera (ou se esperou, ou imaginávamos que se esperava de nós) e da nossa leitura e apropriação das próprias demandas sociais, ainda assim se pode falar de um desejo do sujeito que não está totalmente submetido às demandas do outro.

A satisfação decorrente do atendimento a esse tipo de demanda - desejo provido de sentido, um desejo mais autoral -, acreditamos, produz uma satisfação que é muito diferente daquela de atender à suposta demanda de um outro, a uma demanda externa, ainda que incorporada pelo sujeito, até certo ponto.

Tratam-se de diferentes sentidos de “produtividade”: i) a de atender a um desejo autoral, e ii) aquela de atender a um desejo fortemente moldado por demandas sociais/ avaliativas, desprovidas de análise crítica, em que o sujeito se torna de “assujeitado”, alienado. Talvez uma característica que ajude na distinção de ambos seja que, ao assumir um desejo do outro como seu próprio, o sujeito acaba trabalhando arduamente no sentido de interesses contrários aos seus desejos mais autorais, ou seja, daqueles que trazem satisfação independente das normas pelas quais ele será avaliado.

É claro que nos “desejos autorais” as convenções sociais de reconhecimento também possuem um papel – favorecer o crescimento e o aprendizado do outro, fazer uma nova descoberta, são também aspectos bem vistos no âmbito social, mas não são elas que determinam o desejo, como é o caso da avaliação, em que a própria norma instaura um desejo de cumpri-la, independentemente de seus critérios.

Isso nos leva a propor um *sentido de produtividade* que não estaria submetido às normas de avaliação, mas à própria satisfação que se desperta a partir de ver sentido do que se faz. E esse sentido não precisa estar presente em todo o fazer do trabalhador, mas pode estar justamente nas *quebras* do trabalho alienado.

Por vezes o trabalhador possui como atividade principal tarefas nas quais não vê sentido, mas essas são atravessadas por “instauradores de sentido”²⁷. A relação com os colegas, as

²⁷ Essa conceitualização dos “instauradores de sentido” é fruto de reflexões elaboradas a partir dos múltiplos diálogos estabelecidos tanto ao longo deste trabalho quanto de trabalhos/ observações/ análises anteriores, efetuados nos mais diversos ambientes organizacionais (bancos, instituições de pesquisa, universidades e escolas), que lançamos para aprofundamento em trabalhos futuros.

reflexões feitas na hora do cafezinho da tarde, a proximidade, as relações de afeto criadas no ambiente profissional, muitas vezes suprem parte do “não sentido” com o qual o trabalhador se depara no seu cotidiano, e acabam atuando no sentido de prover saúde em um ambiente que poderia ser gerador de doenças e sintomas decorrentes da intensificação e falta de sentido no trabalho.

5.7 A MARCA DA POLÍTICA NO DESEJO

Convém observar como a política de avaliação chega inclusive a moldar os desejos e os objetivos dos pesquisadores para os próximos anos. Houve uma ênfase clara em projetos individuais, em especial na publicação de artigos, e grande orientação para as revistas internacionais:

Continuar publicando lá fora, eu de fato estou muito desgostoso com a literatura brasileira, nacional, por todas essas questões políticas, de endogenia, de só citar quem é do grupo, quem não é do grupo não cita, isso aí me irrita sobremaneira, porque parece que aquele grupo fica dono da variável, eu não consigo... enfim, isso me irrita muito (Henrique, 39 anos).

Publicar artigos mais relevantes em journals de maior destaque (Rubens, 39 anos).

Continuar pesquisando e publicando muuuuito, conseguir uma bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq e fazer mais um estágio sênior ou pós-doutoral no exterior (Gabriela, 44 anos).

Apenas continuar o trabalho já feito (Lucas, 61 anos).

Eu acho que é aumentar a minha publicação sim. Porque estou com mais produto e mais orientandos, então a minha meta é aumentar a minha publicação sim (Alice, 59 anos).

Nesse aspecto, nota-se o estabelecimento de uma relação entre as publicações (produtos) e a própria identidade do pesquisador:

A primeira dica é assim, publicar em journals internacionais (...) privilegiar a produção internacional e preocupar um pouco com a qualidade que ele apresenta. Porque é mais ou menos assim, o que publica, já foi. Então é como que a sua marca, né, a sua identidade está ali naquele artigo, naquela produção que você publicou (Henrique, 39 anos).

Publicação como **marca** chamou atenção por conglomerar diversos aspectos, os quais relacionamos abaixo, que de fato estão muito presentes na relação dos professores pesquisadores com o seu próprio labor e com a sua publicação. O que uma marca abrange, o que a define? Pode-se citar os seguintes aspectos:

- i. reconhecimento;
- ii. diferenciação;
- iii. relação com o mercado;
- iv. venda de produtos;
- v. disputa com os concorrentes.

De fato, de acordo com a American Marketing Association (AMA, 2006), a marca deve diferenciar determinados produtos daqueles da concorrência:

marca é um nome, termo, símbolo, desenho ou uma combinação desses elementos que deve identificar os bens ou serviços de um fornecedor ou grupo de fornecedores e diferenciá-los da concorrência (AMA, 2006).

Aaker (1998) conceitua marca e/ou símbolo como justamente aquilo que permite a diferenciação de idênticos:

um nome diferenciado (logotipo, marca registrada, ou desenho de embalagem) destinado a identificar os bens ou serviços de um vendedor ou de um grupo de vendedores e a diferenciar esses bens e serviços daqueles dos concorrentes; contribuindo assim para a diferenciação de idênticos (AAKER, 1998).

Ora, não é a isso, também, que a ampla ênfase na publicação tem gerado, entre os pesquisadores? Concorrência, disputa, busca por diferenciação, quando, na verdade, estariam todos em uma mesma posição, “idênticos”, mas que se tornam concorrentes, estranhando-se, já que não se reconhecem mutualmente como parte de um mesmo grupo?

Assim, no *jogo* do produtivismo, se os artigos são os produtos, os pesquisadores tornam-se eles próprios as marcas. Nesse sentido, a metáfora com as metas de venda de produtos é também significativa:

é quase como uma meta de venda: ó, você tem que bater a meta até o fim do mês, tem que bater meta até o fim do ano, a gente está um pouco assim (Alice, 59 anos).

A marca do pesquisador poderá ter maior ou menor atratividade para candidatos à pós-graduação, para convites para palestras, seminários, participação em congressos, entre outros. Ainda, é preciso investir na marca para conseguir recursos para financiar pesquisas, bolsas de produtividade, entre outros.

Ou seja, o investimento sobre o individualismo, já em evidência na sociedade contemporânea, é reforçado a partir do momento em que se associa o produto colocado no mercado (o artigo) e a marca que o produz (o pesquisador).

Seria esse o “jogo” que os pesquisadores relatam jogar, de convencimento dos avaliadores, para que o produto seja aceito nos estabelecimentos (revistas), e possam ser expostos nas vitrines individuais (currículo lattes)? Ao se perguntar sobre o motivo de o pesquisador permanecer vinculado à pós, sendo que normalmente não possui nenhum ganho financeiro adicional, apenas a garantia de aumento de trabalho, já bastante intenso, reflete-se:

Pois é, que maluquice... eu acho que eu gosto, é ter a vocação. Questão de gostar do que faz. Se eu tivesse só na graduação não estava contente, não tem desafio para mim, para o meu tipo de personalidade. Gosto de ler coisas novas, publicar meus artigos, gosto de orientar, isso me dá satisfação, me dá prazer, é meu perfil, eu trabalho dez vezes mais. Mas se tivesse só na graduação, não é que eu não goste, eu gosto também, mas não é tão desafiador (Ana Carolina, 63 anos).

As publicações passam a ser a própria estratégia de marketing do pesquisador, o seu desafio. Embora alguns considerem a publicação como um desafio próprio, meta pessoal, auto realização, pondera-se: em que medida esse desejo de se realizar por meio de uma publicação não é também um dos produtos da própria política de avaliação?

Pesquisadores chegam a questionar o que faz com que eles trabalhem tanto, se a questão se limita à pressão e demanda ou se há outros fatores que interferem nesse fazer do trabalhador:

(...) num congresso levantaram essa questão, mas por que os pesquisadores produzem tanto, trabalham tanto, será que é realmente só uma questão de pressão e demanda ou existem outros fatores individuais, como ego, ou seja o que for? (...) volta e meia eu penso, por que a gente trabalha tanto. E não é uma questão que eu tenha encontrado resposta, que eu tenha fechado comigo mesma (Clarice, 49 anos)

Nesse sentido, a associação dos “produtos”/artigos à própria imagem/marca do pesquisador pode estar entre um dos fatores que tornam a dedicação à produção acadêmica por vezes obsessiva, exagerada.

O processo de submissão de artigos para as revistas se parece mesmo com estratégias de “posicionamento de marca”. A tendência dos pesquisadores tem sido seguir as regras do jogo, tentar marcar pontos, investir na marca:

Eu realmente não recomendo, hoje, submeter em revista brasileira. Na minha visão hoje, não compensa, não vale a pena. E além de mirar lá fora, mirar, por que não? Mirar os melhores, você mira aquelas revistas que tem maior fator de impacto, e tenta. Estuda o perfil das publicações, e tenta. Se você não conseguir, vá para uma de menor fator de impacto. Mais ou menos dentro do Qualis aqui, mira num A1, não conseguiu, mira em outro A1, não conseguiu, mira num A2, vai descendo a cadeia, sabe? Não mira direto num B3, num B4, porque às vezes você consegue publicar, a depender do parecerista que vai ler e da narrativa que você constrói no artigo. Eu recomendo isso para os meus orientandos, mira sempre do A1 até o B2, não do B2 para o A. E estudar o perfil da revista, não pode sair submetendo artigo a esmo, dando tiro no escuro, você precisa estudar o perfil de publicação. Isso é um processo técnico de redação do artigo, e você constrói a narrativa do artigo em função do perfil de publicação da revista (Henrique, 39 anos).

A construção da narrativa do artigo em função do perfil de publicação da revista é um aspecto sobre o qual diversos pesquisadores ponderam. Não deixa de ser um estudo sobre o consumidor: quais as suas necessidades, os seus desejos? Como eu posso adequar a minha produção ao que ele busca?

Eu procuro, eu acabo mirando, porque faz parte do jogo. Então toda vez que vou submeter eu vejo lá no Qualis umas revistas que tem Qualis mais alto e mando, mas eu não gosto. Eu jogo porque essa é a regra do jogo (Vinícius, 34 anos).

Se por um lado a estratégia de submeter sempre nas melhores revistas e ir “descendo” na escala é a adotada com mais frequência, por outro lado isso causa certo cansaço entre os editores das revistas melhor avaliadas, que precisam lidar e responder a uma demanda muito grande de submissão, muitas vezes de artigos que não estão bem estruturados.

A seleção de periódicos com maior fator de impacto é também apontada como um fator que daria maior visibilidade às pesquisas. É inegável que a exportação de produtos (publicação internacional) agrega à “marca” do pesquisador, o que fortalece essa prática. Um dos entrevistados relaciona a publicação internacional a maiores contribuições acadêmicas e essas, às contribuições sociais:

Acho que a produtividade do pesquisador é um ponto fundamental sim, mas ela deve estar mais atrelada à qualidade que à quantidade de publicações. Devemos buscar publicar em eventos com maior alcance internacional e em periódicos com maiores fatores de impacto para darmos visibilidade às nossas pesquisas, alcançando maiores contribuições acadêmicas, práticas e, principalmente, sociais (Gabriela, 44 anos).

Em que medida, de fato, uma publicação internacional propicia impacto social? São questões que precisam ser melhor investigadas, pois nos parece uma publicação internacional não garante, necessariamente, impacto prático e social.

O processo de aceite de artigos pelas revistas envolve também muitas rejeições, conforme nos aponta um dos entrevistados. Essas rejeições podem servir como estímulo para melhorar a produção, apesar de muitas vezes gerarem frustração. De toda forma esse processo é entendido como “parte do jogo”:

Agora, toda pessoa que já publicou muito já foi rejeitada muito, e isso é bom. Meus papers foram rejeitados, isso é do jogo, já tive paper que foi aceito de 1ª em revista e paper que rodou em 4, 5 revistas para conseguir publicar. E muitas vezes você fica chateado com a rejeição mas tem muita rejeição que você olha e fala, os caras tem razão, vou ver se consigo melhorar o paper para conseguir publicar no próximo periódico (...) E faz parte, faz parte do jogo. Você ganha algumas partidas e perde outras, não tem time invencível (Mário Felipe, 59 anos).

No próximo capítulo abordaremos a forma como a política de avaliação sobre o psiquismo e a imaginação do trabalhador.

6. ATUAÇÃO DA POLÍTICA DE AVALIAÇÃO SOBRE O PSIQUISMO E A IMAGINAÇÃO

6.1 CONTROLE DO TRABALHO NA SUA DIALÉTICA OBJETIVIDADE-SUBJETIVIDADE

O discurso organizacional com frequência utiliza-se de premissas raramente questionadas pelos trabalhadores: produtividade, objetividade, metas, e, no caso das organizações de pesquisa, publicação de artigos em revistas acadêmicas de destaque, são palavras de ordem.

Torna-se difícil questionar o discurso que defende a produtividade justamente pela aliança (de sentido) realizada entre os conceitos de competência e objetividade. Produtividade torna-se sinônimo de competência. Produz-se um forte sentido de verdade de que a produtividade (ou improdutividade) estaria diretamente ligada à competência (ou incompetência) do trabalhador (MAGNIN e PAN, 2014). Produz-se, também, um sentido de que a medição da produtividade é possível e seria um dado absolutamente objetivo.

Nesse tópico, questionaremos essas premissas. Apresentaremos o caráter subjetivo da objetividade nas ciências humanas e sociais, sendo, nessa área, impossível a prática da neutralidade ou da objetividade sem subjetividade. Mostraremos adiante que a própria noção de “objetividade” se trata de uma construção social, e, portanto, intersubjetiva.

Levaremos as consequências dessa compreensão para o tensionamento das políticas de avaliação científica. Assim, mostraremos como a objetividade da avaliação do trabalho, fervorosamente defendida no âmbito organizacional, seja ele de pesquisa ou não, pode ser questionada, tratando-se mais de uma utopia ideológica que de uma prática neutra e objetiva.

Nas ciências sociais, “objetividade e subjetividade se constituem uma à outra sem se confundir” (BOCK, 2001, p.23). Segundo Martins (2004), os fenômenos estudados pelas ciências sociais são complexos, o que dificulta a sua explicação por meio de “causas e motivações isoladas e exclusivas”. Nesse sentido, a autora aponta a necessidade de se reconhecer que as reconstruções são parciais e que toda pesquisa deve considerar a influência dos interesses, da história, da educação, entre outros fatores singulares do pesquisador.

Com frequência divide-se a vida humana e suas produções em grandes categorias: vida cotidiana, arte, ciência, filosofia, entre outros. No entanto, a vida é vivenciada em um *continuum*, não sendo radicalmente diferentes as formas de atuação do homem sobre o mundo,

sendo que em cada uma é mobilizado o próprio psiquismo humano e as suas funções superiores: memória, atenção, pensamento, linguagem, imaginação, entre outros. Com frequência estuda-se cada uma das esferas como se fosse particular e isolada, ou seja, como se uma não estivesse conectada com a outra, formando uma unidade.

Dilthey (2010) aponta para o desafio que as ciências humanas impõem, na medida em que se estudam vidas, manifestações sociais, subjetividades, culturas, linguagens, que, embora partam do social, estão embebidas também em sentidos particulares, produzidos a partir de vivências e experiências singulares, balizados por um tempo histórico e cultural. Segundo Dilthey (2010, p.89), “as ciências humanas baseiam-se sobre a relação entre vivência, expressão e compreensão”. Na relação do humano com o mundo, Dilthey destaca que tudo possui um posicionamento em relação ao “eu”:

Não há homem algum, nem coisa alguma que possa funcionar apenas como objeto para mim e não contenha em si uma pressão ou um fomento, a meta de uma aspiração ou o cerceamento da vontade, uma importância, uma exigência de consideração e uma proximidade interior ou uma resistência, uma distância e uma estranheza (DILTHEY, 2010, p. 90).

Segundo Casanova, em nota de tradução ao livro de Dilthey (2010), diferentemente das ciências naturais, que desvinculam os fenômenos estudados da vida, as ciências humanas estudam justamente “a base material a partir da qual se estabelecem vivências individuais de uma época” (p.12). A reconstrução dessa base comum apontaria, portanto, para a visão de mundo de um tempo, com toda a sua complexidade e as suas possibilidades humanas, culturais e sociais - tarefa extremamente árdua e exigente.

Essa visão aproxima-se da filosofia de linguagem de Bakhtin, que aponta para a impossibilidade de o homem não se posicionar sobre o mundo. Para Bakhtin (2011), todo ato é posicionamento, todo enunciado é uma resposta a um enunciado anterior e uma antecipação ao enunciado futuro. A filosofia de linguagem de Bakhtin apontará não para a reconstrução de uma visão de mundo, mas de uma arena de vozes, identificando-se as vozes majoritárias e minoritárias, a responsividade, os lugares de onde se fala, para quem se fala, etc. Não buscará reconstituir uma visão de mundo, mas as vozes que se chocam, que disputam espaço, pois, ainda que se fale em monologismo, a pluralidade é marca da filosofia de Bakhtin. Para ele:

Uma visão de mundo, uma corrente, um ponto de vista, uma opinião sempre tem uma expressão verbalizada. Tudo isso é discurso do outro (em forma pessoal ou impessoal), e este não pode deixar de se refletir no enunciado. O enunciado está voltado não só para o seu objeto mas também para os discursos do outro sobre ele. No entanto, até a mais leve alusão ao enunciado imprime no

discurso uma reviravolta dialógica, que nenhum tema centrado meramente no objeto pode imprimir. A relação com a palavra do outro difere essencialmente da relação com o objeto, mas ela sempre acompanha esse objeto”. (BAKHTIN, 2016, p.61 – 62).

Ambos os autores – Dilthey e Bakhtin - apontam para a impossibilidade da neutralidade ao se estudar os fenômenos humanos, já que o posicionamento é próprio da condição humana. Os atos humanos são mistos de cognição e afeto, e esses afetos por vezes impõem-se por meio de sensações de estranheza, distanciamento, resistência, vontade de aproximação, desejo, temor, entre tantos outros. Os afetos, por sua vez, possuem forte ligação com as fantasias e a atividade imaginativa humana, sendo essa necessária tanto para as atividades cotidianas quanto para as filosófico-científicas e artísticas.

Martins (2004) também defende que na pesquisa sociológica “a neutralidade não existe e a objetividade é relativa, diferentemente do que ocorre no positivismo”. A autora argumenta que “todo conhecimento sociológico tem, como fundamento, um compromisso com valores. A objetividade, portanto, provém de critérios que serão definidos pelo pesquisador em relação aos problemas que ele está investigando” (MARTINS, 2004).

Nesse sentido, Martins (2004) relativiza o conceito de objetividade, que, conforme o campo de conhecimento, é entendido como se fosse independente da subjetividade humana. Conclui, portanto, que a objetividade seria intersubjetiva.

O próprio sofrimento do indivíduo, sentido no âmbito individual, que costuma ser entendido como fruto da própria singularidade, ou seja, como aquilo que é mais particular do indivíduo, não teria gênese nele, mas em “intersubjetividades delineadas socialmente”. Segundo Sawaia:

Sem o questionamento do sofrimento que mutila o cotidiano, a capacidade de autonomia e a subjetividade dos homens, a política (...) torna-se mera abstração e instrumentalização” (SAWAIA, 1999, p.99).

Também Faria (2017) defende que a Psicologia deveria tomar como seu objeto não o indivíduo empírico, como ocorre predominantemente, mas o indivíduo concreto. De acordo com Faria,

apreender o indivíduo em termos concretos significa considerá-lo como síntese de múltiplas determinações, como síntese de relações sociais, o que coincide com a definição de homem enunciada por Marx na 6ª tese sobre Feuerbach: o homem é o conjunto das relações sociais. Assim, uma ciência da subjetividade humana, isto é, a ciência dos indivíduos como sujeitos singulares, para reconstruir a teia de relações que caracteriza o seu objeto, terá que partir do empírico, ou seja, do indivíduo tal como ele se manifesta em nossa representação imediata, em nossa intuição. Nesse momento o complexo da subjetividade nos aparecerá como um “todo caótico”. Procedendo à sua

análise, isto é, recorrendo à abstração, chegaremos a enunciar as suas características básicas na forma de categorias simples e gerais a partir das quais reconstruiremos a síntese de relações que define o indivíduo que será entendido, agora, não mais de modo caótico, de forma sincrética, mas como “uma rica totalidade de relações e de determinações numerosas (MARX, 1973, p.229). (FARIA, 2017).

Ora, se o indivíduo, por si só, é entendido por Marx (1973) como “uma rica totalidade de relações e de determinações numerosas”, o que se pode dizer das relações intersubjetivas, que são a condição mesma da construção dos critérios de objetividade?

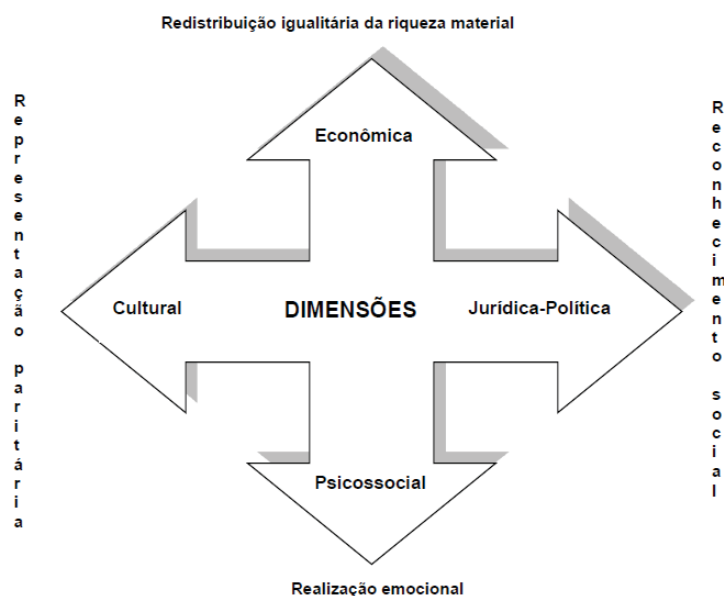
A análise que empreendemos nos permite afirmar que não se trata de epistemologias divergentes, mas da compreensão de que, no campo social, as relações e determinações são, ao mesmo tempo, objetivas e (inter)subjetivas. Nesse sentido, torna-se importante a integração dessas dimensões objetividade/subjetividade, e a superação de sua dicotomização. Ou seja, é possível analisar aspectos simultaneamente objetivos e subjetivos da realidade; o que é mais difícil, senão impossível, seria a análise isolada de elementos objetivos e/ou subjetivos das relações sociais, como se esses não estivessem intrincados, constituindo-se mutuamente. Para tanto, é necessária a superação da noção de que a subjetividade proveria dos aspectos mais íntimos do sujeito, e considera-la como também uma construção social, condicionada a determinada época, a determinado contexto e momento da história. Ou seja, é necessário compreender as individualidades como também históricas e sociais.

De acordo com Alves (2006, p. 51), “o atual regime capitalista, produtor de um discurso econômico que se sobrepõe a todos os outros e que é estruturante do discurso oficial, utiliza a ciência e as instituições do Estado para controle do indivíduo e de seu corpo”. Nesse sentido, enquanto discurso econômico utilitário ao capital, de fato as diversas ciências aproximam-se, na medida em que servem também ao controle dos indivíduos.

Com vistas ao controle das subjetividades e do processo de trabalho, quais seriam, então, as necessidades humanas de reconhecimento que são habilmente exploradas no seio das organizações? Faria (2017), partindo da teoria de reconhecimento de Fraser (2008), apresenta um quadro dessas necessidades, que podem ser divididas esquematicamente em quatro categorias:

- i. dimensão econômica: redistribuição igualitária da riqueza material
- ii. dimensão cultural: reconhecimento social
- iii. dimensão jurídico-política: representação paritária nas esferas de decisão
- iv. dimensão psicossocial: realização emocional

Dimensões do Reconhecimento



Fonte: Faria (2017)

A quarta categoria, a da realização emocional, é proposta por Faria (2017), ao verificar que “é preciso contemplar o ser da razão e da emoção ao mesmo tempo” (p.426). De acordo com Faria (2017), “os sujeitos coletivos lutam também pela sua realização no plano emocional na medida em que é da condição humana a demanda psicológica por *recompensa (...)*” (p.386). Segundo o autor, o nível psicossocial integraria os aspectos objetivos (econômico e político-ideológicos) aos aspectos afetivos:

A realização emocional configura o lugar da alteridade, enquanto instância importante e fundamental para a afirmação do sujeito individual e coletivo, para a avaliação de suas possibilidades e limitações na prática social das relações com outros sujeitos e grupos sociais (Faria, 2017, p.400).

A realização emocional envolve a necessidade de reconhecimento psíquico. De acordo com Enriquez, é por meio dos processos de idealização e identificação que se permite a construção de pactos sociais. Para a construção de um projeto comum, é necessário que seja

estabelecido um vínculo afetivo entre os indivíduos, ou seja, é necessário que “as organizações “não sejam apenas intelectualmente pensadas, mas afetivamente sentidas” (Faria, 2017, p. 401).

Com base em Zimerman (1999), Faria aponta que a necessidade de reconhecimento no plano emocional “significa que a realização está vinculada à condição de reconhecimento *do* outro e à de ser reconhecido *ao* outro e *pelo* outro” (Faria, 2017).

Nesse sentido, e visando-se à preservação dos interesses capitalistas, observa-se que “a violência se encontra institucionalizada nas sociedades organizadas, nas práticas cotidianas das relações de trabalho e nas concepções mesmo das teorias gerenciais” (Faria, 1985/2017, p.336).

Faria conceitua a violência no trabalho:

Trata-se da prática de ações voltadas para preservar interesses específicos através de instrumentos coercitivos explícitos ou sutis de qualquer natureza, em contraposição aos mais legítimos interesses e direitos individuais e coletivos, desqualificando a práxis democrática, crítica e reflexiva, e instituindo, com a finalidade de perpetuar, fatos e situações intensas de força, desproporcionais à utilidade tolerável da aceitação da dominação como fruto das relações de poder, impondo, assim, um ambiente de não questionamento da realidade com o intuito de reproduzi-la (Faria, 2017, p.340).

Segundo o autor, a violência pode se manifestar no plano econômico (formas de retribuição pelo emprego da força de trabalho), e/ou jurídico-político (processo de dominação dos representantes da organização sobre a organização e o processo de trabalho) e/ou psicossocial (mecanismos sutis em que a violência se expressa). As primeiras duas formas de manifestação da violência incidem sobre o plano objetivo, e a terceira se refere ao plano subjetivo.

Como isso acontece nas organizações públicas de pesquisa e quais as possíveis implicações do questionamento da objetividade dos critérios de avaliação dos programas e dos próprios pesquisadores?

Ao se considerar a dialética objetividade-subjetividade, percebe-se que as condições objetivas e subjetivas se afetam mutuamente. O aprimoramento das técnicas, inclusive de gestão, dentro das organizações, produz modificações significativas no psiquismo humano. Ou seja, a capacidade imaginativa humana é também produzida e condicionada pelas relações sociais e pela tecnologia, pela cultura, pelos usos e costumes.

A ideologia, nesse sentido, não seria uma instância exterior ao sujeito, mas se expressa em seus anseios, desejos, crenças e necessidades. Que necessidades caracterizam o nosso tempo? Quais os anseios, desejos, crenças que prevalecem? Como essas necessidades e desejos são criados socio-historicamente? Como as condições materiais de produção e as ideologias

operam no psiquismo humano, produzindo necessidades sentidas pelos indivíduos concretos? Como as ideologias modulam inclusive a capacidade imaginativa e as fantasias dos sujeitos?

Gallo (1999) questiona sobre a forma como determinado conjunto de ideias são vivenciadas e defendidas pelo indivíduo como se elas fossem suas próprias:

Uma coisa é afirmar que, numa determinada sociedade, a ideologia dominante é constituída pelas ideias produzidas pela classe dominante, disseminadas pelo conjunto desta sociedade. No entanto, o que faz com que um indivíduo da classe dominada assuma tais ideias, passando a viver como se elas fossem suas próprias ideias? Que mecanismo perverso de controle é esse que, além de roubar a força de trabalho dos menos favorecidos rouba-lhes ainda o mais mísero cotidiano e, acima de tudo, o sonho? A essas questões os estudos de inspiração marxista ainda não apresentaram respostas. Como a ideologia - fenômeno social por excelência - age em cada indivíduo particular? (GALLO, 1999, p.134).

Que mecanismo é esse que rouba do trabalhador, para além de sua força de trabalho, seu próprio sonho? Gallo (1999) tem razão ao afirmar que faltam estudos sobre como a ideologia age no (e/ou produz o) indivíduo concreto. Nesse sentido, Bakhtin e sua filosofia de linguagem podem contribuir.

Se o indivíduo vivencia e defende ideias como se fossem as suas próprias, é também porque, de acordo com Bakhtin (2011):

- i. todo o sistema de linguagem lhe é inicialmente exterior, sendo aos poucos introjetado;
- ii. as palavras são habitadas;
- iii. o sujeito concreto não será o primeiro a pronunciar determinada palavra;
- iv. o sujeito será reprodutor ou autor/criador a partir do posicionamento em resposta aos enunciados já dados, ou em antecipação a enunciados futuros;
- v. a linguagem não possui um papel de mera comunicação e transmissão de mensagens, mas é constituinte do próprio sujeito
- vi. o sujeito se constitui na própria arena de vozes e no seu posicionamento frente a elas
- vii. não há sujeito concreto sem ideologia, ou seja, sem posicionamento ético-estético-axiológico, posicionamento esse que carrega sempre elementos culturais e históricos;
- viii. o sujeito é interpelado eticamente; todo posicionamento é um posicionamento ético, para o qual não há álibi.

A compreensão de como a ideologia opera, criando desejos e inclusive fantasias massificadas, é importante para compreender como determinada forma de produção opera modificações não apenas materiais e econômicas em determinada sociedade, mas inclusive psíquicas, no plano subjetivo de cada indivíduo.

Nancy Fraser (2002) aponta, por exemplo, que a necessidade de redistribuição tem sido gradativamente substituída pela necessidade de reconhecimento identitário. Segundo a autora, os projetos de participação emancipatória dos partidos políticos estão mais relacionados ao reconhecimento identitário que com a redistribuição. Com isso, as lutas pela redistribuição econômica são enfraquecidas, e os indivíduos se contentam com certo reconhecimento afetivo. Assim, introduz o conceito de “participação paritária”, que se refere a quem tem direito a ter participação, ou seja, quem pode reivindicar por redistribuição e reconhecimento.

Parece-nos que inclusive para lutar por redistribuição, o indivíduo precisa se sentir reconhecido. Essa seria uma condição necessária para outras lutas, e é justamente nessa esfera do reconhecimento em que se instala a ideologia.

Assim, ideologia, reconhecimento e subjetividade precisam ser concebidas juntas, como parte de um todo, já que não é determinada ideologia que prega a necessidade de reconhecimento, mas a própria condição humana que exige o reconhecimento de si²⁸ - reconhecimento esse que se dá a partir da incorporação ideológica.

Ora, torna-se necessário rever o conceito de ideologia como algo externo, uma “instância superior”, um conjunto de ideias providas do imaginário de um grupo social, para concebê-la como o espaço mesmo onde o sujeito pode existir. Assim, compreende-se que toda formação de subjetividade, todo reconhecimento de si, é ideológico.

De fato, a naturalização com que o humano percebe a sua forma de viver, pensar e agir (e inclusive sentir) fortalece as próprias ideologias, a forma de como se concebe o mundo, levando a uma certa rigidez mental; assim, a forma como as subjetividades são construídas conduz à constante necessidade de reafirmação de suas crenças; a “confirmação” traz sensação de segurança e confiança. Por outro lado, a vivência de situações que vão contra as crenças preconcebidas, desestabiliza o psiquismo, produzindo medo e insegurança.

Para Gallo (1999), a ideologia é cristalizada nos atos do cotidiano e é também responsável por assegurar a produção de consciências que irão reproduzir o modo de produção vigente, “até que a mera possibilidade de se pensar em agir de forma diferente não passe de possibilidade, constantemente exorcizada pela sociedade e pelo próprio indivíduo” (p.146).

²⁸ Ainda que a forma como esse reconhecimento é desejado e exercido varie em cada cultura humana.

Assim como as produções acadêmico-científicas, em série, as subjetividades são também produzidas de maneira industrializada, tornando-se viciadas:

no capitalismo (...) a produção de subjetividades é um processo de produção em série, industrial, de massa: despejam-se subjetividades na sociedade na mesma velocidade com que se despejam produtos no mercado. A ideologia não domina pela ideia; domina pelo desejo, pela prática, pela própria constituição do ser. Ninguém se submete a uma ideia; na verdade, é uma prática viciada, produzida pelos agenciamentos de produção material, que leva à produção de ideias viciadas que reproduzem essas práticas e o próprio agenciamento de produção GALLO, 1999, p.146, grifo nosso).

De fato, é o que vimos ao longo desse trabalho de pesquisa. O que a política de avaliação valoriza, em termos de pontuação, passa a ser o próprio desejo dos pesquisadores. Publicar internacionalmente chega a ser apontado como “autorrealização” pelos pesquisadores, que dizem não estarem publicando pensando o tempo todo em como serão avaliados. De fato, eles têm razão: se a ideologia não domina pela ideia, mas pelo desejo, o pesquisador deixa de se sentir cobrado pela política, mas passa a cobrar-se, passa a desejar ter um bom número de publicações nas revistas internacionais de excelência.

A produção de um modo específico de subjetivação dificulta a criação e a experiência de novos pensamentos, sentimentos e sensações. O psiquismo torna-se um disco riscado, viciado, que toca sempre a mesma música. Como superar essa limitação, que não é biológica, mas socialmente delineada? Como o indivíduo pode experimentar questionar, problematizar suas próprias ideias, suas crenças, emoções e desejos? Poucos ousam. O indivíduo tem dificuldade para questionar as próprias convicções, pois é ali onde ele se reconhece enquanto sujeito, e se sente seguro.

Assim, a força da ideologia não estaria apenas na apresentação de uma realidade que não corresponde aos fatos, mas no enfraquecimento da possibilidade de vislumbrar outras realidades possíveis, ou seja, *na limitação do próprio exercício da imaginação*. Se pensamos, sentimos e agimos dentro desse “campo ideológico”, a imaginação seria uma forma de expandir essas rígidas fronteiras ideológicas, mas ela própria não escapa do domínio ideológico:

O capitalismo, por exemplo, não mascara a sua realidade para que os indivíduos o assumam, mas insere essa realidade na estrutura mesma desses indivíduos, não permitindo assim o vislumbre do outro, do diferente. É isso que garante a sua reprodução, não o “falseamento da realidade”, dado que ele próprio é criador da “realidade”. Em outras palavras, a ideologia funciona muito mais através do bloqueio da percepção de outras possibilidades, de outras realidades, do que através do subterfúgio de falsear uma realidade material que seria a única possível. Ou, ainda, a ideologia é um agenciamento que transforma o “ser dos possíveis” - a consciência, a subjetividade - em um

"ser da possibilidade única", incapaz de lançar-se à autonomia (GALLO, 1999, p.147, grifo nosso).

Ao reduzir as múltiplas possibilidades humanas à possibilidade única, ao produzir resignação e obediência do pesquisador frente ao imperativo da produção, a ideologia bloqueia a própria autonomia do sujeito, que passa a ser mero reprodutor de discursos e práticas já em evidência.

Bakhtin assume atitude contrária aos grandes sistemas do racionalismo (cf. FARACO, 2017), pois toma a axiologia – e não a ontologia – como seu fundamento. Nesse sentido, identifica-se com a perspectiva de eventicidade e da experiência vivida, assumindo o primado da intersubjetividade. Isso significa dizer que as formas de produção da subjetividade são fundamentais nos estudos que tomam Bakhtin como base, já que a simples racionalidade é insuficiente para compreender a multiplicidade de posicionamentos, de enunciados, de choques de posicionamentos vivos na arena de vozes.

No que se refere à ética, embora Bakhtin tenha elaborado apontamentos iniciais relacionados à alteridade e ao posicionamento éticos (sem álibi) dos sujeitos, não voltou a desenvolver o tema. Faraco (2017) aponta a dificuldade em se defender um sujeito totalmente livre e consciente diante das elaborações freudianas:

Talvez por perceber que sua ética da responsabilidade individual absoluta (sem álibi) e da alteridade radical o havia conduzido a um beco sem saída. Como continuar defendendo, diante da hipótese freudiana, uma concepção de sujeito integralmente consciente, livre e responsável? Como defender uma ética sem álibi num tempo povoado de individualismo, indiferença e álibis? Como defender tal ética num tempo cheio de desejos de reduzir, aniquilar ou extirpar a alteridade? Ou em que a alteridade só vale se reduzida ao eu? (FARACO, 2017, p. 47)

Na filosofia de linguagem de Bakhtin, o posicionamento estético e o axiológico são inseparáveis. O autor-criador extrai da cultura e da história sentidos e valores que regerão a sua criação estético-formal. “O ato estético envolve, portanto, uma complexa rede de gestos axiológicos” (FARACO, 2017, p.48), também esses inseparáveis das relações intersubjetivas (refletidas e refratadas).

De fato, as subjetividades não existem fora das condições que as produzem. Nesse sentido, certamente a subjetividade é alvo das práticas de avaliação, pois, em certa medida, são as próprias subjetividades que as legitimam e as fortalecem, as reificam. A mediação simbólica/ideológica é feita por meio dos sentidos que se produz, no que se refere à avaliação,

em que o sentido de enunciados como competência e produção/produtividade, essa última reduzida aos moldes da avaliação, tornam-se fortemente relacionados. Assim, separar esses sentidos, desnaturalizar a relação que se apresenta como verdadeira e única, exige a problematização, um posicionamento diferenciado dos sujeitos, o afastamento da identificação com tais verdades, para que outros sentidos possam ecoar e serem ouvidos.

6.2 CONTROLE DA SUBJETIVIDADE E ALIENAÇÃO: AO MESMO TEMPO MATERIAL E SIMBÓLICA, COGNITIVA E AFETIVA

De acordo com Faria (2017), o conceito de alienação é inicialmente exposto em Hegel, mas Marx o torna relevante a partir de seus estudos sobre o trabalho. A alienação refere-se à não apropriação, pelo trabalhador, do resultado do seu trabalho. Outro conceito importante e relacionado à alienação é o de estranhamento, já que o resultado do trabalho parece estranho ao trabalhador, como algo que não lhe pertence (FARIA, 2017).

Nas situações de alienação, “o mundo é visto pelo sujeito alienado não em um plano concreto, mas como uma *fantasia* que direciona a maneira de ser, de pensar e de agir dos sujeitos”. Assim, o sujeito não compreende a realidade em sua complexidade e em seus movimentos contraditórios, sendo a mesma “naturalizada como sendo tal como parece ser, simplificada e destituída de sua história” (Faria, 2017, p.388). Nas palavras do autor:

Nesse sentido, o sujeito projeta a si mesmo como um ser de qualidades segundo aquilo que dele se espera e passa a agir de acordo com essas qualidades. Com isto, o sujeito aliena-se de sua própria existência real, doando sua vida a uma ideia dela, a um tipo idealizado. Este tipo é referido pelo sujeito como sendo a configuração das exigências da realidade, de onde advém a concepção fantasiosa do que deve ser o ‘trabalhador ideal’, o ‘chefe competente’ (...). (FARIA, 2017, p.388).

Nesse trecho, é fundamental destacar que o tipo idealizado da existência é referido como sendo a “configuração das exigências da realidade”, ou seja, o sujeito mostra-se incapacitado a *enxergar ou imaginar* uma realidade diferente daquela defendida pelos discursos organizacionais, naturalizando-a. Diante dessa incapacidade de visualizar uma realidade diferente, pesquisadores são convertidos em operários, prontos a operar a si mesmos enquanto máquinas: produtivos, rápidos, eficientes.

No entanto, “a essência da alienação encontra-se não na consciência do trabalhador, mas nas condições objetivas da organização capitalista da produção que transforma o trabalho do homem numa força externa estranha” (FARIA, 2017, p.391). Por isso, Faria defende o

questionamento das próprias condições objetivas da produção capitalista, sob o risco da adoção de estratégias abstratas arbitrárias, que não modificam a essência do fenômeno, o qual deve ser entendido em sua constituição histórica e psicossocial.

Para Faria, o controle e o sequestro da subjetividade são formas sofisticadas de alienação nas organizações produtivas. Essa alienação é, ao mesmo tempo, econômica, social, política e psicológica, *objetiva e subjetiva*:

(...) se do ponto de vista objetivo a mesma (a alienação) se refere à perda do controle sobre o processo de trabalho e de produção, do ponto de vista subjetivo a mesma se refere à perda do controle, pelo sujeito, de si. O controle e o sequestro da subjetividade se propõe a desencadear formas de idealização (...), em que o trabalhador age mais como um ator que tem um papel a desempenhar (podendo inclusive “apaixonar-se por este papel”), do que como um sujeito, ser do desejo e da ação (FARIA, 2017, p. 392-393).

Nesse trecho o autor explicita a relação afetiva que encobre a aparente racionalidade presente na atuação do trabalhador. Ele se apaixona pelo papel de trabalhador produtivo e competente, que não desperdiça recursos, que é capaz de colocar toda a sua energia a serviço da produção. De fato, o sentimento de produtividade alimenta um tipo de necessidade subjetiva do trabalhador, além de favorecer a expectativa pelo reconhecimento.

O trabalhador produtivo tende a ser reconhecido pela organização como um “modelo ideal”, encorajando os demais trabalhadores a seguir o seu exemplo. Assim, em vez de questionar o modelo, o pesquisador-operário o toma como meta, assumindo um compromisso com a produtividade. Inclusive nos programas de pós-graduação, os pesquisadores considerados mais produtivos são parabenizados e reconhecidos, contrastando-os com os que apresentam menor número de publicações.

Ao crer no imediato, ao não apreender a realidade tal como ela é, alimenta-se a fantasia da organização que cobre as relações reais e com isso impossibilita-se a ação transformadora. A organização produtiva estabelece inclusive “elementos de identidade social que definem a forma como cada um lutará no jogo pelo reconhecimento” (Faria, 2017, p.395). Assim, Faria alerta para a diferenciação entre o que aparenta ser o objeto de conhecimento e a realidade, reforçando a necessidade de questionamento e tensionamento do real:

Na medida em que existe uma distância entre o objeto de conhecimento e o objeto real, qualquer concepção que não busque a fundo o conhecimento das relações existentes, mas se contente em aceitar o que vê como a constatação insuperável do que ocorre, está condenada a não perceber a realidade como é, mas como aparenta ser (FARIA, 2017, p.394).

O controle psicossocial é tão abrangente que leva à teatralização das relações organizacionais; reuniões, trabalhos em equipes são transformadas em palcos onde os sujeitos se colocam como “objetos da interpretação do outro, interpretação esta para qual o desempenho na cena é relevante” (FARIA, 2017, p.400).

O indivíduo ardiloso, para quem a ética admissível é a vitória sem pudores – pois em sua lógica toda atitude competitiva é legítima, seja ela qual for – disputa espaços no terreno da omissão dos que não demonstram ter “apetite pelo poder”, dos que se mostram conformados com as situações, dos que se prestam a assumir papéis de “inocentes úteis”, dos que cumprem os rituais da vassalagem em troca das migalhas do butim físico e emocional que as refregas políticas propiciam (FARIA, 2017, p. 400).

Em outro trecho, Faria aponta que “a dissimulação é cultivada como arte suprema, pois nesta concepção a hipocrisia bem praticada é sinal de esperteza e o jogo de cenas nos bastidores e no público é demonstração de “habilidade política” ou “competência gerencial” (FARIA, 2017, p. 401).

Se, como foi dito acima, a ação transformadora é limitada na medida em que as “fábulas organizacionais” cobrem as relações reais, seria preciso conhecer essas relações reais, desenvolver a consciência crítica.

Em que medida, então, o produtivismo alienado relaciona-se ao cerceamento da imaginação, da capacidade de vislumbrar outras possibilidades de relação produtiva? Em que medida o imaginário do pesquisador acaba sendo disciplinado e preenchido pelas promessas de reconhecimento e atestação de competência, conforme as métricas determinadas? A fala abaixo é muito ilustrativa:

A minha maior dificuldade, o meu maior desafio, é publicar em A1 alto impacto. Aqui na (universidade), por exemplo, para você ter um reconhecimento interno você tem que publicar alto impacto com fator de impacto se não me engano acima de 3,5 (Juliano, 55 anos).

Ou seja, os padrões do que justificam o reconhecimento dos pares são determinados externamente, restando ao indivíduo desejar alcançá-lo e empenhar-se ao máximo. O trabalhador raramente questiona se de fato (ou por que, afinal?) precisa alcançar o nível de produção determinado para ser reconhecido enquanto um pesquisador competente. O desejo de produção segundo o padrão imposto é incorporado, passando a ser desejo do trabalhador - e assim deixa de ser objeto passível de estranhamento e questionamento.

Ao mesmo tempo em que o discurso do produtivismo possui um embasamento lógico e racional, de que é necessário fomentar a publicação científica de um país, a sua eficácia e

aderência estão amparadas por necessidades objetivas e subjetivas, não só racionais, mas também emocionais. De fato, as esferas objetivo/subjetivo, cognitivo/afetivo e simbólico/conceitual não podem ser concebidas separadamente, mas devem ser entendidas em sua própria dialética.

Nesse sentido, a alienação não é só material, mas é também simbólica; não atua só no plano cognitivo, mas afetivo. Da mesma forma, a ideologia adotada orienta pensamentos, práticas, atitudes, posicionamentos, e inclusive o plano simbólico e imaginário experimentado pelo trabalhador.

No campo das organizações, na medida em que se tensiona a realidade, em que se reconhece o caráter intersubjetivo das avaliações, que são apresentadas como neutras e objetivas, abre-se espaço para o questionamento de práticas naturalizadas, e para a sua contextualização histórica e contextual. Ao possuir objetivos e ideais comuns (ex: boa avaliação do programa), os programas de pós-graduação funcionariam como organizações. Porém, o objetivo comum que caracteriza os programas de pós-graduação não surge a partir da própria organização, do colegiado dos programas, etc., mas a partir de uma diretriz que lhe é externa: a política nacional de avaliação científica.

Assim, o programa de pós-graduação raramente problematiza o seu próprio objetivo, mas se organiza para o cumprimento das metas impostas pelas políticas de avaliação. Da mesma forma que o gestor de uma empresa adota práticas que maximizem os resultados organizacionais, para que as pessoas atinjam a meta imposta pelos sócios e investidores, o programa de pós-graduação se organiza para cumprir as metas impostas pela CAPES e demais agências de fomento, por meio da regulação das formas de atuação do programa.

Essas normas passam, então, a justificar e legitimar as práticas adotadas pelo programa, por exemplo, o descredenciamento de um pesquisador considerado pouco produtivo ou a desvinculação de um discente, entre outros. Passam a vigorar, dentro dos programas, normas que estabelecem números mínimos de publicação e que atrelam essa produção à própria diplomação acadêmica, para o caso de mestrandos e doutorandos, o que passa a ser visto como “natural”. Afinal, o foco da educação já não é a formação plena, mas a produção de mais um pesquisador “produtivo” para o mercado de trabalho; assim, o foco da política de avaliação passa a ser a produção de subjetividades que considerem esse tipo de produção e avaliação como natural.

Produzir passa a ser sinônimo de publicar, e as demais esferas do trabalho do pesquisador são desconsideradas, tornadas invisíveis. O trabalho de orientação, a preparação de aulas, a participação em bancas, a organização de encontros e congressos, a participação em

comitês, passam a ser secundários frente à absoluta e mandatória necessidade de publicação, transformando o trabalho do pesquisador em um fazer utilitarista.

Nesse processo, o contato cotidiano com o aluno, com os pares, estar em sala de aula, tudo isso é secundarizado face à imperiosa necessidade de publicação futura. Nesse sentido, Kosik (1976) tem razão ao afirmar que nessas condições as atividades se transformam em *irrefletido modo de viver*.

Como então criar um espaço que permita pensar a produção de artigos em série não como atestado de competência, mas como ateste de obediência às normas, à falta de problematização, à impossibilidade de vislumbrar saídas, ao enfraquecimento da capacidade imaginativa, como enfraquecimento da mobilização coletiva e sinal claro de sucumbência ao medo de não ser tão competente, afinal?

Como pensar essas outras possibilidades de sentidos quando vigora um forte sentido monológico de ameaça de corte por suposta *incompetência*?

6.3 PSIQUISMO E IMAGINAÇÃO: O ENFOQUE HISTÓRICO-CULTURAL

Com frequência confunde-se a capacidade humana de imaginação com devaneios, fantasias, elaborações fictícias sem qualquer relação ou impacto na realidade. Nesses casos, ela é vista como a própria fuga da realidade, ou seja, o sujeito está tão envolto em fantasias que não encontra motivos para ação, para a modificação da realidade. Essa seria a imaginação principalmente passiva, que não se articula diretamente com a atividade humana, o trabalho. Já a imaginação ativa constitui-se como força que, por seus atributos reprodutivos e criativos, conduz à ação, à modificação do real. É o que permite ao sujeito um deslumbre de novas possibilidades, e que o impulsiona a buscá-las, torná-las reais (RUBINSTEIN, 1973).

Sendo ela principalmente ativa ou passiva (já que apenas tende para um maior aspecto de atividade ou de inércia), a imaginação implica na capacidade de realizar combinações inéditas a partir de elementos do real. A imaginação, por si mesma, não modifica diretamente a realidade externa, ainda que modifique o próprio sujeito - implica em novas formas e possibilidades de interpretar e significar os fenômenos, produzindo novas atividades sinápticas, modificando, assim, o psiquismo humano, e as possibilidades de conhecer, experimentar e significar o mundo para determinado sujeito.

A imaginação é necessária para orientar a atividade vital humana, o trabalho, que é por sua vez mediado pela linguagem e por instrumentos de trabalho. É por meio do trabalho que o sujeito modifica a realidade externa. Assim, utilizando-se da imaginação, o sujeito antecipa o

produto de suas ações. A partir do psiquismo humano, pode-se não apenas reproduzir a realidade subjetivamente/mentalmente, mas orientar a atividade teleológica, a ação no sentido da modificação do real. Desse modo, ideias podem transformar-se em coisas materiais, por meio do trabalho, da ação concreta.

Nesse sentido, Kosik (2011) aponta que a imaginação é inclusive necessária para conhecer a realidade, para o próprio fazer filosófico e científico, sendo indispensável um certo *détour* “para conhecer as coisas e sua estrutura” (p.27). Evidencia-se a impossibilidade de conhecer o real diretamente por meio das sensações, dos sentidos. O processo de conhecimento exige movimentos sucessivos de aproximação e afastamento do real, de elaboração conceitual e retorno ao concreto. A elaboração conceitual, por sua vez, exige o desenvolvimento da capacidade de abstração das propriedades do real, o que só é possível por meio da atividade psíquica da imaginação.

Assim, a imaginação seria necessária não apenas para atividades de lazer e devaneio sem compromisso com o real, mas também para as atividades relacionadas ao trabalho humano. Partindo-se do materialismo histórico e dialético, há o entendimento de que a imaginação, por si só, não altera a realidade concreta, mas, por meio das elaborações e mediações que ela possibilita - novas formas de compreensão e significação humana-, possibilita-se também a modificação das relações e práticas sociais concretas (práxis).

Vygotsky (2009) é o primeiro autor a apresentar uma concepção de psiquismo humano como um sistema integrado de funções psicológicas ao mesmo tempo biológicas e mediadas pela cultura e pelas relações sociais. Nas palavras de Sawaia:

Vigotski inspirou-se na filosofia monista de Espinosa e na teoria dialético-materialista de Marx para construir uma concepção de psiquismo como um sistema integrado de funções psicológicas, em que todas estão relacionadas entre si, ao corpo biológico, mediadas pela cultura e pelo contexto social, sem hierarquia e relação causal (SAWAIA, 2009, P.368).

Vygotsky trouxe também importantes contribuições à Psicologia ao trabalhar sobre o lugar “da imaginação na liberdade humana, mediada pelas emoções, com base no vínculo da imaginação e do pensamento com a afetividade” (SAWAIA, 2009).

De acordo com a psicologia histórico-cultural, a imaginação é uma função psicológica superior, sendo constitutiva do psiquismo humano, em conjunto outras funções psicológicas cognitivo-afetivas, tais como a atenção, a memória, o pensamento, a linguagem, a emoção e o sentimento (MARTINS, 2011).

Segundo Cruz (2015), para Vygotsky (1998), a imaginação não deve ser compreendida como uma função psíquica entre outras:

As intrincadas relações, de múltiplas co-implicações entre real, simbólico e imaginário no funcionamento imaginativo, levam a pensar, seguindo Vigotski (1998), na impossibilidade de se compreender a imaginação como uma função psíquica entre outras. Para ele, a imaginação deve ser compreendida como um sistema psicológico de natureza interfuncional. A imaginação desenvolve-se, adaptando-se a condições racionais e vinculando-se ao pensamento conceitual (CRUZ, 2015, p.368).

A autora destaca que a “curva da evolução da imaginação” pode entrar em declínio na vida adulta, perdendo espaço para as atividades cotidianas de reprodução da vida, no entanto ela não se anula: “os modos de participação da imaginação no funcionamento psíquico dependem do contexto social em que se dá o desenvolvimento ontogenético e das práticas sociais em que os sujeitos se inserem” (CRUZ, 2015, p.371).

A imaginação, assim, ocupa um lugar de destaque na elaboração do sujeito sobre a realidade, orientando suas ações, relações e práticas sociais. Nesse sentido, a forma como é exercida a capacidade imaginativa tende a expandir (ou restringir) as possibilidades de ação humana sobre a realidade, modificando-a. Segundo Vygotsky (2009), imaginar é antecipar-se; é, com base em elementos e experiências do passado, projetar-se no futuro.

O psiquismo humano é formado a partir da apropriação da cultura humana, essa produzida ao longo da atividade social e histórica. Essa cultura humana, material e simbólica, está condensada nos objetos produzidos por meio do trabalho, sendo, portanto, necessária sua apropriação para o desenvolvimento do psiquismo. Esse processo de apropriação é sempre mediado por outros indivíduos. Assim, a materialidade, a cultura produzida, é base para a formação subjetiva dos indivíduos, ou seja, para a formação de sua consciência e personalidade (LEONTIEV, 1978).

Apesar de o senso comum apontar para a grande capacidade imaginativa da infância, Vygotsky (1999) ressalta que é no psiquismo adulto que a imaginação atinge o seu ápice. Em primeiro lugar, porque a imaginação infantil desconsidera propriedades do real, não apresenta pensamento crítico, violando suas leis; em segundo, porque as vivências e experiências infantis são muito limitadas se comparadas às do adulto.

Psiquismo humano é uma unidade cognitivo-afetiva, sendo que toda ação ou produção humana parte de uma elaboração psíquica do real (reflexo do real). Esse processo de reflexo do real, por meio do qual ocorrem os processos de elaboração, envolvem a atividade imaginativa. A imaginação permite o pensamento por conceitos e é base para a concepção de mundo e a estruturação da personalidade.

Em relação à dicotomia entre pensamento e sentimento, entendia-se que o sentimento intenso estaria ligado a certa “falência do psiquismo”: “Como processos predominantemente conscientes do psiquismo, os sentimentos antes despendem do que economizam força mental. A vida do sentimento é o consumo da mente” (OVSIANIKO-KULIKOVSKI, 1914, p.24-26). O autor afirma ainda que “(...) não há dúvida de que muitas paixões e diversas emoções representam o autêntico esbanjamento, uma dilapidação da alma, que leva à falência do psiquismo”.

Depara-se aqui com uma dicotomia entre paixões, emoções e o próprio psiquismo, como se esse último estivesse ligado prioritariamente à razão. Nesse sentido, a Psicologia Histórico-Cultural avançou com Vygotsky, que apresenta o psiquismo como um conjunto de funções psicológicas superiores cognitivo-afetivas, ou seja, trabalha-se com a unidade entre cognição e afeto. De fato, é difícil considerar um pensamento qualquer como sendo absolutamente desprovido de afeto, assim como um afeto não pode ser considerado sem qualquer relação com a cognição.

Vygotsky (2001) percebe que “todas as vivências fantásticas e irreais transcorrem, no fundo, numa base emocional absolutamente real. Desse modo, vemos que o sentimento e a fantasia não são dois processos separados entre si, mas, essencialmente, o mesmo processo, e estamos autorizados a considerar a fantasia como expressão central da reação emocional” (p.264).

Vygotsky (2001) nota que as imagens criadas pela fantasia são muitas vezes capazes de despertar *emoções e sentimentos reais*. Nesse caso, a imaginação seleciona elementos da realidade e os combina, de modo que corresponda ao estado afetivo e não à lógica exterior. Desse modo, produto da imaginação pode não coincidir com a realidade, mas é capaz de despertar emoções e sentimentos reais.

Consideramos este achado fundamental, já que, independente da relação entre a fantasia e a realidade, a fantasia possibilita a vivência de emoções reais. A capacidade imaginativa vincula-se à experiência, à história e aos avanços culturais de determinada sociedade. A relação humana com a realidade é mediada pela elaboração dos sujeitos sobre a realidade, ou seja, é mediada pelo processo de produção de sentido. A produção de sentido é um processo psíquico, resultante da atividade dos indivíduos no mundo. A imaginação, portanto, participa desse processo.

A questão é: qual o grau de autonomia do trabalhador, nas organizações, para a criação das suas próprias fantasias? E em que grau ele torna-se um mero *consumidor de “fantasias prontas”*, das fábulas organizacionais, transfigurando-se em um fantoche que vivencia emoções

e sentimentos reais, mas produzidos por ideologias com finalidades bem específicas? O imperativo “*consume!*” passou do consumo de bens e serviços para o *consumo inclusive psíquico, de fantasias prontas, que prometam o prazer e a gratificação imediatos*.

Para Heller (2004), o sentimento, o pensamento e a ação humana formam uma unidade, mas podem (e devem) ser estudados em suas particularidades, ou então todo estudo filosófico do tema se restringiria ao que significa relacionar-se, à interação sujeito-objeto. Mas, para ela, interessa esclarecer o que significa sentir. Significa estar implicado do ponto de vista da extensão e preservação do ego, partindo-se do social. Assim, busca diferenciar o sentir de outras capacidades humanas no sistema humano integrado de relações.

Heller (2004) afirma que a relação entre pensamento e afetos é distinta da relação entre pensamento e sentimentos em geral. Segundo a autora, em determinadas ocasiões o afeto é tão intenso que bloqueia o pensamento (ataque de raiva, por exemplo), então questiona como o pensamento poderia bloquear ou controlar o afeto? Heller (2004) recorre a Spinoza quando diz que nada pode suprimir uma paixão, a não ser uma paixão mais forte e contrária.

Para Bachelard (1978), a imaginação e a vontade são as duas principais funções psíquicas, sendo que a imaginação poderia ser dividida em dois tipos: imaginação reprodutora (formal) e imaginação criadora. A primeira seria valorizada pela tradição racionalista, que entende a imaginação como reprodução, ainda que falha, do mundo real. Estaria vinculada à função do real nos processos conscientes do sujeito em seu contato com o mundo material, e seria de grande importância para o saber científico. Já a imaginação criadora traria as sementes para as transformações, possibilitando a investigação das ações que são produtos do próprio imaginário. Para Bachelard, o homem é ativo, instaurador de novas realidades, capaz de produzir arte e ciência, sonho e pensamento. A imaginação criadora, assim, constitui, para ele, uma ponte entre essas duas esferas, afeto e cognição.

Para Vygotsky, “toda emoção é um chamamento à ação ou uma renúncia a ela” (VYGOTSKY, 2001, p.139), tendo as emoções um papel fundamental no psiquismo. Vygotsky defende a unidade afetivo-cognitiva, e afirma que a separação do lado intelectual da consciência do seu lado afetivo-cognitivo constitui um dos graves erros da Psicologia da época. Afirma ainda a íntima relação entre pensamento e emoção:

O pensamento não nasce de si mesmo, nem de outro pensamento, mas da esfera motivadora de nossa consciência, que abarca nossas inclinações e nossas necessidades, nossos interesses e impulsos, nossos afetos e emoções (VYGOTSKY, 1993, p.343).

Nas diferentes concepções dos autores (Vygotsky, Bachelard, Heller), nota-se a imaginação como um ponto *privilegiado para a investigação das relações entre cognição e afeto, em sua relação com a vontade humana*. A imaginação ocupa um lugar de destaque no desenvolvimento do psiquismo, possibilitando a produção filosófico-científica e artística. É o que permite ao humano vislumbrar uma realidade que não esteja dada pelas circunstâncias. Quando o indivíduo se priva da imaginação, há empobrecimento psíquico e maior alienação. A capacidade de imaginar envolve aliar vontade/ação, afeto e cognição.

No entanto, essa capacidade imaginativa pode ser restringida por meio de ideologias, levando os indivíduos a graus maiores de alienação, sendo capazes de imaginar apenas um pequeno e limitado leque de possibilidades. Não se imaginam novas relações de produção e trabalho, diferentes formas de se relacionar com as pessoas, outras realidades.

Assim, observa-se que uma política de avaliação científica, ao ser reproduzida no âmbito dos programas e das universidades, se apropria dessa imaginação e da vontade humana, levando o indivíduo a imaginar e desejar determinados fenômenos: atingir e superar as metas, reconhecimento dos pares, apresentar produção acadêmica considerável, publicação em revistas internacionais de destaque, entre outros.

Assim é, pois a alienação da consciência remete à alienação das formas conscientes particulares, como a memória, a imaginação, a vontade, o pensamento, entre outros, que atuam como um todo.

6.4 POLÍTICA DE AVALIAÇÃO COMO DISCIPLINAMENTO DA IMAGINAÇÃO?

Como apresentado no capítulo anterior, Faria (2017) aponta que a alienação leva à perda do sujeito do controle de si mesmo. A imaginação se apresenta para o sujeito como forma de resistência ou enfrentamento ao controle da subjetividade ou como forma de submissão alienada, de fuga? Por mais que as organizações exerçam controle sobre a subjetividade dos sujeitos, sobre o seu corpo, seu tempo e seus processos de trabalho, eles ainda estão livres para imaginar, sonhar e desejar o que quiserem ou a imaginação toma por referência a realidade sobre a qual ela mesmo se desenvolve? Em outras palavras, o imaginado, que o primado da realidade produz, pode ao mesmo tempo ser uma forma de elaboração, de contraposição e de negação a essa realidade?

O sujeito, exceto em estado alterado de consciência, não pode ser ou imaginar ser o que quiser. A imaginação de ser se encontra necessariamente condicionada objetivamente, social, histórica e biologicamente (fisicamente). Assim, o fazer de conta remete à imaginação, ao sonhar, ao vislumbre de outras possibilidades concretas. Fazer de conta é poder criar um *mundo novo imaginário*, por vezes mais satisfatório. Fazer de conta é imaginar algo como se fosse real, embora que sabendo que não é. Imaginar não é um engano.

No mundo infantil o imaginar acompanha o brincar, que é uma ação natural da criança, sua forma de descobrir o mundo que em que vive, de se apropriar de sua cultura. No mundo adulto, quem brinca não confunde a brincadeira com a realidade. Quem não brinca pode sucumbir às determinações mais cruéis do mundo concreto. Brincar e imaginar, portanto, permitem ao sujeito ir além do que as condições oferecem; permitem rir diante da realidade, porque há um lugar logo ali, onde é possível divertir-se, libertar-se do medo, do desconforto, das inseguranças.

Para Sartre (1940), consciência imaginante não é nem falsa consciência, já que ela é autêntica, nem consciência falsa, pois, nas palavras do filósofo, "a imaginação não é um erro" (SARTRE, 1940, p. 13). De acordo com Barreto (2008), Aristóteles e Kant foram dois outros filósofos que se debruçaram sobre o problema da imaginação. Para Aristóteles, é impossível o pensamento sem imagens. Caberia à imaginação transpor o dado sensível para uma imagem que pode ser trabalhada pelo intelecto, possibilitando a construção dos conceitos com os quais a razão pode operar.

Kant também reconhece a importância da imaginação na construção do conhecimento. Para ele, a imaginação é capaz de “superar a heterogeneidade existente entre os conceitos puros

do entendimento e as intuições empíricas, ou seja, entre as duas fontes do conhecimento (sensibilidade e entendimento), exercendo a função de mediação que torna possível a aplicação das categorias aos fenômenos” (BARRETO, 2008, p.29).

A partir do empirismo, a verdade torna-se fundamentalmente ligada ao mundo sensível e experimental, restringindo a realidade ao que pode ser diretamente verificável. Para as ciências experimentais ou naturais, o que não é verificável é excluído do campo do conhecimento e da verdade, o que gera empobrecimento das dimensões do real, sendo este reduzido à realidade empírica, sensível.

Nessa concepção de mundo cientificista, a imaginação deixa de ter qualquer importância para o conhecimento, sendo estudada apenas em áreas separadas da ciência, como arte e religião. Contudo, a importância da imaginação, do imaginário e dos símbolos volta ao palco principalmente por meio da antropologia cultural e da psicologia, em especial a psicanálise. Nelas, a imaginação simbólica, o simbolismo, o não sensível em todas as suas formas, como “coisas ausentes ou impossíveis de perceber” (inconsciente, metafísica), voltam a ser tomadas como objeto de investigação (Barreto, 2008).

De acordo com Thá (2004),

A visão objetivista do significado e da racionalidade leva a uma tendência, presente em pensadores de orientações radicalmente diferentes, de situar uma certa hiância na experiência humana, que muitas vezes se materializa em dicotomias recorrentes. Supõe-se que exista uma hiância entre o lado cognitivo, racional, conceitual e formal do ser humano e seu lado corporal, perceptual, material e emocional. Assim, o pensamento lógico, conceitual e racional ficam alinhados com a dimensão do mental, enquanto que a percepção, imaginação e os sentimentos com o lado corporal. Como resultado disso, as estruturas da experiência concreta, que se traduzem em imagens mentais, na capacidade imaginativa, nos sentimentos, enfim, em todas as nuances da experiência subjetiva, são vistas como não tendo lugar numa teoria do significado e do pensamento racional (THÁ, 2004, p.60).

Segundo Thá (2004), “a experiência sensível do sujeito não pode ser reduzida a um espelhamento da realidade, mas deve incluir a estrutura cognitiva do sujeito que percebe” (p.98). Afirma inclusive que o mundo em que vivemos “pode ser concebido como um mundo possível que já esteve na imaginação das pessoas antes de ser real”. Para ele, os mundos possíveis só adquirem “objetividade” como efeito da relação entre os objetos considerados e a experiência do sujeito que os concebe, sendo derivados do processamento cognitivo dos sujeitos.

O símbolo passa a ser entendido como “a transfiguração de algo sensível para evocar o sentido de algo suprassensível”. Haveria, assim, “dois níveis de realidade que se articulam na relação simbólica para assim expressar um sentido verdadeiramente real (...) assim, a verdade

deixa de se restringir à objetividade empiricamente verificável, e ao alargar-se abarca a experiência de revelação ou desvelamento, na qual cabe à imaginação a primazia”. (Barreto, 2008, p.32-33).

Ao se legitimar o enfoque simbólico, a noção de conhecimento é ampliada, nele incluindo-se a modalidade simbólica de desvelamento do real. “Isso equivale a suspender o interdito racionalista (...) sobre a imaginação simbólica e recusar ao conceito a pretensão de exclusividade na captação absoluta do real”. Nessa concepção, a imagem simbólica não pode ser superada pelo conceito, como se fosse uma espécie de razão embrionária. “A expressão simbólica (...) supõe que certas dimensões do real não sejam passíveis de captação por outra via que não a imaginativa, e assim seu conhecimento será inapelavelmente mediado pelo símbolo” (BARRETO, 2008, p.33).

Contudo, essa concepção não implica em um irracionalismo ou no descarte da razão. Nesse sentido, Ricoeur afirma que “o símbolo dá o que pensar”. Assim, o conhecimento simbólico seria a conjunção entre uma a imaginação simbólica e a razão que pensa e interpreta, compreensão essa na qual toda hermenêutica está fundada.

Para Barreto (2008), “a imaginação é a faculdade espiritual humana primeva, raiz de todos os fenômenos distintivamente humanos – da linguagem, da arte, da religião, da razão” (BARRETO, 2008, p.35). Nesse sentido, Cruz (2015) aponta para o controle/ disciplinamento da imaginação em oposição à lógica racional ou ao pensamento produtivo-instrumental:

Considerando, como Castoriadis, a instituição social, pelo Ocidente, do pensamento como Razão, podemos atribuir aquele declínio à existência de processos sociais de disciplinamento da imaginação por meio de sua submissão à lógica racional ou, ainda, de queda ou anulação da fantasia que, nesse contexto, se oporia ao pensamento produtivo-instrumental sobre a realidade (CRUZ, 2015, p.373).

Assim, estabelece-se a relação entre o utilitarismo produtivista e instrumental e o disciplinamento da imaginação: para se obter a maior energia e dedicação a objetivos externos (produção, resultados), limitam-se e controlam-se as vivências subjetivas e imaginativas, numa tentativa de submete-las à lógica racional. Ou seja, a imaginação passa a ser objeto de “disciplinamento”, e o campo mais íntimo²⁹ da subjetividade do trabalhador já não é tão livre como se poderia supor.

Se há uma tentativa de disciplinamento da imaginação, é porque ela de fato não opera fora da razão. Senão, qual seria o interesse no disciplinamento de uma esfera que não afetaria

²⁹ Íntimo no sentido de ser um espaço que não está livremente acessível ao outro (em geral os delírios, as fantasias, são aspectos da imaginação que costumam ser preservados, não são facilmente expostos), pois a subjetividade é constituída a partir das relações sociais e da inserção na linguagem.

o campo do trabalho e da produção? Defende-se aqui que as esferas humanas da imaginação, linguagem, arte, ciência, religião, entre outros, operam via unidade pensamento/emoção, não estando, portanto, fora do campo da racionalidade. A imaginação é, assim, uma dimensão do real e é, portanto, objeto de controle e disciplinamento.

Para Castoriadis (1982), o que chamamos de realidade e racionalidade são os próprios produtos do imaginário. O imaginário, por sua vez, seria uma criação social-histórica e psicológica incessante. Por ser a raiz da criação, e se situar antes (historicamente) e além (ontologicamente), o imaginário se colocaria antes da oposição entre verdade e falsidade, real e fictício.

Torna-se necessário, portanto, não tomar o imaginário como separado do que se apresenta como realidade. Aqui chegamos a outra dicotomia: aquela entre o que se apresenta como realidade e o imaginário. Talvez seja dessa dicotomização – da tentativa de estabelecer *a priori* o que é verdadeiro e falso, real e fictício – que surja a oposição entre a objetividade e a subjetividade³⁰. Se tomamos o imaginário como parte indissociável da realidade e a objetividade como parte indissociável da subjetividade, é possível avançar na compreensão da atuação de uma determinada política de avaliação sobre o psiquismo humano.

Como se constata no campo concreto do trabalho, a lógica racional não é capaz de controlar todos os impulsos e afetos do sujeito. Os desejos não se submetem à lógica produtiva, e é por isso que cada vez mais se investe no controle da subjetividade, que ocorre (também, mas não somente) pela via emocional e afetiva.

Segundo o sociólogo Enriquez (1974), “é enquanto máscara que o imaginário se encontra no centro mesmo da formação das ideologias” (ENRIQUEZ, 1974, p.57). Ou seja, o imaginário passa a ser uma esfera de destaque na formação ideológica. Por que, então, são tão restritos os estudos sobre a imaginação e o imaginário nas abordagens críticas?

Para se compreender a alienação e a produção ideológica em profundidade, no sentido de como elas operam no psiquismo humano, é necessário ir além da lógica formal, de teorias meramente conceituais, e abarcar o simbolismo, o imaginário, o que não é consciente, aquilo que escapa da lógica produtivista, mas que (por isso mesmo) possui um papel fundamental na sua manutenção e reprodução.

Segundo Castoriadis (1982):

A alienação é a autonomização e a dominância do momento imaginário na instituição que propicia a autonomização e a dominância da instituição

³⁰ Já que, em sua compreensão mais rasa, objetivo seria o que é real e verdadeiro, enquanto que o subjetivo refere-se ao que é falso ou discutível.

relativamente à sociedade. Essa autonomização da instituição exprime-se e encarna-se na materialidade da vida social, mas supõe sempre também que a sociedade vive suas relações com suas instituições à maneira do imaginário, ou seja, não reconhece no imaginário das instituições seu próprio produto (CASTORIADIS, 1982, p.159-160).

Ou seja, para Castoriadis, a alienação é justamente a ênfase do momento imaginário na instituição, sendo que é esse mesmo imaginário que orienta a relação da sociedade com as suas instituições.

O que é a construção de uma marca senão a colonização do próprio imaginário do consumidor? O que é a produção de um pesquisador competente senão a colonização do próprio imaginário do pesquisador de que competência é sinônimo de publicação em série? Ora, é esse imaginário que mobiliza o psiquismo (enquanto síntese de afeto e cognição) do trabalhador, a produzir, em toda hora e local, não importa a que custo, a que preço, porque há um imaginário a ser conquistado, a tornar-se real. No que se refere às instituições, Castoriadis diz ainda:

Quando afirmamos, no caso da instituição, que o imaginário só representa um papel porque há problemas ‘reais’ que os homens não conseguem resolver, esquecemos, pois, de um lado, que os homens só chegam precisamente a resolver esses problemas reais, na medida em que se apresentam, porque são capazes do imaginário (CASTORIADIS, 1982, p.162).

Castoriadis enfatiza a impossibilidade de se desconectar o real do imaginário, pois mesmo um problema só se constitui enquanto tal “em função de uma imaginária central da época ou da sociedade considerada” (CASTORIADIS, 1982, p.162). Como já vimos, a avaliação do cientista não era um objeto de grande interesse social no início do século XX. Por que essa avaliação hoje é tão fundamental?

Para Castoriadis, negligencia-se e se obscurece a dimensão imaginária da sociedade ao se distinguir e contrapor o imaginário da dimensão racional. Há forte desconsideração da imaginação criativa e um certo fetichismo da realidade. Para o autor, há uma atribuição imaginária e subjetiva que acompanha a realidade dos fatos sociais, que não é reconhecida enquanto tal pelo que ele chama de “lógica identitária”.

Nesse sentido, o autor questiona: “por que não podemos começar pela postulação de um sonho, um poema, uma sinfonia, como paradigmáticos da completude do ser, e pela percepção do mundo físico como uma forma deficiente de ser, ao invés de (...) percebermos o modo de ser imaginário – isto é, humano – como um modo de ser deficiente ou secundário?”. Assim, seria justamente o imaginário que caracterizaria a condição humana. Se é assim, por que aquilo que se refere ao imaginário ou à imaginação adquire imediatamente um status inferior, como se tratasse de uma alucinação sem credibilidade?

De fato, o fetichismo da realidade e a desconsideração da imaginação criativa ou a sua desvalorização produzem certo conformismo. Ainda, o autor contribui ao localizar a imaginação como parte da própria condição humana, como algo que de fato caracteriza e valoriza essa condição, e não como uma deficiência ou falha.

A separação que se estabelece entre o imaginário e real é novamente contestada pelo autor: “(...) falamos do “imaginário” quando queremos falar sobre algo “inventado” (...) assume-se que o imaginário é separado do real, quer se afirmando que este último toma o lugar da verdade (uma mentira), quer não se afirme tal coisa (um romance)” (CASTORIADIS, 1982, p.154).

No entanto, o autor alerta que o simbolismo não é fechado em si mesmo, sendo que ele se refere sempre a algo que escapa do plano simbólico:

“(...) o simbolismo refere-se necessariamente a alguma coisa que não é simbólico, e que também não é somente real-razional. Este elemento, que dá a funcionalidade de cada sistema institucional sua orientação específica, que sobredetermina a escolha e as conexões das redes simbólicas, criação de cada época histórica, sua singular maneira de viver, de ver e de fazer sua própria existência, seu mundo e suas relações com ele, esse estruturante originário, esse significado-significante central, **fonte do que se dá cada vez como sentido indiscutível e indiscutido, suporte das articulações e das distinções do que importa e do que não importa, origem do aumento da existência dos objetos de investimento prático, afetivo e intelectual**, individuais ou coletivos – este elemento nada mais é do que o *imaginário* da sociedade ou da época considerada” (CASTORIADIS, 1982, p.175, grifo nosso).

Aqui Castoriadis traz um aspecto que dialoga com a noção de arena de vozes em Bakhtin. São as vozes que se apresentam como monológicas que produzem os sentidos de verdade, urgência, importância, entre outros. São elas que estabelecem, de maneira indiscutível, quais são as verdades de uma época, as verdades que ganham adesão e aderência. Pode-se questionar: o fato de uma voz apresentar-se como única e verdadeira, faz dela uma verdade absoluta? Ainda que as vozes minoritárias estejam silenciadas, pode-se afirmar a sua não existência?

A partir da epistemologia crítica do concreto, pode-se problematizar também: apresentar-se como verdade, a aparência de verdade, faz o fenômeno verdadeiro? Certamente não. Mas por que, uma vez que se acredita na verdade do fato, é tão difícil contestá-lo?

O conceito de imaginário da sociedade/época considerada auxilia a entender por que determinadas verdades são tão dificilmente contestadas. No caso da nossa pesquisa, a produção

científica (preferencialmente internacional) como atestado da competência individual do pesquisador é um desses enunciados que muito dificilmente são problematizados.

Nesse sentido, a representação não é vista como um reflexo ou cópia imperfeita da realidade, algo que provê imagens empobrecidas das coisas (como supõe a Psicologia Histórico-Cultural), mas aquilo a partir do qual “certos segmentos assumem o peso de um ‘índice de realidade e que se torna ‘estável’ (...) como ‘percepções de coisas’” (CASTORIADIS, 1982, p. 331-332). (KOUTSOGIANNIS, 2000).

Para Castoriadis (1982), há, como condição de existência de uma sociedade, uma relação irreduzível entre um real-razional e um componente imaginário. Assim, não haveria um ponto de vista “real” a partir do qual se possa discernir as significações imaginárias da ideologia. A distinção fundamental de um projeto crítico, para o autor, não repousa sobre a falsidade e a verdade, mas entre heteronomia e autonomia. O seu projeto de autonomia significa trazer e reconhecer a dimensão imaginária – ideologicamente escurecida – do pensamento e da práxis, combatendo a fantasia do controle racional nas sociedades modernas.

Para o autor, reconhecer a importância do simbolismo não implica em cair em suas armadilhas. Castoriadis afirma que “o discurso não é independente do simbolismo, e que isso significa uma coisa bem diferente de “condição externa”: o discurso é tomado pelo simbolismo. Mas isso não significa que lhe seja totalmente submetido. E, sobretudo, o que o discurso visa é outra coisa que o simbolismo: é um sentido que pode ser percebido, pensado ou imaginado” (CASTORIADIS, 1982, p.169).

Neste capítulo foram discutidos os principais autores que abordam o tema da imaginação, com vistas a analisar como uma política de avaliação produz efeitos sobre o psiquismo e a imaginação dos sujeitos aos quais ela se dirige.

Notou-se que o disciplinamento da imaginação só é possível porque a imaginação não está fora do campo da racionalidade, essa aqui entendida para além do racionalismo abstrato. Trouxemos à arena e discutimos com autores como Castoriadis que, embora idealista, contribui para o entendimento da imaginação como parte fundamental da condição/experiência humana, constituindo-se, portanto, como componente da própria realidade, e não como oposição a ela.

No próximo capítulo serão depuradas as implicações do que foi analisado até aqui e apresentaremos uma proposta teórica que trata do exercício da imaginação em sua relação com o mundo.

7. IMAGINAÇÃO ADULTA: UMA PROPOSTA TEÓRICA

7.1 BAKHTIN, DIALOGISMO E IMAGINAÇÃO

Nos primeiros itens capítulo anterior abordamos o controle do trabalho e o controle da alienação. Nos últimos (6.3 e 6.4) abordamos: (i) o enfoque histórico-cultural do psiquismo e imaginação e (ii) o disciplinamento da imaginação. Reservamos para este item o aprofundamento da discussão da filosofia de linguagem de Bakhtin, em que temos como objetivo depurar as implicações do que foi analisado até agora e propor um modelo de psiquismo em sua relação com o mundo, com a realidade.

Observou-se que, sob o ponto de vista da filosofia de linguagem de Bakhtin, não se fala em alienação da subjetividade, pois existiria aí um outro que toma a sua posição como dominante e afirma que o sujeito (que então já virou objeto) é alienado. Pela perspectiva de Bakhtin, fala-se de uma subjetividade que é produzida por e se posiciona na arena de vozes, com cujos enunciados estabelece um diálogo responsivo.

Nesse sentido, o posicionamento reconhece que o que se toma como verdades são construções históricas e sociais, não existindo por si mesmas *a priori*. Concebe-se que a subjetividade é produzida por meio de embates de enunciados, trazendo conceitos específicos, como o de responsividade, as vozes, a arena discursiva, o cronotopo, o (in)acabamento, a exotopia, entre outros.

Para Bakhtin (2011), a imaginação remete à pluridiscursividade, ao jogo de vozes, a manter audível outras vozes que não aquela monológica e dominante, que se faz sentir como a única. Desse modo, o discurso monológico é aquele que tenta negar a natureza dialógica da existência.

A dimensão política do dialogismo está ligada à sua dimensão estética. Mas quais os limites da imaginação dialógica em Bakhtin? Para Bakhtin, o evento estético implica na interação dialógica entre duas consciências distintas, para quem “o fato concreto é aquele das relações intersubjetivas” (KAC, 2004).

Assim como não há sociedade sem homens nem homens fora da sociedade, sendo ambas abstrações, não há humano fora da linguagem e do posicionamento ético e estético. A própria produção do que denominamos “eu” é uma construção que se faz na interrelação com as demais consciências, com o outro, a partir da instauração de uma dialogicidade interna. Para Bakhtin, o sujeito dialógico não está acabado, mas em eterna negociação com os outros.

Bakhtin expande a noção de alteridade: a alteridade implica em reconhecer a diferença, em todas as suas formas, em reconhecer o outro como uma totalidade ainda que inacabada (assim como a do “eu”), implica no descentramento de si mesmo.

Para Bakhtin (2011), o exercício da imaginação estaria ligado a não estar a serviço de uma única voz, ou seja, ser capaz de manter uma arena de vozes plurilíngue, polifônica. Nesse sentido, o exercício da imaginação requer o próprio exercício da alteridade, de se ver com olhos de outro, de ver o outro para além do próprio referencial. Nota-se que não apenas entre os sujeitos, mas em cada sujeito há múltiplos posicionamentos e vozes presentes.

7.2 A partir de posicionamentos múltiplos, uma proposta

Ao longo da pesquisa, percebemos que há posicionamentos muito diferentes dos sujeitos a respeito da política de avaliação. E não apenas *entre os sujeitos*, mas *em cada sujeito* há múltiplos posicionamentos presentes.

Ao mesmo tempo em que o sujeito reconhece os aspectos perversos que a política produz, ele atua no sentido da sua reprodução, em maior ou menor medida. Ou seja, o sujeito, ao mesmo tempo em que é ativo, propositivo, também se assujeita e muitas vezes toma os fenômenos como naturais, afastando-os da sua história e dos significados e sentidos que os acompanham.

“É assim mesmo”, “tem que jogar o jogo”, “faz parte” são expressões que encontramos com muita frequência nas vozes dos nossos sujeitos. O que permite, então, que, em alguns momentos, o sujeito se posicione de modo mais ativo, e em outros, de maneira mais resignada e passiva?

Articula-se subjetividade e alienação propondo-se uma relação entre produtivismo alienado e o cerceamento da imaginação, no sentido de que o pesquisador passaria a conceber a realidade como ela se apresenta como a única possível, não mais visualizando alternativas.

Ao mesmo tempo, nota-se que o produtivismo acadêmico é também um superinvestimento na capacidade criativa/inventiva/imaginativa do pesquisador/operário (capitalismo acadêmico). Como a imaginação e a memória (ou a falta dela - naturalização) operam de modo a que o pesquisador dissocie a finalidade/valor/sentido de seu trabalho face à comunidade virtual que reconhece/avalia o seu trabalho (índices de citações, quantificação e classificação de suas produções, redes sociais acadêmicas) e na qual se reconhece (ou se desconhece, adoece)?

De fato, nota-se que por meio da política de avaliação se investe sim na imaginação, mas sobre um exercício muito específico da imaginação: uma imaginação alienada, cerceada, com objeto claro: servindo à produção, dentro da perspectiva trazida (reforçada) pela política de avaliação. Nesse sentido, é importante contextualizar que a política de avaliação não é uma voz primeira, mas faz ressoar vozes já dominantes (monologismo).

Nesse sentido, os sujeitos convidados a participar das instâncias organizacionais que elaboram as políticas são também, em certo sentido, escolhidos pelo seu alinhamento ideológico (e produtivo) do que seja ser um bom pesquisador, no contexto dado (vozes dominantes).

Ou seja, a imaginação deixa de ser uma possibilidade de resistência (no sentido de vislumbrar outros cenários, outros sentidos do que significa ser um pesquisador), pois os sujeitos passam a desejar - inclusive enquanto produção imaginária - aquilo que a política mesmo avalia: produção, produtividade, publicações em revistas de alto impacto, publicações internacionais, entre outros.

A política de avaliação reforça, portanto, um certo alinhamento entre o que significa ser competente e o que se pode desejar. A imaginação, assim, encarna um aspecto fortemente utilitarista, servindo de instrumento para a realização do desejo que já se tornou alienado (monológico), pois afastou-se da dimensão de outros sentidos possíveis sobre ser pesquisador (vozes minoritárias): produção do conhecimento, formação do aluno, orientação, fomentar uma visão crítica, problematização das “verdades” que se apresentam em dado contexto, entre outros.

Assim, esses outros sentidos do trabalho do pesquisador tornam-se silenciados face ao imperativo da produção e da avaliação. O sentido do trabalho, em sua dimensão alienada, fortemente orientada ao reconhecimento, conforme preconiza a política de avaliação, torna-se majoritário, e tem produzido efeitos bastante perversos na Academia, conforme já abordamos ao longo da tese.

Nesse sentido, o pesquisador passaria a se direcionar a partir de uma ficção que inclui a identificação com os ideais produtivos propagados pela política de avaliação e a consequente busca pelo desempenho máximo, o que dificultaria o desenvolvimento de uma consciência crítica, limitando assim o exercício da imaginação criativa. O conceito de precariedade subjetiva de Linhart (2009) contribui para a compreensão de que a alienação, em suas diversas expressões, avigora o processo de controle seletivo da imaginação, na medida em que o pesquisador que se sente improdutivo, ansioso, com baixa autoestima, tende a idealizar e desejar ainda mais os ideais produtivos postos pela política de avaliação.

Esse controle da imaginação é seletivo, pois, embora guiado por motivações que partem de uma idealização (que se configurem como construções fictícias, portanto), como a necessidade de pertencimento, de se sentir produtivo, a identificação com o modelo avaliativo prescrito pela política, entre outros, o pesquisador é incentivado a utilizar sua criatividade a serviço da produção acadêmica, como já enunciado. A política de avaliação, portanto, é muito eficaz para o que se propõe, pois produz resultados materiais e objetivos muito claros.

Verificou-se, deste modo, que a forma como o sujeito se relaciona com a própria imaginação, condicionada pelas circunstâncias histórico-culturais, modifica a maneira como ele se relaciona com a realidade concreta, ampliando ou restringindo suas possibilidades de ação. Nesse sentido, percebemos que é possível estabelecer duas formas predominantes de psiquismo, que se combinam em cada sujeito: realismo fatalista e conformista e imaginação criativa.

Gostaríamos de destacar que o modelo proposto não tem a pretensão de representar o real em sua totalidade. Como todo modelo, apresenta os fenômenos de modo abstrato, sintético e esquemático, com vistas a evidenciar os aspectos considerados mais relevantes e, assim, possibilitar a proposição de análises e explicações sobre o objeto estudado.

O quadro abaixo apresenta, então, dois processos de psiquismo predominantes, resultados desse trabalho, um cuja prevalência ocorre por meio do que chamaremos de realismo fatalista e conformista, e outro, por meio do exercício da imaginação criativa.

Os sujeitos concretos exercitam ambas as capacidades do psiquismo, porém, o movimento e o posicionamento do sujeito em relação à realidade diferem significativamente, conforme o maior ou menor exercício da imaginação, para além das “fantasias prontas”, produtos da política de avaliação ou de outro fenômeno que se apresente como “voz dominante”.

O caminho percorrido para a elaboração deste quadro envolveu importantes questionamentos e análises realizadas ao longo deste trabalho, que inclui a superação de importantes dicotomias:

- i. razão e emoção
- ii. objetividade e subjetividade

Ao longo dos estudos teóricos e da pesquisa realizada, notou-se que o apego ao que se apresenta como real, racional e objetivo é justamente o que facilita a naturalização dos fenômenos e o conformismo à realidade tal como ela se apresenta.

Ao mesmo tempo, e justamente por acreditar-se em uma realidade única, verdadeira e imutável, busca-se atender com *determinação* ao que se supõe ser a expectativa dos outros, em uma atuação reproducionista, buscando-se obter reconhecimento pelo fiel cumprimento do

“script”. É justamente nesses casos em que há maior sujeição ao controle e ao sequestro da subjetividade, pois é precisamente ao seguir as regras apresentadas que o sujeito se sente seguro. Nesses casos, não se medem esforços para atender aos padrões dados, pois conseguir atender ao que se supõe ser esperado é também a garantia de sua própria competência. Trata-se de um posicionamento excludente, que exclui elementos e vozes menos audíveis para simplificar a realidade e assegurar-se do controle sobre a mesma, ainda que para tanto tenha-se que excluir muitos dos elementos que a compõem. Nesse sentido, relaciona-se com o imaginário. É um posicionamento monológico.

Por outro lado, o questionamento do que se apresenta como real, racional e objetivo, a não simplificação, a inclusão de elementos não visíveis/ vozes silenciadas, a possibilidade de suportar a complexidade do mundo em uma análise crítica, de incluir elementos que não se esgotam na racionalidade, mas que incluem também o não saber, as emoções, a subjetividade e o imaginário, configuram uma outra forma de produção do psiquismo.

Nele, inclui-se o exercício da abstração e a sustentação de um posicionamento não-conforme, mas inconformado à realidade apresentada, assim como inclui-se a historicidade e a possibilidade de resistência e transformação do que se apresenta como real. Trata-se de um posicionamento inclusivo, em que todos os elementos são bem-vindos na análise, que busca também incluir vozes desconhecidas, pontos cegos, o que ainda não é possível enxergar ou se fazer ouvir. É um posicionamento polifônico.

Quadro 6 – Comparativo entre o realismo fatalista e conformista e o exercício da imaginação no psiquismo adulto

Processo psíquico predominante	Modo de compreensão da realidade	Relação com o mundo e com o institucionalizado	Posicionamento do sujeito em relação às normas	Posicionamento existencial	Emoções predominantes	Forma predominante de buscar o reconhecimento	Sujeição ao controle	Relação com os sentidos (simbólico)	Relação discursiva
REALISMO FATALISTA E CONFORMISTA: “A realidade exige que seja assim”; menor capacidade de abstração; conforma-se com o “mundo da fantasia” aparente	<i>Simplificação</i> a partir de alguns elementos visíveis e explícitos;	<i>Naturalização:</i> assim é e assim será; maior apego ao mundo aparente; lógica formal	<i>Conformismo/Obediência:</i> sente-se seguro em seguir as regras	Reprodutionista: Busca ser e agir de forma a atender às expectativas (organizacionais, sociais, familiares etc.)	Medo, ansiedade, falta de confiança em si mesmo e descrença quanto à possibilidade de mobilização coletiva/ produção de mudanças	Busca o reconhecimento imediato pelo fiel cumprimento do “script”	Maior facilidade de ser controlado e ter sua subjetividade sequestrada	Consome sentidos prontos (ex: sucesso, autonomia, meritocracia)	Monológica
IMAGINAÇÃO CRIATIVA: Outras configurações são possíveis; maior capacidade de abstração; inconformado	<i>Complexidade,</i> dinamismo, inclusão de elementos ocultos e movimentos contraditórios; confronta o aparente e busca aproximar-se de uma <i>realidade para além das aparências</i>	<i>Historicização:</i> é possível que seja assim, mas pode ser diferente; maior questionamento do mundo aparente; lógica dialética	<i>Transformação/Resistência</i> Maior questionamento; sente-se desafiado a propor mudanças	Criativo: Permite-se ser e agir de forma inédita, imprevisível, diferenciada	Maior ânimo e confiança em si mesmo e na possibilidade de mobilização coletiva/ produção de mudanças	Suporta o não-reconhecimento imediato e as resistências à quebra do “script”; busca reconhecimento pela sua capacidade de resistência e criatividade	Menor facilidade de ser controlado e ter sua subjetividade sequestrada	Produz novos sentidos; questiona sentidos difundidos	Polifônica

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Como já ressaltado, os sujeitos concretos experimentam ambos os processos, que se configuram como tendências do psiquismo humano, os quais se alteram dinamicamente sob a predominância de um ou outro processo. Porém, para fins didáticos e explicativos, apresentaremos cada um deles em separado.

Na vivência do realismo fatalista e conformista, o sujeito olha para o mundo e o interpreta a partir das suas vivências e percepções mais imediatas. As exigências dominantes são vistas como o mundo real, concreto, como verdades inquestionáveis (monologismo), pois refletem o mundo tal como ele realmente se apresenta ao sujeito, naturalizado. Por isso é tão difícil convencer o sujeito que vivencia os “contos de fadas organizacionais” de que a realidade difere de seus belos discursos e práticas, aproximando-se mais dos cantos das sereias que engolem os pobres pescadores. Mas os pescadores são engolidos porque *querem alimentar sua fome*, querem ser bem-sucedidos na avaliação da política. *Passam a desejar o que a política melhor avalia como seu próprio projeto pessoal, e é nesse sentido que têm a sua capacidade imaginativa/ volitiva controlada e cerceada*. Assim, no realismo fatalista e conformista, a imaginação passa a ser ferramental utilitário fundamental para a realização de fins que são determinados fora dela.

Assim, o sujeito compreende a realidade de modo simplificado, a partir de alguns elementos visíveis e explícitos; relaciona-se com o mundo de modo naturalizado, apegando-se ao mundo aparente; no que se refere às normas, leis ou políticas, adota um posicionamento conformista ou obediente, sentindo-se seguro em seguir as regras. Assim, ao buscar agir e ser conforme ao que é prescrito, posiciona-se de forma reproducionista, fortalecendo a atuação da própria norma. Esse posicionamento produz (e ao mesmo é fruto da) descrença na possibilidade de mobilização coletiva para produção de mudanças. Sentimentos de medo, ansiedade e falta de confiança em si mesmo levam o sujeito a buscar o reconhecimento imediato pelo fiel cumprimento do “script” fomentado pelas normas. É um posicionamento³¹ do sujeito que o deixa mais exposto a ter a sua subjetividade controlada.

Já no exercício da imaginação criativa, o sujeito parte de elementos do real, porém os submete a uma atividade psíquica complexa. Nega-se atribuir ao real aquilo que ele parece ser. Assim, busca entender a realidade em sua complexidade e dinamismo, incluindo movimentos ocultos e elementos contraditórios. Confronta o aparente e busca aproximar-se de uma realidade para além das aparências. Em sua relação com o mundo, considera a historicidade. Percebe que

³¹ Importante ressaltar que o posicionamento do sujeito nem sempre é consciente, podendo ser inconsciente ou fruto de uma “escolha” de uma consciência alienada.

os fenômenos estão configurados de determinado jeito, mas que podem ser diferentes; há um maior questionamento do mundo aparente.

No que se refere às normas, o sujeito posiciona-se no sentido da transformação, sentindo-se desafiado a propor mudanças. Questiona o *status quo* e resiste à naturalização dos fenômenos. Posiciona-se em relação ao mundo de maneira criativa, não convencional, permitindo-se agir - e pensar, sentir, desejar - de forma inédita, imprevisível, diferenciada, não se sujeitando ao modo padrão operante. Sente maior confiança em si mesmo e na possibilidade de mobilização coletiva. Sente maior ânimo, acredita na produção de mudanças. Suporta o não reconhecimento imediato e as resistências à quebra do “script”, buscando o reconhecimento pela sua capacidade de resistência e criatividade, havendo assim menor facilidade de controle da subjetividade do sujeito que se posiciona dessa forma.

Ao negar-se atribuir ao real aquilo que ele parece ser, há o exercício da imaginação criativa, pois a imaginação não se torna ferramental utilitário. Nesse exercício, o sujeito impõe ao real aquilo que é imaginativo, atribui a ele elementos que, aparentemente, não lhe pertencem. E desfruta da estética de como seria, se esse mundo imaginado fosse real. E, assim, repetidamente, em um movimento de ida e vinda, confronta a imaginação ao real, e o real à imaginação. Ao mesmo tempo em que o real alimenta a imaginação, a imaginação amplia as possibilidades de compreensão da realidade. Isso porque a imaginação necessita por lado a lado elementos que, a princípio, não se combinam, não aparecem juntos; a imaginação lida o tempo todo com a contradição, com o que destoa, com o que não pertence.

Os estudos sobre a psicologia da criação e psicologia da arte apontam que os efeitos psicológicos da recepção da arte dão-se justamente nessa contradição entre elementos da forma e conteúdo. A arte apresenta um cenário e ao mesmo tempo o nega, constrói uma narrativa convincente, e ao mesmo tempo aponta a sua falsidade, cria uma situação agradável para em seguida produzir o horrendo, o inconveniente, o incômodo impertinente. Ora, que é a arte senão o exercício de compreensão da realidade para além de como essa se apresenta? E, da mesma forma, a ciência, especialmente as teorias críticas, enquanto exercício de compreensão da realidade, necessitam questionar e problematizar aquilo que se coloca ou se apresenta como real. O artista e o cientista não buscam alimentar sua fome, querem antes é expô-la ao mundo, dissecá-la, pô-la nua.

O físico e pesquisador Feynman (2001), também artista plástico, discorreu sobre a dificuldade de se reconhecer a importância da imaginação na atividade científica:

É surpreendente que as pessoas suponham que não há imaginação em ciência.
É um tipo de imaginação muito interessante, diferente da do artista. A grande

dificuldade reside em tentar imaginar algo que nunca se viu, que seja consistente em todos os pormenores com o que já se observou e ao mesmo tempo que seja diferente do que até aí se pensava; mais, terá de ser uma afirmação bem definida, e não apenas uma proposição vaga. É, na verdade, difícil. (FEYNMANN, 2001).

De fato, não há uma distinção radical entre arte e ciência, sendo ambas elaborações possíveis a partir do psiquismo humano. Para Sawaia (2009), a dimensão da imaginação juntamente com a do afeto na personalidade humana são “esquecidas e discriminadas como perturbadoras da ordem social, do comportamento virtuoso e do conhecimento” (SAWAIA, 2009, p.366).

Ou seja, constata-se uma tendência em separar a capacidade criativa cognitiva e artística, o fazer do pesquisador e do artista. No entanto, são ambas produções humanas possíveis a partir de elaborações do próprio psiquismo.

Mas, e no cotidiano, na vivência laboral do trabalhador, como acontece essa interpretação da realidade organizacional? A vida cotidiana não impõe à realidade social a sua confissão: diga-me como és ou devoro-te. É antes o contrário: ao acreditar nas “fábulas organizacionais”, o trabalhador tem sua subjetividade controlada. O trabalhador também, muitas vezes, possui a expectativa de, na organização, alimentar a sua fome de amor e de reconhecimento (RAGNINI, 2014).

Na vida cotidiana, nas rotinas de trabalho, no dia-a-dia organizacional, o trabalhador não exercita o seu lado cientista, artista, cético. Ao contrário: é um lugar onde se torna crente, em que deposita as sementes de seus sonhos, desejos, vontades, sem senso crítico.

Outro aspecto a ser analisado é a importância para esse psiquismo de ser visto como singular, de ser reconhecido em seus aspectos que se diferenciam das massas, ao mesmo tempo em que busca o reconhecimento daqueles que pensam da mesma forma. Tudo é motivo de diferenciação. Ao mesmo tempo, esse sujeito que anseia tanto ser reconhecido em sua individualidade, busca desesperadamente por iguais, que ratifiquem as suas escolhas, decisões, opiniões e gostos.

A pesquisa aponta para resultados contra intuitivos: enquanto que o exercício do realismo reforça a vivência do “mundo das fábulas” reproducionista e conformista, o exercício da imaginação não alienada aponta para a criação de novas possibilidades reais e concretas.

Em outras palavras, o realismo ingênuo poderia ser a forma de psiquismo que propiciaria a vivência e a reprodução da organização e do sistema de produção da humanidade atual, que tem organizado o viver concreto/ as relações de produção no sentido que vai contra os interesses

dos próprios sujeitos³², que são excluídos, tornando-se meros “sobreviventes”, para utilizar a terminologia de Sawaia (2009). Esse sistema se mantém pelas ilusões que ele propicia, pela falta de compreensão, pelos trabalhadores, de seus movimentos e contradições. De acordo com o economista político alemão, “as circunstâncias fazem os homens assim como os homens fazem as circunstâncias” (MARX, 2007, p.56). Mas, para fazer as circunstâncias, é preciso trilhar um caminho no sentido de maior consciência e menor alienação.

Apontamos também para a relação existente entre os processos de imaginação e consciência, por um lado, e alienação e realismo, por outro. Ainda que os processos de realismo e imaginação, alienação e consciência coexistam em maior ou menor grau no psiquismo humano, o processo educativo emancipatório seria aquele que favoreceria a maximização do potencial imaginativo-criativo da humanidade

Esse quadro não funciona apenas como uma condensação das características do psiquismo mais ou menos sujeito ao controle, mas apresenta também, na descrição da imaginação, *características que são fundamentais para o sujeito pesquisador*. Enquanto a sensação de intimidade, confiança e familiaridade levam à simplificação da realidade e à sua naturalização a partir dos elementos visíveis e explícitos, o estranhamento e o posicionamento crítico são fundamentais para o pesquisador, que busca conhecer um fenômeno para além das aparências, considerando a sua história e seus movimentos contraditórios.

Nesse sentido, desaconselha-se pesquisadores iniciantes a pesquisarem organizações nas quais já estão inseridos, pois a convivência leva a uma sensação de intimidade, familiaridade, naturalização, o que está no polo contrário ao estranhamento e posicionamento crítico. O legítimo pesquisador não busca atender a expectativas externas, mas é desafiado a compreender os elementos de sua pesquisa de forma inédita, diferenciada, imprevisível. Para tanto, é necessário suportar o estranhamento e o não-reconhecimento imediatos.

Assim, o fazer do pesquisador é frequentemente projetado para o futuro, para as publicações que exigem tempo de maturação, pesquisa, submissão, tempo de análise pelo comitê avaliador da revista, tempo para adequações, até, finalmente, a publicação. Todo o processo projetado para o futuro envolve preocupação e tensão.

Segundo Kosik (1976), na “preocupação” o indivíduo sempre já está no futuro e se serve do presente como um meio ou instrumento para realizar seus projetos. Na ‘preocupação’ como

³² Espinosa (1957) buscou entender o que leva os homens a lutarem por sua escravidão como se fosse por sua liberdade, ou seja, a interpretar a servidão como se fosse o próprio exercício de sua liberdade. A compreensão desses mecanismos, segundo o filósofo, seria fundamental para que se propiciem caminhos para a busca da verdadeira liberdade.

engajamento prático o indivíduo concede de certo modo um privilégio ao futuro e dele faz a fundamental dimensão temporal”.

O autor afirma ainda que “na preocupação não se revela a autêntica natureza do tempo humano; viver no futuro significa, em certo sentido, negar a vida” (p.67). Nesse processo, o contato cotidiano com o aluno, com os pares, estar em sala de aula, tudo isso é secundarizado face à imperiosa necessidade de publicação futura. Nesse sentido, Kosik parece ter razão ao afirmar que nessas condições atividade e modo de viver se transformam em irrefletido modo de viver.

Assim, o artigo do pesquisador precisa ser publicado antes que haja tempo para a elaboração e o aprofundamento teórico; a publicação precisa aparecer no Lattes do pesquisador imediatamente; os desejos precisam ser satisfeitos tão logo eles surgem; o reconhecimento precisa acontecer reiteradamente, e a todo momento. A capacidade, a competência do trabalhador-pesquisador está sempre sendo posta à prova. Trabalhadores não se reconhecem enquanto colegas, mas enquanto concorrentes. Como diz Sennett (1999), o sistema irradia indiferença (SENNETT, 1999, p.174).

Com isso, as possibilidades de aprofundamento e elaboração de ideias, sentimentos e fantasias são extremamente limitadas. Forma-se um psiquismo ávido por novidades, por novas sensações e insights, mas com dificuldade de elaboração. Assim como as redes sociais, que precisam a todo tempo ser alimentadas, o currículo Lattes do pesquisador precisa constantemente exibir novas realizações.

Assim, em relação à imaginação, observa-se que:

- (i) o adulto que exercita a imaginação é menos propenso a participar do “conto de fadas” ou a adentrar o “reino encantado” das organizações, tendo assim sua subjetividade configurada pelas expectativas organizacionais ou políticas públicas de avaliação. Em outras palavras, o sujeito que exercita sua capacidade imaginativa é menos propenso a vivenciar processos de alienação nas relações produtivas. *Estamos doentes porque acreditamos demais e imaginamos de menos*. O sujeito capaz de brincar, sonhar e imaginar é menos propenso a desejar o que “todos desejam”, a defender ideologias e enunciados já em evidência, a “dar o sangue” por projetos organizacionais, ao produtivismo. Aquele que acredita piamente nas histórias e configurações organizacionais, sem dúvidas ou questionamentos, o “crente perfeito”, é plenamente capaz de trabalhar além de sua capacidade produtiva, a ponto de adoecer no processo de trabalho. O adoecimento no trabalho, de fato, tem sido tema de destaque nas publicações

sobre saúde e trabalho, constituindo-se como uma forma de violência contra a qual o sujeito não é capaz de resistir, havendo, portanto, alguma forma de consentimento ou violência autodirigida.

- (ii) o exercício da imaginação, do brincar, do sonhar, na vida adulta, desestabilizam o status quo, representando uma ameaça ao próprio modo de produção capitalista, ou, no mínimo, um exercício de resistência. Nesse sentido, a imaginação, acompanhada de ações no mundo concreto, poderia se configurar como uma forma de resistência. Não é à toa que a história nos mostra inúmeros casos de censura de circulação de obras de ficção, romances, em especial em períodos de regimes ditatoriais. A imaginação oferece possibilidades de questionamento e resistência, ocupando um lugar de destaque no psiquismo adulto. Assim, o sujeito que desconfia das fábulas organizacionais tende a oferecer maior resistência ao seu próprio dilaceramento e exploração pelo sistema produtivo.

Assim, vislumbramos uma possível relação entre produtivismo acadêmico, adoecimento e o que poderíamos denominar “excesso de real”: o aprisionamento às condições socialmente legitimadas como reais, a falta de possibilidade de oferecer resistência, por meio do exercício da imaginação, do que é apresentado como real duro, concreto. Em outras palavras, “há muita crença no que causa descrença”.

Evidentemente, o produtivismo e seus processos de adoecimento não se reduzem a esse excesso de acreditar nas fábulas organizacionais. Há outros fatores em jogo, objetivos e subjetivos: necessidade de reconhecimento do outro, vontade de conhecimento, excesso de trabalho como escapismo diante de outras esferas da vida, entre outros. No entanto, defendemos que o excesso de crença em relação às regras postas como “verdadeiras”, “reais”, legitimadas” pelo ambiente organizacional e suas instâncias reguladoras, aliada à falta do exercício da imaginação, do brincar, do sonho, promovem e favorecem práticas de violência impostas pelo sistema organizacional e inclusive autodirigidas.

No que se refere a essa violência, Benjamin afirma que a humanidade,

que (...) com Homero foi objeto de contemplação para os deuses olímpicos, tornou-se objeto de contemplação para si própria. A alienação de si própria atingiu o grau que lhe permite viver a sua própria aniquilação como um prazer estético de primeira ordem (BENJAMIN, 2017, p.47).

Verifica-se, assim, uma relação entre a falta de compreensão da historicidade e, portanto, da possibilidade de imaginar outras configurações produtivas e a naturalização dos fenômenos no mundo do trabalho. O sujeito passa a manter as aparências, a defender as normas impostas pela política e/ou pela organização, e a obter prazer na estética de como seu sofrimento é delineado.

Segundo Espinosa (1957), livre é o que existe pela necessidade de sua natureza e por si só é determinado a agir; e necessário, ou coagido, é o que é determinado por outra coisa a existir e a operar de certa maneira, de forma determinada. Nesse sentido, quando são adotados os ideais prescritos pela política de avaliação e pela organização, do que significa ser o trabalhador ideal, busca-se existir e agir de maneira determinada não pela própria existência e vontade, mas de forma determinada, pela aparente necessidade de que seja assim (sistema de coação sutil). Portanto, quando há pouca crítica, restrito exercício da imaginação, os sujeitos tendem a reproduzir o próprio modo de produção que os produz.

Então, qual seria o caminho para o fortalecimento da imaginação criativa, aquela que supostamente poderia resistir a um discurso dominante que se coloca como o único verdadeiro? Para Bakhtin (1971), a orientação dialógica do discurso é uma propriedade de qualquer discurso. Constitui-se na orientação de qualquer enunciado vivo. Esse dialogismo independe de um diálogo exterior, já que mesmo no monólogo está presente certo dialogismo (interno). É precisamente o dialogismo interno que dá forma ao estilo adotado pelo discurso (Bakhtin, p.279).

Ou seja, o dialogismo ocorre no próprio indivíduo, a partir das vozes que ele mesmo passa a ecoar. No entanto, quando se fala em imaginação criativa, Bakhtin (1971) ressalta que na criação poética a palavra precisa suportar a intenção do autor, tornando-se subordinada, obediente à sua intenção. No estilo poético, o conceito de muitos “mundos de linguagem” é negado, pois a voz do autor/poeta basta a si mesma. Assim, por mais que haja contradições e conflitos não solucionáveis, há sempre um discurso unitário que prevalece.

“Na poesia, mesmo um discurso sobre a dúvida pode estar forjado em um discurso sobre o qual não se pode duvidar” (BAKHTIN, 1971, p.286, tradução livre), nos alerta o autor. Assim, observa-se que nem mesmo no campo da criação artística, daquele campo muitas vezes visto como o mais livre, em que o autor poderia se expressar livremente - a poesia, há alteridade suficiente para que a multiplicidade de vozes possa aparecer. Ou seja, nem a criação artística garante o dialogismo, havendo, no campo da criação poética, uma voz que domina, que fala por

todas as outras, estando toda a enunciação submetida a uma só consciência (ainda que nela habitem múltiplas vozes).

Assim, deve-se estar atento, pois a imaginação criativa não impede o monologismo, nem garante a polifonia, podendo justamente atuar no sentido do fortalecimento das vozes que se apresentam como monológicas. É o que ocorre quando a imaginação do pesquisador é convocada de forma utilitária e seletiva pelo produtivismo, sendo direcionada para a produção de artigos, mas não para o questionamento das exigências e do que se toma como sinônimo de produtividade e competência.

8. CONCLUSÕES

O discurso organizacional com frequência utiliza-se de premissas que raramente são questionadas pelos trabalhadores: produtividade, objetividade, metas, e, no caso das organizações de pesquisa, publicação de artigos em revistas acadêmicas de destaque, são palavras de ordem. Torna-se difícil questionar o discurso que defende a produtividade justamente pela aliança (de sentido) realizada com os conceitos de competência e objetividade. Produtividade torna-se sinônimo de competência. Produz-se um forte sentido de verdade de que a produtividade (ou improdutividade) estaria diretamente ligada à competência (ou incompetência) do trabalhador.

O pesquisador, para cumprir as metas, não questiona o caráter dito objetivo das mesmas, e nem mesmo a suposta autonomia e flexibilidade de que goza. Para ele, há autonomia, e seu trabalho é flexível, e esses são dados reais, não imaginários. Mas, como vimos, o simbólico e o imaginário possuem um papel bastante relevante na forma de o trabalhador vivenciar o seu fazer. São esses aspectos que têm sido negligenciados pelos estudos organizacionais.

A título de conclusão, retomemos os questionamentos levantados no início dessa tese: *a) como os critérios de avaliação eleitos produzem uma subjetividade associada à competência ou à incompetência do pesquisador? b) como a forma de avaliação legitimada atua no controle da subjetividade, na organização do trabalho e nas práticas adotadas pelo pesquisador? c) o que faz com que um grupo de pesquisadores sofra um maior controle da subjetividade e da afetividade, dedicando-se de forma ainda mais intensa ao trabalho, dado que as condições objetivas de avaliação são as mesmas?*

Podemos concluir nossas reflexões apontando para o seguinte:

- i. Embora as condições objetivas de avaliação sejam as mesmas, elas são compreendidas de maneira diferente por cada pesquisador, e essa compreensão, que envolve o próprio sentido da produção, deve ser investigada no plano empírico, com o sujeito concreto;
- ii. É necessário considerar o plano imaginário e simbólico na concepção mesma dos conceitos de alienação e ideologia e no próprio psiquismo; nesse sentido, a proposta teórica apresentada (realismo fatalista e conformista e exercício da imaginação criativa) fornece elementos para analisar formas diferentes de compreensão, significação e posicionamento no mundo;

- iii. Só é possível pensar, sentir, agir dentro de um conjunto ideológico (ideologia como exterioridade, cf. Gallo, 1999). Sendo a ideologia formadora da subjetividade e da identidade, compreender as verdades dos sujeitos é também compreender os lugares onde eles se sentem seguros. Nesse sentido, produzir, para os produtivistas, é também produzir um campo de segurança subjetiva;
- iv. As necessidades subjetivas (de reconhecimento, construção de imagem de si, de apresentar competência, entre outros) variam ao longo da história humana e da história individual, compreendida como o conjunto de vivências objetivas e subjetivas e sentidos e significados atribuídos a essas vivências;
- v. A ideologia capitalista produz desejos e fantasias massificados. A autonomia do pesquisador é ameaçada na medida em que ele assume como seu o desejo de produção e publicação em série, sendo que esse é o discurso dominante no campo das instituições de pesquisa. O imperativo “*consuma!*” passou do consumo de bens e serviços para o *consumo inclusive psíquico*, de fantasias prontas, que prometam o prazer e a gratificação imediatos.
- vi. O momento sociocultural atual prega o imediatismo, inclusive a manifestação imediata de toda compreensão ou vivência cognitivo-afetiva. O prazer precisa ser imediato, e não há espaço para retenção e elaboração. Assim, o artigo do pesquisador precisa ser publicado antes que haja tempo para a elaboração e o aprofundamento teórico; a publicação precisa aparecer no currículo *lattes* ou plataforma internacional do pesquisador imediatamente; a libido precisa ser satisfeita tão logo ela surge; o reconhecimento precisa acontecer reiteradamente, e a todo momento. A capacidade, a competência do trabalhador-pesquisador está sempre sendo posta à prova;
- vii. Com isso, as possibilidades de aprofundamento e elaboração de ideias, sentimentos e de exercício da imaginação são extremamente limitados. Forma-se

um psiquismo ávido por novas sensações e insights, mas incapaz de elaboração. As redes sociais precisam a todo tempo ser alimentadas, assim como o currículo do pesquisador. A satisfação, rápida, porém efêmera, resume-se ao número de publicações, e o conteúdo do que é submetido às revistas científicas torna-se secundário diante da absoluta necessidade de produção;

- viii. Ainda, a forma como o sujeito se relaciona com a própria imaginação, condicionada pelas circunstâncias sócio-históricas, modifica a maneira como ele se relaciona com a realidade concreta, ampliando ou restringindo suas possibilidades de ação.

Assim, reafirmamos que as respostas aos questionamentos iniciais não podem ser dadas no plano teórico, mas a partir da imersão na realidade, no diálogo com esse grupo de pesquisadores considerados altamente produtivos, na compreensão de suas motivações e necessidades. No entanto, a partir das discussões e problematizações realizadas, apontamos que essas pesquisas devem considerar o imaginário social presente nas instituições de pesquisa e no psiquismo dos indivíduos que as compõem, entendendo que esse imaginário não é apenas individual, nem tão-somente social, mas produzido a partir de uma composição de necessidades produzidas ao longo da história. Essas, por sua vez, podem ser conscientes ou inconscientes, sendo composições cognitivo-afetivas, ligadas ao desejo e à vontade, esferas essas tipicamente humanas.

Para compreender essa relação entre desejo, afeto, cognição e vontade, e a forma como ela ocorre nas organizações, no indivíduo concreto, é importante que as pesquisas de abordagem crítica considerem não apenas as relações concretas de produção (que, de fato, são a base material fundamental), mas também todo o imaginário simbólico que reproduzem e são produzidas pelas relações materiais de produção. Será necessário aprofundar o entendimento de como as relações sociais produzem esse processo psíquico que busca a satisfação imediata, incapaz de visualizar alternativas, nem mesmo no plano da imaginação e do afeto.

Há um ditado budista que diz que quanto menos tempo se dispõe para meditar, por mais horas deve o aprendiz meditar; da mesma maneira, quanto mais atribulado está o trabalhador, mais tomado de trabalho, com menos tempo para refletir, tanto maior é a necessidade de suspender as tarefas executivas e evocar a reflexão crítica: o que é mesmo o que eu estou fazendo? Por que mesmo eu faço isso? O que me leva a trabalhar além da minha capacidade

produtiva? O que me leva a perder o sono? O que me faz continuar a trabalhar intensamente mesmo em estado pós-operatório?

Não seriam estas questões dominadas por um imperativo categórico moral, no sentido Kantiano? Um dever ser (deve porque deve)? Uma lei moral que desagua no utilitarismo em que a vontade é determinada pelo conteúdo? Uma lei que prescinde de toda matéria, do objeto da vontade, para ser uma simples forma de legislação universal, como indica Kant? (Kant, 1980).

Enquanto esses questionamentos são silenciados face às exigências da produção e da avaliação, o sentido do trabalho, em sua dimensão alienada, fortemente orientada ao reconhecimento, conforme preconiza a política de avaliação, torna-se majoritário, e tem repercutido de forma bastante perversa na Academia, como, por exemplo:

- i. secundarização da formação e da extensão em relação à pesquisa;
- ii. ênfase na comunicação científica em detrimento da pesquisa aprofundada;
- iii. criação de normas internas aos programas de pós-graduação que reforçam a ênfase já posta pela política (normas internas que respondem à norma-mãe, à lei maior apresentada), criando-se rankings entre os pesquisadores, estipulando-se critérios para o credenciamento de docentes, exigindo-se publicações de alunos como condição para a sua formação, para citar alguns exemplos);
- iv. ênfase das disciplinas de pós-graduação sobre a própria publicação;
- v. condicionamento da manutenção de bolsas de alunos – mestrands e doutorandos - à sua produção (leia-se publicações) ao longo do curso;
- vi. mudança no formato de apresentação da tese, que tem sido substituída em alguns programas pela apresentação/publicação de artigos;
- vii. criação de sistemas internos de “produção docente”, que acompanham o chamado ‘pipeline’ de publicação de cada um dos pesquisadores credenciados, fomentando a concorrência e a disputa interna;
- viii. adoecimento de muitos docentes, que não se realizam, não encontram sentido no trabalho reduzido às normas de avaliação postas, mas que as tomam como verdades, sentindo-se, portanto, incompetentes, incapazes (a depressão está entre as doenças mais produzidas pelos professores);
- ix. transformação da própria universidade em uma instância administrativa (que responde às demandas postas), e redução de sua dimensão política, de sua capacidade de posicionamento em relação às vozes que se apresentam como

verdades absolutas; redução de sua capacidade de subverter a norma, de fazer-se ouvir outras vozes, silenciadas.

São muitos os questionamentos que podemos fazer, e as alternativas que podemos encontrar, quando as normas e os afazeres urgentes que podem ser suspensos; o curioso, entretanto, é que quanto mais bem elaborada e estabelecida a norma, mais os afazeres, as práticas desprovidas de sentido são naturalizadas, dificultando a sua problematização pelos sujeitos que estão a ela assujeitados, o quais passam a desejar justamente aquilo que é imposto pela política.

Questionar pelo viés da alienação e subjugação subjetiva e criativa do pesquisador a autonomia e a flexibilidade – princípios tão valiosos e essenciais para uma Universidade pública, transformados em ficção com as políticas e práticas de avaliação e de produtividade – convida-nos a nos posicionar de forma propositiva e não apenas queixosa. Assim, o que fazer?

Em primeiro lugar, é preciso **tornar visível essa realidade** de que os princípios de uma universidade pública estão sendo transformados em ficção. Os resultados da pesquisa empírica demonstram que a maior parte dos pesquisadores em Administração entrevistados valorizam a autonomia e a flexibilidade como se ela de fato existisse, de modo pleno; ou seja, não enxergam com clareza a forma como as políticas e práticas de avaliação têm ameaçado essa liberdade e direcionado práticas que vão contra os próprios princípios de uma universidade pública.

Em segundo lugar, é preciso fortalecer o pesquisador no sentido de que ele possui um papel relevante na formulação de políticas, e que ele possui, sim, possibilidades de alterar os rumos desse cenário, que, atualmente, tem sido reforçado por uma série de práticas adotadas pelos próprios pesquisadores, com vistas a atingir uma melhor avaliação do programa, que incluem, mas não se esgotam, as normatizações internas dos programas, os rankings de produção interna, a ênfase no individualismo e na competição, a excessiva valorização da publicação e da pontuação individual e do programa.

O conjunto dos enunciados permite sugerir que o fortalecimento do pesquisador enquanto sujeito da transformação social não é apenas necessário como possível, na medida em que os programas de pós-graduação voltem a considerar a dimensão política e social de sua atuação. Ou seja, aos programas não cabe apenas a execução de atividades formalísticas e o cumprimento obediente às exigências de avaliação, mas a problematização de quais interesses estão em jogo, de quais práticas e sentidos estão sendo reforçados quando a avaliação do programa passa a ser justificativa para práticas adotadas, que por vezes são desprovidas de sentido, ganhando sentido apenas na sua relação (alienada) com a avaliação. . A

responsabilização que aqui se demanda aos pesquisadores deve ser lida como a suspensão de toda penitência que se constrói a partir do referencial avaliativo, para que as verdadeiras questões sejam postas. Que não balizemos nossas práticas a partir do como e onde publicar, mas a partir do que faz sentido pesquisar, com vistas a modificar qual realidade, e para quem.

O adoecimento de um número significativo de professores precisa ser lido como um alerta de que as condições de trabalho e a forma de sua organização não estão adequadas. Ao se tratar cada um dos numerosos casos de adoecimento como problemas pessoais que precisam ser resolvidos no âmbito individual, perde-se a possibilidade de uma mobilização coletiva. O pesquisador demonstrou-se exausto, não de uma luta coletiva pela mudança nos rumos da academia, mas de uma batalha individual em que se dedica ao máximo para manter-se competitivo no ringue do vale-tudo.

Assim, nota-se a importância de apontar aspectos muitas vezes invisíveis de como práticas vistas como normais, naturalizadas, são na verdade bastante perniciosas. Ainda, é preciso demonstrar como as práticas cotidianas, as decisões internas aos programas, as normas de sua regulação, podem tanto contribuir para o reforço dos aspectos perversos do que se chama “produtivismo” como podem ser um espaço de reflexão e tomada de decisões que valorizem o pesquisador e que valorizem o exercício do pesquisar crítico, de modo que a pesquisa não se torne mais uma engrenagem de um sistema que trabalha a favor da alienação.

Sugere-se que estudos futuros possam ouvir outros grupos de pesquisadores, na esfera pública, como aqueles que apresentam menores índices de publicação e/ou foram recentemente descredenciados dos programas de pós-graduação, nas universidades públicas, ou ainda pesquisadores vinculados a programas de pós-graduação de universidades particulares, com as suas especificidades.

Fica um desafio à emancipação dos pesquisadores e à restauração da dimensão política da ciência. Garantir a autonomia da universidade passa a ser uma responsabilidade ética, o que implica repensar os parâmetros e critérios dos órgãos de avaliação e financiamento de pesquisa, para além dos ditames hegemônicos. Torna-se fundamental a produção do conhecimento científico a partir de outra perspectiva política e social de ciência. É coletivamente que os intelectuais podem desenvolver estratégias para deixar de serem submetidos a um sistema impositivo de critérios gerais e obter o controle dos resultados de seu trabalho, deixando de ser meros reprodutores de uma ciência que não tem como parâmetro avaliativo o vínculo com as questões sociais.

REFERÊNCIAS

- AAKER, David A. **Marcas: “brand equity” gerenciando o valor da marca**. São Paulo: Negócio Editora, 1998.
- ALCADIPANI, R. Resistir ao produtivismo: uma ode à perturbação Acadêmica. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, p. 1174-1178, Dez. 2011. Acesso em 06 Mar. 2018.
- ALVES et al. Fatores que interferem no (não) credenciamento de pesquisadores em programas de pós-graduação: um estudo nas universidades públicas em Goiás. **Em questão**, v.21, n.1, jan/abr, 2015.
- AMORIM, M. Vozes e silêncio no texto de pesquisa em Ciências Humanas. **Cadernos de Pesquisa**, 116, p. 7-19, 2002.
- AMORIM, M. **O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas Ciências Humanas**. São Paulo: Musa Editora, 2004.
- AMORIM, M. Freud e a escrita de pesquisa - uma leitura bakhtiniana. **Eutomia** – Ano II, Nº 2 – Dez de 2009
- BACHELARD, G. A poética do espaço. In: **Os pensadores**. São Paulo, Abril Cultural, 1978.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- _____. Metodologia das Ciências Humanas. In: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**, São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- _____. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Editora 34, 2016.
- _____. **The dialogic imagination**, four essays. Austin, University of Texas Press, 1981.
- BARRETO, M. H. **Imaginação simbólica: reflexões introdutórias**. Cap. 2: Imaginação e conhecimento. Edições Loyola, São Paulo, 2008.
- BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001
- BERNARDO, M. H. Produtivismo e precariedade subjetiva na universidade pública: o desgaste mental dos docentes. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte , v. 26, n. spe, p. 129-139, 2014 . Acesso em 16 Jan. 2017.
- BERTONHA, J. F. Produção e produtividade no meio acadêmico. A “ditadura do Lattes” e a Universidade contemporânea. **Revista Espaço Acadêmico**, n.100, set/2009.

BIANCHETTI, Lucídio; VALLE, Ione Ribeiro. Produtivismo acadêmico e decorrências às condições de vida/trabalho de pesquisadores brasileiros e europeus. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 82, p. 89-110, Mar. 2014. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362014000100005&lng=en&nrm=iso>. access

on 24 June 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362014000100005>.

BORSOI, I. C. F., & PEREIRA, F. S. (2013). Professores do ensino público superior: produtividade, produtivismo e adoecimento. **Universitas Psychologica**, 12(4), 1211-1233. Doi: 10.11144/Javeriana.UPSY12-4.peps

BRASIL, 2016. **Parecer** CAPES acessado em 28 de dezembro de 2016, disponível em https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Parecer_CESU_977_1965.pdf

BRASIL, 2017. **Portaria** CAPES acessada em 17 de junho de 2017, que dispõe sobre o regulamento da avaliação quadrienal, disponível em: <http://capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/27032017-Portaria-59-21-03-2017-Regulamento-da-Avaliacao-Quadrienal.pdf>

BRASIL, 2017. CAPES. **Documento de Área**: Administração Pública e Empresas, Ciências Contábeis e Turismo.

BRASIL, 2017. CAPES. **Relatório** da Avaliação Quadrienal: Administração Pública e Empresas, Ciências Contábeis e Turismo.

BRASIL, 2017. CAPES. **Considerações** sobre o Qualis Periódicos: Administração Pública e Empresas, Ciências Contábeis e Turismo.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de Educação Superior/Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, (1975). **I Plano Nacional de Pós-Graduação**: 1975-1979. Brasília: MEC/SESU/CAPES.

BUBNOVA, T. e TONELLI, F. Voz, sentido e diálogo em Bakhtin. **Bakhtiniana**, São Paulo, 6 (1): 268-280, Ago./Dez. 2011.

CARVALHO et al. Aspectos gerenciais da política científica brasileira: um olhar sobre a produção científica do campo da sociologia face aos critérios de avaliação do CNPq e da CAPES. **Em questão**. Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS Porto Alegre, v. 19, n.1, p. 187-212, jan./jun. 2013.

CASTIEL, L. D.; SANZ-VALERO, J. Entre fetichismo e sobrevivência: o artigo científico é uma mercadoria acadêmica?. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 12, p. 3041-3050, Dec. 2007. Acesso em 16 Jan. 2017.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. São Paulo, Paz e Terra, 1982.

CHAUI, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 5-15, Dec. 2003, acesso em 16 Jan. 2017.

CRUZ, M. N. Imaginário, imaginação e relações sociais: reflexões sobre a imaginação como sistema psicológico. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 35, n. Especial, p. 361-374, out., 2015

DAL ROSSO, S. **Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea**. São Paulo: Boitempo, 2008.

DOMINGUES, Eliane. Autoria em tempos de "produtivismo acadêmico". **Psicol. estud.**, Maringá, v. 18, n. 2, p. 195-198, June 2013. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722013000200001&lng=en&nrm=iso>. access on 24 June 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722013000200001>.

DURHAM, E. R. Uma política para o ensino superior brasileiro. **Documento de trabalho** 1/98. São Paulo, NUPES/USP, 1998.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. Martins fontes, 2007.

ESPINOSA, B. **Ética**. São Paulo: Atenas, 1957.

FARACO, Carlos Alberto. Bakhtin e filosofias. Bakhtiniana, Rev. **Estud. Discurso**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 45-56, agosto 2017. Acesso em 02 de março de 2020.

FARIA, A. Repensando produtivismo em gestão no (e a partir do) Brasil. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, p. 1164-1173, Dec. 2011. Acesso em 12 junho 2019.

FARIA, J. H. **Tecnologia e processo de trabalho**. Curitiba: Editora UFPR, 1997.

_____. **Economia política do poder**. Curitiba: Juruá, v. 2, p. 48, 2004.

_____. Epistemologia crítica do concreto do concreto e momentos da pesquisa: uma proposição para os estudos organizacionais. **RAM, Rev. Adm. Mackenzie**, São Paulo, v. 16, n. 5, p. 15-40, out. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-69712015000500015&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 03 ago. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1678-69712015/administracao.v16n5p15-40>.

_____. **Poder, Controle e Gestão nas Organizações**. Curitiba: Juruá Editora, 2017.

_____. Controle por resultados no local de trabalho: dissonâncias entre o prescrito e o real. **RAE electron.**, São Paulo, v. 5, n. 1, June 2006. Acesso em 16 Jan.2017.

FARIA, J. H. e RAMOS, C. L. Tempo dedicado ao trabalho e tempo livre: os processos

sócio-históricos de construção do tempo de trabalho. **RAM**, REV. ADM. MACKENZIE, 15(4), 47-74, São Paulo, jul/ago, 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREITAS, J.A.R. **Trabalho do(c)ente**: intensificação e adoecimento na pós-graduação. Tese. Programa de Pós Graduação em Psicologia. Universidade de São Paulo, 2018.

GALLO, S. Subjetividade, Ideologia e Educação. **Perspectiva**. Florianópolis, v.16, n. 2.9, p.133 -152., jan./jun. 1998

GOLDANI et al, 2010. A questão da produção do conhecimento: desafios na gestão dos programas de pós-graduação. **Revista brasileira de pós-graduação**, v. 7, n,12, 2010.

GOULART JUNIOR, Edward et al . Exigências familiares e do trabalho: um equilíbrio necessário para a saúde de trabalhadores e organizações. **Pensando fam.**, Porto Alegre , v. 17, n. 1, p. 110-122, jul. 2013 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2013000100011&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 25 jun. 2019.

HANAFI, S. Sistemas universitários no Oriente Árabe: publicar globalmente e perecer localmente versus publicar localmente e perecer globalmente. In: **Ateliê do Pensamento Social**: práticas e textualidades : pensando a pesquisa e a publicação em ciências sociais. Org: Pinheiro, C., Hollanda, B. e Maia, J. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015.

HELLER, A. **Teoría de los Sentimientos**. Barcelona: Editorial Fontamar, 2004.

IGNATIEV, E. I. La imaginación. In: SMIRNOV, A. A. et al. **Psicología**. México: Grijalbo, p. 308-340, 1960.

JOBIM e SOUZA, S. & CARVALHO, C. S. Ética e pesquisa: o compromisso com o discurso do outro. **Polis e Psique**, 6(1), 98-112, 2016.

KAC, E. A imaginação dialógica na arte eletrônica. ano 6, número 7, dezembro 2004. https://issuu.com/leonelmoraes/docs/a_imagina_o_dial_gica_na_arte_eletr_nica Acessado em 19 de julho de 2019.

KANT, I. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. São Paulo: Abril Cultural, 1980 (Coleção Os Pensadores).

KANT, I. **Sobre a Pedagogia**. Piracicaba: Editora UNIMEP, 1996.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra Editora, 1976.

KOUTSOGIANNIS, A. Ideologia e o projeto de autonomia na teoria do imaginário de Cornelius Castoriadis. **Estudos de Sociologia**, 5(2): 7-30, 2000.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. **Vocabulário da psicanálise**. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

LAWRENCE, PA (2003). The politics of publication. **Nature**, 422: 259-261.

LEONTIEV, A. N. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

LIMA, S. e PERINI, L. Bakhtin e Freud: aproximações e distâncias. *Bakhtiniana*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 80-99, 2o sem. 2009.

MACHADO, A. M. N.; BIANCHETTI, L. (Des)feticização do produtivismo acadêmico: desafios para o trabalhador-pesquisador. **Rev. adm. empres.**, São Paulo, v. 51, n. 3, p. 244-254, jun. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902011000300005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 24 jun. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902011000300005>.

MACHADO, J. e PAN, M.A. Do nada ao tudo: Políticas Públicas e a Educação Especial Brasileira. **Educ. Real**, Porto Alegre, v. 37, n. 1, p. 273-294, jan./abr. 2012.

MACHADO, J. P.; ZANELLA, A. V. Bakhtin, ciências humanas e psicologia: diálogos sobre epistemologia e pesquisa. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 31, e166423, 2019.

MAGNIN, L. E PAN, M.A. As políticas de educação continuada por competências: um estudo das configurações subjetivas do trabalhador público brasileiro. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, USP, 2015.

_____. **Pobres competentes!** O enunciado das (in)competências na administração pública federal e a produção subjetiva do trabalhador. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-graduação em Psicologia. Dissertação de Mestrado. 2014.

MANNONI, O. **Chaves para o Imaginário**. Petrópolis: Editora Vozes, 1973.

MARTINS, H.H. T. de S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, Aug. 2004. Acesso em 16 de junho de 2017.

MARTINS, L. M. O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da psicologia histórico cultural e da pedagogia histórico-crítica. **Tese** (Livre Docência). Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho. UNESP: Bauru/SP, 2011.

MARX, K. **O método na economia política**. Lisboa: Venda Nova – Amadora, 1973.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. Expressão Popular: São Paulo, 2007.

_____. **O Capital: Crítica da economia política**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MEIS, C.; M.S. Carmo ; De Meis, L. ; Velloso, A. ; Lannes, D. . The growing competition in Brazilian science: rites of passage, stress and burnout. **Brazilian Journal of Medical and Biological Research**, v. 36, n.9, p. 1135-1141, 2003.

MENEGHETTI, F. K.. O que é um ensaio-teórico?. **Rev. adm. contemp.**, Curitiba , v. 15, n. 2, p. 320-332, Apr. 2011. Acesso em 10 de maio de 2018.

MÉSZÁROS, I. (2002). **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo.

OLIVEIRA, A.R. e MELLO, C.F. Indicadores para a avaliação da produtividade em pesquisa: a opinião dos pesquisadores que concorrem a bolsas do CNPq na área de Biociências. **Revista brasileira de pós-graduação**, v.11, n. 25 (2014).

PALANGANA, I.C. **Individualidade: afirmação e negação na sociedade capitalista**. São Paulo: Summus, 2002.

PAN, ROSSLER, FERRARINI et al. Subjetividade: um diálogo interdisciplinar. **Revista Interação em Psicologia**, v. 15, 2011.

PATRUS, R. et al. Produtivismo e solidariedade acadêmica: dois lados da mesma moeda? IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade, 2013.

PEDRINI, A.G. **O cientista brasileiro é avaliado?** São Carlos: Rima Editora, 2005.

PINA, J. A. & STOTZ, E. N. (2014). Intensificação do trabalho e saúde do trabalhador: uma abordagem teórica. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional** 39(130), 150-160.

RAGNINI, E. **Saúde Mental no Trabalho - Sujeito, Sintoma e Clínica**: por uma incidência do discurso psicanalítico no campo da saúde do trabalhador. Tese. Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, 2014.

RUBINSTEIN, S. L. **Princípios de psicologia geral**. Lisboa: Editorial Estampa, 1973.

SARTRE, J.P. **L'imaginaire**: psychologie phénoménologique de l'imagination. Paris: Gallimard, 1940.

SAWAIA, Bader Burihan. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicol. Soc.**, Florianópolis , v. 21, n. 3, p. 364-372, Dec. 2009 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822009000300010&lng=en&nrm=iso>. access on 24 Sept. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822009000300010>.

_____. **As Artimanhas da exclusão**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 157p.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter**: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SERRA et. al. Publicar é difícil ou faltam competências? O desafio de pesquisar e publicar em revistas científicas na visão de editores e revisores internacionais. **Revista de Administração Mackenzie**, v.9, n.4, 2008.

SGUISSARDI, V. & SILVA, J. DOS R. JR. **Trabalho intensificado nas federais**: pós-graduação e produtivismo acadêmico. São Paulo: Xamã, 2009.

SUN TZU, **A Arte da Guerra**. São Paulo: Buzz Editora, 2018.

THA, F. **Categorias conceituais da subjetividade**. São Paulo: Annablume, 2007.

TRAGTENBERG, M. **Burocracia e Ideologia**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

VOLOCHINOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1978.

VOLOCHINOV, V. N. A construção da enunciação. In: VOLOCHINOV, V. N. **A construção da enunciação e outros ensaios**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013, pp. 157-188.

VYGOTSKY, L. S. **Psicologia da arte**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

WESLING, D. Bakhtin, Pushkin e a cocriatividade daqueles que compreendem / Bakhtin, Pushkin, and the Co-Creativity of Those Who Understand, **Bakhtiniana**, São Paulo, 11 (3): 196-212, Set./Dez. 2016.

ZANELLA, A. Sobre “como inventar um método?” e algumas de suas armadilhas. **Rev. Polis e Psique**, 2014; 4(2): 173 – 187.

ZIZEK, Slavoj. **O Mais Sublime dos Históricos** - Hegel Com Lacan. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

APÊNDICE 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Prezado(a) Pesquisador(a),

Agradecemos seu retorno e interesse na participação na pesquisa.
Seguem abaixo as perguntas. Obrigada pela colaboração!

Perfil:

Nome:

Idade:

Estado civil:

Possui filhos? Se sim, que idades?

Ano de ingresso como servidor na universidade:

Ano de ingresso no programa de pós-graduação:

Regime de trabalho (por ex: 40h, DE, 20h, etc):

1. Percebi que você obteve nos últimos três anos um número bastante significativo de artigos publicados. Como você consegue manter esses altos índices de publicação?
2. Quais os principais desafios encontrados?
3. Quantas horas por semana você costuma trabalhar? Em que dias e horários você trabalha? A jornada inclui fins de semana?
4. Como você lida com as outras demandas acadêmicas (preparação de aulas, tarefas burocráticas, orientações). Como organiza o tempo?
5. Sua rotina sempre foi assim? Em caso negativo, que o/a levou a dedicar-se ainda mais (ou menos, conforme a resposta) ao trabalho de pesquisador?
6. Você prioriza o trabalho em relação a outras esferas da vida (família e lazer, por exemplo)? Como lida com isso?
7. O que mais o/a motiva no seu trabalho de pesquisa? E o que mais o/a frustra? O que incomoda?
8. Como você lida com a pressão por publicação? Considera que publicação confere “status” no meio acadêmico?
9. Quem se beneficia com essa pressão?
10. Quais as recompensas (materiais ou não) que você tem ou poderá ter ao tornar-se um pesquisador de ainda maior destaque na sua área?
11. Quais os seus objetivos e metas acadêmicas para os próximos cinco anos?
12. Qual a sua visão sobre a avaliação do pesquisador (e dos programas de pós) com forte pontuação sobre artigos publicados? É um bom parâmetro?
13. O que publicar significa para você?
14. O que significa ser pesquisador? Qual o sentido?
15. Que dicas você daria a um jovem pesquisador que gostaria, como você, de se destacar em sua área de pesquisa?

OBRIGADA!